UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS

ARTHUR SILVA DE ARAÚJO

O ATOR POLÍTICO NO JORNALISMO: UMA ANÁLISE DA PRESENÇA DE ATORES SOCIAIS NO NOTICIÁRIO POLÍTICO DOS *WEBSITES* FOLHA DE S. PAULO E NEXO JORNAL

Salvador

2018

ARTHUR SILVA DE ARAÚJO

O ATOR POLÍTICO NO JORNALISMO: UMA ANÁLISE DA PRESENÇA DE ATORES SOCIAIS NO NOTICIÁRIO POLÍTICO DOS *WEBSITES* FOLHA DE S. PAULO E NEXO JORNAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre. Orientadora: Prof. Dra. Lia Seixas

Salvador

2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Araújo, Arthur S.
O ator político no jornalismo: uma análise da presença de atores sociais no noticiário político dos websites Folha de S. Paulo e Nexo Jornal / Arthur S. Araújo. -- Salvador, 2018.
190 f. : il

Orientadora: Lia Seixas.
Dissertação (Mestrado - Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2018.

1. Visibilidade. 2. Atores políticos. 3. Jornalismo político. 4 . Folha de S. Paulo. 5. Nexo Jornal. I. Seixas, Lia. II. Título.

ARTHUR SILVA DE ARAÚJO

O ATOR POLÍTICO NO JORNALISMO: UMA ANÁLISE DA PRESENÇA DE ATORES SOCIAIS NO NOTICIÁRIO POLÍTICO DOS *WEBSITES* FOLHA DE S. PAULO E NEXO JORNAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre. Orientadora: Prof. Dra. Lia Seixas

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Lia da Fonseca Seixas (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia

Prof.ª Dr.ª Jussara Borges de Lima (Examinadora interna)
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Julian Durazo Herrmann (Examinador externo)
Université du Québec à Montréal

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Comunicação
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas e trinta minutos no Laboratório do CEADD da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, deu-se a sessão pública de defesa de Dissertação de ARTHUR SILVA DE ARAÚJO para a concessão do título de Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Em exame, a dissertação intitulada **"O ator político no jornalismo: uma análise da presença de atores sociais no noticiário político de Folha e Nexo"**, realizada sob a orientação da Profª Drª Lia da Fonseca Seixas. A banca examinadora designada pelo Colegiado do Curso foi composta pelo Prof. Dr. Julián Durazco (UQAM, Canadá) e pela Profª Drª Jussara Borges de Lima (PósCom/UFBA), além da orientadora, que a presidiu. Após exposição o candidato foi arguido oralmente pelos membros da banca. Em seguida, esta reuniu-se em separado para deliberar sobre o trabalho do candidato, considerando a dissertação:

(A) APROVADA, devendo a candidata entregar a versão final no prazo máximo de 90 dias.

( ) APROVADA CONDICIONALMENTE, devendo a candidata satisfazer, no prazo máximo de 60 dias, às exigências listadas na Folha de Modificações de Dissertação de Mestrado anexa à presente ata.

( ) REPROVADA.

Finda a deliberação, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca examinadora e pelo candidato:

Salvador, 20 de fevereiro de 2018.

FACOM - FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
Rua Barão de Geremoabo, s/n - Ondina - CEP.: 40.170-290
Tel: (71) 3283.6193 e-mail: pos-com@ufba.br
www.poscom.ufba.br

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), pelo apoio imprescindível para a realização deste mestrado;

À professora Dra. Lia Seixas, por acreditar no meu projeto e abraça-lo desde os primeiros momentos do processo;

Aos colegas integrantes do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Jornalismo (NJor), pelas intervenções e apontamentos que nos ajudaram a progredir durante a escrita;

Aos amigos queridos que fiz em Salvador, que foram de grande importância nos momentos mais difíceis da jornada;

Aos amigos eternos do Ponta Project, pelo apoio e incentivo;

Aos meus familiares, pela torcida constante;

À minha namorada, Ellyka, por apoiar minha decisão de entrar no mestrado e me fortalecer com sua presença, apesar da distância;

Aos meus pais, Júlio e Gerlane, e irmãos, Lucas e Júlia, por dividirem comigo a vida em seus melhores e piores momentos;

A Deus, que tem estado e se mostrado presente.

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de verificar a presença de atores políticos nos *websites* Folha de S. Paulo e Nexo Jornal e analisá-la de acordo com a lógica do campo jornalístico. Partindo da compreensão de que o recorte do campo político produzido pelo jornalismo influencia na compreensão pública de quais atores fazem parte de forma legítima do campo político, pretendemos entender quais fatores, dentre as regras, valores, práticas e funções do campo jornalístico contribuem para fortalecer a atenção dada pelas notícias à determinados atores. Para isso, analisamos os elementos de abertura (título, subtítulo, legenda de foto, lide e sublide) de um total de 95 matérias da editoria de Poder na Folha de S. Paulo e da *tag* Política no Nexo Jornal. A metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), qualificada a partir das Teorias do Jornalismo. Primeiro, quantificamos as citações a declarações dos atores, quando aparecem como fontes de informação. Depois, numeramos as vezes em que seu nome próprio é mencionado. A visibilidade alcançada é, posteriormente, analisadas considerando as teorias do jornalismo. Como resultados, temos que o jornalismo produzido por Folha e Nexo garantem espaços de visibilidade maior aos atores das principais instituições políticas do Poder Público nacional, sendo os empresários os atores externos à política formal a conseguirem espaço, mas apenas quando envolvidos em escândalos que incluem atores tradicionais. O Nexo mostra um resultado divergente apenas no que se trata das citações, quando ganham espaço fontes especializadas e membro de organizações internacionais, como a ONU. A presença é diretamente influenciada por questões como a organização das rotinas de trabalho e valores como o interesse público e a objetividade, que orientam os jornalistas a procurarem determinadas fontes. Da mesma forma, critérios de noticiabilidade como a hierarquia, conflito e polêmica se mostram definidores nas escolhas temáticas, que influenciam diretamente no acesso dos atores ao noticiário.

Palavras-chave: Visibilidade. Atores Políticos. Jornalismo Político. Folha de S. Paulo. Nexo Jornal.

ABSTRACT

This research has the objective of verifying the presence of political actors in the Folha de S. Paulo and Nexo Jornal websites and analyzing it according to the logic of the journalistic field. Based on the understanding that the profile of the political field produced by journalism influences the public understanding of which actors are legitimately part of the political field, we intend to understand what factors, among the rules, values, practices and functions of the journalistic field contribute to attention that news use to give to certain actors. For that, we analyzed the elements of openness (title, subtitle, photo caption, lead and sublide) of a total of 95 articles from the editor of Poder in Folha de S. Paulo and the tag Politica in the Nexo Journal. The methodology used is Content Analysis (BARDIN, 1977), qualified by the Theories of Journalism. First of all, we quantify the citations to statements of the actors, when they appear as sources of information. Then we number the times your name is mentioned. The visibility achieved is later analyzed considering the theories of journalism. As a result, we have that journalism produced by Folha and Nexo guarantee spaces of greater visibility to the actors of the main political institutions of the national Public Power, and the businessmen are the actors outside the formal politics to obtain space, but only when involved in scandals that includes actors traditional. The Nexus shows a divergent result only when it comes to citations, when space comes from specialized sources and a member of international organizations, such as the UN. The presence is directly influenced by issues such as the organization of work routines and values such as public interest and objectivity, which guide journalists to search for certain sources. Likewise, newsworthiness criteria such as hierarchy, conflict and controversy are defining thematic choices, which directly influence the access of the actors to the news.

Keywords: Visibility. Politic Actors. Political Journalism. Folha de S. Paulo. Nexo Jornal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	A pirâmide invertida	33
Figura 2	A Pirâmide deitada	34
Figura 3	*Homepages* de Folha e Nexo	81
Figura 4	O tema política no Nexo	82
Figura 5	Matérias com declarações como gancho	90
Figura 6	Reação de Temer a dados econômicos no Nexo	94
Figura 7	Declarações de Gilmar Mendes e Luiz Fux na Folha	95
Figura 8	O presidente Michel Temer como promotor dos eventos na Folha	108
Figura 9	O presidente Michel Temer como promotor dos eventos no Nexo	109
Figura 10	O presidente Michel Temer como provocado pelos eventos na Folha	110
Figura 11	O presidente Michel Temer como provocado pelos eventos no Nexo	110
Figura 12	O presidente Michel Temer como implicado pelos eventos na Folha	111
Figura 13	O presidente Michel Temer como implicado pelos eventos no Nexo	112
Figura 14	Lula na Folha	114
Figura 15	Lula no Nexo	115
Figura 16	Dilma Rousseff na Folha	117
Figura 17	Dilma Rousseff no Nexo	117
Figura 18	O procurador Rodrigo Janot na Folha	119
Figura 19	O ministro Sérgio Fachin na Folha	120
Figura 20	O juiz Sérgio Moro no Nexo	121
Figura 21	Aécio Neves no Nexo	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Os critérios e classificações propostos por Mauro Wolf e Nelson Traquina	36
Quadro 2	Critérios de Noticiabilidade	37
Quadro 3	Classificação das fontes de acordo com sua posição social	39
Quadro 4	Classificação das fontes de acordo com a identificação	41
Quadro 5	Classificação das fontes de acordo com o envolvimento no fato	42
Quadro 6	Classificação das fontes de acordo com o comportamento	43
Quadro 7	Classificação das fontes de acordo com a frequência de aparição ..	44
Quadro 8	Classificações gerais de fontes	44
Quadro 9	Atores políticos mais frequentes	70
Quadro 10	Classificação das fontes de acordo com o envolvimento no fato	88
Quadro 11	A presença de atores no webjornalismo, telejornalismo e revistas semanais	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Atores x % de menções na Folha e Nexo 106
Gráfico 2 A relação de Michel Temer com os eventos 107
Gráfico 3 A relação de Lula com os eventos 113
Gráfico 4 A relação de Dilma Rousseff com os eventos 116
Gráfico 5 A relação de Rodrigo Maia com os eventos 118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição de sonoras declarações e menções por grandes categorias de atores	72
Tabela 2	Os atores políticos com maior percentual de visibilidade na audiosfera	72
Tabela 3	Citações de atores de acordo com a função	90
Tabela 4	Citações de atores individualmente	93
Tabela 5	Relação dos atores com o fato	100
Tabela 6	A menção a atores singulares de acordo com a função.....	102
Tabela 7	Atores singulares por número de menção individual e por número de matérias.....	104

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**11**
2	**O CAMPO JORNALÍSTICO**	**14**
2.1	O Desenvolvimento do Jornalismo	14
2.2	O Campo Jornalístico	17
2.3	O Jornalismo e as Novas Tecnologias	19
2.4	Valores, Propriedades e Funções	21
2.5	A Notícia como Construção da Realidade	31
2.6	Os Critérios de Noticiabilidade	35
2.7	Fontes de Informação	38
3	**O CAMPO POLÍTICO EM CONTATO COM O JORNALISMO**	**46**
3.1	A Relação entre os Campos Político e Jornalístico	47
3.2	O Jornalista e a Fonte: o Encontro de Dois Campos	51
3.3	O Jogo de Negociações	53
3.4	Os Atores Políticos e os Limites da Política	57
3.5	Visibilidade e Esfera Pública	62
4	**O ESTADO DA ARTE E OS ASPECTOS METODOLÓGICOS**	**69**
4.1	Estado da arte	69
4.2	Corpus	75
4.3	A metodologia e sua aplicação	79
5	**ANÁLISE EMPÍRICA**	**89**
5.1	Citações	89
5.2	Menções	101
6	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**123**
	REFERÊNCIAS	**127**
	APÊNDICE A – *LINKS* PARA AS MATÉRIAS ANALISADAS	**133**
	APÊNDICE B – ATORES SINGULARES POR NÚMERO DE MENÇÃO INDIVIDUAL E POR NÚMERO DE MATÉRIAS (VERSÃO COMPLETA)	**141**
	APÊNDICE C – DADOS FOLHA DE S. PAULO	**144**
	APÊNDICE D – DADOS NEXO JORNAL	**164**

1 INTRODUÇÃO

A cobertura produzida pelo jornalismo é, para boa parte dos brasileiros, a principal forma de contato com a política. Apesar do avanço das novas mídias e da presença cada vez mais marcante dos políticos e instituições em redes sociais, é pelo noticiário que o cidadão pode acompanhar seus governantes e as discussões políticas de forma crítica, sem os filtros utilizados pelos próprios políticos para reproduzirem uma imagem positiva ao seu eleitorado. O jornalismo político, portanto, se torna responsável pela reprodução do campo político para o cidadão, utilizando-se da prerrogativa de instituição socialmente autorizada a dar a saber sobre o mundo atual.

O jornalismo, no entanto, conta com seus próprios filtros. Nem todos os atores sociais possuem espaço no jornalismo político, nem todas as instituições possuem cobertura, nem todos os temas são abordados. Esses filtros acabam, nesse sentido, produzindo um recorte específico do campo político que chega até o público diariamente, ou instantaneamente, com o advento do jornalismo digital. Esse recorte da política reproduzido na esfera de visibilidade (GOMES, 2008; MAIA, 2008) criada pelo jornalismo é o mesmo que ascende à esfera pública, interferindo no entendimento do público do que é a política. Assuntos, atores e organizações excluídas da cobertura política, acabam sendo apartados do campo político, tendo seu poder de atuação reduzido já que suas demandas não chegam até a população como pautas políticas.

Alguns estudos se propuseram a analisara distribuição de cotas de visibilidade aos atores políticos no noticiário (GOMES, 2009; MIGUEL e BIROLI, 2010) ou refletir sobre as razões que levam a um determinado recorte da política (BIROLI, 2013). Estes estudos, no entanto, orientam as justificativas em maior grau a uma tendência de reprodução do campo político e reafirmação de suas estruturas pelo jornalismo. A ideia é de que há um acordo tácito mantido por ambos sobre o que é política. Este entendimento é crucial na definição sobre quais atores e temas aparecem no noticiário.

Nesta pesquisa, pretendemos levar os estudos de visibilidade a uma mídia onde ainda não foram tomados: a mídia digital. A partir disso, pretendemos refletir sobre as razões que levam a cobertura política a ser como ela é levando em consideração a lógica de trabalho, os valores, as regras e as funções do campo jornalístico. A intenção é trazer justificativas jornalísticas ao debate da visibilidade, principalmente promovendo uma reflexão sobre a presença dos atores fincada no contexto em questão e na relação do ator com os eventos narrados.

Para isso, selecionamos como *corpus* de pesquisa os websites Folha de S. Paulo, como órgão de grande imprensa com origem no jornalismo impresso, e o Nexo Jornal, produto de viés independente e que nasceu diretamente na internet. Serão analisadas as cotas de visibilidade nos elementos de abertura: estrutura formada pelo título subtítulo, legenda de foto, lide e sublide das matérias, espaço de composição que não apenas garante maior visibilidade como também antecipa as principais informações referentes ao evento narrado. A análise levará em consideração três semanas construídas coletadas durante o ano de 2017, compreendendo datas dos meses março, abril, maio, julho, agosto, novembro e dezembro, totalizando 95 textos.

O estudo foi guiado pelas seguintes questões de pesquisa:

- Como ocorre a presença de atores políticos nos elementos de abertura de Folha e Nexo*?*
- A presença de atores políticos na Folha e Nexo, enquanto produtos de jornalismo digital, segue a tendência verificada em veículos de outras mídias verificadas em estudos anteriores*?*
- A presença de atores políticos no noticiário em um veículo de proposta independente é diferente daquela verificada em um veículo de grande mídia*?*
- É possível pensar a composição das cotas de visibilidade no jornalismo utilizando a lógica do campo jornalístico*?*

Nossa hipótese é que a presença de atores políticos deve seguir a tendência verificada para outras mídias, apresentando um recorte do campo político mais centrado nos atores de instituições tradicionais da política. Acreditamos, no entanto, que esse quadro possa ser diferente nos jornais independentes, que possuem maior liberdade para cobrirem temas que não estão dentro da área de interesse da grande mídia por razões variadas. Esperamos, ainda, que a análise desta presença por meio da lógica jornalística seja eficaz no reconhecimento dos motivos que levam a tal quadro, possibilitando, inclusive, a percepção de formas de alteração desse quadro, ampliando o acesso de outros atores sociais ao debate político.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, sendo o primeiro referente ao campo jornalístico e o segundo destinado à relação entre os campos político e jornalístico. No terceiro capítulo apesentamos o Estado da Arte no tema, o *corpus* de pesquisa e detalhamos a metodologia analisada. No último, aplicamos a análise empírica e refletimos a partir dos resultados encontrados.

O Capítulo 2, “O campo jornalístico”, traz uma exposição do desenvolvimento histórico da prática jornalística e sobre como esse processo influenciou nos valores e práticas reproduzidas atualmente. Em seguida apresentamos o campo jornalístico a partir dos conceitos de Pierre Bourdieu (2005; 2008) de campo, *habitus* e capital simbólico. Também discutimos

como as novas tecnologias estão interferindo na prática jornalística e alterando a relação dos profissionais e do público com a informação. A partir daí passamos a discutir os valores, propriedades e funções do jornalismo, com destaque para a objetividade, atualidade, periodicidade, publicidade e universalidade. O capítulo ainda traz a discussão conceitual sobre a notícia com construção da realidade e seu modelo estrutural, as propostas de diversos autores sobre os critérios de noticiabilidade utilizado pelos jornalistas e uma sistematização das variadas classificações para fontes de informação propostas ao logo do tempo por autores, percurso que nos ajudará a selecionar tipificações a serem utilizadas nesta pesquisa.

No Capitulo 3, "O campo político em contato com o jornalismo", analisamos as relações estabelecidas entre o campo político e o jornalístico e a interferência que um exerce no outro. Essa relação é aprofundada a seguir com o debate sobre o contato entre o jornalista e a fonte e como isso interfere no resultado final da ação de ambos. Também falamos sobre o jogo de negociações que acontece entre políticos e jornalistas na busca pela primazia do conteúdo noticioso, o jornalista impondo as regras da ação de seu campo e os políticos tentando se adaptar a elas para ganhar espaço de visibilidade maior e exposição positiva. A partir daí, chegamos aos atores políticos e os limites da política, discutindo os atores com maior presença nas notícias e aqueles que são invisíveis, precisando recorrer a estratégias diferenciadas para chamar a atenção da mídia. Por último, trazemos o debate sobre esfera pública e esfera de visibilidade atualizado a partir das considerações de Wilson Gomes (2008) e Rousiley Maia (2008).

O Capítulo 4, "Estado da Arte e aspectos metodológicos", apresenta um apanhado de estudos sobre visibilidade de atores políticos nas principais publicações científicas e congressos nas áreas de comunicação e comunicação e política em todo o Brasil. A ideia é levantar resultados prévios, investigar categorias de análise e, assim, poder tomar decisões fundamentadas em nossa pesquisa. Logo em seguida, olhamos para questões específicas referentes ao nosso *corpus* de estudo, nos atendo a pontos como a história de cada veículo, sua linha editorial, seu modelo de negócios e o funcionamento da editoria de política em ambos. Para encerrar, apresentamos em detalhe nossa metodologia, explicando nossas escolhas e detalhando o caminho que será seguido na análise.

O Capítulo 5 finaliza a dissertação trazendo a análise empírica. Aqui fazemos um levantamento de dados, possível a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), verificando as citações e menções aos atores sociais nos textos analisados. A partir daí, analisamos os atores a partir de sua função pública, individualmente e a partir de sua relação com o evento narrado. Durante todo o percurso, tentamos aprofundar a análise utilizando as teorias do jornalismo.

2 O CAMPO JORNALÍSTICO

2.1 O Desenvolvimento do Jornalismo

O jornalismo moderno teve suas bases construídas no século XIX, mas suas origens podem ser identificadas em produtos veiculados ainda no século XVI, como é o caso dos *avvisi*, *gazettas* e *canards*, que circularam na Itália (GUERRA, 2003).

> Na Itália, havia noticiaristas que organizavam para príncipes e negociantes serviços regulares de correspondências manuscritas, conhecidas como *avvisi*. [...] Ainda nesse período surgem as *gazettas*, folhas volantes impressas, que relatavam acontecimentos importantes como batalhas, festas, cerimônias fúnebres da nobreza e avisos. Com outra temática, o relato de fatos sobrenaturais, crimes, catástrofes e qualquer acontecimento extraordinário, surgem os *canards*, na França. E também os primeiros libelos que alimentavam polêmicas religiosas e políticas. (Ibid., p. 2).

As matrizes do jornalismo produzido ao longo do tempo e que se perpetuam até os dias de hoje com reformulações já podiam ser percebidas nas primeiras manifestações. Elas apontam para os jornalismo de proposta "[...] noticiosa (nas duas primeiras), a do *fait divers* (os *canards*) e a da opinião (o *libelo*)" (Ibid., p. 2). Aquele período foi o primeiro em que se pôde identificar em diversas manifestações isoladas uma mesma prática, que viria a desembocar na lógica jornalística. Essas experiências hoje podem ser classificadas como momentos de uma mesma atividade em decorrência da natureza do trabalho realizado (Ibid., p. 5).

> Descritivamente, esse trabalho consiste no conjunto de competências – cognitivas, discursivas e de conduta – empregadas para a captura e o tratamento das informações, com vistas à produção de matérias as mais diversas, seja a notícia, os *features* ou os artigos de opinião. Conceitualmente, este trabalho revela a sua essência: operar uma mediação cognitiva entre os indivíduos e a realidade. (Ibid., p. 5)

Analisando o modelo de imprensa nos Estados Unidos, de grande influência para o jornalismo brasileiro, é possível verificar como cada um destes veículos deixaram marcas que seriam retomadas por outras produções durante o desenvolvimento do campo jornalístico.

Na América, os primeiros jornais eram marcados pela presença de poucas páginas, muita publicidade, e foco comercial (movimentação em portos) ou político (custeados por partidos). Em meados de 1830, uma nova corrente começa a romper esta tradição, iniciando um movimento que ganharia força e se tornaria majoritário à época, a *penny press:* jornais baratos que apostavam nas estórias de interesse humano, de venda avulsa, postura independente e pouca preocupação com a publicidade que veiculava. "Fontes de receita que dependiam de laços

sociais ou posição política foram substituídas por receita de publicidade e vendas com base no mercado. [...] A publicidade, bem como as vendas, assumiram um papel mais democrático [...]" (SCHUDSON, 2010, p. 30).

> A fundação dos *penny papers* é uma evidência do novo tipo de empresário e do novo tipo de empresa que os anos 1830 apoiaram. As qualidades contemporâneas admiradas ou detestadas nesses jornais – relativa independência partidária, preço baixo, intensa circulação, ênfase sobre a notícia, atualidade, sensacionalismo – têm a ver com o surgimento de uma classe média urbana. (Ibid., p. 64)

Os jornais adotaram aos poucos modos de operação e rituais que atualmente são intrínsecos à prática jornalística: a prática de entrevistar figuras públicas só passou a ser vista nos anos 1860 e a existência dos repórteres só se popularizou nos anos 1880 e 1890. Ainda em 1860, cresce o apelo por um diploma universitário como requisito para o exercício do jornalismo, o que traz como resultado a produção de jornais mais qualificados e que ganham maior status social.

> Competindo um com os outros pela circulação, os jornais tentavam contentar os padrões públicos com autenticidade, os ideais coletivos com honestidade e o gosto geral com entretenimento. Isso significava, por um lado, que os jornais precisavam ser ativos, pitorescos e atraentes. Significava também, por outro, que precisavam ser factuais. (Ibid., p. 88)

O jornalismo sensacionalista da *penny press* passava a ser substituído paulatinamente pelo jornalismo factual. A tendência de espetacularização dos acontecimentos e de mistura de informação e opinião passou a ser preterida em detrimento de um jornalismo que priorizava os fatos e um outro norte: de crença e devoção aos fatos. Eles serão cada vez mais valorizados "a partir do momento em que a atividade jornalística inicia o processo de transição entre uma experiência de caráter artesanal e de forte influência político-partidária, para uma nova fase industrial e capitalista de produção" (GUERRA, 2003, p. 6).

A separação entre fato e opinião se torna um marco que vai fazer parte dos princípios da prática jornalística até os dias atuais. "É nesse período que a separação entre fato e opinião torna-se um paradigma, a influenciar profundamente a formação de um padrão de conduta que irá se constituir numa das principais competências requeridas para a prática do jornalismo desde então" (Ibid., p. 6).

Esta nova característica dos produtos jornalísticos, entendido por Guerra (2003) como um paradigma, é a objetividade. "A crença na objetividade é apenas isso: a ideia de que se pode e se deve separar fatos de valores. [...] é uma confiança nos 'fatos', uma desconfiança nos 'valores', e um compromisso com a segregação de ambos" (SCHUDSON, 2010, p. 15).

Observar e absorver a realidade, transpondo-a para as notícias de forma objetiva passa a ser, portanto, exigência no jornalismo. “[...] uma competência essencial relativa à postura do profissional de jornalismo, por isso caracteriza-se como uma competência de conduta (GUERRA, 2003, p. 6).

O ideal de objetividade no entanto, passou a ganhar adversários dentro do campo jornalístico e já era amplamente contestado no período da I Guerra Mundial. O crescimento do número de profissionais de Relações Públicas e o domínio que eles mantinham sobre o que era divulgado oficialmente para a imprensa fez com que os jornalistas desconfiassem dos relatos. “[...] os jornalistas passaram a considerar qualquer coisa como ilusão, já que, tão evidentemente, tudo era produto de artistas da ilusão conscientes de si” (SCHUDSON, 2010, p. 167, grifo do autor).

Ao colocar luz sob um caso particular da década de 1950, Baker (apud SCHUDSON, 2010) vai destacar o quanto as próprias características do jornalismo acabaram sendo responsável por uma cobertura enviesada da pauta política. “[...] a tradição do jornal norte-americano o obriga a comunicar com expressão séria o que quer que seja dito por alguém posicionado em um alto cargo [...]. E assim, num certo sentido, a imprensa foi seduzida por sua própria moralidade” (Ibid., p. 198-199).

> A objetividade no jornalismo, considerada como um antídoto para a parcialidade, passou a ser encarada como a parcialidade mais insidiosa, dentre todas. Porque a reportagem tida como ‘objetiva’ reproduzia uma visão da realidade social que se recusava a examinar as estruturas básicas do poder e do privilégio. Ela não era apenas incompleta, como sustentavam os críticos dos anos 1930, mas distorcida (Ibid., p. 189)

Essa percepção foi reforçada pelo contexto histórico, já que os Estados Unidos viviam um momento que Schudson define como de cultura adversária, onde a população adotava uma postura social mais crítica, principalmente em relação ao Governo. “Os jornalistas não ‘impunham’ uma cultura adversária em sua reportagem política – eles reagiam a uma postura crítica que encontravam em suas fontes” (Ibid., p. 210). Como contraponto à objetividade, surgiram nos anos 1960 duas novas culturas jornalísticas: o jornalismo literário (*new journalism*) e o *muckraking* (jornalismo investigativo). “Enquanto o jornalismo literário se opõe à objetividade ‘fria’, a tradição investigativa distingue sua agressividade da passividade da reportagem objetiva” (Ibid., p. 220).

Outro caminho utilizado pelos jornalistas foi o reconhecimento da subjetividade como elemento da reportagem. Nos jornais, aumenta-se o número de matérias assinadas, procura-se mais especialização para os repórteres e ocorre ainda o desenvolvimento da reportagem

interpretativa, que ia além dos fatos. Além disso, cresceu o espaço das colunas, principalmente políticas. O colunismo é visto, então, como prova de que o jornalismo institucional não se apoiava mais apenas nos fatos, mas também em interpretações individuais (SCHUDSON, 2010).

2.2 O Campo Jornalístico

A trajetória descrita aponta para a formação do jornalismo enquanto um campo social (BOURDIEU, 2003), ou seja, um microcosmo que funciona de acordo com regras de conduta e práticas unificadas e reconhecidas pelos seus componentes. Trata-se de um "sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes" (Ibid., p. 191). Esse campo se modifica baseado em um jogo de força de seus componentes, que atuam na busca pelo acúmulo do capital simbólico na busca pelo reconhecimento de seus pares e consequente ascensão. O capital varia de acordo com o campo e aparece como um valor agregado ao agente (um saber, uma capacidade, etc) que é reconhecido como distintivo dentro do campo. "É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe" (Ibid., p. 9).

Todas as dinâmicas, práticas e lógicas que interferem no jornalismo, além de seu sistema de princípios, valores e relações objetivas reconhecidos socialmente colocaram a atividade a nível de campo social. "Há um campo social quando se verifica um sistema de relações objetivas que determina o lugar que cabe a cada indivíduo que aí é incluído, que estabelece cada posição, quanto cada um vale, representa e acumula em prestígio e reconhecimento" (GOMES, 2004, p. 53). Aplicando o conceito:

> O jornalismo, por exemplo, poderia ser bem compreendido como um sistema social voltado para a produção de informação sobre a atualidade. Toda a sua distribuição de prestígio e reconhecimento está associada à capacidade, demonstrada por cada um de seus agentes, de obter informação de qualidade, relevante, com rapidez e – grau supremo de distinção – exclusiva, de redigi-la de maneira apropriada, de publicá-la e produzir com ela um efeito na realidade (Ibid., p. 53)

Como integrantes de um campo social, ainda, os jornalistas estariam submetidos a um sistema próprio de avaliação, reconhecimento e ascensão dentro daquele espaço. Agir e produzir seguindo as regras e as exigências do campo passa a ser determinante em seu crescimento e na conquista de poder, ou melhor de "autoridade jornalística", que os coloque

em destaque e em posição de prestígio e influência. É o campo quem determina o que merece atenção dos seus agentes, quais os princípios, métodos e estratégias a serem seguidas (GOMES, 2004, p. 54-55).

Falando especificamente sobre o campo jornalístico, Bourdieu (1997) o define como um campo de autonomia relativa, considerando as diversas pressões que partem de fatores extrínsecos a ele. O campo jornalístico estaria permanentemente exposto a sanções relacionadas ao mercado e que podem partir diretamente dos clientes ou dos índices de audiência. Essas forças externas atuam tanto em relação aos veículos jornalísticos quanto aos jornalistas individualmente. "O grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado [...] e também pelo grau de concentração de anunciantes" (Ibid., p. 102-103). E segue:

> [...] depende em primeiro lugar do grau de concentração da imprensa [...]; em seguida, da posição do seu jornal no espaço dos jornais, isto é, mais ou menos perto do pólo "intelectual" ou do pólo "comercial"; depois, de sua posição no jornal ou órgão de imprensa [...]; e enfim, de sua capacidade de produção autônoma da informação [...]. (Ibid., p. 103)

Desta forma, enquanto o campo jornalístico sofre interferência destas e de outras forças, como das lógicas de audiência e vendas e da concorrência, ele impõe sua força sobre outros campos e sobre os atores intrínsecos a ele. "Como o campo literário ou o campo artístico, o campo jornalístico é então o lugar de uma lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros [...]" (Ibid, p. 105).

A constituição do jornalismo enquanto campo passa diretamente pela questão da unificação das regras, práticas e saberes de seus agentes. Inicialmente fincada em uma construção cotidiana, onde esses valores eram repassados diariamente na prática das redações, o jornalismo passou, mais tarde, a ser também ensinado em escolas e universidades. A inserção de repórteres de formação universitária nas redações provocou uma mudança na prática da atividade, já que criou uma rede informal de compartilhamento entre os profissionais (SCHUDSON, 2010). Isso aconteceu devido a organização de clubes, que remetiam aos grêmios estudantis, onde repórteres trocavam ideia e criticavam os trabalhos uns dos outros. Está prática fortaleceu o vínculo dos jornalistas e a criação de uma comunidade. "Os repórteres passaram a compartilhar um universo de trabalho comum; também dividiam ideias comuns sobre como conduzir seu ofício" (Ibid., p. 88).

Esse saber compartilhado e as diferentes formas de acesso ao campo, por formação universitária ou informal, traz discussões sobre a prática do jornalismo como profissão. A relação entre os jornalistas e a forma como eles se posicionam diante das empresas e de suas funções foi analisada por Zelizer (1993), para quem o jornalismo seria melhor definido como uma comunidade interpretativa. "Jornalistas como uma comunidade interpretativa são unidos por suas interpretações coletivas de eventos públicos chave. O discurso compartilhado produzido por eles é um marco de como eles veem a si mesmos como jornalistas"[1] (ZELIZER, 1993, p. 223, tradução nossa). Atender ao título de profissional exigiria uma certa formalidade na conduta e na aquisição das habilidades práticas, o que Zelizer defende não acontecer no jornalismo. "Jornalistas tendem a evitar os manuais, as escolas e programas de treinamento, e os códigos de comportamento."[2] (Ibid., p. 222, tradução nossa).

A visão de um jornalismo classificado como atividade, e não profissão, é também compartilhada por Stearns (2013). Com a noção de atos jornalísticos, o estudioso defende que não apenas os jornalistas reconhecidos são capazes de praticar o jornalismo, mas também outros cidadãos, que hoje produzem seu próprio conteúdo ou fomentam as notícias produzidas por profissionais tradicionais. "Elas estão divulgando notícias no Twitter, cobrindo suas comunidades pelo Facebook, transmitindo ao vivo, [...] e escrevendo blogs aprofundados em questões de importância civil e comunitária" (Ibid., p. 2). Para definir um ato de jornalismo, Stearns (2013) trabalha com as noções de ética pessoal, comportamento e intenção. Um ato de jornalismo, portanto, surgiria da adesão a algumas práticas e padrões, a exemplo de ter o público como foco principal, ser criativo e analítico, baseado em fatos, conter múltiplos pontos de vista e prezar pela transparência e prestação de serviço.

2.3 O Jornalismo e as Novas Tecnologias

Para pensar no jornalismo praticado atualmente é importante levar em consideração os avanços no campo tecnológico e as novas possibilidades midiáticas. Na era do jornalismo industrial, as empresas de jornalismo detinham domínio sobre toda a cadeia de valor do negócio (COSTA, 2014). Eram responsáveis por todas as etapas da produção, possuindo a capacidade de redação, manejo técnico e distribuição do produto. "Ela cuida da distribuição, sem dar

[1] "*Journalists as na interpretive community are United through their collective interpretations of key public events. The shared discourse that they produce is thus a marker of how they see themselves as journalists*." (ZELIZER, 1993, p. 223)

[2] "*Journalists tend to avoid journalism textbooks, journalism schools and training programs, and codes of jounalistic behavior*." (Ibid., p. 222).

satisfações a não ser a seus leitores, ouvintes e/ou telespectadores" (COSTA, 2014, p. 56). Hoje em dia, no entanto, uma nova cadeia de valor toma conta do mercado.

> Levantamento do Boston Consulting Group mostra que a indústria do conteúdo aufere apenas 7% do faturamento do negócio digital em todo o mundo. A indústria de telecomunicações domina a ponta da distribuição, capturando 60% de todo o dinheiro circulante na indústria digital [...]. Quem domina a ponta da recepção, dos aparelhos que recebem os conteúdos (para fazer a função do papel e do aparelho de rádio e de TV), é a indústria produtora de computadores, *laptops*, *tablets*, *smartphones*, celulares em geral. [...] [O quarto segmento] Ele é formado por produtores de tecnologia, criadores de softwares, os agregadores. Criam tecnologia própria, agregam e manipulam conteúdos de terceiros. Além de empresas especialistas em softwares, como IBM, Oracle, Microsoft, esse segmento conta ainda com os buscadores como o Google, *site*s de comércio eletrônico como a Amazon e o eBay, *sites* de serviços como o Monster e o Craiglist, redes sociais como o Facebook, o YouTube, o Google+, o Twitter, o Instagram, o Foursquare e o Pinterest, portais como a MSN, a AOL, o UOL, o G1, o Terra, o iG, serviços financeiros como o PayPal, entre inúmeros outros. Carregam 22% do faturamento anual digital. Restou às empresas jornalísticas a produção do conteúdo. (COSTA, 2014, p. 57).

O jornalismo se encontra, portanto, em sua era pós-industrial. "Se quisesse resumir em uma sentença a última década no ecossistema jornalístico, a frase poderia ser a seguinte: de uma hora para outra, todo mundo passou a ter muito mais liberdade" (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 32). Esse comportamento é resultado da disseminação de novas técnicas e ferramentas, disponíveis tanto para jornalistas quanto para anunciantes e para aqueles a que antes era reservado apenas o papel de audiência, com participação determinada pelos editores de conteúdo jornalístico. "A novidade aqui não é a possibilidade de participação ocasional do cidadão. É, antes, a velocidade, a escala e a força dessa participação – a possibilidade de participação reiterada, e em vasta escala [...]". (Ibid., p. 71).

Esses aspectos têm mudado as práticas e a organização das empresas jornalísticas. Deuze e Witschge (2016), acreditam que o jornalismo vive hoje uma experiência precária, fragmentada e em rede, que deve ser observada como um objeto em movimento, um "tornar-se" e não mais um "ser". Schudson (2011) também fez um diagnóstico de mudanças nas relações e práticas do campo, destacando um enfraquecimento de fronteiras. "Para um jornalista da era digital, tudo o que é sólido se esfuma no ar, tudo o que antes parecia um dado adquirido está agora sujeito a mudança" (Ibid., p. 139).

Deuze e Witschge destacam quatro tendências de mudança, que apontam, de maneira geral, para uma atividade mais individual que institucional. São elas: "uma reorganização dos ambientes de trabalho; a fragmentação das redações; a emergência de uma sociedade "redacional", e a ubiquidade das tecnologias midiáticas" (DEUZE e WITSCHGE, 2016, p. 9). Essa nova realidade traz, portanto, fatores como a individualização das responsabilidades profissionais, o aumento da

produção de notícias fora das redações, a massificação do uso de técnicas de redação para o público em geral e a interferência das novas tecnologias no trabalho jornalístico (DEUZE e WITSCHGE, 2016). O quadro aponta para um jornalismo que deixa as amarras das organizações e passa a existir tendo como centro o indivíduo e suas inúmeras possibilidades de ação. “O que o jornalismo é e o que é ser um jornalista pode ser entendido tanto em termos ideológicos quanto praxeológicos e não são mais dependentes do trabalho realizado dentro de instituições” (Ibid., p. 10).

No mesmo sentido, Schudson (2011) entende que fronteiras que antes pareciam sólidas estão ruindo, o que muda totalmente a forma como se pratica o jornalismo. São fronteiras entre o leitor e o escritor, que se esvaem com a facilidade de acesso à diversas ferramentas de produção e publicação de conteúdo. Ou as fronteiras entre as publicações, que estão borradas pelo surgimento e disseminação de blogs e redes sociais. “[...] há agora formas através das quais os amadores podem participar no processo jornalístico sem serem escritores. (SCHUDSON, 2011, p. 143). E essas mudanças não ocorrem apenas na produção de conteúdo, mas também na seara de gestão das empresas jornalísticas. Torna-se necessária uma atenção maior dos jornalistas às questões comerciais, tendo alguns cursos de jornalismo já incorporado noções de negócio. Além disso, diminui a distância entre os produtos jornalísticos de viés lucrativo, não-lucrativo e o público, proliferando diversas formas de cooperação e financiamento. “A velha tradição de que os jornalistas têm de competir uns com os outros para sobreviver está a dar lugar a novas tradições, em que os jornalistas vão ter de cooperar uns com os outros para sobreviver”. (Ibid., p. 145).

O autor identifica algumas preocupações que surgem com esse processo, como a aceleração no ritmo da comunicação e a sua trivialidades, elementos que podem ser acentuados por ferramentas como Twitter e Facebook, além de questões como edição e abandono da sobriedade jornalística. Mas ele afirma haver um grande lado positivo nessas mudanças, pela aproximação que cria entre os jornalistas e o público, evitando os riscos da irrelevância, elitismo e de agir em “um mundo faccioso que funciona como uma câmara de eco, em que os jornalistas acabariam por falar primordialmente uns para os outros” (Ibid., p. 145).

2.4 Valores, Propriedades e Funções

2.4.1 Objetividade

A objetividade é um dos, senão o principal, valor associado a prática do jornalismo. Adotada inicialmente como forma de superação do partidarismo e depois renegada em nome

de uma prática investigativa e menos conivente com o oficialismo, a objetividade é vista hoje como meta e identifica não apenas um valor comportamental, mas práticas e regras do jornalismo. "[...] é ao mesmo tempo um ideal moral, um conjunto de práticas de reportagem e edição, e um padrão observável de redação de notícias"[3] (SCHUDSON, 2001, p. 149, tradução nossa).

Como regra de conduta, este valor está aliado a outros preceitos do jornalismo como verdade, credibilidade, neutralidade, imparcialidade e completude das informações apresentadas ao público. Sponholz (2003) define a objetividade como a produção do máximo de proximidade possível entre a realidade o texto.

> [...] é uma condição sine qua non para a mediação de informações. Se não é possível estabelecer uma relação entre ambas as realidades, não é possível transmitir informações. Se esta relação não existe, é necessário abandonar a tarefa informativa do jornalismo e assumir todas as consequências publicísticas e políticas que isto significa (SPONHOLZ, 2003, p. 110-111).

Mais do que para assegurar a verdade dos relatos, a objetividade também passou a ser utilizada pelos veículos como forma de autoproteção. "Os editores [...] tinham que [...] manter o jornal livre de erros facilmente identificáveis e excessos que levariam à difamação, a embaraços ou a críticas da opinião pública endereçadas ao jornal" (SCHUDSON, 2010, p. 100). Era a objetividade sendo utilizada como ritual estratégico (TUCHMAN, 1999). "Os profissionais acreditam poderem mitigar pressões contínuas como sejam os prazos, os possíveis processos de difamação e as repressões antecipadas dos superiores, com a argumentação de que o seu trabalho é objetivo" (TUCHMAN, 1999, p. 74). Chegar a esta objetividade, no entanto, exigiria que o produto noticioso seguisse uma série de procedimentos, que são apontados por Tuchman (1999) como um ritual estratégico. No que se refere à forma da notícia, os jornalistas utilizam ferramentas como a apresentação de versões conflitantes e de provas auxiliares, o uso de aspas para expressar a opinião dos envolvidos e a estruturação da informação numa sequência apropriada. (TUCHMAN, 1999, p. 79-84).

No que se refere às relações interorganizacionais e ao conteúdo, aponta-se decisões como a subdivisão do jornal em seções e páginas (o que permitiria ao leitor identificar facilmente os espaços destinados a textos opinativos e os destinados às notícias objetivas), e o

[3] "*'Objectivity' is at once a moral ideal, a set of reporting and editing practices, and an observable pattern of news writing.*" (SCHUDSON, 2001, p. 149).

respeito ao senso comum que, para o autor, determina se uma informação pode ser aceita como fato (TUCHMAN, 1999, p. 84-88).

As inovações tecnológicas e a nova ecologia da informação proporcionada por elas podem, no entanto, complexificar a noção de objetividade, como sugere Deuze (2005). Uma perspectiva multicultural e multimídia abriria uma alternativa ao que o autor considera como a dicotomia do 'dar os dois lados da história'. A superação dessa perspectiva possibilitaria uma leitura mais ampla e diversificada dos eventos. "Em outras palavras: uma consciência ativa do (potencial valor agregado) das novas tecnologias de mídia e da pluralidade cultural torna o valor central da objetividade mais complexo" (Ibid., p. 456).

Muitas são as explicações pensadas ao longo do tempo para justificar a absorção da objetividade como valor central do jornalismo. Uma delas possuía viés econômico, apontando o jornalismo comprometido com os fatos como de maior apelo popular, o que garantia maior retorno de vendas. O público consumidor passava a exigir novas características do jornalismo, como objetividade, imparcialidade e independência, sendo a presença ou não delas decisiva na qualificação dada aos veículos de comunicação. Para aumentar o número de leitores, os jornais abandonaram a prática ideológica e partidária, preparando material que pudesse ser consumido pelas diversas vertentes sociais e, dessa forma, ampliando seu público alvo. "Esse movimento produz uma mudança decisiva na forma de organização dos jornais, que deixam de ser instrumentos de ação política para se tornarem empresas, com objetivo de ganhar dinheiro" (GUERRA, 2003, p. 7). Um número maior de leitores, significava também maior perspectiva de ganhos com publicidade, atraindo mais anunciantes.

Outra perspectiva considera os avanços tecnológicos, citando a invenção do telégrafo como responsável por mudanças na forma como se transmitia as notícias. A Associated Press, criada em 1948 para aproveitar as vantagens da transmissão de notícias via telégrafos, passou a utilizar a objetividade como estratégia para publicar suas notícias em jornais variados, com alianças políticas amplamente diversificadas. Desde 1896, o New York Times adotava as mesmas características, mas nesse caso com o objetivo de atrair leitores de maior poder aquisitivo. Enquanto a Associated Press mantinha-se factual para agradar a uma clientela política diversa, o Times era informativo o suficiente para atrair os relativamente seletos e socialmente homogêneos leitores da elite" (SCHUDSON, 2010, p. 15).

O próprio Schudson, no entanto, reconheceu mais tarde as limitações dessas perspectivas, que considera reducionistas e vagas, sendo mais capazes de explicar a existência de novas práticas que de novas normas sociais. "Lembre-se que o que está em causa não é apenas um novo estilo de prosa, mas a articulação autoconsciente de regras com força moral

que direciona como essa prosa deve ser escrita e fornece um padrão de condenação quando a escrita não corresponde"[4] (SCHUDSON, 2001, p. 159, tradução nossa).

Para o autor, é em meados de 1920 que a objetividade passa a ser reconhecida de forma consciente como norma do jornalismo. Isso resulta primeiro de processos horizontais, como a criação de uma consciência coletiva de categoria profissional, o que resultou na criação de hábitos, rotinas e uma linguagem própria, assim como de práticas específicas de trabalho, entre elas a entrevista. "A crescente coerência corporativa desse grupo ocupacional, gerando uma demanda tanto por coesão e o orgulho ocupacional, de um lado, e por controle social interno, de outro, daria, até a década de 1920, origem a uma ética autoconsciente de objetividade"[5] (Ibid., p. 157-158, tradução nossa). Um segundo processo seria de aplicação vertical, quando a objetividade passa a ser disseminada nas escolas de jornalismo e nos códigos de ética da profissão, por exemplo.

2.4.2 Atualidade

A atualidade é outro aspecto considerado como característica essencial ao jornalismo pela maioria dos autores. A qualidade aparece na obra de Groth (2011) como uma propriedade do jornalismo, ou seja, um aspecto definidor de um produto enquanto jornalístico. Na visão do autor, no entanto, o atual por si só não seria suficiente para o jornalismo, devendo estar relacionado com o conceito do novo.

> O atual, como uma mera relação temporal (quando é ao mesmo tempo conhecido, o habitual), apesar de toda sua relevância para as pessoas, não tem em si o sensacional, o excitante, como o atual-novo. (...) O novo-atual, por sua vez, tem um significado especial para mim, aguça meu interesse mais avivado, incita os sentimentos da maneira mais forte. Por isso, o âmago do conteúdo do jornal é o atual-novo, ele é o mais valioso para o jornal. (GROTH, 2011, p. 224)

Um ponto de partida para pensar a atualidade jornalística seria compreender a relação entre a temporalidade do jornalismo e a temporalidade dos eventos. "O jornalismo produz um relato sobre [...] situações que estejam em ato, em movimento, em processo de execução, [...],

---

[4] "*Remember that what is at issue is not only a new style of prose but the selfconscious articulation of rules with moral force that direct how that prose shall be written and provide a standard of condemnation when the writing does not measure up. Here the technological and economic explanations by themselves help not at all.*" (SCHUDSON, 2001, p. 159).

[5] "*The growing corporate coherence of that occupational group, generating a demand both for social cohesion and occupational pride, on the one hand, and internal social control, on the other, would by the l920s eventuate in a self-conscious ethic of objectivit."* (SCHUDSON, 2001, p. 157 e 158).

admitindo, no máximo, um breve intervalo de tempo entre um evento que recém se encerrou e o relato jornalístico dele." (FRANCISCATO, 2003, p. 10).

A temporalidade jornalística oscila portanto entre os pólos do objeto noticiado; o da própria instituição, e o tempo do leitor. "A atualidade jornalística pode ser inicialmente compreendida, então, como uma relação temporal entre estes três pólos, sabendo-se que esta relação é composta por procedimentos e recursos materiais e simbólicos que ganham objetividade social" (Ibid., p. 10)

> Em outras palavras, a temporalidade da atividade jornalística é composta não somente pela temporalidade do objeto noticiado, mas pela temporalidade do ato de informar publicamente (na forma de um discurso) que tal fato está ocorrendo numa dimensão do presente. O jornalismo como um discurso apresentado publicamente marca também um sentido de tempo tanto para o jornalista quanto para o público: o tempo do ato de reportar, de contar, de narrar, de enunciar o fato – conforme os termos usados para descrever o processo (Ibid., p. 11).

A necessidade de buscar a coincidência entre o tempo de acontecimento e relato do fato é explorada por Groth (2011). "[...] vista de forma ideal, a relação temporal entre mediação e ser ou acontecer se constitui no coincidir de ambos os momentos, na simultaneidade, na qual a distância entre ambos os momentos é = 0." (FRANCISCATO, 2003, p. 225).

A prática do jornalismo digital não só reforça essa característica do jornalismo como a complexifica. A possibilidade de um meio permanentemente à disposição do leitor amplia a possibilidade da busca pela divulgação imediata, diferenciando-se dos impressos, de circulação no mínimo diária, e das rádios e tvs, mesmo que essas últimas contem com o advento da entrada ao vivo e dos plantões de notícia. "O jornalismo online, ainda que podendo chegar mais atrasado na informação, tem a vantagem de manter essa informação sempre disponível e não a ver escoar na passagem do tempo, como sucede na rádio e na televisão" (FIDALGO, 2004, p. 1). O meio digital amplificou o potencial do jornalismo em buscar a instantaneidade, e se diferencia por sua capacidade de atualização constante e manutenção permanente do conteúdo publicado.

Fidalgo (2004) ainda destaca o meio digital pela sua capacidade de promover a atualidade sem interferir na universalidade do conteúdo. A amplitude do espaço disponível para publicação, diferente das páginas de um jornal ou das horas de um rádio ou telejornal, possibilita um grande acúmulo de informação, mantendo as publicações antigas sempre à disposição dos leitores. Utilizando elementos de memória (PALÁCIOS, 2003), hipertexto e base de dados, o jornalismo digital acaba por "dar conta da pluralidade e da diversidade dos acontecimentos, sem com isso investir menos na actualidade." (FIDALGO, 2004, p. 1).

2.4.3 Periodicidade

No que trata da forma do produto jornalístico, Groth (2011) aponta a periodicidade como propriedade do jornalismo, o que define como o distintivo mais explícito que jornais e revistas carregam e que os diferencia de outras publicações não jornalísticas. “Ela é a forma característica reconhecida genericamente do jornal ou da revista como ‘realidade imaterial’ contínua, só nesta forma o jornal pode apresentar o seu conteúdo. Este conteúdo exige publicação periódica e esta, por sua vez, determina o conteúdo” (Ibid., p. 150).

A periodicidade do jornalismo é, na visão de Groth, mas uma manifestação da lei geral da periodicidade, que pode ser verificada em toda forma de natureza, no ser humano e nos aspectos culturais da sociedade. “Assim, toda a vida e a produção de cada um, assim como todas as coletividades, toda a história da sociedade e da cultura, [...], é marcada por um cunho periódico” (Ibid., p. 153). A lei da periodicidade interfere, assim, em todas as esferas e etapas da produção jornalística, desde o planejamento, rotinas de trabalho, forma do produto e relação com o público.

O jornalismo digital, com sua disponibilidade de atuação permanente, traz novas reflexões ao sentido de periodicidade, já que vai além da lógica da hora certa para o início do telejornal ou do período imutável para a entrega do jornal ou da revista. Os novos produtos digitais podem receber publicações a medida em que os eventos se sucedem, ainda garantindo a possibilidade se atualização do texto ou a publicação de novo material sobre o mesmo assunto de acordo com novos acontecimentos. A ideia de periodicidade enquanto intervalo regular de tempo fica comprometida, mas o próprio Groth (2011) diminui a relevância dessa rigidez. “Mas a perfeição da periodicidade do jornal não é a sua regularidade estrita, o retorno exato da aparição no mesmo momento, [...], mas sim a maior brevidade possível dos intervalos, a sequência mais rápida possível de sua republicação [...]” (Ibid., p. 158).

Para garantir a atualização contínua, as redações de produtos digitais também trabalham com certa lógica de periodicidade, não permanecendo à espera do factual. Para isso, trabalha com escalas de horário que levam em consideração, por exemplo, os hábitos de consumo de seus leitores. São horários do dia em que o conteúdo é renovado, ficando as exceções para acontecimentos de grande valor jornalístico que precisam ser publicados com imediaticidade para evitar “furo” da concorrência e para ampliar a credibilidade junto ao leitor. O próprio conceito de exclusividade é tumultuado nesse processo, já que fazia muito mais sentido em uma dinâmica de jornalismo diário. Atualmente, a possibilidade de monitoramento em tempo real da concorrência e de atualização constante do próprio conteúdo reduz essa importância. Há

ainda os casos em que os produtos jornalísticos acabam sabendo dos fatos por meio da própria audiência, nas redes sociais, direcionando o papel do jornalismo à checagem e organização das informações.

2.4.4 Publicidade

A publicidade se refere à acessibilidade, que deve marcar o produto jornalístico. “Ela representa a coisa que está ‘diante de todo mundo’, à qual cada um à princípio tem acesso, que cada um pode ouvir, ver, apreender” (GROTH, 2011, p. 263). “A publicidade do jornal como sua característica essencial é, portanto, a acessibilidade a cada um e com isso a notoriedade de tudo aquilo que o jornal traz, de tal forma que cada um possa tomar conhecimento, que ninguém esteja excluído da recepção do conteúdo” (Ibid., p. 263).

O advento do jornalismo digital mantém e aperfeiçoa essa característica, já que torna acessível o conteúdo produzido sem as barreiras de um produto físico, que ficaria limitado a um espaço geográfico ou chegaria com um certo tempo de atraso se enviado por um serviço de correios. Na *internet*, é possível acessar conteúdo produzido em todo o mundo de forma instantânea. Há também os seus limites, que, assim como no jornalismo impresso, está relacionado às questões sócio-econômicas. “Para ter acesso a um jornal online também se necessita de um determinado nível de literacia, condições sociais e económicas para aceder a um computador em rede, entre outras” (FIDALGO, 2011, p. 1).

As novas tecnologias de comunicação móvel reforçam essa seara. Com *smartphones* e *tablets*, os leitores podem acessar conteúdo a qualquer hora e em qualquer lugar, o que torna o consumo ainda mais acessível. As inovações, no entanto, também trouxeram novos quadros na publicação de conteúdo. A publicidade deixa de ser prerrogativa das empresas de comunicação e passa a depender mais dos interesses e disposições do consumidor, que compartilha o material jornalístico em redes sociais ou produz seu próprio conteúdo. O poder de mídia acabou sendo disseminado. “[...] o jornalista deixou de ser o ator principal no sistema da informação – ele agora é um ator coadjuvante, o que não lhe retira importância, mas muda a sua forma de atuar.” (COSTA, 2014, p. 63).

2.4.5 Universalidade

A universalidade se refere à abrangência do conteúdo jornalístico e pode ser considerada a das características mais fracas entre as discutidas neste trabalho e menos aceita pelos autores.

Ela aparece na obra de Groth (2011) e se refere à necessidade de o jornalismo englobar qualquer tema. “A universalidade é, na realidade, a capacidade de um objeto de extrair o seu conteúdo de toda a realidade da natureza, sociedade e cultura objetivas” (Ibid., p. 183).

> [A universalidade] diz que tudo o que há e acontece em alguma região, em alguma parte da terra e até mesmo do universo, “em todo o mundo” seria um objeto ideal para a mediação do jornal porque seja objeto dos mundos diante das pessoas, podendo ser farejado, apreendido, trabalhado e mediado por ele. O natural, o cultural, o social, situações, acontecimentos e ideais, pessoais, iguais e comuns, nada que caia sobre o mundo diante do indivíduo ou de alguma coletividade permanece de fora. Tudo o que aguçar a atenção, o interesse, a participação, o que de alguma forma produz uma atitude, tudo o que de alguma maneira pode ser objeto de um valor ou de uma finalidade está com isso incluído no conteúdo possível. (Ibid., p. 181-182)

Essa vertente pode dialogar com os primeiros formatos jornalísticos do século XIX, como é o caso da *penny press,* que se destacava pela amplitude dos conteúdos selecionados, indo além do que seria definido como questões de interesse público. “Os *penny papers* inauguraram esta atitude democrática em relação aos acontecimentos mundiais: qualquer evento, não importando quão aparentemente trivial, poderia qualificar-se para a publicação em um jornal” (SCHUDSON, 2010, p. 40). Esta visão, no entanto, esbarra na crença do jornalismo enquanto espaço para discussão de temas voltados para o interesse público, assuntos que têm interferência na sociedade enquanto esfera coletiva.

Muitos produtos considerados jornalísticos, no entanto, abrem espaço para temas relacionados à vida privada. A ampliação dos espaços de publicação, o que ocorre com o jornalismo digital torna essa realidade ainda mais abrangente. Muito além de discutir o que é de interesse público, produtos jornalísticos como portais de notícias investem em conteúdo voltados ao entretenimento, que tem apelo junto ao público e rende maior número de acessos. “O conteúdo de um jornal online é universal no sentido de que qualquer assunto pode ser incluído nas suas notícias. A condição é que faça parte do mundo objectivo dos seus leitores” (FIDALGO, 2004, p. 1).

2.4.6 Funções

Analisados o desenvolvimento do campo jornalístico, seus princípios e suas propriedades, outra pergunta se faz necessária. Para que serve o jornalismo? Como instituição, o jornalismo possui a legitimidade social para narrar o presente. Analisando a questão sob a perspectiva de manutenção e apoio à democracia, Schudson (2008) elencou seis funções que acredita serem inerentes ao jornalismo. São elas: informação, investigação, análise, empatia

social, fórum público e mobilização. As três primeiras parecem mais óbvias, principalmente por estarem diretamente ligadas às finalidades de determinados gêneros jornalísticos, como notícia e reportagem (informativas), colunas de opinião (análise) e o *muckraking* (investigativo), estes dois últimos originados no processo de superação do ideal de objetividade.

A função informativa seria, para Schudson (2008) também educacional, pois reforçaria o poder de atuar cidadã da população (Ibid., p. 9). Como investigador, o jornalismo atuaria como cão de guarda do Governo, trazendo seus conflitos à público independentemente até mesmo do tamanho ou interesse da audiência. "O que interessa é que as pessoas no governo acreditem que eles estão acompanhando as notícias. [...] Isso é suficiente para produzir nos líderes o medo do embaraço público ou o medo do descrédito, controvérsia [...]"[6] (Ibid., p. 10-11, tradução nossa). No caso da análise, o jornalismo exploraria o seu viés pedagógico. "A virtude requerida para o jornalismo analítico é a inteligência e um pouco de saber pedagógico, ligando a capacidade de entender uma situação complexa com a habilidade de transmitir aquele entendimento para o público amplo"[7] (Ibid., p. 12, tradução nossa)

Por "empatia social", Schudson (2008) se refere à capacidade do jornalismo de contar estórias, o que pode servir para trazer diferentes realidades ao conhecimento de seus leitores ou mesmo para que eles possam enxergar a si mesmos. Para o autor, esta é também uma função do jornalismo. "As melhores organizações noticiosas de nossos dias fazem um grande esforço para demonstrar a conexão entre problemas privados e questões públicas"[8] (Ibid., p. 14). Como o próprio autor lembra, as publicações de interesse humano fazem parte do jornalismo desde os seus primórdios, como no caso da *penny press*.

> [...] mas elas estão sendo utilizadas cada vez mais instrumentalmente hoje em dia, para atrair leitores ou expectadores em uma narrativa maior, um que não nos conta apenas sobre um indivíduo interessante ou inabitual, mas que nos mostra como essa experiência nos conecta com questões maiores[9] (Ibid., p. 14, tradução nossa).

---

[6] "*All that matters is that people in government believe they are following the news. [...] This is sufficient to produce in the leaders a fear of public embarrassment or a fear of public discrediting, public controversy [...].*" (Schudson, 2008, p. 10-11).

[7] "*The virtue required for analytic journalism is intelligence and a kind of pedagogical wisdom, linking the capacity to understand a complex situation with a knack for transmitting that understanding to a broad public*." (Ibid., p. 12).

[8] "*The better news organizations of our day make a great effort to demonstrate the link between private troubles and public issues*." (Ibid., p. 14).

[9] "[...] *but they are used more and more instrumentally these days, to draw readers or viewers into a larger tale, one that tells us not just about an interesting or unusual individual but shows us how that person's experience links up with larger issues*." (Ibid,. p. 14).

Outra função do jornalismo seria a de promoção de um espaço de fórum público, que seria dar voz às diversas esferas sociais e promover o debate sobre questões de interesse da população. Isso aconteceria pelas sessões de cartas dos leitores em diversos jornais e ganhou contornos mais teatrais com a televisão. Schudson (2008) ainda destaca a forma como a chegada da *internet* ampliou esta função da forma mais profunda possível, diversificando as possibilidades de interação (Ibid., p. 16).

Por fim, Schudson (2008) trata da função de mobilização e remete este debate ao jornalismo produzido no século XIX, totalmente vinculado a partidos políticos. Submetidos a estes grupos ou, no mínimo, financiado por eles, os jornais tinham a obrigação de abraçar a causa partidária e defender uma visão explícita em nome da mobilização da opinião pública e da conquista de potenciais eleitores. A meta de conquista da objetividade, no entanto, teria modificado esta estrutura. "[...] a objetiva, provedora de informação, e não partidária função investigativa das principais organizações noticiosas dos dias de hoje podem ter um efeito desmobilizador. Eles dão informação às pessoas, mas não avisam o que fazer com ela"[10] (Ibid., p. 18, tradução nossa).

Falando sobre a defesa da liberdade ao exercício do jornalismo, Luiz Beltrão (1960) acredita que a instituição jornalística deve, como reconhecimento à sociedade, se revestir de determinadas responsabilidades em sua prática. São elas: a responsabilidade para com o indivíduo e com a coletividade; para com a pátria e para com a comunidade internacional. "Êstes três tópicos são fundamentais na fixação do conceito e das diretrizes de uma atividade jornalística livre e consciente das suas verdadeiras e legítimas finalidades" (BELTRÃO, 1960, p. 185).

O entendimento parte de que "o jornalismo serve, antes de tudo, à comunidade em que se exerce" e que deve ser praticado para o coletivo antes do indivíduo procurando atender a seu "objetivo supremo" a promoção do bem comum. Em comum sentido à democracia, o jornalismo seria uma instituição social majoritária. "Se deixa de exprimir os ideais da comunidade, de contribuir para a realização de suas causas e solução dos seus problemas e conflitos, de adverti-la dos seus erros e de apontar-lhe os caminhos certos para o êxito [...] – então falha completamente na sua missão [...]" (Ibid., p. 200).

Com base na experiência norte-americana, Beltrão (1960) também classifica o compromisso com a defesa da nação e com a criação de um sentimento nacionalista como uma

[10] "[...] *the objective, information-providing, and non-partisan investigative functions of today's leading news organizations may have de-mobilizing effects. They provide people with information, but they do not advise people what to do with it*." (Schudson, 2008, p. 18).

função do jornalismo, devido a sua capacidade de catalisação. O autor também coloca esta como característica nata do jornalismo brasileiro, que teve participação decisiva em diversas lutas nacionais, a começar pelo processo de independência. A meta destacada para o autor seria à época a superação do ufanismo para assunção de um trabalho constante de esclarecimento e orientação do povo dentro de um programa de causas nacionais (BELTRÃO, 1960, p. 211).

Por fim, o jornalismo teria ainda a responsabilidade para com a comunidade internacional, que Beltrão (1960) destaca com foco nos esforços pela paz. Com participação alternada em diferentes períodos, o jornalismo teve papel decisivo tanto na divulgação e apoio de tentativas de acordo de paz em diversas conferências mundiais quanto no acirramento dos conflitos em períodos de guerra. Centrar esforços na conscientização popular seria tarefa do jornalismo enquanto meio de comunicação com mais amplo acesso às camadas sociais (BELTRÃO, 1960, p. 219).

2.5 A Notícia como Construção da Realidade

Uma das abordagens para a busca de uma definição defende que o conceito de notícia vai variar de acordo com a estrutura social. Isso porque seriam as estruturas vigentes na sociedade as responsáveis por modelar o entendimento sobre o que é importante ou interessante. Nesse sentido, acredita-se que a notícia espelha a sociedade por apresentar um reflexo de suas preocupações e interesses. (TUCHMAN, 1978, p. 183). O subsequente processo de superação do mito da objetividade e da negação do jornalismo como reflexo da realidade abriu novas perspectivas acadêmicas, que passaram a entender a notícia como um espaço de reconstrução do real e que agia em vias de mão dupla com a sociedade, influenciando e sendo influenciada por ela. Foi possível enxergar na atuação do jornalista em todo o processo de produção e nas influências que incidem nesse processo uma forma de atuação do jornalismo sobre a realidade.

Depois de analisar o contexto histórico, Guerra (2003) afirma que a atividade jornalística se estrutura atualmente tendo como base a mediação entre a realidade e os indivíduos e os fatos como objeto central do discurso. “O trabalho essencial da atividade consiste então em buscar informações verdadeiras capazes de dar conta dos fatos, [...].” (TUCHMAN, 1999, p. 15). O trabalho jornalístico seria constituído de um percurso interpretativo que parte de uma informação inicial e que após um processo de construção resulta na elaboração de uma notícia. Por esses percursos, os jornalistas conseguem observar a realidade, refletir sobre o problema e hipóteses, relacionar dados e fatos e definir uma linha de ação, tudo isso de forma racional (GUERRA, 2003, p. 180).

> Nesse percurso, três competências se apresentaram necessárias: a competência cognitiva, relativa à capacidade de conhecer os fatos em questão e aplicar os critérios de relevância adequados; a competência de conduta, relativa à capacidade de verificação e certificação da verdade dos fatos (a objetividade) e à capacidade de manter-se isento no trabalho, independentemente dos atores em disputa (a neutralidade); e a competência discursiva, relativa à capacidade de traduzir o conhecimento obtido em discurso noticioso (GUERRA, 2003, p. 16).

Enxergar a notícia como resultado de um processo produtivo que supera várias etapas, envolve diversos atores e exige competências específicas é fundamental para compreender a sua natureza. Entender os meios de comunicação e o jornalismo como meios de construção da realidade, no entanto, também exige algumas considerações (ALSINA, 1996). Uma delas é que é preciso ter em mente que essa construção também se dá pela audiência, já que os meios de comunicação massivas atuam em um processo de produção, circulação e reconhecimento. Além disso, é preciso reconhecer que o conceito de construção da realidade não se restringe à prática da comunicação de massa ou ao jornalismo.

Dessa forma, o jornalismo se destaca por se caracterizar como uma instituição socialmente legitimada pela sociedade para construir a realidade publicamente relevante (Ibid.). "Os meios de massa são os que criam a realidade social. Os acontecimentos são conhecidos graças aos meios de massa e se constroem por sua atividade discursiva. [...] Assim, o processo de construção social depende inteiramente da prática do jornalismo"[11] (Ibid., p. 30, tradução nossa).

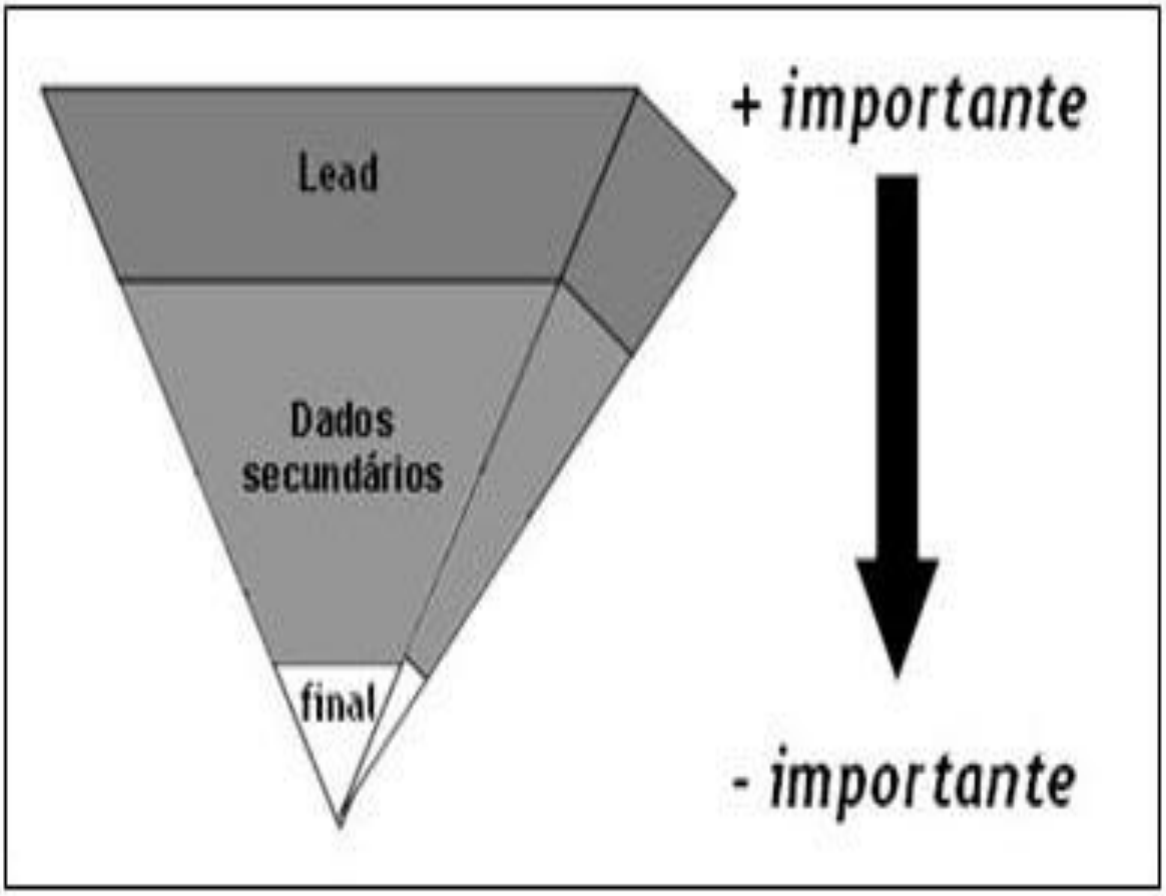
Para reconstruir a realidade buscando se aproximar ao máximo do conceito de objetividade, o texto jornalístico noticiosos ganhou um formato específico ao longo dos anos, atendendo a uma lógica hierárquica. Dessa forma, o conteúdo é apresentado partindo de seus aspectos mais relevantes até aqueles de menor importância, em uma estrutura conhecida como pirâmide invertida, como mostra a Figura 1.

O primeiro parágrafo, denominado de lide, deve trazer um resumo dos aspectos essenciais do evento narrado, respondendo as seguintes questões: Quem? O quê? Onde? Quando? Como? Por qual razão? A ideia é antecipar o que há de mais importante na história, deixando para os demais parágrafos o aprofundamento e detalhamento, sempre seguindo a ordem da informação de maior para a de menor importância.

---

[11] "*Los mass media son los que crean la realidade social. Los acontecimentos son conocidos gracias a los mass media y se construyen por su actividad discursiva. [...] Así pues, el processo de la construcción de la realidade social depende enteramente de la práctica productiva del periodismo*." (Alsina, 1996, p. 30).

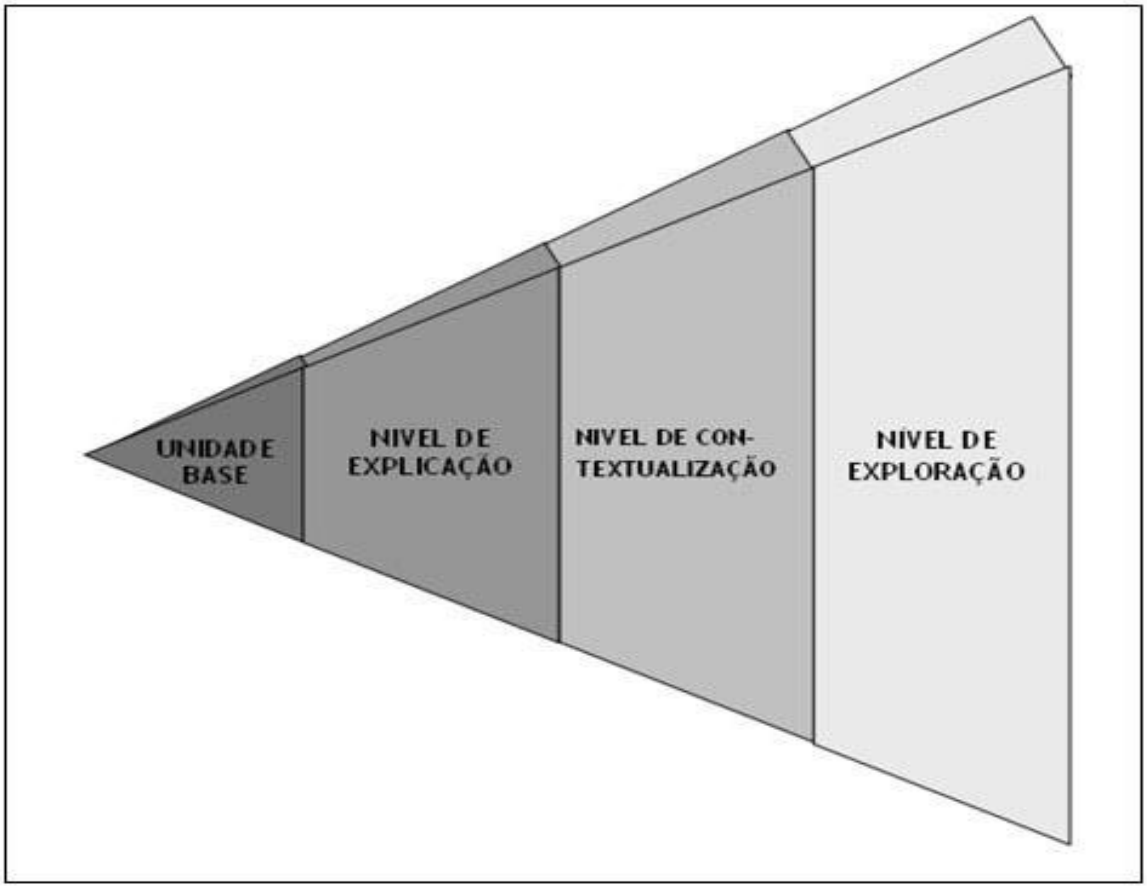
Figura 1 – A pirâmide invertida



Fonte: Canavilhas (2006)

O meio digital, no entanto, tem trazido reformulações sobre o sentido da pirâmide invertida no texto jornalístico. Canavilhas (2006) destaca discordâncias entre autores sobre a necessidade da manutenção da lógica hierárquica no jornalismo digital, já que ela está diretamente ligada a questões relacionadas ao meio impresso, como o limite de espaço. "Usar a técnica da pirâmide invertida na *web* é cercear o *webjornalism* de uma das suas potencialidades mais interessantes: a adopção de uma arquitectura noticiosa aberta e de livre navegação" (Ibid., p. 7). O jornalismo digital possibilitaria, no que se refere à estrutura, a possibilidade de criar textos em profundidade. Isso acontece por meio dos *hiperlinks*, que possibilita a criação de diversos níveis de informação relacionadas à principal. "Embora estejam claramente definidos os níveis de informação, não há uma organização dos textos em função da sua importância informativa, mas uma tentativa de assinalar pistas de leitura" (Ibid., p. 14). Para representar esta nova estrutura, o autor propõe a ideia de uma pirâmide deitada, como mostra a Figura 2.

Figura 2 – Pirâmide deitada



Fonte: Canavilhas (2006)

A pirâmide está subdividida em quatro níveis:

> A Unidade Base – o lead – responderá ao essencial: O quê, Quando, Quem e Onde. Este texto inicial pode ser uma notícia de última hora que, dependendo dos desenvolvimentos, pode evoluir ou não para um formato mais elaborado.
> O Nível de Explicação responde ao Por Quê e ao Como, completando a informação essencial sobre o acontecimento.
> No Nível de Contextualização é oferecida mais informação – em formato textual, vídeo, som ou infografia animada – sobre cada um dos W's.
> O Nível de Exploração, o último, liga a notícia ao arquivo da publicação ou a arquivos externos. (CANAVILHAS, 2006, p. 15).

Além da questão hierárquica, Lage (2005) aponta outras duas etapas básicas da produção noticiosa: a seleção dos eventos a serem noticiados e das informações contidas nos relatos e a nomeação, momento de alta participação da interpretação do jornalista. A partir desses procedimentos torna-se possível perceber com ainda mais ênfase o quanto é problemático encarar a notícia como um reflexo fiel do real. "A notícia não espelha a sociedade. Ajuda a constituí-la como fenômeno social compartilhado, posto que no processo de descrever

um fato a notícia define e dá forma a esse fato [...]"[12] (TUCHMAN, 1978, p. 184, tradução nossa).

Ao revisar o conceito de notícia produzido por outros autores, Alsina (1996) ainda distingue a tentativa de vincular-se a notícia ao ideal de verdade. Para o autor, a veracidade da notícia é questionável, tanto que existem notícias falsas, que não deixam de ser notícias por serem falsas. "O conceito de notícia não leva inserido o conceito de verdade (ALSINA, 1996, p. 182). Em sua própria tentativa de conceituação ele define a notícia como "uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível"[13] (ALSINA, 1996, p. 185).

2.6 Os Critérios de Noticiabilidade

Nos estudos sobre o jornalismo, teóricos têm tentado elencar e sistematizar uma gama de aspectos que reflitam os fatores envolvidos no processo que se inicia com o acontecimento e resulta na sua reconstrução em forma de notícia: são os critérios de noticiabilidade, explicados por Silva (2013) como

> Todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (Ibid., p. 27).

Em uma primeira tentativa de apontar atributos que destacariam fatos dignos de serem noticiados, Walter Lippmann (2010) apresentou o que seriam valores-informativos. São eles: clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto, e conflito pessoal. Essa reflexão foi levada adiante por Galtung e Ruge (1999), que analisando a cobertura do noticiário estrangeiro na Noruega chegaram a uma lista de condições as quais os acontecimentos precisam satisfazer para que se tornem notícia: frequência, amplitude, inequivocidade, significância, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição, referência a nações e pessoas da elite, referência a pessoas e referência a algo negativo. A partir desses elementos, os autores fizeram três suposições:

---

[12] "[...] *news does not mirror society. It helps to constitute it as a shared social phenomenon, for in the process of describing na event, news defines and shapes that* event [...]." (Tuchman, 1978, p. 184).

[13] "[...] *es uma representación social de la realidade cotidiana producida institucionalmente que se manifesta em la construcción de um mundo posible*." (Alsina, 1996, p. 1985).

1. Quantos mais acontecimentos satisfizerem os critérios mencionados, mais possibilidades terão de serem registados como notícias (selecção).
2. Logo que uma notícia é seleccionada, o que a torna noticiável de acordo com os factores, será salientada (distorção).
3. Tanto o processo de selecção como o processo de distorção terão lugar em todas as fases da cadeia, desde o acontecimento até o leitor (repercussão). (GALTUNG e RUGE, 1999, p. 71-72).

A partir de então, diversos autores deram contribuições para a discussão, seja elencando os seus próprios critérios, seja tentando encontrar formas de pensá-los e sistematizá-los. Uma dessas propostas avalia os critérios como sendo intrínsecos ou extrínsecos aos acontecimentos (SILVA, 2013). No primeiro caso, estamos falando de um "grupo de critérios que cercam a noticiabilidade do acontecimento considerando origem do fato, fato em si, acontecimento isolado, características intrínsecas, características essenciais, atributos inerentes (..)" (Ibid., p. 56). Esses fatores também são chamados de valores-notícia ou critérios substantivos (WOLF, 2001; TRAQUINA, 2013). "Podemos definir os valores-notícia como um componente da noticiabilidade" (Wolf, 2001, Pag. 195).

No que se refere aos critérios extrínsecos, ou seja, aqueles que são motivados por fatores externos aos acontecimentos, têm-se classificações que levam em consideração a seleção dos fatos e o processo de construção da notícia; ou os produtos jornalísticos, os meios em que as notícias são veiculadas, o público e a concorrência. No Quadro 1 podemos comparar os critérios e classificações propostos por Wolf (2001) e Traquina (2008).

Quadro 1 – Os critérios e classificações propostos por Mauro Wolf e Nelson Traquina

	WOLF (2001)	**TRAQUINA (2013)**
CRITÉRIOS SUBSTANTIVOS	- Importância - Hierarquia dos envolvidos - Impacto sobre a nação - Quantidade de envolvidos - Relevância para continuidade - Interesse - Entretenimento	- Morte - Notoriedade - Proximidade - Tempo - Notabilidade - Inesperado - Conflito - Infração - Escândalo
RELATIVOS AO PRODUTO / CONTEXTUAIS (VALORES DE SELEÇÃO)	- Atualidade - Frequência - Acessibilidade - Possibilidade de Tratamento - Qualidade - Equilíbrio	- Disponibilidade - Equilíbrio - Visualidade - Concorrência - Dia noticioso
RELATIVOS AO MEIO DE COMUNICAÇÃO	- Bom material visual - Frequência - Formato	- Não se aplica
RELATIVOS AO PÚBLICO	- Clareza - Proteção do público	- Não se aplica

RELATIVOS À CONCORRÊNCIA	- Exclusividade - Evitar um "furo"	- Não se aplica
VALORES-NOTÍCIA DE CONSTRUÇÃO	- Não se aplica	- Simplificação - Amplificação - Relevância - Personalização - Dramatização - Consonância

Fonte: Elaboração própria a partir de Wolf (2001, p. 200-215) e Traquina (2013, p. 76-90)

Em uma outra perspectiva, Franciscato (2013) sugeriu considerar a questão da noticiabilidade por meio de uma relação dual. "Imaginaremos que algumas categorias oscilam entre dois polos, [...]. Em um dos polos estaria uma qualidade extrema do fenômeno, cristalizada na forma de uma categoria ou critério de noticiabilidade [...]; em outro estaria a sua negação [...]." (Ibid., p. 100). Nesse sentido, ele propõe oscilações entre a atualidade e o distanciamento do tempo presente; continuidade e ruptura; normalidade e anormalidade; importância e interesse; proximidade e distância.

Shoemaker e Reese (1996 apud SILVA, 2013, p. 123), por sua vez, trataram de níveis de influência que atuariam sobre a noticiabilidade. Da ação de maior para a de menor influência ele cita: o sistema social (ideologia), as influências extra-organizacionais, as organizacionais, as rotinas profissionais e as influências individuais. Para a nossa discussão, serão considerados os critérios de noticiabilidade propostos por Lippmann (2010), por ser a reflexão pioneira sobre o tema; Galtung e Ruge (1999), por ser o texto seminal na criação de uma "teoria da noticiabilidade"; e Wolf (2001) e Traquina (2013), pela contribuição dado ao tema por meio de suas sistematizações. Além disso, vamos considerar a proposta de Silva (2013), referência no estudo da noticiabilidade no Brasil, e de Harcup e O'Neill (2001), pesquisa que revisitou as proposições de Galtung e Ruge e ganhou destaque entre os estudiosos da área. As listas podem ser verificadas em detalhe no Quadro 2.

Quadro 2 – Critérios de Noticiabilidade

Walter Lippman (2010)	Clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal.
Galtung & Ruge (1999)	Frequência, amplitude, inequivocidade, significância, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição, referência a pessoas e nações de elite, referência a pessoas e referência algo negativo.

Mauro Wolf (2001)	Hierarquia, impacto, quantidade de envolvidos, continuidade, entretenimento, atualidade, frequência, acessibilidade, possibilidade de tratamento, qualidade, equilíbrio, bom material visual, formato, clareza, proteção do público, exclusividade, evitar um "furo".
Nelson Traquina (2013)	Morte, notoriedade, proximidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito, infração, escândalo, disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência, dia noticioso, simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização, consonância.
Gislene Silva (2013)	Impacto, proeminência, conflito, tragédia⁄drama, proximidade, raridade, surpresa, governo, polemica, justiça, entretenimento⁄curiosidade, conhecimento⁄cultura.
Harcup & O'Neill (2001)	Poder da elite, celebridades, entretenimento, surpresa, más notícias, boas notícias, magnitude, relevância, continuidade, agenda do jornal.

Fonte: Elaboração própria a partir de Galtung e Ruge (1999); Harcup e O'Neill (2001); Wolf (2001); Lippman (2010); Silva (2013); Traquina (2013).

2.7 Fontes de Informação

As fontes de informação são peças fundamentais no trabalho dos jornalistas. São "pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos" (Schmitz, 2011, p. 9) e que são responsáveis pela maioria ou totalidade das informações utilizadas pelos repórteres em seus textos. A escolha das fontes, de suas falas e a forma como aparecem no texto interferem diretamente no resultado final da construção da mensagem, o que faz da seleção uma tarefa decisiva do trabalho jornalístico. Molotch e Lester (1999) apontam as fontes como um dos agentes constituidores dos acontecimentos, possuindo relevância, inclusive, superior à dos jornalistas.

> Primeiro há os promotores de notícia (*news promoters*) – aqueles indivíduos e os seus associados [...] que identificam (e tornam assim observável) uma ocorrência como especial, com base em algo, por alguma razão, para os outros. Em segundo lugar, há os *news assemblers* (jornalistas, editores, *rewritemen*) que, trabalhando a partir de materiais fornecidos pelos promotores, transformam um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através de publicação e radiodifusão (MOLOTCH E LESTER, 1999, p. 38).

Hall (1999) defende que as fontes oficiais funcionam como definidores primários do acontecimento jornalístico, porém mais por uma questão de adequação às rotinas produtivas que de submissão dos jornalistas. Os profissionais estariam orientados por questões como imparcialidade, equilíbrio e objetividade, o que os obriga a seguir uma série de regras específicas, que tem como função assegurar que as informações utilizadas sejam objetivas e advindas de fontes dignas de crédito. "O resultado desta preferência estruturada dada pelos media às opiniões dos poderosos é que estes porta-vozes se transformam no que se apelida de definidores primários de tópicos" (Ibid., p. 229).

2.7.1 Tipificação de Fontes

Alguns estudos em português ganharam destaque no que se refere à criação de categorias para a tipificação das fontes noticiosas. São trabalhos como os de Mário Erbolato (1978), dos portugueses Manoel Pinto (2000) e Jorge Pedro Sousa (2001), além de Josenildo Guerra (2007) e Aldo Schmitz (2011). Analisando o trabalho destes autores, é possível identificar critérios específicos que são mais frequentemente utilizados nas categorizações. Os critérios mais presentes são os que consideram a posição social fontes, seu grau de envolvimento com o fato ou sua identificação ou não no texto jornalístico. A seguir, vamos explanar as principais tipificações propostas pelos autores tendo como princípio de sistematização os critérios utilizados em cada trabalho.

2.7.2 Posição Social da Fonte

Quadro 3 – Classificação das fontes de acordo com sua posição social

Pinto (2000)		**Lage (2000)**	**Sousa (2001)**		**Guerra (2007)**		**Schmitz (2011)**	
ORIGEM	Públicas	Oficiais	ESTATUTO	Oficiais estatais	NATUREZA	Oficiais representativas	GRUPO	Oficial
						Oficiais de carreira		
	Privadas			Oficiais não estatais		Representativas		Empresarial
								Institucional
NATUREZA	Pessoal	Oficiosas		Oficiosas		Associativas		Popular
		Independentes		Informais		Pessoais		
		Testemunhas						Testemunhal
		Experts				Técnica		Especializada
								Notável
	Documental					Documental		Referencial

Fonte: Elaboração própria a partir de Pinto (2000); Lage (2001); Sousa (2001); Guerra (2007) e Schmitz (2011)

O critério mais utilizado para tipificação das fontes de informação entre os autores analisados é o que considera a posição social da fonte, isto é, o pertencimento dessa fonte às instituições ou grupos sociais. Pinto (2000) divide esse tipo de fontes em duas categorias principais: Origem e Natureza. A maioria dos autores, no entanto, as trabalham de forma unificada, categorizando como Estatuto (SOUSA, 2001), Natureza (GUERRA, 2007) e Grupo (SCHMITZ, 2011).

No que se refere ao entendimento das fontes pelo seu pertencimento à organizações, a categorização de Lage (2001) é a mais simples, por considerar todas as fontes, vindas de qualquer setor organizado (governo, empresas, juntas comerciais, cartórios, empresas, sindicatos, associações etc.) como "oficiais". A origem das fontes, no entanto, é relevante para as demais classificações. Pinto (2000) leva em consideração a origem pública ou privada, enquanto Sousa (2001) desconsidera as privadas e subdivide as de origem pública entre 'oficiais estatais' (governos, assembleias etc.) e "oficiais não-estatais" (partidos políticos, sindicatos, associações). Para Guerra (2007), as fontes oficiais podem ser divididas entre "representativas" (eleitas para determinado cargo), ou de "carreira" (profissionais efetivados no serviço público). As fontes "representativas", por sua vez, falam por empresas e demais organizações da sociedade. A classificação de Schmitz (2011), por sua vez, unifica as fontes do setor público como "oficiais", as do setor privado como "empresariais" e as demais organizações civis como "institucionais".

Quando nos atemos aos demais tipos de fontes nesta categorização, percebemos uma maior unificação nos conceitos, com alterações apenas nas nomenclaturas. As fontes escritas (documentos, livros, jornais) disponíveis em meios impressos ou digitais são classificadas como "documentais" (PINTO, 2000; GUERRA, 2007) ou "referenciais" (SCHMITZ, 2011). O que Pinto (2000) considera com fontes pessoais encontra algumas subdivisões entre os demais autores. As fontes pertencentes a instituições ou organizações sociais, mas que falam sem poder de representação são classificadas como "oficiosas" (LAGE, 2001; SOUSA, 2001) e "associativas" (GUERRA, 2007). Aquelas sem envolvimento institucional, que falam por si mesmas, são apontadas como "independentes" (LAGE, 2001), "informais" (SOUSA, 2001), "pessoais" (GUERRA, 2007) ou "populares" (SCHMITZ, 2011). Fontes com formação especializada em algum assunto são classificadas como "experts" (LAGE, 2001), "técnicas" (GUERRA, 2007) ou "especializadas" (SCHMITZ, 2011). Este último autor ainda traz a classificação "notável", que enquadra fontes de saber notável da sociedade. Aqui ainda é possível identificar uma classificação que está mais voltada para a relação da fonte com o fato: são as fontes "testemunhais" (LAGE, 2001; SCHMITZ, 2011).

2,7.3 Identificação da Fonte

Quadro 4 – Classificação das fontes de acordo com a identificação

Erbolato (1978)	**Mencher (1979)**		**Pinto (2000)**		**Schmitz (2011)**
Ostensivas	Atribuição direta	IDENTIFICAÇÃO	Assumidas	CRÉDITO	Identificadas
Indeterminadas	Atribuição com reserva		Anônimas		Anônimas
	Atribuição com reserva total				
	Confidência total				

Fonte: Elaboração própria a partir de Erbolato (1978); Mencher (1979 apud SOUSA, 2001); Pinto (2000) e Schmitz (2011)

Outra forma frequente de classificação de fontes tem como critério a sua identificação no texto. Aqui considera-se se as fontes das informações são informadas ou omitidas pelos jornalistas o que se relaciona como o recurso do *off*, que permite aos repórteres resguardar a identidade de fontes que não querem ser identificadas mas que possuem informações relevantes para serem publicadas. Neste caso, a maioria das classificações são simples: de um lado estão as fontes explicitadas, cujos nomes estão citadas na matéria e relacionadas com as informações repassadas. Elas podem vir denominadas como "ostensivas" (ERBOLATO, 1978), "assumidas" (PINTO, 2001) ou "identificadas" (SCHMITZ, 2011). Do outro lado estão as fontes que repassam informações em *off*, que são chamadas de "indeterminadas" (ERBOLATO, 1978), ou "anônimas" (PINTO, 2000; SCHMITZ, 2011).

Para este caso consideramos ainda os estudos de um outro autor considerado nos estudos de Sousa (2001). Trata-se de Melvin Mencher (1979), que classifica as fontes pelo critério da identificação considerando outras variáveis. No livro, News Reporting and Writing, ele defende que, no que se refere à identificação, as fontes podem ser classificadas como: de "atribuição direta", (quando são identificadas); de "atribuição com reserva" (quando são dadas pistas sobre quem possa ser a fonte – ex.: "um deputado", "assessores do presidente"); de "atribuição com reserva total" (quando nenhum dado sobre a fonte é fornecido); ou de "confidência total" (quando tanto o nome como as informações repassadas pela fonte não constam no texto). Este último caso é o que Mencher (1979) classifica como informação "*off the record*".

2.7.4 Envolvimento com o Fato

Quadro 5 – Classificação das fontes de acordo com o envolvimento com o fato

<table>
<tr><th>Erbolato (1978)</th><th colspan="2">Pinto (2000)</th><th>Lage (2001)</th><th colspan="2">Guerra (2007)</th><th colspan="2">Schmitz (2011)</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Diretas</td><td rowspan="4">ENVOLVIMENTO</td><td rowspan="2">Oculares</td><td rowspan="2">Primárias</td><td rowspan="4">ENVOLVIMENTO</td><td>Promotoras</td><td rowspan="4">CATEGORIA</td><td rowspan="2">Primárias</td></tr>
<tr><td>Provocadas</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Indiretas</td><td rowspan="3">Indiretas</td><td rowspan="3">Secundárias</td><td>Implicadas</td><td rowspan="3">Secundárias</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Testemunhais</td></tr>
<tr><td>Adicionais</td><td>Autorizadas</td></tr>
<tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td>Documentais</td><td></td></tr>
</table>

Fonte: Elaboração própria a partir de Erbolato (1978); Pinto (2000); Lage (2001); Guerra (2007); Schimitz (2011)

A maioria dos autores aborda uma classificação binária para esta categoria. De um lado estão as chamadas fontes ‘diretas’ (ERBOLATO, 1978), “oculares” (PINTO, 2000) ou “primárias” (LAGE, 2001; SCHMITZ, 2011), que se referem a fontes diretamente envolvidas com os fatos, ou que fornecem as informações essenciais para a matéria, como fatos e estatísticas. O segundo grupo é composto por fontes que são procuradas para fornecer informações que vão complementar a matéria, seja de forma contextual ou por meio de interpretações e opiniões. Elas são chamadas de fontes “indiretas” (PINTO, 2000) ou “secundárias” (LAGE, 2001; SCHMITZ, 2011). Erbolato (1978), por sua vez, divide este tipo de fontes em duas outras classificações. Para ele, as fontes ‘indiretas’ são as que sabem de um fato de forma circunstancial, por dever da profissão. Além delas, existiriam as fontes “adicionais”, que trazem as informações suplementares ou que ampliam a dimensão do fato.

Guerra (2007) traz uma proposta mais ampliada sobre uma classificação que considera o envolvimento das fontes com os fatos. O autor traz cinco classificações que trata de fontes pessoais e outras três para fontes documentais. O autor avalia que as fontes pessoais se dividem, neste caso, em “promotoras” (as que agem diretamente para a ocorrência do fato); “provocadas” (as que sofrem as consequências da ação); “implicadas” (as que se envolvem no fato mas não o geraram nem sofreram diretamente suas consequências); “autorizadas” (as que estão na esfera de competência sobre o fato); e “testemunhais” (presenciaram o fato mas não tem envolvimento algum com ele). As fontes Documentais, por sua vez, são divididas em “estatísticas”, “princípios, normas e leis” e “políticas”.

2.7.5 Comportamento da Fonte

Quadro 6 – Classificação das fontes de acordo com o comportamento

Pinto (2000)		Schmitz (2011)	
ATITUDE	Ativas	AÇÃO	Ativa
	Passivas		Passiva
ESTRATÉGIA	Proativas		Proativa
	Reativas		Reativa

Fonte: Elaboração própria a partir de Pinto (2000) e Schmitz (2011)

Um critério menos usado para tipificação de fontes, mas que aparece no estudo de dois autores, e o que considera o comportamento da fonte. Pinto (2000) divide essas fontes em dias categorias: Atitude e Estratégia. Schmitz (2011), por sua vez, as inclui em uma única categoria, que denomina de Ação. Os dois autores, no entanto, trabalham com a mesma classificação. As fontes "ativas" e "passivas" são tratadas por Pinto como espontâneas e ávidas, no primeiro caso, e abertas e resistentes, no segundo. Já Schmitz define fontes ativas como aquelas que criam canais de apoio à produção jornalística, facilitando o trabalho dos repórteres. As "passivas", ao contrário, só agem quando provocadas pelos jornalistas, oferecendo apenas o que for solicitado.

Pelo mesmo critérios, estes autores ainda adotam as classificações "fontes proativas" e "reativas". O primeiro caso trata de fontes que produzem notícias e as oferecem à imprensa, uma prática corriqueira de assessorias de comunicação. O segundo tipo enquadra fontes que preferem se posicionar de forma discreta diante da mídia, preferindo baixa ou nenhuma exposição.

2.7.6 Frequência de Aparição

Erbolato (1978) e Pinto (2000) também classificaram as fontes de acordo com a frequência com que apareciam no noticiário. As fontes "fixas" (ERBOLATO, 1978) ou "permanentes" (PINTO, 2000) são aquelas que aparecem diariamente nos jornais – ex. fontes do governo, da polícia etc. Já as fontes "fora de rotina" (ERBOLATO, 1978) ou "episódicas" (PINTO, 2000), são aquelas que aparecem de forma circunstancial.

Quadro 7 – Classificação das fontes de acordo com a frequência de aparição

Erbolato (1978)	**Pinto (2000)**	
Fixas	DURAÇÃO	Episódicas
Fora de rotina		Permanentes

Fonte: Elaboração própria a partir de Erbolato (1978) e Pinto (2000)

2.7.7 Outras Tipologias

Quadro 8 – Classificações gerais de fontes

Âmbito geográfico (PINTO, 2000)	**Proveniência (SOUSA, 2001)**	**Qualificação (SCHMITZ, 2011)**
Locais	Internas ao órgão informativo	Confiável
Nacionais	Externas ao órgão informativo	Fidedigna
Internacionais	Mistas	Duvidosa

Fonte: Elaboração própria a partir de Pinto (2000); Sousa (2001) e Schmitz (2011)

Outros critérios para tipologia aparecem uma única vez nas obras analisadas. Um deles é o que leva em consideração o Âmbito Geográfico (PINTO, 2000), que classifica as fontes em "locais", "nacionais" ou "internacionais". A proveniência foi critério utilizado por Sousa (2001) referindo-se às fontes que são "internas ao órgão informativo", "externas" a ele ou mistas (ex.: um jornalista da casa que presenciou um acontecimento a noticiar por outro jornalista, etc).

Schmitz (2011) ainda classifica as fontes quanto a sua qualidade. Para ele, fontes "confiáveis" são as que contam com a confiança do repórter pela frequência com que oferecem informações verdadeiras e relevantes. As "fidedignas" são aquelas que possuem conhecimento

em relação ao fato ou assunto, seja pela posição social, inserção ou proximidade. As fontes “duvidosas”, por sua vez, seriam as que possuem uma posição que confere as garante crédito, mas cuja veracidade não é evidente e precisa passar por apuração e checagem.

Esta sistematização nos é útil para delimitar categorias de análise para o nosso estudo, as categorias escolhidas e as razões para as decisões tomadas serão expostas posteriormente, no Capítulo 4 e a aplicação se dará no Capítulo 5.

3 O CAMPO POLÍTICO

Para avançar nas questões referentes ao campo político, tomamos como base a definição de Bourdieu (2011) para o conceito: “Falar de campo político é dizer que ele [...] é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social” (Ibid., p. 194-195). Por relativamente autônomo, podemos compreender que o campo político, como o próprio campo jornalístico, sofre interferências externas, mas ainda assim consegue manter sua autonomia.

> Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão. Trata-se, portanto, de uma lei específica e que constitui um princípio de avaliação e eventualmente de exclusão. (BOURDIEU, 2011, p. 195).

Considerando as regras específicas do campo e sua articulação, torna-se difícil que agentes externos a ele consigam adentrá-lo, o que se torna ainda mais marcante com o passar do tempo. “Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comiseração” (Ibid., p. 197). Essa característica faz com que o campo político seja marcado pela tendência de exclusão dos agentes externos ao campo, aos quais Bourdieu também denomina de leigos, e de perpetuação dos que já fazem parte dele.

> O funcionamento do campo produz uma espécie de fechamento. Esse efeito observável é o resultado de um processo: quanto mais um espaço político se autonomiza, mais avança segundo sua lógica própria, mais tende a funcionar em conformidade com os interesses inerentes ao campo, mais cresce a separação com relação aos profanos. (Ibid., p. 199).

Apesar da forte tendência ao fechamento, o campo político não pode chegar a um ponto de extremismo, se isolando por completo em sua lógica. Ele nunca se autonomiza completamente pelo fato de seus agentes não poderem aderir a uma dinâmica interna sem se reportar frequentemente à população, a quem deve prestar conta ao menos nos períodos eleitorais, quando buscam renovar seu acesso ao campo. Além da relação com os fatores externos, os agentes políticos precisam se preocupar ainda com a dinâmica interna na busca pela sua ascensão, movimento que se estabelece dentro de um jogo de forças e acúmulo de capital. “Em um campo como o campo político [...], ou qualquer outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse

campo no momento considerado" (BOURDIEU, 2011, p. 201). Na política, especificamente, esta força se destaca no convencimento por meio das ideias.

> A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. Se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão (Ibid., p. 203).

Outro fator interessante é a posição de Bourdieu quanto a importância dos partidos políticos na garantia do capital dos agentes inseridos nesse campo. Para ele, durante a busca pela mobilidade dentro do campo político são os partidos que mostram força determinante para a manutenção do modelo de constituição do campo e na manutenção ou mudança das posições dos agentes no seu interior. "Os interesses políticos específicos [...] tornam-se cada vez mais ligados ao pertencimento a um partido e, ao mesmo tempo, à reprodução de um partido e à reprodução assegurada pelo partido" (Ibid., p. 205). O partido dessa forma, ofereceria garantias, legitimidade, poder, o que amplia as pretensões dos agentes.

3.1 A Relação entre os Campos Político e Jornalístico

Os jornalistas foram, pela análise de Bourdieu, um dos agentes que, antes externos ao campo político, conseguiram adentrá-lo e tornarem-se agentes próprios a ele, o que constituiu uma das suas principais mudanças ao longo dos anos (BOURDIEU, 2011, p. 201). "Quero referir-me aos jornalistas [...] e, também, aos especialistas em pesquisa de opinião. Para descrever o campo político atualmente, é preciso incluir essas categorias de agentes, pela simples razão de que eles produzem efeitos nesse campo" (Ibid., p. 201).

A visão é compartilhada por Cook (2011), para quem o jornalismo deve ser compreendido como uma instituição política e os jornalistas como atores políticos. Para ele, não é fácil delinear o papel político dos jornalistas pelo fato de que "sua influência política pode decorrer de sua adesão a princípios de objetividade e deferência aos fatos e sua distância 'custe o que custar' em relação às consequências sociais e políticas de sua cobertura, e não a despeito dessa adesão" (COOK, 2011, p. 203). O reconhecimento dos atores políticos quanto a importância da ação dos jornalistas na construção de sua imagem perante o público produziu, ao longo dos anos, grandes transformações estruturantes na forma de se fazer política. As mudanças foram descritas por Miguel (2002):

> O prodigioso desenvolvimento dos meios de comunicação, ao longo do século XX, modificou todo o ambiente político. O contato entre líderes políticos e sua base, a relação dos cidadãos com o universo das questões públicas e mesmo o processo de governo sentiram, e muito, o impacto da evolução tecnológica da mídia. [...] Os novos meios exigiam novos tipos de políticos, que soubessem como utilizá-los. (MIGUEL, 2002, p. 155).

Uma das formas de efeito evidenciadas na interação do campo jornalístico com o político é o poder que a mídia, em especial a televisiva, possui de aumentar o capital simbólico, ou seja, a força do agente político dentro do campo, por meio de sua exposição. Se a princípio os políticos dependiam de oportunidades para estar frente a frente com as pessoas, em palanques ou reuniões eleitorais, para passar a sua mensagem, por meio dos meios de comunicação eles poderiam debater suas ideias alcançando um público muito maior (BOURDIEU, 2011)

A importância dada a mídia seria tal, que a disponibilidade dos meios de comunicação era fator preponderante na definição do perfil dos candidatos a cargos públicos, o que fica claro com a mudança desse perfil na época em que o rádio era o principal veículo de massa, e atualmente, quando esse papel cabe à televisão (MIGUEL, 2002). “Se hoje é importante que o candidato tenha um rosto atraente, antes pesavam mais a técnica retórica, o timbre de voz ou mesmo o talhe do corpo, já que indivíduos altos e corpulentos se destacavam mais em meio à multidão ou no palanque” (Ibid., p. 158).

Atualmente, é possível observar um estreitamento ainda maior dessa relação entre os campo, fazendo, os políticos, uso rotineiro de técnicas utilizadas no campo jornalístico com o intuito de se manter em constante evidência na mídia. Numa perspectiva que encara os meios de comunicação como detentores do controle da agenda a dos enquadramentos, é possível apontar sua centralidade no processo de comunicação. Cientes desta realidade, os agentes políticos passam a orientar suas ações para causar o impacto presumível na mídia (MIGUEL, 2002).

> Ganha ares de evidência comum o fato de que grande parte da ação política se dá em relação com a comunicação, que os agentes políticos (mesmo aqueles da sociedade civil) tendem a atuar para a esfera de visibilidade pública controlada pela comunicação, que grande parte (senão tudo) da política se encerra nos meios, linguagens, processos e instituições da comunicação de massa, que a presença da televisão alterou a atividade política e exigiu a formação de novas competências e habilidades no campo político que lhe transformaram significativamente a comunicação interna (GOMES, 2004, p. 23-24).

A política chegou, em relação à mídia, a um quadro de profissionalização, onde políticos e instituições contam com a orientação de assessores de comunicação e marketing, passam por

treinamentos para suas aparições e desenvolvem ações e eventos que existem sem qualquer fim prático, a não ser a exposição midiática. Os discursos políticos passam a ser organizados de acordo com a "gramática" dos meios de comunicação e as práticas são planejadas para facilitar a sua inclusão nos veículos de massa. O objetivo é manter seu discurso na mídia a fim de alcançar o público e converter audiência em eleitores nos períodos eleitorais, e em opinião pública favorável nos períodos regulares (GOMES, 2004).

O quadro que tentamos descrever é denominado por diversos estudiosos da comunicação como a mediatização da política. Nesse sentido, entendemos mediatização como o processo pelo qual diversos campos da sociedade se transformam por influência dos meios de comunicação, sendo moldados por eles. "A cultura e a sociedade contemporâneas estão a tal ponto permeadas pela mídia, que talvez já não seja possível concebê-la como algo separado das instituições culturais e sociais" (HJARVARD, 2013, p. 15). O campo político oferece um dos exemplos mais visíveis desse processo.

> A mediatização da política é um processo de mudança no qual políticos tendem a se adaptar aos vários constrangimentos impostos pela mídia. A adaptação dos políticos é causada pela emergência da poderosa e independente mídia, e uma crescente dependência midiática. A dependência midiática aumenta o poder da mídia, que leva a um deslocamento de poder que, de forma fundamental, muda o sistema político e a distribuição de poder na sociedade" (ASP, 2014, p. 351).

O campo político passou, dessa forma, de um usuário dos meios de comunicação como ferramenta de amplificação do seu discurso, ao reconhecimento do jornalismo como uma instituição social com rotinas, regras e uma lógica própria, a qual deveria ser obedecida por qualquer campo social que deseje ter acesso a ele. A política adotou portanto, os critérios e valores da mídia e os políticos agem sob regras previamente planejadas tendo como fim a construção de uma imagem que consideram apropriadas para conquistar potenciais eleitores. O foco na imagem, na aparência, suprimiu a identidade político-partidária e o viés ideológico da personalidade política, conferindo à dinâmica do campo traços publicitários (SODRÉ, 2002).

> Tudo tende a confluir para a imagem publicitária como valor coletivo, o que pode tornar a interpretação cênica da realidade mais importante do que qualquer modo tradicional de representação. Publicamente, importa mais a capacidade de gerar espetáculo [...], portanto, a performatividade midiática, do que conteúdos programáticos (Ibid., p. 35)

Em artigo de 1986, revisitado em 2014, Kent Asp listou oito hipóteses sobre como seria um campo político extremamente influenciado pelos meios de comunicação. De acordo com ele, quanto mais mediatizada a política se tornar, mais:

- Será caracterizada pela personificação;
- Vai evoluir ao redor dos atributos e traços dos políticos;
- Será marcada pelo confronto;
- Será restrita a um pequeno número de assuntos bem delineados
- Será marcada pela tentativa de simplificação dos assuntos;
- Aparecerá fragmentada e desideologizada;
- Evoluirá em torno do perfil e "embalagem" dos políticos;
- Será orientada mais para o jogo que para a política substancial.

As hipóteses são uma tentativa de antecipação dos efeitos causados pelo processo de mediatização da política e dizem, portanto, muito sobre o que o pesquisador entende como sendo a própria lógica midiática, com todas as suas regras, critérios e valores próprios que precisariam ser atendidos pelos agentes do campo político. No mesmo sentido das hipóteses de Asp (2014), Wilson Gomes (2004) lista propriedades que teriam constituído a atividade política em sociedades democráticas e que foram diminuídas ou extintas devido a esse processo de adaptação à lógica midiática.

- Alcance dos valores ideológicos no embate e na caracterização das posições: a característica curta e direta do texto jornalístico, além de sua tendência imagética esvaziou o discurso ideológico clássico.
- Ideias, conceitos e programas políticos: esse debate não condiz com o interesse do grande público, que é mais voltado para o entretenimento, curiosidades, competições e espetáculos.
- Público: os públicos (reunião de indivíduos privados para discussão de temas políticos e formação da opinião) seriam trocados pela audiência e os públicos-espectadores. A opinião pública seria formada a partir dos fluxos de informação de massa.
- Autenticidade: o campo político estaria cada vez mais profissional, técnico, científico, já que a comunicação política de massa supõe planejamento e controle.
- Partidos e representação: prejudicados pela nova realidade de contato "direto" com o público, o que, em tese, dispensaria representações.
- Inserção dos cidadãos no jogo político: como especificado na linguagem da comunicação de massa, ao público caberia o lugar de espectador.

Apesar de reconhecer que os atores políticos estariam reformulando sua postura para captar a atenção da mídia, Hjarvard (2013) destaca que isso não se trata, no entanto, de um processo de revogação do poder inerente às instituições políticas. “[...] instituições políticas como o parlamento, os partidos, etc. continuam, em boa medida, a controlar a política, embora se tenham tornado cada vez mais dependentes dos meios midiáticos, a cuja lógica tiveram de adaptar-se.” (Ibid., p. 25).

Para Gomes (2004b), as mudanças estruturais provocadas pela mídia no campo político devem ser analisadas levando em conta intenções específicas desse campo. O autor entende que o processo de mediatização afetou de forma considerável as práticas políticas que se voltam ao público, ou melhor, que estejam ligadas à construção das imagens e opiniões, e que ele denomina como práticas *ad extra.* As práticas *ad intra*, por outro lado, continuariam sendo regidas de acordo com o meio-ambiente institucional da democracia moderna.

> Estou sugerindo, portanto, que toda atividade política funcione com base em pelo menos dois conjuntos de programas de ação, de sistemas de práticas, enfim. Um sistema de práticas cumpre as funções internas na esfera política enquanto outro (ou outros) sistema satisfaz necessidades de interação entre o interior e o exterior da esfera política (GOMES, 2004b, p. 21).

Independente de considerarmos se as transformações provocadas pela mídia na política atingiram esta última em sua totalidade ou apenas parcialmente, podemos afirmar que as influências exercidas entre os dois campos determinaram uma nova forma de relacionamento entre eles, a política tentando encontrar formas para utilizar a mídia em busca de mais e melhor visibilidade, e o jornalismo tentando agendar e enquadrar as questões políticas utilizando como filtro suas regras, lógicas, critérios, valores e rotinas. No entendimento de Miguel (2003), a forma mais apropriada de entendimento da relação entre os dois campos é considerar que eles são distintos, mas estão sobrepostos. “[...] evidências mais fortes sustentam que os meios de comunicação e a política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências.” (Ibid., p. 119). Para ele, é um processo de mão dupla.

3.2 O Jornalista e a Fonte: o Encontro de Dois Campos

Falar sobre o contato e as influências mútuas entre política e jornalismo é, principalmente, falar no contato entre seus agentes. “É importante lembrar [...] que ‘mídia’ e ‘política’ são, a rigor, abstrações. A relação entre elas toma a forma concreta de relações

interpessoais entre agentes dos dois campos" (MIGUEL, 2002, p. 175). Miguel destaca a ocorrência de três tipos de interação do jornalista com os agentes políticos: primeiro quando o profissional testemunha o evento político; depois as interações formalizadas por meio de entrevistas; e por último a relação cotidiana e informal, baseada em confiança, quando o agente passa a ser entendido como fonte do repórter (Ibid., p. 176).

> No jornalismo em geral, mas no jornalismo político em particular, possuir um bom "portfólio de fontes" é um patrimônio dos mais cobiçados. [...] O repórter com boas fontes é aquele que seus pares vêem como bem informado. Em suma, trata-se de um elemento significativo na produção do capital simbólico específico do campo jornalístico (Ibid., p. 176).

É também pela concentração das fontes nas principais instituições do poder e pela dependência dos jornalistas com relação a elas que o jornalismo político acaba marcado pela formação de uma rede noticiosa restrita (TUCHMAN, 1978). A formação de uma rede de disponibilização de repórteres é fator essencial para a cobertura jornalística, que não pode ter acesso a todos os eventos que acontecem simultaneamente em todas as partes do mundo. Os jornalistas, nesse caso, precisam se concentrar em ambientes onde fatos de interesse público vão se manifestar em um "ato mais ou menos aberto" (LIPPMANN, 2010). Para Guazina (2006), essa realidade coloca o jornalismo político diante de um vício difícil de se contornar: "o reduzido grupo de fontes autorizadas que convive com o pequeno grupo de jornalistas que cobrem a área." (Ibid., p. 1). Esse quadro interfere diretamente no resultado final publicado. "[...] é na convivência entre jornalistas e fontes que se reforçam as divergências e as afinidades, inclusive as políticas, que vão ajudar a moldar a cobertura." (Ibid., p. 1).

A presença e envolvimento diário de jornalistas com suas fontes coloca algumas questões relevantes na prática do jornalismo político por lidar com a possibilidade de influências diretas na produção da notícia. Isso porque a interação permanente pode tender o profissional a se identificar em algum nível com os atores ou a instituição que cobre. Isso não se dá por questão de ingenuidade e por repórteres serem manipuláveis, mas por questões que envolvem o seu próprio destaque no campo jornalístico.

> [...] os repórteres devem tentar descobrir o que faz com que os atores institucionais ajam, e vender a história aos editores e produtores significa não só pôr aqueles indivíduos como protagonistas importantes, mas também adotar uma visão daquela instituição como parte central do jogo. (COOK, 2011, p. 214).

Em livro intitulado Jornalismo Político (2005), o jornalista Franklin Martins apresenta uma visão mais prática do trabalho cotidiano de cobertura da política. É interessante notar a justificativa dada pelo autor para a busca permanente de informação no centro do poder político, alegando justamente a existência de uma abundância de fontes. São deputados, senadores, ministros de governo, ministros do Supremo Tribunal Federal, além de uma legião de milhares de assessores, secretárias, técnicos, funcionários, amigos, lobistas, curiosos. "Em Brasília temos uma enorme quantidade de fontes à disposição, [...]. Melhor: elas têm interesses conflitantes e brigam entre si. Estão interessadas em falar ou podem se interessar em falar se souberem que outros já andaram dando suas versões sobre os fatos." (MARTINS, 2005, p. 46).

Outra obra de mesmo viés é o livro Jornalismo Político – Teoria, história e técnicas (DUARTE, 2006), que reúne diversos autores na tentativa de cercar o tema sob diversos aspectos. Aqui, Duarte explica a importância do acesso às fontes e à informação privilegiada na cobertura da rotina política. "Muito mais do que em outras áreas, onde o noticiário é, em boa medida, constituído por informações factuais, as versões são o material de trabalho do jornalismo político" (Ibid., p. 277). É natural ao jornalismo político lidar mais com declarações que com fatos propriamente ditos, dando espaço a disputas retóricas que podem durar semanas e não chegar a nenhum resultado prático concreto. Essas versões "têm origem na frase ensaiada, no argumento discutido previamente nos bastidores, em reuniões fechadas, em restaurantes; são construídas em corredores; e oferecidas conforme os interesses dos envolvidos" (Ibid., p. 277).

É justamente pela dependência que o jornalismo político tem das versões para alcançar a completude da informação e pela dificuldade de encontrar versões fidedignas dos fatos em declarações oficiais, que a cobertura tem grande dependência de informações de bastidores. É nesse espaço, nos ditos corredores, onde repórteres e agentes políticos dão início a um jogo de negociação que vai levar em conta os interesses mútuos, resultando nas informações que serão divulgadas ou não no noticiário. Tudo longe dos holofotes e da maioria dos repórteres.

3.3 O Jogo de Negociações

A relação com uma fonte bem informada e confiável, dentro dos limites éticos, deve ser mantida pelo jornalista dentro do processo normal de colaboração: um em busca de informação nova, exclusiva e de credibilidade e o outro em busca da publicidade que é oferecida pelos meios de comunicação. Esse processo, cujo resultado é o produto jornalístico político, é entendido de forma geral pela literatura que trata do tema como um jogo de negociações, ou como propõe Cook (1998 *apud* MIGUEL, 2003), uma relação de simbiose tensionada. "Os

agentes dos dois campos estabelecem uma espécie de simbiose, auferindo benefícios da associação, mas sempre permanece a tensão devida às lógicas e aos objetivos concorrentes que os caracterizam" (MIGUEL, 2003, p. 120).

Essas trocas são o motor do jornalismo político, mas também são frágeis, já que os envolvidos precisam se comportar como em um jogo, antecipando as estratégias do outro e raciocinando de acordo com a lógica do campo com qual se relaciona. Assim, jornalistas e agentes do campo político acomodam os seus interesses de forma a tirar o melhor proveito da situação. Barreto (2006) destaca que o ato jornalístico coexiste com o ato político, este último encontrando espaço no primeiro para exercer interferência junto aos leitores. "A notícia, assim, resulta das interferências e inserções negociadas entre os atores políticos e o jornal/jornalista a partir do que foi apurado, declarado, constatado e afinal transposto à publicação." (BARRETO, 2006, p. 12).

Miguel (2002) destaca ainda as concessões feitas por ambos os lados durante esse processo, como o fato de jornalistas ponderarem o que escreve considerando o efeito ou mesmo publicaram informações de menor interesse, mas que são pertinentes à fonte. Ainda há o caso das fontes, que precisam manter a própria confiabilidade e também reconhecer os interesses jornalísticos. "Ou seja, não se pode reduzir essa relação ao predomínio da lógica política sobre a jornalística ou vice-versa." (MIGUEL, 2002, p. 177).

Biroli (2013) analisa o acesso de temas e atores políticos ao noticiário usando como base um sistema de fronteiras, que podem ser internas ou externas. As fronteiras internas são entendidas como as diferentes seções do noticiário. "Assim, enquanto as fronteiras internas podem espelhar formas de organização do mundo social que não são aleatórias, elas são o produto da ação cotidiana dos profissionais do jornalismo." (BIROLI, 2013, p. 130). Já as fronteiras externas são as que dão acesso aos eventos cotidianos ao produto jornalístico. Eles são "o efeito do poder dos profissionais do jornalismo, que definem o que e quem adentra "sua" seara, e do trabalho de agentes externos" (Ibid., p. 130).

Para a autora, quando agentes políticos buscam acesso ao campo jornalísticos objetivando alcançar visibilidade em seus produtos, não agem tendo em mente apenas as fronteiras externas, mas também as internas. O acesso já lida com "significados prévios que incluem ou não o rótulo de políticos." (Ibid., p. 131). Nesse sentido, não seria possível identificar de onde partiria a definição do que é politicamente relevante, se de dentro ou fora da mídia. "É na interação de longo prazo entre profissionais do jornalismo e atores políticos, alimentada cotidianamente, que essa rotulação se dá." (Ibid., 2013, p. 131).

A existência de um processo de negociação e a inegável interferência dos atores políticos no noticiário, no entanto, não impede que os agentes jornalísticos tenham considerável poder sobre o produto que criam e tornam público devido a todo o *habitus* desenvolvido pelo campo ao longo dos anos. Gomes (2003), ao destacar o quanto a cena política midiática é controlada por agentes externos ao campo político, destaca a origem do jornalismo político, o qual considera herdeiro do jornalismo liberal e iluminista, tendo por essência a vigilância do poder político e o enaltecimento ao interesse público.

> Faz parte das tradições mais clássicas do jornalismo político a afirmação da sua representação da esfera civil; faz parte do sistema de práticas do jornalismo industrial e leigo um conjunto de técnicas de apuração destinado a trazer para a esfera pública expositiva os acertos e compromissos da composição de forças no interior do campo político (GOMES, 2003, p. 21-22).

Rotineiramente, os jornalistas procuram ter a palavra final sobre o que vai ser publicado, principalmente pelo fato de que seu prestígio e credibilidade diante do público e de outros jornalistas está diretamente vinculado à sua independência. Além disso, não é possível abrir mão de técnicas básicas do jornalismo e que se mostram ainda mais necessárias no jogo de interesses: a apuração incansável quando possível e a busca pelo contraditório. É um movimento dinâmico, que envolve variáveis. Se por um lado o jornalista pode ficar preso ao discurso oficial e, com isso, acabar servindo de alguma forma ao interesse dos políticos, por outro eles seguem valores e regras próprias que são previstas como forma de superação dessas dificuldades (Cook, 2011). Diante do quadro de pressões e de negociação que os repórteres mantém com suas fontes diariamente, os jornalistas precisam acionar em sua atuação critérios que justifiquem suas escolhas. São os critérios de noticiabilidade, como vimos no Capítulo 2.

Para Martins (2005), esses critérios têm ganhado cada vez mais destaque dentro do jornalismo político, impulsionados pela maior participação e cobrança da sociedade na fiscalização da prática jornalística. Atualmente, seria mais incomum ouvir vetos ou imposições sobre o que noticiar que partam de pressões organizacionais, e mais comum que as decisões sejam tomadas tendo como base aqueles critérios. “Evidentemente, se o dono do jornal quiser imprimir um determinado viés ao noticiário, sua decisão prevalecerá sobre qualquer outra consideração. Pior pra ele: se o assunto for relevante [...], em pouco tempo a pressão dos leitores recolocará o tema em discussão.” (MARTINS, 2005, p. 26).

Dentro da vasta gama de critérios de noticiabilidade elencados por pesquisadores ao longo do tempo, muitos colocam imediatamente setores de destaque como merecedores de atenção específica por parte da imprensa. Isso porque a política envolve pessoas em situação

de proeminência, da elite, que possuem poder suficiente para produzir ações de grande impacto e que atinja de forma definitiva a vida de um grande número de pessoas. Ao defendermos que os jornalistas possuem determinado controle da agenda por atenderem a critérios intrínsecos ao campo jornalístico, não podemos deixar de lado a profissionalização que os agentes políticos alcançaram em sua busca pela visibilidade conferida pela mídia, como já abordamos ao tratar do processo de mediatização da política. "As fontes sabem hierarquizar suas informações, organizá-las de maneira convincente, fornecer um lead pronto e escolher em qual meio divulgá-lo em função de seus objetivos." (GUAZINA, 2006, p. 1).

Mas o fato de que os políticos tenham suas próprias estratégias para adentrar o jornalismo seria uma demonstração de como esses critérios e valores são relevantes na determinação do produto final. "[...] as fontes não podem simplesmente estalar os dedos e fazer notícias por conta própria. Em lugar disso, a notícia é uma reelaboração de ações, eventos e declarações oficiais, a luz dos valores de produção." (COOK, 2011, p. 240).

De forma resumida, a ideia defendida por Cook (2011) é de que os jornalistas permitem que políticos definam o que é importante, mas guardam para si o poder de decisão do que seria interessante. "O jornalismo é pelo menos parcialmente independente de suas fontes na produção do conteúdo das notícias. Em consequência, ela pode ser capaz de influenciar quem tem autoridade, quais são os valores da política e quais alocações são feitas." (Cook, 2011, p. 205). Os jornalistas buscam nas fontes material que preencha aos seus critérios de seleção, mas são os responsáveis por dar a palavra final no que vai ou não virar notícia.

> Assim, enquanto os políticos ditam as condições e regras de acesso e indicam certos eventos e questões como importantes criando uma arena para eles, os repórteres podem tomar esse material (e o fazem) para decidir se algo é suficientemente interessante para ser coberto e depois construído como narrativa coerente. Os jornalistas contribuem com suas concepções específicas do que é digno de ser noticiado quando abordam seu trabalho. Nos termos de Gans, as fontes podem se por à disposição, e os repórteres podem estar sob considerável pressão para relatar sobre elas de maneira que as agrade. Mas as fontes não fazem notícia a menos que (e até que) os jornalistas considerem que tais notícias são apropriadas (Ibid., p. 209).

Ainda na obra de Cook (2011), é possível encontrar uma visão do resultado de todas essas negociações podem ser vislumbrados em dois aspectos: o primeiro deles é que as questões para serem visíveis precisam estar relacionadas às fontes de autoridade. Segundo, que precisam estar atreladas a critérios jornalísticos de qualidade, o que impõe filtros a estas autoridades.

3.4 Os Atores Políticos e Os Limites Da Política

Considerando a visão de Gomes (2003), podemos dizer que a sociedade, do ponto de vista político, pode ser pensada de um lado pela sua esfera civil e de outro pela esfera de decisão política. A primeira inclui "todos os concernidos pela comunidade de leis e todos os que possuem direitos e deveres delas decorrentes." (Ibid., p. 2). Já a segunda comporta "todos os que estão autorizados a realizar a decisão política e a conduzir o Estado." (Ibid., p. 2). O autor aponta ainda a relação que essas duas esferas possuem como base do sistema democrático, que tem a soberania popular como ideia fundamental. "[...] o conjunto dos cidadãos se autodetermina politicamente e o povo está no comando do Estado. Nessa perspectiva, a esfera civil é constituída pelos mandantes e a esfera política pelos mandatários." (Ibid., p. 3).

A imprensa, em sua função de informar sobre os assuntos mais importantes promovendo e possibilitando a ação cidadã, cria cenários de representação do mundo. O noticiário político, em suas escolhas hierárquicas do que deve ou não ser veiculado e de quem deve ou não aparecer nessas notícias, acaba propagando um recorte específico da política, que possui efeito, em maior ou menor grau, na ação de quem consome as notícias. Lima (2004) aponta que o papel mais importante desempenhado pela mídia vem do seu poder de construção da realidade por meio das representações que faz dos diversos aspectos da vida humana. "É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado." (Ibid., p. 51).

Mas qual seria esse cenário? Para pesquisadores de Comunicação e Política, tanto a mídia acaba por corroborar com uma ideia previamente estabelecida do que que seria a política. "[...] os meios de comunicação não desafiam o recorte dominante do que é política; pelo contrário, tendem a uma adaptação imediata a ele, como num reconhecimento tácito de que a tarefa de definir o campo político pertence a seus próprios integrantes." (MIGUEL, 2002, p. 174). E resume: "Em suma, a mídia é deferente em relação às principais instituições políticas [...]. Pode criticá-las, mas raramente se atreve a questionar sua relevância." (Ibid., p. 175). Essa visão corrobora com a exposta por Bourdieu (2011), que confronta a ideia de que o jornalismo oferece verdade, informação, crítica e subversão. "Não penso que os jornalistas sejam os mais bem situados para dar acesso ao espaço político. Pelo contrário, eles contribuem fortemente para a manutenção da fronteira, da censura que tende a excluir as maneiras não conformes à doxa do campo político." (BOURDIEU, 2011, p. 212).

Biroli (2013) fala sobre as disputas pela definição da agenda, ou o jogo de negociações ao qual nos referimos anteriormente, que permitem a observação dos filtros utilizados pelos

meios de comunicação para definir os temas e atores que chegam a noticiário, e traz uma visão que coloca o modelo estrutural político como influenciador maior que a própria negociação. "[...] as disputas entre jornalistas e políticos [...] são menos expressivas do que os acordos fundamentais sobre o que é, o que abrange, onde se faz e quem faz política." (BIROLI, 2013, p. 131). A autora lista algumas das visões estruturantes que acabam influenciando a construção do sentido de política no noticiário:

> Uma delas consiste na divisão entre políticos e 'cidadãos comuns', desdobrada na divisão entre fontes sabidas [...] e eleitores indignados [...]. Outra dentre essas visões consiste na definição dos lugares 'certos' do fazer político, desdobrando-se na divisão entre os territórios da política codificada e razoável, distinta dos espaços dos conflitos e manifestações ruidosos e emotivos. E há ainda um terceiro, que é a aceitação de que as temáticas relevantes são aquelas em debate nos espaços mais restritos da política [...]. (BIROLI, 2013, p. 135).

Biroli reforça sua visão de que mesmo a crença de que o jornalismo é praticado a partir de decisões intrínsecas à sua cultura seria capaz de diminuir o seu caráter ideológico e partidário. "A acomodação entre o noticiário [...] e os limites da política, que são traduzidos num modo de funcionamento do campo da política e de delimitação dos temas e atores que a ele têm acesso, é um posicionamento ideológico e não um espelhamento 'objetivo'." (BIROLI, 2013, p. 133). Miguel (2002) também defende que essa construção não é natural, mas proposital, tendo essa demarcação um objetivo na manutenção do *status quo*.

> A separação entre política e economia sob o capitalismo, por exemplo, retira do escrutínio público as decisões sobre o investimento produtivo – que, no entanto, têm um impacto mais significativo na vida cotidiana do que a maior parte das medidas governamentais. Também permite que a propriedade privada se coloque como uma barreira às reivindicações de democracia e participação, que assim ficam excluídas de dentro das empresas. (MIGUEL, 2002, p. 173).

O resultado desse quadro de apego à estrutura política pré-estabelecida é, de acordo a literatura que se debruça sobre o tema, um jornalismo político centrado nas instituições políticas tradicionais, sobretudo os três poderes constituintes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O noticiário estaria direcionado para o oficialismo, os setores e agentes oficiais, com poder de decisão. "Essa gravitação na direção da oficialidade é o que faz com que o jornalismo não seja meramente político, mas governamental (COOK, 2011, p. 236). Autores como Gomes (2003) e Miguel (2002) destacam que cargos específicos possuem cotas de visibilidade garantida, sendo o exemplo mais claro o da Presidência da República.

> Estar à frente do Executivo garante ao titular imediatamente uma presença quotidiana, enquanto durar o mandato, nos lares de todos os brasileiros através da comunicação

> de massa. Também a titularidade dos ministérios, principalmente os que têm maior orçamento ou maior efeito nas prioridades do país, as secretarias ligadas à Presidência da República, a presidência de grandes empresas públicas e por aí vai, todos esses cargos representam uma enorme quota de visibilidade mediática em posse do governo para a sua distribuição nas negociações e barganhas. (GOMES, 2003, p. 18 e 19).

Gomes (2003) aponta o Poder Executivo em uma posição maior de visibilidade em comparação aos demais, argumentando que mesmo a visibilidade parlamentar está associada às relações como o governo. “Mas há também para as funções que representem de forma emblemático o parlamento e o seu jogo, como as presidências das duas Casas Parlamentares, além, naturalmente, da restante configuração das duas Mesas Diretoras, das lideranças de bancadas”. (Ibid., p. 19).

Esse quadro leva a uma construção da política como uma esfera distante das demais na dinâmica social e separada do cidadão comum (BIROLI, 2013). Esse afastamento acaba reforçando as fronteiras entre quem são os agentes do campo e quem são os leigos a ele, para usar os termos de Bourdieu (2011). Para Barreto (2006), a qualidade ideológica resulta da fidelização do consumidor ao produto política.

> A sistematização “industrializada” de material simbólico e ideologizado alude à política como uma pretendida forma de participação popular; elide esta mesma participação ao contribuir para assegurar uma situação de assimetria entre elites e povo; e ilude, no final do processo, àqueles que confiam estar efetivamente deste participando, uma vez mantidas as situações de assimetria política e social (BARRETO, 2006, p. 17, grifo do autor).

As manifestações, as ações e as reivindicações que partem da sociedade, mesmo que de forma organizada, acabam tendo sua força diluída por não serem considerados atos genuinamente políticos. “Os movimentos populares permanecem nas margens da vida política e espera-se que aceitem sua posição subalterna; quando extrapolam suas preocupações específicas, [...], sempre surgem vozes para denunciar sua “politização” espúria.” (MIGUEL, 2002, p. 174). Para concorrer com atores oficiais na disputa pela visibilidade, os movimentos sociais teriam que utilizar recursos extras para chamar a atenção da mídia, explorando eventos de alto valor noticioso. Eles “buscam se expor na mídia, quando fazem protestos, passeatas ou atos públicos, buscando impor/expor seus interesses.” (BARRETO, 2006, p. 18). Cook (2011) fala sobre a dificuldade que esses setores organizados possuem de chegar ao noticiário por não estarem organizados da maneira ideal para o trabalho jornalístico. O fato da mídia localizar os setores do noticiário em torno de instituições, e não de questões, também dificultaria esse acesso (COOK, 2011).

> Em geral, ativistas só conseguem ser considerados dignos de figurar no noticiário sob certas circunstâncias. Primeiro, se cruzarem seus caminhos com os setores estabelecidos da mídia [...]. Uma segunda alternativa é arriscar notícias perturbadoras, que podem ganhar a cobertura sem controlá-la [...]. Terceiro, é esperar que ocorra um acidente que revele o problema que os manifestantes querem levantar. Uma quarta possibilidade é evitar de todo as notícias de primeira página, confiando na história de interesse humano, que permite a pessoas sem posições de autoridade figurarem no noticiário. (COOK, 2011, pp. 217 e 218)

Maia (2008) se apropria dos conceitos de público forte e público fraco para pensar as diferenças de acesso dos diversos públicos à mídia. O primeiro termo se refere aos representantes no centro dos sistema de poder e à elites, enquanto o segundo aponta para o sujeito comum da opinião pública. A autora defende que a desvantagem do público fraco está nas questões de assimetria de poder (que possibilita acesso aos canais), desigualdade comunicativa (vocabulário e domínio da gramática dos meios de comunicação) e pobreza política (domínio de argumentos políticos relevantes).

Em novo artigo, Maia (2009) analisa as estratégias utilizadas por esse atores por meio de duas abordagens. A primeira é a das teorias de mobilização de recursos e de mobilização política, que acreditam que o acesso desse seguimento social à esfera pública está condicionado a elementos como os recursos disponíveis, oportunidades do contexto e permeabilidade das instituições políticas às suas reivindicações. Em outras palavras, essas organizações precisam encontrar meios e ferramentas para chamar a atenção da mídia ou aproveitar um momento em que a visibilidade de suas demandas seja benéfica a algum dos atores tradicionais. As estratégias para burlar essa lógica estaria na construção de eventos noticiáveis, com grande capacidade de chamar a atenção da mídia, como "demonstrações não previstas e capazes de abalar expectativas; demonstrações violentas; *lobbies* advogando posições contrárias ao esperado" (MAIA, 2009, p. 89). Elas se materializam em eventos conhecidos dos noticiários, como são os casos das "manifestações, campanhas e ações espetacularizadas." (Ibid., pp. 91 e 92).

A segunda abordagem destacada por Maia (2009) é a da teoria da identidade coletiva e do reconhecimento, que defende uma análise aprofundada dos modos e razões pelos quais os atores coletivos se formam e se mantêm. De acordo com esta vertente, o objetivo maior de se buscar adentrar a agenda midiática por essa organizações é o de expressar publicamente aspectos de suas identidades e culturas e a luta pela adoção de políticas públicas de interesse coletivo. "Não só a visibilidade interessa nesse processo, mas também a possibilidade de estabelecer o debate, trocar opiniões e argumentos através dos *media*." (Ibid., p. 109). Para alcançar esses fins, a ideia é utilizar mais que estratégias de visibilidade imediata, mas empreender ações que envolvam a sociedade civil como um todo e fazer com que os cidadãos

enxerguem as coisas de outro modo. “É preciso criar e desenvolver idéias, símbolos e palavras-chave que possam ser comunicados, que sejam significativos e atrativos [...] e é preciso agências concretas que transformem as ideias em ‘enquadramentos’, isto é, marcos referenciais significativos.” (MAIA, 2009, p. 98).

A delimitação da cobertura do jornalismo político às instituições sociais acaba relegando a segundo plano questões fundamentais da vida pública, que ganham espaço menor em outras editorias e acabam sendo encaradas como se não integrassem o rol das discussões políticas (MIGUEL, 2002). Enquanto isso, a editoria responsável pela discussão política privilegiaria questões como disputas e conflitos de viés partidário, eleitoral ou em busca de poder dentro do campo político. “Pode-se dizer que o noticiário jornalístico, com sua ênfase na disputa por cargos e nas estratégias de partidos e líderes, contribui fortemente para fixar um campo político centrado sobre si mesmo, que se referencia apenas pela conquista do poder.” (MIGUEL, 2002, p. 175).

Biroli (2013) enxerga nesse caso uma reverência aos conflitos como eles são codificados pelo campo da política e não apenas às hierarquias próprias ao campo. “[...] mesmo nos casos em que atores políticos são prejudicados pela visibilidade dos conflitos, como nos escândalos de corrupção, o noticiário reforça enquadramentos que não questionam aspectos estruturais do fazer político [...].” (Ibid., p. 136). Um dos efeitos dessa realidade, para a autora, é a exposição de conflitos esvaziados de seu sentido social. Alguns autores tentam enxergar o recorte reduzido da política criado pelo jornalismo por meio de sua lógica de trabalho, principalmente considerando as rotinas produtivas, que acabam por direcionar as atenções de repórteres para as instituições e atores com maior probabilidade de fornecerem eventos aptos a serem noticiados. “A dependência jornalística de rotinas significa que a maioria dos repórteres está em melhor posição para encontrar apenas algumas fontes e recolher apenas algumas notícias e está, portanto, mais inclinada a criar certos tipos de histórias.” (COOK, 2011, p. 207). Miguel (2002) aponta que “a busca pela atenção da mídia favorece as atividades mais vistosas, de preferência concentradas num único lugar, e esporádicas, em detrimento de um trabalho mais cotidiano e espacialmente disperso” (MIGUEL, 2002, p. 172).

Martins (2006) afirma que o lugar decisivo para encontrar informações políticas é o Congresso Nacional. Isso acontece porque o Poder Legislativo possui um número muito superior de fontes e centraliza mais claramente as divergências políticas devido ao evidente conflito de interesses de seus agentes. Enquanto no Palácio do Planalto trabalha-se majoritariamente com um mesmo objetivo, na Câmara e no Senado há muita gente disposta a revelar o que outros querem esconder. “No Planalto e nos palácios fechados, as situações

terminais, às vezes, podem ser prolongadas por semanas ou meses [...]. Já na balbúrdia da Câmara e do Senado é impossível tapar o sol com a peneira." (MARTINS, 2006, p. 50). Além disso, há o destaque tradicionalmente dado a fontes de autoridade, que conferem credibilidade às notícias. Para Biroli (2013), essas fontes oferecem ao mesmo tempo autoridade e distanciamento. "[...] as razões para ouvir essas fontes seriam óbvias, isto é, seriam sua posição já consagrada — vista como um dado de realidade e não como produto da seleção feita pelos jornalistas." (BIROLI, 2013, p. 134).

3.5 Visibilidade e Esfera Pública

Ser visto é um fator decisivo para quem almeja ocupar um espaço de destaque na esfera pública, seja para agentes tradicionais e com espaço de poder no campo político, seja para atores da sociedade civil, que buscam pautar seus temas e reivindicações. Na sociedade contemporânea, nenhum outro espaço público possui tanta relevância na garantia de visibilidade quanto a mídia, o que volta os esforços dos personagens políticos principalmente para a conquista de espaço nos veículos midiáticos, inclusive os jornalísticos.

Garantir presença na mídia é uma forma importante de conquista de capital político, visto que os produtos jornalísticos ainda são as principais formas de acesso da população em geral ao que acontece na arena política e também uma forma de se destacar entre os demais agentes do campo, já que é prova de relevância. Para os atores políticos, portanto, participar da esfera de visibilidade criada pela mídia é fator decisivo para ascender à esfera pública e, dessa forma, fazer com que sua imagem e suas ideias sejam levadas em consideração pelo público em geral no momento de deliberação política ou de formação da opinião.

O conceito de esfera pública foi discutido com maior profundidade pela primeira vez na obra Mudança Estrutural da Esfera Pública (Habermas, 1984), e atualizado pelo próprio autor na obra Direito e Democracia (1994). No Brasil, autores como Wilson Gomes e Rousiley Maia se dedicaram à temática e a problematizaram. Para Gomes (2008), a definição proposta pelo autor é adequada à concepção de democracia deliberativa e não deve ser abandonada. Ela trata a esfera pública como a própria "argumentação pública, conduzida com racionalidade, aberta, revisável e orientada pelo princípio do melhor argumento." (GOMES, 2008, p. 139). O autor destaca, no entanto, a necessidade de refletir acerca do conceito para evitar que ele prejudique interpretações. Primeiro, destaca que a esfera pública não se trata de um lugar, coisa ou instituição. "Portanto nem um sindicato nem um jornal nem o Parlamento são, imediatamente, esfera pública, embora eles possam funcionar, em suas instâncias deliberativas ou no tratamento

de matérias relativas ao bem comum, como tal." (GOMES, 2008, p. 139). E mesmo que se concretize em oportunidades singulares, a esfera pública não poderia ser tomada como plural, ou seja, não existem esferas públicas.

O autor defende que, para que um debate público se configure como esfera pública, não precisa obrigatoriamente atender a formatos oficiais, como o de assembleia, contar com parceiros autorizados, ser realizado face-a-face ou ter uma duração pré-determinada. Da mesma forma, uma esfera pública pode ser circunstancial, com regras pensadas para a ocasião, desde que respeitadas as regras inerentes à própria esfera pública. Gomes acredita que o resultado não é fator preponderante para a definição do que é ou não esfera pública. "[...] debates não-conclusivos e não-deliberativos podem ser autêntica esfera pública. [...]. O resultado, nesse caso, será ajudar a produzir uma idéia à respeito da matéria ou, pelo menos, da pauta política." (GOMES, 2008, p. 142).

Maia (2006) reforça o conceito de esfera pública relacionado ao debate e à discussão publicizada. A autora expõe que Habermas inclui o componente da razão nesse pensamento. O debate crítico promoveria a "racionalização da dominação". Isso porque se entendia a democracia como uma dominação consentida (MAIA, 2006). Em Direito e Democracia (1994), Habermas trataria o conceito de esfera pública como "qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído através da linguagem." (MAIA, 2006).

Algumas regras definiriam a eficiência e a qualidade da esfera pública. É o que Habermas chamou de situação ideal de discurso. Entre estas regras estão a racionalidade, questionamentos e predisposição a mudar de opinião. A esfera pública ainda deve ser inclusiva, garantir igualdade de participação e liberdade de expressão, além da universalidade dos tópicos. A situação ideal, no entanto, não é fácil de ser atingida, já que nem todos os parceiros envolvidos estão sempre dispostos a ouvir, a reconsiderar sua opinião inicial e argumentar de forma honesta, além de existirem restrições de rotina, como condições e prazos para decisão (MAIA, 2006). A autora traz uma tentativa de tipificação da esfera pública, subdividindo-a em: episódica – interações simples do dia-a-dia; de presença organizada – discussão por via formal, com pauta e regras definidas; e abstrata – produzida pela mídia. A interação e a troca entre estes três tipos de esfera pública garantiriam a formação da opinião pública e da vontade (Ibid.).

Os autores também fazem críticas às reflexões feitas por Habermas a respeito da esfera pública. Para Gomes (2007), Bourdieu peca ao tratar, em Mudança Estrutural, de uma esfera pública em decadência, submissa aos meios de comunicação de massa. Essa visão é revisada

em Direito e Democracia, mas Habermas ainda pecaria por idealizar uma esfera pública altamente positiva e cooperativa. “Numa esfera pública plausível, há de haver espaço para o lobo hobbesiano tanto quanto para o cidadão socrático, para a competição quanto para a cooperação, para o egoísmo quanto para o altruísmo [...].” (GOMES, 2007, p. 6). Gomes (2007) ainda aponta que a discussão promovida por Habermas em Mudança Estrutural envolvia diretamente a questão do debate público. “A esfera era o domínio social da argumentação pública, da oferta de questões e da troca pública.” (Ibid., p. 7). Em Direito e Democracia, no entanto, essa questão é relegada pelo autor, assim como a questão da visibilidade, que não permeia a discussão em nenhuma das obras. “Discutir é importante, mas pode ser separado de uma extensa visibilidade e ainda assim ser democraticamente importante? Afinal, na reserva, na clausura, também se pode discutir e discutir em profundidade, mas o segredo não faz boa democracia.” (Ibid., p. 9).

A visibilidade é a primeira das dimensões apontadas por Gomes (2007) para a publicidade, ou esfera pública, do alemão *Öffentlichkeit*. É a publicidade no sentido da exposição. A segunda dimensão se aplica à fala pública, à comunicação, aos argumentos trocados em público. São razões que podem ser expostas e debatidas por serem consideradas legítimas mesmo pelos interlocutores que delas discordarem. “Do ponto de vista da visibilidade, esfera pública, em suma, é a) o domínio social da visibilidade, b) da troca de razões públicas e c) da troca de razões em público.” (GOMES, 2008, p. 157). Maia (2008) trata das mesmas dimensões valorando-as com os termos sentido forte e sentido fraco da publicidade. O sentido fraco seria a “publicidade como oposição ao segredo”, já o sentido forte se refere “às normas que regulam o diálogo e à negociação dos entendimentos em público”. “Nesse sentido, para alcançar uma publicidade forte, não basta que algo seja trazido à atenção de todos, mas é preciso satisfazer certas regras pragmáticas que possibilitam o debate e a argumentação” (Ibid., p. 167).

Diferente da esfera pública, a esfera de visibilidade, também chamada de cena pública, refere-se ao âmbito da exposição. “É justamente o sistema expressivo formado pelo conjunto da emissão dos meios de comunicação que constitui a esfera de visibilidade pública, tornando disponível ao público, ou ao sistema de seus apreciadores, uma espécie de quadro do mundo.” (GOMES, 2008, p. 143). Como características principais, aponta-se que essa esfera não é monolítica nem universal. Não é monolítica por não haver unicidade de emissor. “Diferentes tipos de mídia, com formatos distintos de organização, funcionamento e regulamentação, apresentam especificidades irredutíveis, constituindo uma produção diversificada e descentralizada.” (MAIA, 2008, p. 172). Também não é universal porque não possui um público

unificado. “A produção midiática é, por definição, elaborada para ser enviada a um público difuso, diversificado e potencialmente ilimitado [...].” (MAIA, 2008, p. 173).

As esferas pública e de visibilidade estão, como vimos, diretamente relacionadas, já que a esfera de visibilidade é caminho fundamental de acesso à primeira. Somente quando alcança a visibilidade necessária, o tema estará pronto para alcançar a esfera pública.

> Descobriu-se, afinal, que o caminho mais curto entre a opinião política e a esfera pública deliberativa não é a inscrição e a participação na esfera pública, como parece óbvio; o caminho mais curto comporta um desvio em que se vai da opinião política à sua inserção na esfera de visibilidade pública para, enfim, atingir em cheio a esfera de visibilidade política (GOMES, 2008, p. 149).

Em muitos casos, a própria esfera pública depende da visibilidade para alcançar sua completude. Não que a existência da esfera pública seja condicionada à presença na cena pública. Isso porque nem toda esfera pública, compreendida dentro dos parâmetros demonstrados anteriormente, necessita de grande visibilidade para que seja legitimada (GOMES, 2008). Nesse caso, é a abrangência do tema que vai definir a necessidade ou não da exposição. “É a própria democracia que torna a cena pública necessária à esfera pública.” (Ibid., p. 148).

Em outros casos, a própria esfera de visibilidade pode ser esfera pública. Uma dessas formas é por meio da montagem ou edição, que também pode levar à formação da opinião e da vontade. “O cidadão-montador, [...] retira as opiniões publicadas da mera justaposição, a que são forçadas pela superabundância de informação política industrializada, e as faz contrastar, [...], retirando deste atrito [...] os insumos para a formação da própria opinião [...].” (GOMES, 2008, p. 154-155). Mas para que seja editada como esfera pública, a cena pública precisaria atender a algumas condições. Ela “precisa estar atualizada [...], possibilitar que se aprofunde em cada tema até o nível desejado pelo receptor [...] e possibilitar que se possa intervir nos debates que se processam na imprensa, no rádio e na televisão.” (Ibid., p. 154).

Se é possível pensar em uma forma estrutural para a visibilidade, ela pode ser ilustrada pelos conceitos propostos por Gomes (2008), de fundo e tema. O primeiro seria composto por fragmentos de ideias e informações que passam diariamente pelos consumidores sem serem de fato apreendidos. Eles “perduram por algum tempo na memória sem maiores consequências” (Ibid., p. 145). Se um desses fragmentos é tematizado, eles deixam o fundo e passam a fazer parte do tema, que comporta as peças que foram trazidas à pauta. “Os temas são ativos intelectualmente. Municiam os discursos e as interações mais argumentativas e organizam a agenda social.” (Ibid., p. 145).

Os veículos de comunicação de massa, portanto, exercem papel fundamental na democracia deliberativa por serem uma das principais portas de entrada para a esfera de visibilidade e, por conseguinte, para a esfera pública, que tem como finalidade a formação da opinião pública e da vontade. "Há [...] a constituição de um modelo social de esfera de visibilidade e de cognição coletivas profundamente vinculado à comunicação de massa, que pouco a pouco foi se tornando predominante em um grande número de sociedades (GOMES, 2004b, p. 1-2, grifo do autor). O jornalismo oferece uma visibilidade diferenciada por legitimidade social que possui. Nas redes sociais, por exemplo, os próprios atores políticos podem trabalhar as informações de forma a tirar benefício delas, ou cidadãos comuns podem publicar informações que não foram adequadamente checadas. É a instituição jornalismo que garante a legitimidade do conteúdo, porque a ela são inerentes filtros e técnicas que conferem credibilidade, por mais que sejam sempre passíveis de uma leitura crítica.

Esse papel já havia sido identificado por Habermas (1984) e, como vimos, foi fator essencial na visão negativa que o autor expressou sobre a esfera pública, a qual considerava demasiadamente influenciada pelos meios de massa. Silva (2006) tenta construir uma ideia de esfera pública não dominada pelos meios de massa, compreendendo que ser possível a existência de um contexto intersubjetivo que não seja determinado por uma classe específica. "A imprensa pode ser considerada um espaço público, tanto a instituição imprensa, quanto os meios de produção disponíveis [...], sendo ela o *locus* mais visível e que mais se 'apropria" de algo chamado esfera pública." (SILVA, 2006, p. 40). Para o autor, a imprensa, apesar do seu caráter industrial e capitalista, se configura como um dos pilares da vida pública livre e autônoma, podendo ser entendida como um campo de campos, que seria um campo onde se media interações entre os mais variados campos da sociedade. E, da mesma forma, o espaço público, mesmo tendo se originado pelas mãos burguesas, ainda é a esfera que dá publicidade e lastro de sentido à coisa pública (Ibid.).

> Estamos tentando, portanto, compreender a esfera pública como algo que não seja uma criação dos 'formadores de opinião', mas que os transcende, já que essa esfera pública não seria simplesmente um campo (no sentido de Bourdieu) técnico e/ou de poder; ou uma epísteme discursiva [no sentido de Foucault], mas a reapresentação de uma esfera pública habermasiana, com a diferença de que a mesma ultrapassa a instrumentalização dos sentidos por uma classe [...]. (SILVA, 2006, p. 40)

Gomes (2008) reforça que a visibilidade política depende em alto grau dos meios de massa, mas defende que a discutibilidade, outra dimensão determinante da esfera pública, depende mais do sistema político e da sociedade civil, podendo os temas serem sequestrados pela comunicação de massa, chegando, assim, à esfera de visibilidade. O resultado disso seria:

estes temas seriam discutidos em público; discussões que outrora seriam mantidas em âmbito particular ganhariam visibilidade; e discussões com pouca visibilidade ganhariam fomento e, assim, maior eficácia. “É a visibilidade que ancora a discutibilidade na democracia” (GOMES, 2008, 162).

Do ponto de vista da lógica do trabalho jornalístico, a visibilidade é o resultado da constatação de distinções entre os atores e temas políticos, e que são baseadas em normas, valores e hierarquias que, para Miguel e Biroli (2010), regem o campo da política e são absorvidas pelos meios de comunicação. Aqui no entanto, podemos considerar que mais do que apenas absorver essa lógica do campo político, os meios de comunicação travam com ele um processo de negociação permanente que leva em conta diversos fatores já discutidos. Resulta desse processo a decisão de quem ou o que ganha visibilidade.

De um lado, jornalistas trabalham para garantir que as decisões sejam resultado da aplicação das regras e valores do campo jornalístico, de outro, agentes do campo político e da sociedade civil se empenham em furar essa lógica ou se adaptar a ela por reconhecerem a necessidade de aparecerem no noticiário. Um bom tempo de exposição perante a opinião pública com enquadramento positivos e a redução ao máximo ou possível anulação de eventuais aparições negativas, seria a fórmula ideal para construção de uma imagem política adequada para a ascensão no campo. “Os meios de comunicação são percebidos ao mesmo tempo como fonte e índice de capital político” (MIGUEL E BIROLI, 2010, p. 697).

Thompson (2008) afirma que alcançar a visibilidade midiática é um tipo de reconhecimento público que pode garantir avanço para as causas daquele ator. Ele no entanto, ressalta a que a inabilidade em conquistar essa visibilidade pode resultar em uma morte pelo desaparecimento, já que a mídia poderia condenar uma pessoa à obscuridade. “A visibilidade mediada não é apenas um meio pelo qual aspectos da vida social e política são levados ao conhecimento dos outros: ela se tornou o fundamento pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e se desenrolam.” (Ibid., p. 37). O autor destaca a capacidade dos meios de comunicação de libertar a visibilidade das esferas espaciais e temporais, dando novos contornos ao que antes esbarrava nas limitações físicas humanas, fincada no sentido de presença, e como isso tem sido utilizado pelos atores políticos de forma controlada em nível profissional. “Com o nascimento da *internet* e de outras tecnologias digitais, isso ficou mais difícil do que nunca” (Ibid., p. 24).

A visibilidade, no entanto, pode ser uma via de mão dupla, trazendo tanto benefícios quanto riscos. De caráter incontrolável, a extrema visibilidade pode ter efeito reverso em situações de exposição negativa e de escândalos, pauta de grande interesse midiático e capaz

de esgotar o capital político de quem for alvo. Thompson (2008) contrasta o conceito de visibilidade com o do panóptico (Foucault). Enquanto este último representa a possibilidade de poucos vigiando muitos, a mídia permitiria que muitos possam estar de olho em alguns poucos. “Graças à mídia, basicamente aqueles que exercem o poder, mais do que aqueles sobre os quais o poder se aplica, é que estão sujeitos a um novo tipo de visibilidade” (Ibid., p. 27).

Os benefícios de uma presença constante e positiva nos meios de comunicação são valiosos para os políticos em sua necessidade de serem reconhecidos e lembrados pelo público. “A presença nos meios de comunicação de massa cumpre, ao menos, duas tarefas: torna o candidato familiar aos eleitores e inspira confiança aos apoiadores e financiadores de campanha” (MIGUEL, 2003, p. 130). Mais do que garantir uma vantagem considerável na busca pelo acesso ao campo político, a visibilidade também teria o poder de permitir saltos na carreira política, visto que a hierarquização dos cargos não remete apenas ao poder que ele dispõe, mas também à visibilidade midiática que oferece (Ibid.).

> Como hipótese geral, afirmo que a mídia interfere na estrutura da carreira política, exatamente por influenciar a produção de capital político. Em especial, os meios de comunicação geram novos “atalhos” na carreira, na medida em que indivíduos com alta visibilidade midiática podem postular cargos mais elevados do que seria esperado em um desenvolvimento “normal” da carreira política (Ibid., p. 116).

Para Maia (2006), apesar das profundas assimetrias presente nos espaços, a visibilidade contribui na garantia de um diálogo público e na criação de uma “base reflexiva” para a decisão popular em sociedades complexas. “A esfera de visibilidade midiática promove uma complexa relação entre os atores das instâncias formais do sistema político e aqueles da sociedade civil, bem como entre a política e a cultura. (Ibid., p. 165). Equilibrar esses espaços poderia ser uma forma de se aproximar um pouco mais de um modelo ideal de esfera pública, com maior participação e interesse pelo debate político.

4 O ESTADO DA ARTE E OS ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 Estado da Arte

Para uma melhor compreensão da bibliografia de estudo da visibilidade de atores e temas políticos pelo jornalismo levantamos aqui o estado da arte dos estudos interdisciplinares de comunicação e ciência política na área. Nossa pesquisa teve foco em três ambientes de manifestação do conhecimento acadêmico: as revistas científicas, os congressos temáticos e os bancos de teses e dissertações, bem como publicações avulsas disponíveis na *internet*.

No que se refere às revistas científicas, utilizamos como ponto de delimitação a classificação recebida pela publicação pela plataforma Sucupira. A pesquisa se deu, nesse caso, em todas as publicações voltadas para a área de Comunicação ou Ciência Política que tenha alcançado *qualis* A1 ou A2, o que totalizou 12 revistas. São elas: Galaxia, Famecos, E-Compós, Comunicação, Mídia e Consumo (CMC), Intercom e Matrizes, todas elas voltadas para a pesquisa em comunicação, e as revistas Dados, Opinião Pública, Revista de Sociologia e Política, Ambiente e Sociedade, Lua Nova e Revista Brasileira de Ciências Sociais, estas últimas direcionadas à reflexão sobre as ciências sociais e política.

A procura foi realizada por meio da busca online nos *site*s de cada publicação na plataforma SciELO, sendo utilizadas quatro combinações de palavras-chave, que incluíam o termo "visibilidade" associado aos termos "política"; "atores políticos"; "temas políticos" e "jornalismo político". O resultado da busca foi a disponibilização de 35 artigos, que tratavam da visibilidade política de forma diversificada. Entre estes trabalhos, destacamos os que estabelecem diálogo mais próximo com a nossa pesquisa. Para essa seleção, utilizamos como critério a identificação de trabalhos que procurassem analisar como objetivo principal ou secundário os atores e temas políticos com maior visibilidade no jornalismo. Trata-se de uma tentativa de identificar metodologias de pesquisa, categorias de análise e resultados que possam auxiliar o desenvolvimento de nossa pesquisa.

A busca ainda foi realizada em anais de congressos reconhecidos na área de comunicação e jornalismo: Compós, Intercom e SBPJor, além do congresso da Compolítica, que reúne esforços de pesquisa direcionados para a área de Comunicação e Política. A pesquisa foi feita com base nos anais de cada congresso, realizando a busca por meio das palavras-chave já especificadas, quando possível, ou analisando toda a lista de artigos apresentados, quando necessário, com base nos critérios anteriormente descritos.

4.1.1 Atores

As pesquisas selecionadas avaliaram produtos jornalísticos de diversas vertentes, incluindo televisão, rádio e impressos (textos capas ou ambos), mas foi possível identificar uma ausência de estudos interessadas em aferir o ambiente digital. No que se refere ao foco de atenção, verificamos que os pesquisadores se propuseram a estudar com maior frequência os períodos eleitorais, havendo apenas dois casos em que a intenção foi a busca de um período de normalidade na política. Entre os *papers* que tem eleições como centro de atenção, identificamos variações como o estudo de períodos pré e pós eleitorais, além da delimitação de temáticas, como o caso da pesquisa que estuda os atores envolvidos no debate sobre o aborto nas eleições de 2010.

O que unifica todas as pesquisas, no entanto, é a tendência de seus resultados, que aponta para um jornalismo que retrata o campo político como cenário para uma casta reduzida de atores, sempre políticos profissionais, na posse de cargos públicos de poder elevado, como o presidente da república, ministros, deputados e senadores. Os demais agentes políticos acabam relegados a um segundo plano, conquistando visibilidade apenas em casos bastante específicos. Os resultados gerais estão expostos no Quadro 9, que é seguido pelo detalhamento de cada uma das pesquisas.

Quadro 9 – Atores políticos mais frequentes

AUTOR	MEIO	RECORTE	RESULTADOS
GOMES (2009)	Telejornais	Período de normalidade	Lula, Guido Mantega, Renan Calheiros, Romero Jucá, Nelson Jobim, Arthur Virgílio, José Gomes Temporão, Sérgio Gabrielli, Walfrido Mares Guia e Garibaldi Alves.
MIGUEL E BIROLI (2010)	Telejornais e revistas semanais	Eleições 2006 - período pré, pós e eleitoral	TV: Lula, Geraldo Alckmin, Heloísa Helena, Cristovam Buarque e Antônio Palocci Revistas: Lula, Geraldo Alckmin, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e José Dirceu.
MANTOVANI (2013)	Jornais impressos *mainstream* (texto e capa)	Eleições 2010 - Temática do aborto	Dilma Rousseff, José Serra, igreja, parlamentares ligados à igreja, religiosos independentes.

GUAZINA (2015)	Radiojornais públicos	Eleições 2014 - Partidos - Período pré-eleitoral e eleitoral	PSB, PT, PSDB, PSOL, PV, PRTB e PSDC, PSTU, PCB e PCO e PSC.
TUZZO E BERNARDES (2016)	Primeira página de jornais impressos	Período de normalidade	Dilma Rousseff, Joseph Blatter, José Maria Marin, Nelson Barbosa.

Fonte: Elaboração própria a partir de Gomes (2009); Miguel e Biroli (2010); Mantovani (2013), Guazina (2015) e Tuzzo e Bernardes (2016)

O texto "Audiosfera política e visibilidade pública: os atores políticos no Jornal Nacional", capítulo escrito por Wilson Gomes para o livro "Televisão e Realidade", organizado por Itânia Gomes e publicado pela Edufba em 2009 é um dos principais escritos sobre a visibilidade política na mídia. O trabalho busca identificar e analisar a presença de atores na audiosfera política do Jornal Nacional.

A pesquisa considerou 100 edições consecutivas do Jornal Nacional, entre 27 de agosto e 20 de dezembro do ano de 2007. Uma primeira análise permitiu a identificação de que o principal produto telejornalístico do país destina, em média, 4 minutos e 42 segundos diários aos temas políticos, dos quais apenas 1 minuto e 33 segundos se referem aos momentos em que os atores políticos aparecem com voz em sonoras. A pesquisa identificou 150 diferentes atores políticos com presença (fala direta, fala indireta ou citação) no Jornal Nacional. Deste total, 125 tiveram voz no Jornal Nacional, 62 tiveram suas declarações apresentadas por jornalistas e 112 foram mencionados.

A principal verificação feita pelo estudo é o total direcionamento das cotas de visibilidade do Jornal Nacional para atores da política profissional. Nenhum ator sem cargo ou mandato superou 1% das sonoras, declarações ou menções nos 100 dias da amostra. Isso se verifica até mesmo para atores de relevância nacional que estão longe dos mandatos públicos. "No Jornal Nacional, ator político é quem tem mandato ou cargo público no governo federal. Simples assim" (Gomes, 2009, p. 200). Isso acontece por uma obediência do telejornal à hierarquia institucional pela qual o poder político se estrutura, o que restringe os espaços às figuras mais proeminentes, das instituições mais fortes e de caráter nacional. Pelo que foi analisado, 40 atores possuem cotas realmente relevantes e apenas 10 deles estão em situação de grande visibilidade, como vemos na Tabela 1

Tabela 1 – Distribuição de sonoras declarações e menções por grandes categorias de atores

Persona/Instituição	% Sonoras	% Declarações	% Menções
Presidente e Vice	22,3%	40,0%	32,5%
Senadores	40,1%	16,7%	36,5%
Ministros	16,2%	26,0%	15,3%
Deputados Federais	16,0%	10,2%	7,2%
Governadores	2,0%	1,7%	2.9%
Outros	3,5%	5,4%	5,5%

Fonte: GOMES (2009), p. 201

Quando se leva em consideração os agentes políticos isoladamente e não em ligação com as instituições que ocupam, percebe-se uma supervisibilidade conferida ao presidente da República, até então Luis Inácio Lula da Silva, senadores em posição de liderança e ministros do alto escalão ou envolvidos em uma agenda de grande visibilidade no período de coleta (ver tabela abaixo). Na interpretação feita por Gomes, a figura do presidente transcende o seu cargo, mas o mesmo não acontece com ministros e senadores. Nesse caso, "a seleção depende menos do ator do que do papel que ele exerce".

Tabela 2 – Os atores políticos com maior percentual de visibilidade na audiosfera

SONORAS		DECLARAÇÕES		MENÇÕES	
Lula (presidente)	21,8%	Lula (presidente)	40,0%	Lula (presidente)	31,0%
Guido Mantega (ministro)	4,4%	Guido Mantega (ministro)	9,0%	Renan Calheiros (Presid. do Senado)	20,2%
Renan Calheiros (Presid. do Senado)	4,1%	José Gomes Temporão (ministro)	4,7%	Guido Mantega (ministro)	2,9%
Romero Jucá (líder Governo no Senado)	4,0%	José Sérgio Gabrielli (Pres, Petrobras)	3,5%	Nelson Jobim (ministro)	2,9%
Nelson Jobim (ministro)	2,5%	Nelson Jobim (ministro)	3,3%	Walfrido Mares Guia (ministro)	2,3%
Arthur Virgílio (líder PSDB no Senado)	2,5%	Renan Calheiros (Presid. do Senado)	3,2%	Garibaldi Alves (Presid. do Senado)	1,7%

Fonte: Adaptada de Gomes (2009) p. 207

No artigo "Visibilidade na mídia e campo político no Brasil", trabalho de Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli publicado em 2010 pela revista Dados. O trabalho avalia as publicações de três telejornais (Jornal Nacional, Jornal da Band e SBT Brasil) e três revistas de atualidade

semanal (Veja, Época e Carta Capital) durante 29 semanas (entre 6 de março e 27 de maio de 2006 – período pré-eleitoral; entre 10 de julho e 28 de outubro de 2006 – período eleitoral; entre 5 de março e 26 de maio de 2007 – período pós-eleitoral), na tentativa de identificar os temas e atores mais frequentes no noticiário.

Na análise sobre a presença de atores políticos no noticiário, o estudo identificou 1.724 diferentes personagens nas matérias de política publicadas em telejornais (esse número exclui personagens anônimos ou não identificados). Deste total, 27,3% pertencem ao Poder Legislativo; 24,5% ao Executivo e 8.3% são populares. A análise por nome próprio indica que a maioria desses personagens são candidatos nas eleições presidenciais, ministros de Governo, senadores em posição de liderança ou envolvidos em escândalos políticos. Os cinco personagens que apareceram em mais textos foram Lula, Geraldo Alckmin, Heloísa Helena, Cristovam Buarque e Antônio Palocci (a análise contabiliza o número de matérias em que cada ator aparece).

Nas revistas, por sua vez, foram identificados 2.477 diferentes personagens. Aqui, surpreendeu a aparição de agentes políticos de destaque, mas sem cargo público, e a baixa aparição de alguns candidatos à presidência. Os cinco que mais apareceram foram Lula, Geraldo Alckmin, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e José Dirceu. A avaliação dos pesquisadores é de que o noticiário político na revista é menos vinculado aos cargos formais do campo político, abrindo espaço para agentes detentores de alto capital político que não estão em cargos oficiais. “Além disso, esse noticiário também possui uma “memória” maior, retomando acontecimentos dos meses anteriores” (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 716).

Em ambos os casos (revistas e telejornais) é notada a baixa presença de movimentos sociais. Especialistas ligados universidades e organizações religiosas também pouco aparecem. As revistas, no entanto, apresentaram algum espaço para organizações internacionais e forças armadas, o que não acontece nos telejornais. Organizações não governamentais e agentes do mercado financeiro também conseguem maior visibilidade nas revistas que na televisão. “Em suma, as revistas são um pouco mais abertas que os telejornais à presença, no noticiário político, de pessoas estranhas ao universo da política em sentido estrito.” (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 712).

No artigo “Eleições 2010: como os enquadramentos e as vozes organizaram os limites da controvérsia do aborto”, apresentado no congresso Compolítica em 2013, Denise Mantovani também avaliou os atores políticos envolvidos no debate. O trabalho apontou o tema aborto como o mais importante durante o segundo turno das eleições presidenciais daquele ano, que tinham como candidatos Dilma Rousseff, do PT, e José Serra, do PSDB. A pesquisa analisou

501 textos presentes nos três jornais de circulação nacional: Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, publicados no período de 11 de julho a 31 de outubro de 2010.

Das 579 peças analisadas (textos + referências nas capas), 358 (61%) estavam localizadas em editorias referentes à política. Apesar dos candidatos e partidos terem sido os atores que apareceram em maior número (28,02% e 20,36% respectivamente), a análise indicou a presença destacada de atores religiosos no debate, tanto da igreja (16,53%), quanto de parlamentares ligados às igrejas (5,04%) ou religiosos independentes (1,2%). Os parlamentares em geral apareceram em 5,04% dos conteúdos e os movimentos sociais em apenas 1,61%. A análise de Mantovani aponta para uma esquiva dos movimentos defensores da legalização do aborto neste debate de forma estratégica. Isso pelo temor de prejudicar a candidata com maior ligação com as esquerdas, Dilma Rousseff.

Liziane Guazina levou à Compós, em 2015, o artigo "Comunicação e política: a cobertura das eleições de 2014 em três emissoras públicas de rádio". Ela considerou a presença dos candidatos, da sociedade civil e dos partidos políticos nas produções jornalísticas. No primeiro caso, verifica-se que, entre as matérias onde os candidatos foram citados nominalmente, 35 delas citavam todos os concorrentes. Isoladamente, Dilma Roussef apareceu em cinco casos, Aécio Neves em quatro e Marina Silva em três, um quadro de equilíbrio. Dos 87 conteúdos analisados, apenas 22,98% trouxe alguma participação popular, entre personagens entrevistados e entidades da sociedade civil.

A visibilidade dos partidos políticos foi determinada em grande parte pelas candidaturas. O PSB foi o mais presente (18 conteúdos), o que pode ter sido impulsionado pelo acidente aéreo que vitimou o candidato Eduardo Campos e pela continuidade da disputa no nome de Marina Silva. O PT, da candidata Dilma Rousseff, apareceu em 17 conteúdos, seguido por PSDB, do candidato Aécio Neves e do PSOL, da candidata Luciana Genro, cada um com 16. PV, PRTB e PSDC apareceram em 15 conteúdos; PSTU, PCB e PCO em 14; e o PSC em 12. As demais siglas não alcançaram mais que cinco citações.

A avaliação da presença dos atores políticos no noticiário como forma de identificar a consonância da mídia e a relevância de atores ligados à sociedade foi o interesse de Simone Tuzzo e Priscilla Bernardes no artigo "A política na primeira página", apresentado no Intercom em 2016. Elas analisaram o conteúdo das capas do jornal O Estado de S. Paulo no período de 24 e 31 de maio de 2015, selecionando as matérias com foco noticioso na política. Entre 168 matérias publicadas, 52 falavam sobre política. A temática também apareceu em sete das oito manchetes.

No que se refere aos atores políticos presentes na primeira página, foi constatado que eles somam 72 das 127 menções. Os nomes que se destacaram são os da então presidente Dilma Rousseff, do então presidente da Fifa, Joseph Blatter, e da CBF, José Maria Marin, provavelmente impulsionados pelo escândalo enfrentado pelas instituições naquele ano, e do então ministro da economia, Nelson Barbosa. No caso dos atores da sociedade civil, foram identificados apenas dois casos de citação de cidadãos comuns, que apareceram "para ilustrar matérias de controvérsias que estavam na capa".

4.2 *Corpus*

Nossa pesquisa tem como objetivo analisar quais atores políticos possuem acesso à cena pública produzida pelo jornalismo político nos dois produtos selecionados. Buscaremos essa resposta verificando quais os atores e temas políticos com maior visibilidade no noticiário, tendo como *corpus* os jornais folha.uol.com.br e nexojornal.com.br. No caso da Folha, temos um jornal com 57 anos de tradição lançado em um ambiente analógico da produção jornalística e levado ao meio digital por força do avanço tecnológico. No Nexo, uma iniciativa independente que nasce em ambiente digital e acumula pouco mais de dois anos de existência. O primeiro deles é uma das maiores referências da chamada grande imprensa no país, alcançando em dezembro de 2017 uma média de 66,2 milhões de visitas. O segundo aparece como alternativa aos veículos da mídia tradicional e, no mesmo período, alcançou um total de 2,1 milhões de visitas. Os dados são do *site* SimilarWeb[14]. A partir da análise dos dois *websites*, pretendemos verificar a recorrência de atores políticos no jornalismo de viés comercial e independente. Em seguida, conheceremos melhor a história dos dois veículos, bem como seus projetos editoriais e modelo de negócios e funcionamento da editoria de política, a qual estudaremos.

4.2.1 História

A Folha de S. Paulo, em sua versão impressa, circula com este nome desde o ano de 1960, como fruto da união de três diários: Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite. Com o novo nome social e sob propriedade de José Nabantino Ramos, o jornal passou a ter linha editorial identificada com os interesses da classe média do estado de São Paulo. A data inicial de circulação, no entanto, foi o dia 19 de fevereiro de 1921, ainda sob o título de Folha

[14] Disponível em: < https://www.similarweb.com >. Acesso em: 4 jan. 2018.

da Noite. Desde 1969, o jornal está sob administração dos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

Na *internet*, a Folha estreou em 9 julho de 1995, com a FolhaWeb, que foi seguida pela criação do portal UOL, em 1996. O próprio jornal aponta o caso do sequestro do ônibus 174, em 2000, no Rio de Janeiro, como marco da competição pelo noticiário em tempo real, ocasião em que o *site* de notícias publicou 50 textos sobre o evento entre 15h19 e 23h17.

O Nexo, entendido pelos seus criadores como um jornal digital, foi lançado em novembro de 2015, tendo como cofundadores os jornalistas Paula Miraglia, Renata Rizzi e Conrado Corsalette. Apesar do pouco tempo de existência, o jornal venceu o prêmio Online Journalism Award 2017 na categoria "Excelência geral em jornalismo on-line – pequenas redações" (a equipe completa conta com 29 profissionais). Na ocasião, derrotou os jornais digitais independentes PublicSource, STAT, The Marshall Project e The Texas Tribune, todos veículos americanos.

4.2.2 Projeto editorial

O projeto editorial de Folha e Nexo são marcados pela diferença de enfoques. Enquanto o primeiro foca nos valores jornalísticos que utilizam como guia de atuação, o segundo prioriza o formato do produto que disponibiliza, caminho pelo qual busca se distinguir dos demais produtos do mercado. Em março de 2017, a Folha publicou a versão mais recente do seu projeto editorial, cuja última versão datava de agosto de 1997, um hiato de 20 anos. No texto, que tem como título "Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância" (FOLHA DE S. PAULO, 2017), o veículo situa o posicionamento do jornal diante do crescimento em importância das redes sociais. Na opinião do veículos, essas redes são um ambiente que impede a discussão pública adequada pelo poder de disseminação de notícias falsas e pela tendência de criação de bolhas de isolamento pessoal, consequências provocadas pelos algoritmos e pelo tipo de gestão econômica dos mecanismos de busca.

O projeto aponta o compromisso com um jornalismo crítico, apartidário e pluralista, objetivos que são reiterados constantemente ao longo do texto, além de se colocar como defensor de uma perspectiva liberal diante da economia, da política e dos costumes. O texto coloca a atual conjuntura de embates ideológicos e de mudanças rápidas nas esferas econômica e política como um fator que reitera a necessidade de um jornalismo crítico, evocando uma imprensa livre e atuante em sua função de cão de guarda da sociedade. "Sua singularidade na imprensa brasileira se traduz na abrangência com que interpela e problematiza os poderes

instituídos na esfera pública e privada, estendendo sua voz inquisitiva às mais diversas direções, inclusive à própria mídia".

Como critérios essenciais de seleção e hierarquização, a Folha aponta a relevância, alcance, originalidade, dimensão histórica ou institucional e o despertar da curiosidade legítima. "A prioridade máxima do trabalho jornalístico continua sendo divulgar a informação exclusiva: o fato relevante, inédito e bem apurado que um veículo revela". A própria seleção de acontecimentos seguiria nova direção:

> A proposta agora é que se abra um leque menos extensivo de assuntos, mas que, em contrapartida, cada um deles seja abordado de modo mais inteiriço e interpretativo. É preciso coragem e domínio técnico para apostar em temas promissores e determinação para selecioná-los e persistir em sua cobertura. (FOLHA DE S. PAULO, 2017)

O Nexo Jornal, em seu projeto editorial[15], informa que a ideia para a criação do jornal surgiu de um entendimento compartilhado de que o jornalismo possui um potencial transformador caso contasse com determinadas características que contribuam com um debate qualificado: conteúdo claro, explicativo, equilibrado e contextualizado. As principais inspirações para o projeto são o *site* norte-americano Vox (que pratica o jornalismo de contexto) e o Quartz, de notícias para *mobiles*.

> O Nexo tem um modelo editorial voltado ao jornalismo de contexto, iniciativa pioneira no Brasil, e tem como seus principais pilares o equilíbrio, o uso de evidências e dados e a clareza do conteúdo produzido, sempre apresentando posicionamentos diversos para que nosso leitor tenha subsídios para formar sua própria opinião. (NEXO JORNAL, 2017).

O caminho para alcançar este objetivo seria o uso de evidências e dados, com aposta alta em material visual, principalmente vídeos, infográficos e peças interativas. O uso da interação, inclusive, é compreendido pelo jornal como forma de inovar na abordagem de temas tradicionais, ou de facilitação do entendimento de temas complexos, entres os quais destaca as estruturas e conjunturas política, econômica e social. No próprio texto, o Nexo faz uso constante de estratégias estruturantes, como o uso de muitos intertítulos ou sequências de perguntas como guia de leitura. Já nos títulos, o jornal procura trazer uma das perguntas do lide jornalístico tradicional, deixando claro o foco geral da matéria. A intenção é atrair também o público jovem, "[...] seja aquele com sede de informações ou aquele que não necessariamente estava acostumado a consumir notícias com frequência, mas que mostra interesse pelo debate público atual." (NEXO JORNAL, 2017).

[15] O projeto editorial do Nexo não está disponível *online* e foi enviado por *e-mail* pela equipe do jornal após solicitação para esta pesquisa.

4.2.3 Modelo de negócios

O modelo de negócios utilizado pelos dois veículos é o mesmo, o chamado *paywall* poroso. Trata-se de um formato que permite acesso gratuito a uma quantidade específica de conteúdo a cada mês antes que se exija a assinatura. No caso da Folha, isso acontece em duas etapas. De início, o leitor tem acesso livre a 5 conteúdos por mês. Esse número, no entanto, pode ser elevado para 10 caso o usuário faça um cadastro simples no banco de dados do jornal, sem custos. A partir disso, é necessária a assinatura do produto para continuar o acesso ao conteúdo. O valor mensal a ser desembolsado é de R$ 29,90 com acesso aos aplicativos do jornal para *tablets*, *smartphones*, a todo o conteúdo do *site* e também à edição digital do jornal impresso. O jornal, conta, no entanto, com a maior parte de suas receitas advindas da venda de espaços de publicidade.

O Nexo, por outro lado, não trabalha com receitas de publicidade. O jornal nasceu com investimento próprio de seus sócios fundadores e adotou o modelo de *paywall* em setembro de 2016. Nesse caso, o leitor tem acesso a 5 conteúdos mensais antes de a assinatura ser requerida. Parte do material, no entanto, permanece aberto independente de pagamento. É o caso dos vídeos, *podcasts*, externos, ensaios e trechos de livros da seção "Estante". A assinatura do Nexo custa R$ 12 mensais. Para ampliar a receita, o Nexo usa como estratégia a oferta de cursos em áreas como gastronomia, arte, cinema e filosofia. Os cursos ocorrem sede do jornal, em São Paulo.

4.2.4 A editoria política

A editoria Poder, da Folha de S. Paulo trabalha com 28 repórteres, sendo 13 baseados na sede do jornal, em São Paulo, e 15 na sucursal de Brasília. Além deles, o website conta com correspondentes no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Salvador. Em Brasília, a Folha trabalha com repórteres setoristas no Palácio do Planalto, Câmara Federal, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal e na Procuradoria-geral à República. As informações foram repassadas já em 2018 pelo editor de Poder, Fábio Zanin, em resposta a questionamentos enviados pela pesquisa. A mensagem indica ainda que a atualização do *site* não segue periodicidade pré-estabelecida, havendo novas publicações de acordo com a sucessão de acontecimentos. Em dias com baixa incidência de ocorrências noticiáveis, a equipe antecipa a publicação de matérias que estavam previstas para a edição impressa do dia seguinte. “Cada vez menos guardamos material para o impresso.” (FOLHA DE S. PAULO, 2018). As

atualizações, inclusive, acontecem apenas na *homepage*, sendo as manchetes da editoria atualizadas apenas uma vez ao dia. “O ideal seria que isso ocorresse com mais frequência, mas há limitações de pessoal.” (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

O Nexo Jornal opera com 29 profissionais, envolvendo os setores de jornalismo, arte, tecnologia, pesquisa, negócios e estratégia. A equipe trabalha em uma separação básica de dois núcleos, sendo parte dela responsável por política, economia, nacional e internacional e outra que cobre temas diversos como cultura, esporte e cidades. O jornal publica de forma geral, de 8 a 12 conteúdos diários. O núcleo de reportagem onde está inserida a área da política conta com 6 profissionais. Anteriormente, o Nexo havia informado que um deles estaria sediado em Brasília, mas os últimos dados repassados dão conta de que todos trabalham atualmente na sede da empresa, em São Paulo.

4.3 A metodologia e sua aplicação

A metodologia utilizada na pesquisa é a Análise de Conteúdo, método que desenvolveu-se nos Estados Unidos desde o começo do século XX e focado no rigor científico da medida (BARDIN, 1977). Na definição de Bardin trata-se de:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Ibid., p. 42).

A análise de conteúdo possui duas funções principais. A primeira delas é a heurística, uma análise de conteúdo “para ver o que dá” já que não parte de hipóteses e foca na propensão à descobertas. A segunda função é a da administração de prova, quando o método é utilizado para provar uma hipótese preestabelecida (BARDIN, 1977). Sua aplicação nos estudos de jornalismo ocorrem desde o princípio do uso do método, principalmente pela atuação da Escola de Jornalismo da Colúmbia. Mas os produtos jornalísticos não são o único objeto possível para a metodologia. “Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas da análise de conteúdo” (Ibid., p.32).

A aplicação do método divide-se em três etapas principais: a descrição, quando se destaca as características do texto; a inferência, uma dedução lógica baseada na observação dos dados; e a interpretação, quando se busca significados para as características encontradas. Neste

caso, utilizaremos como técnica a análise categorial, que recorre a "operações de desmembramento do texto em categorias segundo reagrupamentos analógicos" (Ibid., p. 153).

Trata-se de uma análise quantitativa, que se utiliza do método estatístico na busca de dados para apreciação. "Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objectiva, mais fiel e mais exacta, visto que a observação é mais bem controlada." (Ibid., p. 115). O método foca na categorização de elementos retirados do texto e reagrupados de acordo com critérios previamente estabelecidos poderão nos trazer respostas sobre o nosso problema de pesquisa (BARDIN, 1977).

Como procedimento de análise, definimos inicialmente as unidades de registo, ou seja, os termos que serão identificados e retirados do texto para posterior análise. Em seguida, delimitamos uma regra de enumeração destes dados condizente com nossos objetivos e, finalmente definimos as categorias para enquadramento das unidades de registo. Todas essas informações serão detalhadas ao longo do capítulo.

A pesquisa empírica que vai nos ajudar a analisar a presença de atores políticos no jornalismo será aqui exposta em duas partes principais. Na primeira delas, faremos uma análise sobre como se dá a distribuição dos espaços de visibilidade no jornalismo da Folha de S. Paulo e do Nexo Jornal, identificando quais são os atores políticos que acessam a arena pública promovida pelos produtos noticiosos e em que frequência se dá esse acesso. Em um segundo momento, pretendemos fazer uma reflexão sobre as razões aparentes para que determinados atores sejam selecionados pelos jornalistas em detrimento de outros, o que será possível por meio da análise dos dados levando em consideração as teorias do jornalismo.

O nosso *corpus* de pesquisa inclui as editorias de política de dois *websites* jornalísticos com viés de atuação diferenciados. O primeiro é a Folha de S. Paulo[16], em sua editoria Poder, que pode ser classificado como um produto de grande mídia, com lógica industrial de funcionamento. O segundo é Nexo Jornal[17], em sua *tag* Política, que traz uma proposta de jornalismo independente dentro de uma lógica de explicação e interpretação dos fatos. Essa variação nos permitirá identificar se há diferenças na presença de atores sociais na política construída pelo jornalismo praticado na Folha, como representante do âmbito *mainstream*, e do Nexo, enquanto representante da produção independente. As *homepages* de ambos os veículos podem ser verificadas na Figura 3.

[16] Disponível em: < http://www.folha.uol.com.br/ >. Acesso em: 4 jan. 2018.
[17] Disponível em: < https://www.nexojornal.com.br />. Acesso em: 4 jan. 2018.

Figura 3 – *Homepages* de Folha e Nexo

Fonte: Folha de S. Paulo e Nexo Jornal

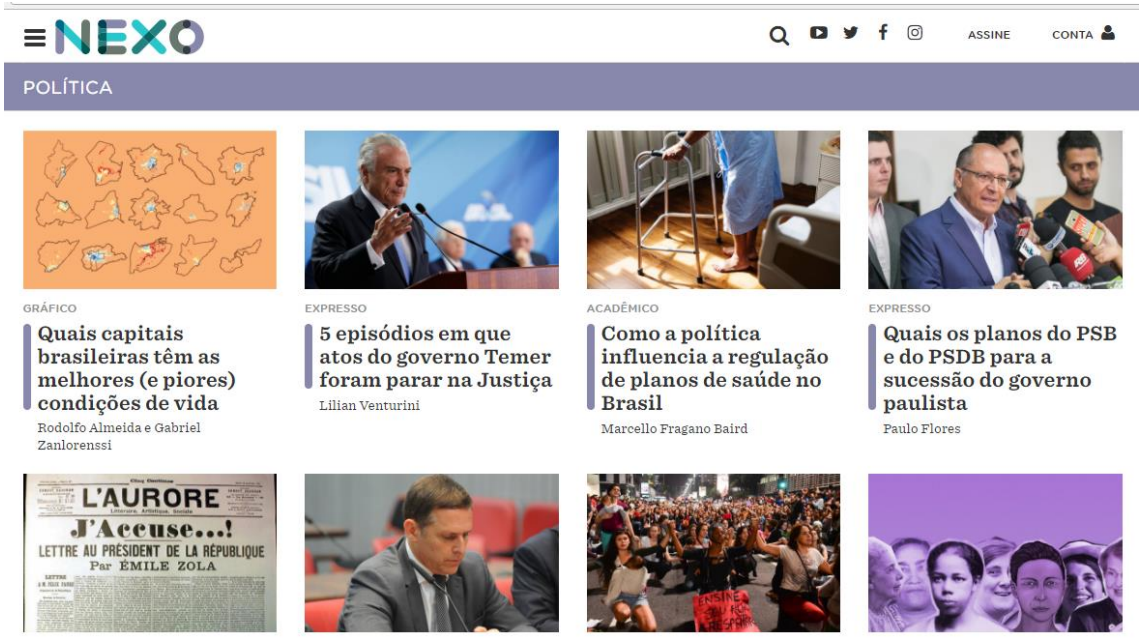
Para isso, analisamos um total de 95 matérias, coletadas utilizando a ferramenta da semana construída, selecionada em uma tentativa de evitar o enviezamento da coleta pela restrição de temas (a lista completa, assim como os links de acesso podem ser verificados no Apêndice A). Dessa forma, consideramos três semanas construídas em momentos diferente do ano de 2017. A primeira inclui as seguintes datas: domingo (5 de março); segunda (13 de março); terça (21 de março); quarta (29 de março); quinta (6 de abril); sexta (5 de maio) e sábado (13 de maio). A segunda semana foi formada pelo domingo (2 de julho); segunda (10 de julho); terça (18 de julho); quarta (26 de julho); quinta (3 de agosto); sexta (11 de agosto) e sábado (19 de agosto). Por fim, a terceira semana compreendeu o domingo (5 de novembro); segunda (13 de novembro); terça (21 de novembro); quarta (29 de novembro); quinta (7 de dezembro); sexta (15 de dezembro) e sábado (23 de dezembro). O hiato temporal entre os meses de abril e maio se deu pela impossibilidade de coleta no período, o que ocorreu pela indisponibilidade de material na ferramenta utilizada na coleta da Folha de S. Paulo, o *site* de arquivamento de páginas da *internet* Wayback Machine[18]. O fato não compromete a pesquisa já que o objetivo prevê uma análise do cotidiano, pretendendo analisar de forma geral a visibilidade de atores políticos nos veículos selecionados. As matérias publicadas pelo Nexo Jornal, por sua vez, foram coletadas no próprio *site*. A técnica da semana construída foi determinada na expectativa de seguirmos a regra da representatividade (BARDIN, 1977), utilizada para garantir resultados os mais generalizáveis possíveis em um objeto de análise heterogêneo como o caso do noticiário político.

[18] Disponível em: < https://archive.org/web/ >. Acesso em: 4 jan. 2018.

Apesar dos esforços para a seleção de material dentro de um período de maior normalidade possível, é preciso destacar que a pauta política tem devotado espaço constante às diversas etapas da operação Lava Jato, que investiga crime de desvio e lavagem de dinheiro por atores políticos de elevado grau hierárquico. O destaque dado pela mídia a este tema está refletido na pesquisa, principalmente na revelação da delação premiada dos empresários Joesley e Wesley Batista, implicando o presidente da República, Michel Temer, em atos de corrupção e nos desdobramentos do caso, que incluem o envio de dois pedidos de investigação do presidente para análise da Câmara Federal.

A diferença nas propostas de atuação entre os dois *websites* também gera uma diferença considerável entre a quantidade de matérias publicadas diariamente. Enquanto a Folha, com uma equipe maior e trabalhando na lógica de atualização instantânea, publica dezenas de matérias diárias em cada uma de suas editorias, o Nexo Jornal, com menos colaboradores e com uma perspectiva mais analítica dos eventos, publicou uma média de duas matérias por dia na editoria. Para que houvesse um equilíbrio no *corpus* da pesquisa, optamos por selecionar todos os textos publicados pelo Nexo na *tag* Política nos dias destinados à coleta e que fizessem parte da editoria "expresso", decisão que será explicada mais adiante neste capítulo. Na Figura 4 podemos observar as *tags* temáticas do Nexo em sua *homepage*, assim como a página destinada ao tema política.

Figura 4 – O tema política no Nexo



Fonte: Nexo Jornal

No caso da Folha, foram selecionadas as matérias da editoria Poder com maior destaque na *homepage* principal nos três turnos do dia. Nos casos em que não houve alteração do destaque, consideramos o segundo texto em grau hierárquico, e assim por diante. Ao final, trabalhamos com 55 textos coletados da Folha de S. Paulo (por duas vez a ferramenta de busca não disponibilizou as imagens da *homepage* nos turnos necessários) e 40 textos do Nexo Jornal.

Explicadas as condições de coleta, passamos a detalhar o processo de análise dos textos. A princípio, é importante deixarmos claro ao que nos referimos quando falamos em atores políticos. Na perspectiva de Wilson Gomes, um ator político seria qualquer sujeito que cumpra um papel socialmente reconhecido na política (GOMES, 2009). Ele detalha:

> Em maior número, estão, naturalmente, os políticos profissionais, tanto os portadores de mandatos populares e de cargos públicos políticos (os *officials*) quanto os quadros de profissionais políticos sem mandato dos partidos e de outras agências políticas. Naturalmente, aqui também podem ser incluídos os cidadãos que não são políticos profissionais nem exercem cargos públicos mas representam forças ou interesses precipuamente políticos da sociedade ou de grupos particulares, desde que socialmente reconhecidos como tal (GOMES, 2009, p. 187-188).

Nossa pesquisa pretende, justamente, compreender quais atores sociais são incorporados no noticiário político e analisar as razões de sua presença. Dito isso, fica posto que consideraremos como ator político neste trabalho, qualquer ator singular, ou seja, qualquer *persona*, que tenha espaço nos textos analisados. Na intenção de identificar e compreender os espaços de visibilidade na arena pública do jornalismo político, decidimos trabalhar com dois níveis de exposição. O primeiro leva em consideração os atores citados. O segundo considera as menções (cada vez que o nome aparece no texto), também uma forma de garantia da visibilidade, e onde está exposta a maioria dos atores políticos que ocupam espaços nas narrativas jornalísticas. Outros importantes estudos sobre visibilidade consideram três níveis distintos: as falas com citação direta, as falas com citação indireta e as menções, como vimos no estado da arte levantado por nós anteriormente. É o caso de estudo realizado por Gomes (2009), que identificou os atores que compõem a audiosfera política no Jornal Nacional, e por Miguel e Biroli (2010) sobre a visibilidade do campo político em telejornais e em revistas de atualidade semanal.

No nosso caso, preferimos reduzir a categoria de citações a uma só por considerarmos que existe uma diferença considerável na visibilidade conferida por essas categorias nas diferentes mídias. Na televisão, a citação direta possui um poder maior de garantia de visibilidade pelo fato da fala aparecer invariavelmente acompanhada da imagem do ator político em questão, o que não é obrigado a acontecer no uso da citação indireta. Até mesmo quando

considera-se apenas o áudio, seja da audiosfera televisiva ou do radiojornalismo, o recurso da voz aparece como diferencial de visibilidade para o ator. No caso do jornalismo escrito, ou do jornalismo digital, em específico, a fala em citação direta ou indireta não teria, em nossa concepção, o poder de garantir uma alteração considerável de visibilidade em relação à outra.

É certo que a citação direta assegura maior fidelidade ao que foi dito pela fonte, o que pode se perder em certa medida nas citações indiretas. Mas, como apontamos, elas aparecem com um peso semelhante no texto escrito, que é trazer informações relevantes para a narrativa oriundas de fontes com autoridade contextual, estando ambas dissociadas de fatores como a imagem ou o áudio. No nosso entendimento, portanto, aparecer em citação direta não é garantia inquestionável de acesso diferenciado à esfera de visibilidade, até por ser possível considerar que, no ato da prática jornalística, não existem regras específicas para determinar quais falas devem aparecer de forma direta ou indireta, sendo a escolha final o resultado de decisão subjetiva do jornalista, que pode considerar apenas critérios como a composição textual, por exemplo.

Desta forma, este trabalho pretende identificar a visibilidade no jornalismo da Folha de S. Paulo e do Nexo Jornal em dois níveis: a menção – qualquer referência a atores no texto – e a citação, onde estão catalogadas todas as falas de atores seja de forma direta, ou seja, escrita entre aspas e acompanhadas por um verbo *dicendi*[19], ou indireta, introduzidas por expressões como "de acordo", "segundo" ou qualquer outra que indique o início de uma ideia que não parta do próprio jornalista. Nossas unidades de registro, portanto, serão duas: a palavra, no caso das menções, sendo identificadas cada referência aos atores políticos, e, no caso das citações, a declaração direta ou indireta, nos termos já especificados acima. A enumeração (BARDIN, 1977) será realizada utilizando como regra a frequência, já que buscamos a quantidade de vezes que um ator é citado ou mencionado pela cobertura. A análise completa de ambos os veículos pode ser observada nos apêndices C e D.

4.3.1 Os elementos de abertura

Pensando na lógica estrutural do texto jornalístico, resolvemos realizar a nossa análise considerando ainda um fator específico: o destaque que os atores recebem dentro da organização hierárquica do texto. Essa decisão parte do reconhecimento de que o jornalismo

[19] Os verbos *dicendi* são verbos referentes ao ato de dizer e costumam ser utilizados em textos jornalísticos no intuito de detalhar ao leitor aspectos referentes ao modo como a frase citada foi proferida pela fonte. São exemplos de verbo *dicendi*: dizer, falar, declarar, afirmar, explicar, relatar, contar, entre outros.

trabalha com determinados elementos que conferem uma maior visibilidade dentro do conjunto do texto, e que podem oferecer respostas específicas quando analisados separadamente do restante do texto. Decidimos, portanto, focar a nossa análise considerando apenas o que vamos chamar de elementos de abertura, o que inclui os títulos, subtítulos, legendas de fotos, *lead* e *sublead* das matérias. Estes são elementos que, em nossa compreensão, trabalham juntos formando uma composição única, ou seja, não tem sentido completo quando estão isolados. Juntos eles se complementam trazendo o que há de mais importante sobre o objeto de realidade[20] (SEIXAS, 2009) em questão. Os elementos de abertura, portanto, além de garantirem uma maior visibilidade aos atores dentro do texto, também traz o conceito do jornalista sobre quais atores e quais declarações são mais importantes para a exposição daquele objeto de realidade. Neste espaço podemos encontrar os atores com relação mais estreita com os eventos selecionados como de interesse jornalístico.

Por tomar como referência a estrutura básica da notícia, no entanto, essa decisão impede a análise de alguns textos em específico. Nesse caso, não foram considerados na análise textos que não possuam estrutura noticiosa, como os opinativos. Diversos textos publicados em coluna, no entanto, foram analisados. Isso foi possível pelo aspecto híbrido das colunas no que se refere aos gêneros textuais, reproduzindo textos tanto de viés opinativo quanto informativo. Analisar as colunas políticas é considerado de grande importância para a pesquisa, já que é majoritariamente nesse espaço que se manifestam as informações de bastidores, aspecto fundamental do jornalismo político.

No caso do Nexo Jornal, que produz textos focados em análise e interpretação dos objetos de realidade, a pesquisa adotou metodologia diferenciada. O contato com o *corpus* mostrou que o veículo, de fato, aposta na contextualização como aspecto diferenciador, fugindo da lógica factual da informação. As análises, no entanto, são sempre baseadas em um gancho factual, exposto em sua abertura, mesmo que não exatamente em uma estrutura onde *lead* e *sublead* aparecem como primeiro e segundo parágrafos. A análise, nesse caso, considerou os parágrafos introdutórios onde as perguntas que compõem *lead* e *sublead* são respondidas. A especificidade da exigência de um gancho factual foi a razão que nos levou a analisar apenas os textos de política da editoria expresso, como relatamos anteriormente neste capítulo,

[20] Aqui tratamos como objeto de realidade a matéria-prima do jornalismo de atualidade. A nomeação é uma tentativa de se afastar do uso do termo "fato" como conceito generalizador. "A grande maioria dos estudos do jornalismo trabalha com a concepção de que a prática jornalística trata apenas de fatos (ocorrências passadas). [...] não acreditamos que o jornalismo 'toma conhecimento' apenas de fatos." (SEIXAS, 2009, p. 182). Por objeto de realidade, indicamos, portanto, a crença que o jornalismo se refere a fatos, mas também a outras matérias-primas, como declarações, acontecimentos, estado das coisas, verdades, regras sociais e à opinião pública, entre outros (Ibid.).

excluindo os textos das editorias, como Acadêmico, Gráfico ou Interativo por não terem objetos de realidade passíveis de análise dentro da metodologia.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de, tanto na *Folha* quanto no *Nex*, a resposta das perguntas básicas do jornalismo (quem? o quê? onde? quando? como? por que?) não estarem necessariamente em dois parágrafos, mas em três ou quatro, em algumas ocasiões. Isso acontece pelo fato de o jornalismo digital trabalhar hoje tendo o *mobile* como referência. O formato de texto para celular, nesse caso, exige parágrafos menos extensos, que facilitam a leitura. Nesse caso, consideramos todos os parágrafos com função de *lead* e *sublead*.

4.3.2 Propostas de classificação

As citações serão analisadas em três aspectos distintos: quanto à função pública, considerando os atores individualmente e considerando a relação com o evento. O levantamento realizado tendo como método a análise de conteúdo será, em seguida, analisada sob a ótica das teorias do jornalismo. As menções, por sua vez, serão analisadas separando os atores quanto à função e individualmente. Os atores com maior destaque individual serão, em seguida, analisados considerando sua relação com o evento.

4.3.3 A função pública do ator político

A classificação dos atores quanto a sua função corresponde ao segundo nível de nossa análise. Aqui poderemos ter uma visão generalizada dos atores em questão, podendo observar de quais setores sociais eles fazem parte e, consequentemente, compreender quais deles geram maior interesse do jornalismo produzido por Folha e Nexo.

Este tipo de identificação foi feito em outro trabalho que utilizou a análise de conteúdo na investigação da visibilidade de atores políticos, é o caso de Gomes (2009) já detalhado durante a apresentação do estado da arte. O autor classifica as sonoras, declarações e menções a atores presentes na audiosfera política do Jornal Nacional nas categorias: presidente e vice; senadores, ministros, deputados federais, governadores e outros. Sendo “outros” referente principalmente a ex-presidente, ex-governadores, presidentes de empresas estatais, cargos do segundo escalão do executivo, ministros do Supremo.

A classificação que pretendemos realizar nesta etapa segue a mesma proposta, com algumas diferenças. Neste caso as principais categorias serão: chefes do poder executivo (presidente, governadores e prefeitos); ministros; chefes do poder legislativo (presidentes da

Câmara e do Senado Federal); membros do poder judiciário; membros de órgãos reguladores (tribunais de conta, Ministério Público); políticos sem mandato ou cargo oficial; membros do setor empresarial; representantes partidários e membros de organizações da sociedade civil.

Apesar de ser possível prever algumas categorias a serem utilizadas nesta etapa, destacamos que outras categorias foram sendo criadas de acordo com as especificidades observadas ao longo da análise. Trata-se de método apontado por Bardin (1977) como categorização por milhas, ou seja, que não mantém categorias fixas pré-estabelecidas. A classificação foi realizada levando em consideração à função determinada pelo ator político na matéria em questão. Considera, portanto, a realidade construída pela matéria. Nesse caso, atores que respondem a mais de um cargo público, como políticos em cargo público que ocupam também posições de representação partidária, por exemplo, foram classificadas de acordo com o lugar de fala que desempenha no evento. Um exemplo é o caso do senador Aécio Neves, que no período retratado pelo recorte temporal da pesquisa também ocupava o posto de presidente nacional do PSDB.

4.3.4 O ator político analisado individualmente

No terceiro nível de classificação, olharemos para os atores políticos de forma individual. Nessa etapa, contabilizaremos cada vez que uma citação é creditada a um ator político, bem como cada vez que houver menções ao seu nome próprio. Algumas variáveis são contabilizadas, como o uso do sobrenome em substituição ao nome e sobrenome. O termo "Temer", por exemplo, entra na mesma contabilidade que "Michel Temer". A soma final leva em consideração termos como "presidente" apenas no caso das citações, já que esta é uma estratégia utilizada pelo jornalismo como recurso para evitar a repetição constante de palavras. No caso das menções no entanto, trabalhamos apenas com os nomes próprios, por, assim como Gomes (2009), considerarmos que este tipo de menção proporciona um grau diferenciado de visibilidade. Com a análise destes dados, poderemos qualificar as análises anteriores, percebendo nuances específicas como a recorrência de aparição de determinado ator em detrimento de outros de mesma função. Dessa forma, podemos refletir de maneira mais consistente sobre o acesso dos atores à esfera de visibilidade pública.

4.3.5 A relação com o evento

Após verificar como se dá a distribuição das cotas de atores políticos quanto a sua função e de forma individual, partimos para um novo pressuposto: o de que, considerando a lógica do trabalho jornalístico, a relação que os atores narrados mantém com o evento seja, em alguma medida, também um determinante para que ele obtenha visibilidade. As categorias utilizadas nesta classificação são fruto de uma extensa sistematização de categorias utilizadas para a classificação de fontes de informação, e que foi exposta no Capítulo 2. Aqui, reproduzimos as categorias propostas por diversos autores para analisar a relação das fontes com os eventos narrados, matriz que consideramos mais produtiva para alcançar o nosso objetivo de pesquisa. Esse entendimento surge pelo fato destas categorias permitirem trazer o contexto noticiosos para a análise, diferente das outras que retiram os atores de seus contextos, analisando-os isoladamente. As tipificações propostas estão expostas no Quadro 10.

As categorias propostas por Guerra (2007) nos parecem, após análise, as mais adequadas para esta etapa de nossa pesquisa pelo seu detalhamento. Elas nos permitirão entender se o tipo de envolvimento que os atores políticos mantêm com os eventos noticiados e podem trazer alguma nova avaliação sobre o acesso dos mesmos à esfera de visibilidade pública. As classificações voltadas para as fontes documentais foram descartadas pelo caráter da pesquisa, que se preocupa com o estudo dos atores políticos. Utilizaremos portanto as seguintes categorias: promotora; provocada; implicada; autorizada e testemunhal.

Quadro 10 – Classificação das fontes de acordo com o envolvimento no fato

<table>
<tr><th>Erbolato (1978)</th><th colspan="2">Pinto (2000)</th><th>Lage (2001)</th><th colspan="2">Guerra (2007)</th><th colspan="2">Schmitz (2011)</th></tr>
<tr><td>Diretas</td><td rowspan="4">ENVOLVIMENTO</td><td>Oculares</td><td>Primárias</td><td rowspan="4">ENVOLVIMENTO</td><td>Promotoras</td><td rowspan="4">CATEGORIA</td><td>Primárias</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Indiretas</td><td rowspan="3">Indiretas</td><td rowspan="3">Secundárias</td><td>Provocadas</td><td>Primárias</td></tr>
<tr><td>Implicadas</td><td rowspan="3">Secundárias</td></tr>
<tr><td>Adicionais</td><td rowspan="2">Testemunhais</td></tr>
<tr><td></td><td></td><td></td><td>Autorizadas</td><td></td></tr>
<tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td>Documentais</td><td></td><td></td></tr>
</table>

Fonte: Erbolato (1978); Pinto (2000); Lage (2001); Guerra (2007); Schimitz (2011)

5 ANÁLISE EMPÍRICA

5.1 Citações

Para conhecermos os atores políticos que integram as narrativas jornalísticas desenvolvemos a análise em dois momentos. O primeiro deles leva em consideração o que a literatura em comunicação e política denomina de citações, ou seja, os trechos em que as declarações dos atores políticos são reproduzidas no texto de forma direta ou indireta, como explicamos durante o detalhamento da nossa metodologia. Nosso trabalho, no entanto, pretende analisar estes elementos pelo viés jornalístico. Para as teorias do jornalismo, atores que dão declarações jornalísticas são tratados de forma específica: são fontes de informação. Estas declarações, ou citações, chegam ao texto por uma razão simples: elas são consideradas importantes para a narração, explicação ou contextualização do que está sendo noticiado. "Fontes são aqueles que têm algo a dizer e informar, os produtores das ações sociais – dos atos e falas noticiáveis." (CHAPARRO, 1996, p. 148). Os atores políticos presentes neste recorte são, portanto, aqueles que deram declarações importantes sobre questões de interesse dos veículos analisados.

Considerando isso, passamos a um primeiro olhar sobre nossos resultados, que tem a pretensão de enxergar os atores citados de forma generalizada. Nas 55 matérias analisadas na Folha, identificamos a presença de 45 declarações publicadas nos elementos de abertura. Elas foram feitas por 20 diferentes atores. No Nexo, em 40 textos observados, 8 atores tiveram citações nos elementos de abertura, totalizando 12 falas publicadas. A primeira observação que pode ser feita é a diferença na quantidade de declarações presentes nos dois produtos. A explicação para isso pode estar no tipo de jornalismo que cada um pratica. A Folha, que investe na atualização constante de sua página e, consequentemente, em um produto mais factual, acaba dando mais espaço à declaração como destaque. Isso pode ser verificado pela quantidade de vezes em que declarações aparecem como gancho para as notícias, o que ocorre em 29% dos 55 textos analisados, como exemplificado na Figura 5.

Figura 5 – Matérias com declarações como gancho

Fonte: Folha de S. Paulo

No caso do Nexo, não há nenhuma ocorrência nos 40 textos que compõem a amostra. O próprio veículo se declara como produtor de um jornalismo de contexto, o que implica um foco maior na análise e interpretação que no factual, o que afeta a decisão pelo uso em destaque das declarações. As citações foram classificadas de acordo com a função pública do ator que as concedeu, ou seja, considerando os cargos que ocupam ou as instituições das quais fazem parte. Os números estão expostos na Tabela 3. Os atores com alto número de citações estão destacados em verde, representando uma maior visibilidade. Os atores ressaltados em amarelo apareceram com número mediano, enquanto os destacados em vermelho obtiveram visibilidade baixa. Esse método de diferenciação será utilizado durante as diversas classificações ao longo do texto. A delimitação de quais percentuais representam visibilidade alta, média ou baixa tomará como base o percentual dos atores com maior destaque dentro do veículo em questão, podendo variar de acordo com a tabela ou o veículo.

Tabela 3 – Citações de atores de acordo com a função*

FOLHA		NEXO	
FUNÇÃO		FUNÇÃO	
Membros do Poder Judiciário	15,5%	Membros de agências internacionais	25%
Membros do setor empresarial	13.3%	Cientista político	25%
Presidente da República	11.1%	Governantes estrangeiros	16,7%
Membros de órgãos de regulação	8,8%	Senadores	8,3%
Prefeitos	6,6%	Membros do setor empresarial	8,3%
Empresas	6,6%	Deputados federais	8,3%
Ex-presidentes	6,6%	Ministros de Estado	8,3%

Deputados federais	6,6%
Dirigentes partidários	6,6%
Atores atualmente sem cargo	4,4%
Governadores	4,4%
Ministros de Estado	4,4%
Advogados	2,2%
Membros de órgãos de Polícia	2,2%

Fonte: Elaboração própria.

Observando os dados, é possível identificar que três tipos de atores possuem destaque ao aparecer como fontes na Folha, alcançando mais de 10% do total de declarações (estão destacados em verde na Tabela 3): membros do Poder Judiciário, membros do setor empresarial e o presidente da República. Os números indicam uma centralização do uso de fontes ligadas aos poderes Judiciário e Executivo, o que pode ser compreendido pela relevância dessas instâncias em termos de poder de decisão e realização, com atos que interferem diretamente na vida de milhões de cidadãos, e que, por isso, precisam ser acompanhados pelo jornalismo no cumprimento de suas funções sociais. São atores que carregam a noticiabilidade em si por sua notoriedade.

Outro tipo de ator que aparece em destaque são os do setor empresarial, únicos que não estão inseridos no grupo que consideramos como parte da política formal[21]. Por atuarem em meio ao setor privado, que não possui acompanhamento minucioso por parte do jornalismo como o setor público, os empresários e as próprias empresas podem não ser compreendidos de forma imediata como atores da política. Para entender melhor o destaque recebido, recorremos a uma análise da função contextual destes atores, ou seja, a função exercida por eles no evento noticiado, como veremos adiante. Uma quarta categoria relevante são os membros de órgãos de regulação, que apresentaram maior destaque entre os tipos de atores com número mediano de declarações (marcados em amarelo no gráfico). Como órgão de regulação dos poderes públicos, o MP conta com acompanhamento constante da imprensa política, por fornecer subsídios para que atue em sua função de fiscalização dos bens públicos, ou melhor, em sua função de cão de guarda (SCHUDSON, 2008).

No Nexo dois tipos de atores se destacam: os membros de agências internacionais, no caso a ONU, e os cientistas políticos, que juntos somam 50% de todas as declarações que

[21] Quando falamos de atores da esfera política formal (GOMES, 2009), nos referimos àqueles que são tacitamente reconhecidos como membros da política por ocuparem ou terem ocupado cargos políticos, seja via eleições, seja por nomeação, em governos executivos ou casas legislativas, membros de instituições partidárias ou mesmo do Poder Judiciário, já que estes representa um poder constituinte da República e tem papel fundamental na dinâmica política, agindo muitas vezes não apenas no julgamento de crimes cometidos por políticos, mas também na revisão de suas decisões. Na política formal ainda enquadramos membros de órgãos como o Ministério Público e os Tribunais de Conta.

ganharam destaque nesse jornal. A presença de especialistas reforça o interesse desse veículo de promover um jornalismo mais analítico e contextual. Em seguida aparecem as categorias presidentes estrangeiros – que aparece com ocorrência mediana – e senadores – de baixa ocorrência – todas elas categorias que não aparecem na análise dos atores utilizados como fonte pela Folha. Percebemos ainda que é pequena a intersecção entre os dois jornais no que se refere aos atores utilizados como fonte de informação. Entre as 18 categorias que apareceram no levantamento, apenas três estão presentes em ambas as publicações: membros do setor empresarial, deputados federais, ministros de estado. As três com baixa frequência de aparição entre as fontes que aparecem no Nexo, mas ocupam níveis variados de recorrência na Folha.

A classificação por função pública nos ajuda a enxergar melhor o tipo de atores que são citados, ou seja, utilizados como fonte pelos dois jornais. Podemos identificar que na Folha as estruturas tradicionais da política ganham mais espaço de cobertura, já que seus atores são utilizados como fonte na maioria das vezes. Isso pode ser justificado pelas escolhas editoriais, que priorizam determinados temas em detrimento de outros ou pela existência de uma cultura jornalística, que orienta os profissionais a trabalharem com fontes oficiais pela sua autoridade reconhecida. É uma forma de garantia do valor da objetividade (SCHUDSON, 2010). O jornalismo trabalha com atores com lugar de fala, ou melhor, com autoridade para repassar opinião, análise, explicação ou informação pela relação que mantém com os temas em questão. Os ocupantes dos principais cargos, portanto, se cacifam por serem a representação máxima daquelas instituições, podendo falar em seu nome. O uso da fala autorizada age portanto, dentro do que se conhece como o ritual estratégico (TUCHMAN, 1999) de produção do produto jornalístico.

Outra explicação é a tendência motivada pela formação da rede noticiosa (TUCHMAN, 1978), ou seja, pela distribuição dos repórteres setoriais em lugares onde há maior probabilidade das coisas ocorrerem. Como aponta Lippmann (2010), seria impossível para um grupo jornalístico dar conta de todos os temas e eventos do mundo, sem uma organização geográfica adequada. As atenções, portanto, se voltam, para ambientes onde as decisões são tomadas, lugares estes onde certamente se sucedem atos de interesse permanente da sociedade. A consequência disso é uma atenção demasiada aos mesmos atores. Essa linha de raciocínio nos dá um caminho para pensar sobre a regra, mas pouco ajuda a entender a exceção. Atores empresariais aparecem como fontes de ocorrência frequente na Folha, mesmo não compondo as estruturas da política formal.

O Nexo não trabalha com repórteres setoriais na cobertura política, o que pode indicar uma influência menor da rotina das instituições tradicionais nas suas publicações. Pelos dados

obtidos, estruturas como o Senado e o Governo Federal têm seus atores ouvidos pelos jornalistas, apesar da pouca recorrência. Entre os de maior destaque, chama atenção o interesse pelo noticiário internacional, com o uso de declarações de membros de agências internacionais e de presidentes estrangeiros. A diferenciação entre Folha e Nexo, nesse caso, pode estar vinculada à questões de divisão editorial de cada veículo, como veremos logo adiante. Para analisar melhor estes quadros e tentar aprofundar a reflexão sobre as fontes citadas, passamos a considerá-las individualmente, pelo seu nome próprio. Na Tabela 4 é possível verificar qual o percentual de citações correspondentes a cada ator, bem como o percentual de matérias em que suas declarações são utilizadas.

Tabela 4: Citações de atores individualmente

FOLHA			NEXO		
ATOR	Citações	Matérias	ATOR	Citações	Matérias
Michel Temer (Presidente)	11,1%	5,4%	Stephen O'Brien (Diretor ONU)	25%	2,5%
Luis Fux (Ministro STF)	11,1%	3,6%	Claudio Couto (Cientista político)	25%	2,5%
Rodrigo Janot (Proc-geral)	8,8%	3,6%	Aécio Neves (Senador e pres. PSDB)	8,3%	2,5%
João Doria (Prefeito SP)	6,6%	1,8%	Donald Trump (Presidente dos EUA)	8,3%	2,5%
Banco do Brasil (Empresa mista)	6,6%	1,8%	Marcos Valério (Publicitário)	8,3%	2,5%
Eike Batista (Empresário)	6,6%	1,8%	Sérgio Sá Leitão (Ministro da Cultura)	8,3%	2,5%
Jair Bolsonaro (Dep. federal)	6,6%	1,8%	Tiririca (Deputado federal)	8,3%	2,5%
Fernando Chiarelli (Ex-dep. estadual)	4,4%	1,8%	Nicolás Maduro (Pres. da Venezuela)	8,3%	2,5%
Lula (Ex-presidente)	4,4%	1,8%			
Carlos Siqueira (Presidente PSB)	4,4%	1,8%			
Geraldo Alckmin (Governador SP)	4,4%	1,8%			
Gilmar Mendes (Ministro STF)	4,4%	1,8%			
Emílio Odebrecht (Empresário)	4,4%	1,8%			
Fernando Henrique Cardoso (Ex-presidente)	2,2%	1,8%			
Eliseu Padilha (Min. Casa Civil)	2,2%	1,8%			
José Renato da Silva (Pres. Muda Brasil)	2,2%	1,8%			

Mônica Moura (Marqueteira)	2,2%	1,8%
Cristiano Zanin (Adv. Lula)	2,2%	1,8%
Bruno Araújo (Min. Cidades)	2,2%	1,8%
Fernando Segóvia (Dir-geral PF)	2,2%	1,8%

Fonte: Elaboração própria

No caso do presidente Michel Temer, pesa o fato de tratar-se da principal figura política do país, que gera interesse pelo seu poder de ação e decisão. Isso se intensifica por um contexto de denúncias, crises e escândalos na gestão federal, o que centraliza o noticiário em temas que o envolvem e faz com que ele seja o responsável por mais de 11% das declarações publicadas pela Folha. Além disso, possui declarações suas como destaque em 5,4% das 55 matérias analisadas neste veículo. O que o presidente tem a dizer importa porque afeta o cenário político, gera repercussão, motiva a ação de outros atores e também reflete os ânimos e estratégias de atuação política do próprio Governo. Tudo isso, no entanto, não é suficiente para incluir as declarações do presidente nos elementos de abertura do Nexo. A ausência de repórteres baseados em Brasília poderia ser um indício sobre a ausência de Michel Temer neste recorte, por representar uma maior dificuldade de acesso direto. Isso, no entanto, não impede que atores como o senador Aécio Neves e o deputado federal Tiririca tenham declarações publicadas, ou mesmo atores do próprio Poder Executivo, como o ministro da Cultura Sérgio Sá Leitão. A explicação pode estar mais um vez nos critérios de seleção do jornal e na sua proposta contextual. Vejamos o exemplo na Figura 6 :

Figura 6 – Reação de Temer a dados econômicos no Nexo

EXPRESSO

Temer comemora criação de vagas de emprego: qual o retrato atual da economia

Bruno Lupion 18 Jul 2017 (atualizado 18/Jul 16h32)

País abriu mais postos de trabalho do que fechou pelo terceiro mês seguido, graças à agropecuária. Saída da recessão, porém, é lenta, e déficit no Orçamento persiste

Fonte: Nexo Jornal

O texto em questão tem como gancho uma comemoração do presidente pelo que considera uma prova do sucesso de sua política econômica. Os elementos de abertura, no entanto, não trazem qualquer declaração do presidente, se limitando a destacar que Temer divulgou um vídeo com fala comemorativa. No texto estão presentes dados de geração de

emprego e uma contextualização que relaciona à crise ao processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff.

Se cruzarmos as categorias da Tabela 3 com os resultados obtidos na Tabela 4, podemos avançar em nossa análise dos atores citados. A categoria “membros do Poder Judiciário” traz declarações de apenas dois atores: Luís Fux e Gilmar Mendes. Fux aparece com o mesmo percentual de citações do presidente, de 11,1%, e ainda é utilizado como fonte em 3,6% das matérias. Os textos referem-se a críticas feitas pelo ministro a uma decisão do Tribunal que integra. As declarações de Mendes, por sua vez, correspondem a apenas 4,4% do total, e estão distribuídas em 1,8% das matérias. São críticas feitas ao vazamento de informações à imprensa, o que atribui à órgãos como o MPF e a PF. Os exemplos podem ser vistos na Figura 7.

Figura 7 – Declarações de Gilmar Mendes e Luiz Fux na Folha

Fonte: Folha de S. Paulo

É interessante notar que as declarações que alcançam mais relevância não estão dentro do âmbito de atuação direta dos ministros. Não são falas sobre casos em julgamento dos quais são relatores ou pelos quais terão que se posicionar. As falas são críticas e polêmicas, uma contestando uma decisão já tomada pela maioria do Pleno, outra fazendo acusações graves a outras instituições públicas, o que dá indícios sobre os critérios de seleção do veículo em questão. A fala de Fux, por exemplo, foi proferida em entrevista exclusiva à Folha, o que aumenta seu valor noticioso, e selecionada pelo jornal como trecho mais relevante da conversa. Ou seja, trata-se de uma fala estimulada por uma questão. Mendes, ao contrário, se pronuncia de forma espontânea, tecendo suas críticas em meio a uma sessão de sua Turma no STF acompanhada pela imprensa. As declarações de ambos, portanto, se destacam pelo conflito que geram, o que interessa à Folha. O conflito ou o confronto interessa ao jornalismo. Traquina

(2013) destaca a tendência da mídia em dar espaço à violência. “Violência física ou simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos.” (TRAQUINA, p. 82). A política é um campo marcado por disputas frequentes, onde os agentes precisam se posicionar, hora de forma sorrateira, hora de forma combativa (mas sempre estrategicamente) para ser bem sucedido na busca de espaço e poder para si ou para o seu grupo. Mais do que isso, o conflito pode ser um fator caro ao jornalismo pela sua tendência a gerar continuidade, critério de noticiabilidade destacado por Galtung e Ruge (1999), Wolf (2001), Harcup e O’Neill (2001) e discutido também por Franciscato (2013). A troca de declarações entre agentes do campo político ou mesmo entre instituições políticas pode render casos que ocupem os noticiários durante vários dias. Pelo menos uma delas teve repercussão verificada em nosso *corpus*. Fux foi rebatido pelo advogado do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, também aparece em destaque (8,8%). Ele é o único representante da categoria “membros de órgãos de regulação”. O contexto noticioso, mais uma vez, potencializa a cobertura, já que o Ministério Público, personalizado na figura de Janot, é responsável pela condução de diversas denúncias e investigações que centralizaram a atenção do noticiário durante todo o ano de 2017, como a operação Lava Jato e as denúncias contra o presidente Michel Temer. O procurador-geral passou portanto a ser alvo de interesse contínuo dos jornalistas, tendo suas declarações servido principalmente para indicar pistas de sua proposta de atuação, como quando avisa que manterá a postura dura contra os políticos envolvidos (“Enquanto tiver tábua, vai flecha”), e para defender as próprias decisões, como no caso em que justifica seu pedido de manutenção da prisão do ex-presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha.

Os “membros do setor empresarial”, que aparecem com destaque quando analisados em conjunto, são dois: Emílio Odebrecht, dono da construtora que carrega seu sobrenome; e Eike Batista, dono do grupo EBX. As falas de Odebrecht foram proferidas em delação no âmbito das investigações da operação Lava Jato. As declarações de Batista, por sua vez, foram dadas em um depoimento à CPI do BNDES, que investiga empréstimos irregulares junto ao banco estatal - escândalo pelo qual o empresário já havia sido preso. Dentro da realidade construída dos textos em questão, portanto, eles deixam de ser empresários, passando a exercer função contextual de delator e depoente. A importância da fonte não está na sua posição, mas na autoridade que exerce naquele contexto, no lugar de fala que ocupa. Odebrecht e Batista passam de empresários bem sucedidos a empresários envolvidos em escândalos de corrupção nos quais podem estar incluídos os principais atores do poder público brasileiro. Atores que podem ser comprometidos pelas suas declarações. Só assim o que eles tem a dizer passa a interessar ao jornalismo político,

pois interferem no campo político formal. A importância redobra pelo fato das delações passarem pelo crivo da Justiça, ou seja, tornam-se documentos judiciais, provas auxiliares dos fatos em questão. No Nexo, o publicitário Marcos Valério foi o único ator na categoria "empresários" e sua presença segue a mesma lógica verificada na Folha. No contexto noticiado são considerados depoimentos de Valério que comprometem o ex-presidente Lula e o ex-ministro da Casa Civil Antônio Palocci.

Na avaliação dos espaços de fala, percebemos que uma instituição é citada pela Folha, sendo incluída no levantamento. Trata-se do Banco do Brasil. A empresa é citada por meio de sua resposta à denúncia de irregularidades em processo licitatório, denúncia feita pela própria Folha. A resposta vem por meio de nota oficial, principal forma de relação com a imprensa por parte das instituições. Esse pode ser um caminho para entender a baixa ocorrência de agentes coletivos no levantamento de citações. Além das notas, as instituições se manifestam por meio de um representante oficial ou por informações simples repassadas pela sua assessoria de imprensa. Em todos os casos, no entanto, trata-se de material exaustivamente trabalhado para passar a melhor imagem possível da empresa, o que reduz drasticamente o seu valor jornalístico. Os jornalistas sabem que estão lidando com informação trabalhada, e acabam utilizando na maioria das vezes em espaço de pouca relevância cumprindo apenas o dever de apresentar a versão da instituição. No caso do Banco do Brasil, no entanto, uma resposta oficial é mais uma oportunidade de explorar a continuidade do caso e valorizar a própria denúncia, o que faz compreensível o destaque obtido.

Além de "empresários", Nexo e Folha trazem outras duas categorias de fontes coincidentes. A primeira delas é a de "deputados federais", onde está incluso o deputado Jair Bolsonaro, no caso da Folha, e Tiririca, no caso do Nexo. Este último pública declarações do deputado dadas durante o seu guia eleitoral. São piadas do tipo: "o que é que faz um deputado federal? Na realidade eu não sei, mas depois eu te conto". No texto, a declaração é utilizada em contraponto a uma declaração feita pelo parlamentar em discurso na tribuna da casa, o primeira em quase sete anos de mandato, onde anuncia sua saída da política e a decepção com o sistema político. Apesar de ter sido rememorada em um texto que tem como gancho uma ação parlamentar, as declarações foram feitas pelo candidato Tiririca. Na Folha, da mesma maneira, Jair Bolsonaro aparece em função contextual de candidato a presidente da República. A declaração veiculada, referente à liberdade para policiais poderem matar durante ações, foi dada durante discurso para apoiadores em cidade no Amazonas. O parlamentar tem viajado o país promovendo seu nome como opção à Presidência e tem as duas funções realçadas na nomeação feita pela Folha. "Um dia após dizer que daria 'carta branca' para a PM matar, o presidenciável

e deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), 62, recuou e [...]" (APÓS ..., 2017). Enquanto a fonte do Nexo é um político folclórico em ato final de carreira, a da Folha é um candidato em plena ação, duas nomeações diferenciadas que reforçam a necessidade de se olhar para os atores individualmente e o contexto das declarações noticiadas.

Outra categoria em comum foi a de "ministros de Estado". Nesse caso, a Folha trouxe declarações de Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, com as quais avalia a permanência do PSDB na base de apoio ao presidente da República. A fala foi realizada em tom oficial, durante pronunciamento no Palácio do Planalto, apesar de o tema ter viés de inclinação mais político que institucional. No Nexo ganhou destaque fala do novo ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, durante sua cerimônia de posse. Na citação, o ministro pede pragmatismo das diferentes correntes políticas na busca por áreas de convergência. Os dois casos, tanto dos deputados federais quanto dos ministros, apontam para uma tendência dos dois jornais, estando a Folha inclinada a uma cobertura política voltada para o jogo, a disputa e o Nexo interessado em uma política de orientação mais substancial[22] (ASP, 2014), mesmo reconhecendo que a cobertura da fala do deputado Tiririca também está ancorada na controvérsia gerada pela sua figura, que alcançou espaço no campo político por transferência de capital simbólico (BOURDIEU, 2011) trazido do campo do humor e contando com o chamado voto de protesto de eleitores que procuravam rechaçar políticos tradicionais. A política partidária, no entanto, também interessa ao Nexo. A categoria "senadores" por exemplo, contempla declaração dada pelo senador Aécio Neves em uma função contextual de líder partidário. No caso, ele comentava o racha do partido após votação que decidiu se o presidente Michel Temer seria investigado por corrupção.

Analisando os atores com maior número de declarações no Nexo temos um membro de organização intergovernamental e um cientista político. No primeiro caso estamos falando do diretor de assuntos humanitários da ONU, Stephen O'Brien, que fez um alerta ao Conselho de Segurança da agência sobre o risco de milhões de mortes por fome na África. O segundo é o doutor em Ciência Política Cláudio Couto, da FGV, que foi convidado pelo jornal para comentar os problemas de representação na democracia brasileira. Os dois casos estão, portanto, intimamente ligados às áreas de interesse temático do veículo. No que se refere à crise humanitária, apresentou-se a declaração do dirigente que fez o alerta principal, colocando-se como ator de grande relevância dentro do evento narrado. O caso torna-se ainda mais claro no que se refere aos problemas de representação, já que o cientista é ouvido apenas por ser

[22] Por política substancial, Asp (2014) entende a ação voltada para as discussões de matérias, proposições, debates e políticas públicas, que se opõe à política do escândalo, ancorada no jogo político, na disputa por espaços de poder.

especialista em assunto no qual o jornal deseja se aprofundar. Temáticas diferenciadas trazem à tona fontes que na maioria das vezes não seriam ouvidas pela mídia tradicional.

Ao dizermos que as decisões editoriais estão vinculadas à área de interesse temática do Nexo não estamos querendo dizer que crises humanitárias na África não geram interesse à *Folha.* A questão perpassa o entendimento do que cada um desses veículos classifica como política, o que vai definir em quais fronteiras internas (BIROLI, 2013), estes temas irão se enquadrar. Para a Folha, questões como a fome na África são classificadas na editoria Mundo, enquanto em Nexo estão classificadas pela *tag* Política. Apesar de não estar excluso do noticiário da Folha, a classificação do tema em outra editoria se faz relevante porque exclui determinados atores e suas declarações da seara política, influenciando no entendimento que os leitores farão deles enquanto atores políticos. A mesma questão ocorre com a categoria "presidentes estrangeiros". Aqui, foram ouvidos os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, e da Venezuela, Nicolás Maduro, sobre a crise no país latino-americano. O texto tem como mote uma visita do vice-presidente americano, Mike Pence, à região. Mas os atores que têm suas declarações publicadas são os dois presidentes, que não estão diretamente relacionados ao objeto de realidade em questão. São atores, no entanto, de grande relevância para o contexto, tratando-se das duas maiores autoridades envolvidas na temática em voga.

Voltando aos atores da Folha, outras categorias que ganharam certo destaque na Tabela 3, ainda que de forma mediana, foram os prefeitos e ex-presidentes. Na primeira, o único membro é o prefeito de São Paulo, João Doria Júnior, que se envolveu em um bate-boca com um popular durante uma cerimônia de entrega de residências populares. O interesse jornalístico nesse caso se amplia já que uma figura notória (prefeito da principal cidade do país em termos econômicos e potencial candidato à Presidência da República) se envolve em uma situação de confronto em público, mais uma vez o conflito como critério de noticiabilidade. Os ex-presidentes, por sua vez, são Lula e Fernando Henrique Cardoso, que não deixam a cena pública apesar de terem deixado a função presidencial. O primeiro aparece em nosso recorte com função contextual de candidato à Presidência, sendo as suas declarações trechos de seu discurso em visita à Bahia. O segundo, por sua vez, aparece como líder partidário. Na citação, ele explica uma mudança que fez no novo programa divulgado por seu partido, o PSDB, e que acabou reforçando a divisão interna do grupo.

Esse exercício demonstra a importância do contexto na compreensão das escolhas dos jornalistas sobre quais declarações são publicadas. Para ser fonte, o ator político precisa ter um lugar de fala específico dentro do tema abordado, uma autoridade reconhecida para interferir no assunto ou dar uma declaração forte que tenha valor de notícia por si só. Isso pode ser

verificado ao tipificarmos esses atores dentro das categorias propostas por Guerra (2007), na tentativa de reconhecer a relação das fontes com os eventos. O resultado pode ser verificado na Tabela 5.

Tabela 5 – Relação dos atores com o fato

RELAÇÃO	FOLHA	NEXO
PROMOTOR	91,1%	16,6%
PROVOCADO	6,6%	0
IMPLICADO	2,2%	58,3%
AUTORIZADA	0	25%
TESTEMUNHAL	0	0

Fonte: Elaboração própria

O resultado demonstra a importância da escolha temática na definição dos atores que serão utilizados como fontes. Esse é o primeiro aspecto ao qual o jornalista precisa se ater na sua rotina de produção: quais assuntos serão abordados, quais atos serão acompanhados. Uma vez definido o tema da cobertura, a escolha das fontes de informação serão direcionadas pela sua relação com o tema em questão. Na Folha, são os promotores dos acontecimentos que aparecem como fonte em mais de 90% dos textos. Estamos tratando aqui, é bom lembrar, de elementos de abertura, ou seja, o espaço em que o jornalista traz os aspectos mais importantes sobre o objeto de realidade em questão. Isso traz o promotor da ação com espaço de destaque por ser ele o autor da fala ou ação noticiada ou o mais apropriado para explicar ou contextualizar sua própria ação.

Os atores provocados também estão no centro do evento noticiado, mas aparecem na Folha como donos de apenas 6,6% das declarações. Isso pode ser compreendido pela estrutura do jornalismo factual, que costuma trazer a versão dos provocados após a apresentação do evento principal como forma de cumprimento da regra de ética jornalística. A ação do repórter, neste caso, busca apenas garantir a apresentação do contraditório, ou seja, ouvir os dois lados da questão. Ao verificarmos quais atores provocados tiveram suas declarações expostas nos elementos de abertura, identificamos que se tratam de dois: o presidente Michel Temer e o ministro do STF Luís Fux. O primeiro aparece em texto que tem como promotor um aliado não nominado, que revelou à publicação uma quase renúncia do presidente em meio à denúncias de corrupção. A declaração do presidente, nesse caso, foi uma fala proferida na ocasião da

denúncia e rememorada pelo jornal: "Não renunciarei! Repito: não renunciarei!". A fala de Temer, nesse caso, não é uma intervenção específica do presidente na tentativa de negar a informação recebida em *off*, mas um elemento rememorado com o único intuito de ser contradito por ela, o que eleva o valor da primeira. No caso de Fux, a declaração também é rememorada. Aqui, o ator promotor é o advogado do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin, que critica uma fala do ministro Fux e o acusa de pré-julgamento. A citação do magistrado é, assim, relembrada como forma de contextualização da crítica. Os casos nos fazem perceber que os atores provocados só foram citados como memória, casos em que suas falas são essenciais para o novo texto. A declaração do ator implicado foi dada por José Renato da Silva, presidente do Muda Brasil, legenda que tentava registro junto ao TSE. A matéria se refere à filiação do deputado Jair Bolsonaro à sigla e a declaração traz atualizações sobre o andamento do processo de registro.

Ao observarmos os dados referentes ao Nexo, por outro lado, ganham destaque as declarações de atores implicados. Um dos casos traz declarações do senador Aécio Neves sobre o racha no PSDB após a votação da denúncia contra o presidente Michel Temer na Câmara. Na ocasião, o parlamentar estava afastado da presidência da legenda, mais ainda exercia forte influência sobre a maioria dos correligionários. Além disso, Aécio era parte da ala mais próxima ao presidente, o que torna sua declaração importante quando um segmento do partido, até então parte da base aliada, resolve se rebelar. No caso, Aécio nega que o racha seja negativo e explica a situação dizendo que "cada um votou de acordo com sua vontade". Aqui também estão inclusas as declarações dos presidentes estrangeiros Donald Trump, dos EUA, e Nicolás Maduro, da Venezuela. Os dois foram citados em matéria que tratava de uma visita do vice-presidente dos EUA à América Latina. O jornal, nesse caso, contextualiza a visita relacionando-a à crise política venezuelana e comprova sua tese utilizando citações dos dois presidentes como reforço, já que são os principais atores envolvidos no contexto macro no qual a notícia se insere. Maduro acusa Trump de tentar desestabilizar a Venezuela, enquanto Trump diz que tem diversas opções para o país, inclusive militares. Por último, temos como implicado o publicitário Marcos Valério, cuja declaração entra como justificativa da ação principal, a reaproximação da investigação do caso Mensalão em direção ao ex-presidente Lula. Além delas, ganham destaque as citações de atores autorizados, no caso, o cientista político Cláudio Couto, convidado para analisar a representação democrática brasileira. Todos os casos, portanto, envolvem elementos de explicação ou contextualização dos eventos, o que é consequência da linha discursiva proposta pelo produto na construção do seu jornalismo de contexto.

5.2 Menções

Na segunda etapa de análise, buscamos nos ater a outro elemento de presença dos atores políticos no noticiário: a menção. Se por um lado não garante a mesma visibilidade das citações, por outro a menção é o meio pelo qual a maioria dos envolvidos em um fato chegam às notícias. Por meio do levantamento das menções, podemos descobrir quais atores compõem as narrativas compreendidas pelos jornalistas como noticiáveis e de qual setor da política fazem parte. Nas 55 matérias analisadas na Folha, foram contabilizados 250 menções a atores singulares. No Nexo, em 40 textos, totalizaram 181 menções. Na Tabela 6 podemos visualizar os números de acordo com a função dos atores.

Tabela 6 – A menção a atores singulares de acordo com a função

SINGULARES		
FUNÇÃO	FOLHA	NEXO
Presidente da República	26,4%	21%
Atores atualmente sem cargo	10,8%	3,3%
Membros do Poder Judiciário	10,4%	7,1%
Membros de órgãos de regulação	9,6%	2,2%
Deputados federais	8,8%	12,7%
Ex-presidentes	8%	11,6%
Membros do setor empresarial	6,4%	3,3%
Ministros de Estado	4,8%	6%
Governadores	2,8%	2,2%
Familiares	2,8%	0,5%
Senadores	2%	5,5%
Deputados estaduais	2%	1,6%
Prefeitos	1,6%	0,5%
Dirigentes partidários	1,2%	2,7%
Membros da Polícia	1,2%	0,5%
Especialistas	0,4%	3,9%
Advogados	0,4%	1,1%
Assessores	0,4%	0
Governantes estrangeiros	0	5%
Populares	0	1,6%
Dirigentes esportivos	0	2,2%

Membros de organizações internacionais	0	1,1%
Jornalistas	0	1,6%
Guerrilheiros	0	2,2%

Fonte: Elaboração própria

A princípio destacamos um tipo de ator que obtive presença muito acima da apresentada por todos os demais em ambos os produtos analisados: é o presidente da República, que sozinho consegue alcançar 26,4% das menções da Folha a atores singulares e 21% no Nexo. É preciso destacar que a categoria "presidente" inclui um ator específico, enquanto as demais somam as menções a uma série de atores. O resultado mostra a centralização do noticiário em torno do presidente, figura de maior grau hierárquico da política nacional.

No caso dos demais, os veículos divergem. Na Folha, membros do Poder Judiciário ganham espaço de alta visibilidade, assim como os atores que não ocupam cargos públicos atualmente. Se compararmos com a análise das citações, percebemos que os atores da Justiça, assim como Temer, se destacam tanto por suas declarações quanto quando apenas mencionados. No caso dos atores sem cargo, sua presença é mais forte como parte da narrativa, mas a baixa presença de suas declarações indicam que suas declarações não possuem tanta relevância jornalística, ao menos não o suficiente para estarem no cerne dos eventos narrados, aparecendo nos elementos de abertura.

No Nexo, são outros dois tipos de atores que aparecem com alta visibilidade: os deputados e os ex-presidentes da República. Os primeiros apareceram ainda com cota mediana de citações, o que indica que o noticiário do Nexo prioriza as ações do Poder Legislativo em sua cobertura. O segundo caso aponta para um fato curioso. Se o Nexo cobre eventos com pouca participação de atores que atualmente não ocupam cargos, isso muda quando os atores em questão são ex-presidentes, que possuem forte presença no noticiário, alcançando 11,6%. A hierarquia, nesse caso, mais uma vez aparece como fator diferenciador, indicando que o poder de um ex-presidente é mais duradouro do que o de outros políticos que ocupam cargos públicos. A figura dos ex-presidentes permanecem no centro das atenções por mais tempo, sendo ainda acompanhadas por imprensa e público.

Na Folha, ex-presidentes aparecem com visibilidade mediana, 8% das menções. No mesmo grupo estão deputados federais, membros de órgãos de regulação e do setor empresarial. Todos eles tendo também alcançado altas ou médias cotas de citação. Os dados consolidam a posição central que estes atores possuem nas narrativas e aponta para um quadro específico da

política mostrada pela Folha, centrada em atores de poder elevado e judicializada. O Nexo traz com visibilidade mediana os atores do Poder Judiciário, ministros de estado, senadores e presidentes estrangeiros, o que mantém o diagnóstico anterior. Especialistas, que apareceram com cota elevada de citação, obtiveram baixo número de menções. Isso comprova que a participação deles na narrativa política se dá apenas como agentes externos aos acontecimentos, sendo acionados pelos jornalistas apenas para que possam explicar os fenômenos, sem participação direta neles.

O quadro geral indica que os atores mencionados na Folha e no Nexo fazem parte em sua maioria da política forma, ocupando ou tendo ocupado recentemente os cargos de maior poder de decisão na hierarquia política brasileira, seja na esfera Executiva, Legislativa ou Judiciária, ou nos órgãos de regulação e fiscalização. Acompanhar atores de elevado grau hierárquico na política faz parte da prática do jornalismo porque envolve grande interesse público. Quanto mais alto for o cargo exercido, maior o poder de decisão e, consequentemente, de interferência na vida do cidadão. Não se trata, portanto, apenas de vigiar os políticos para que não pratiquem crimes, mas também de dar à população, a possibilidade de saber o que está sendo planejado e executado por estes atores, para que possam reagir da forma que acharem adequado, exercendo sua cidadania. “A hierarquia influencia na noticiabilidade porque se trata de distribuição de poder na sociedade, portanto um fenômeno sociológico.” (SEIXAS, 2017, p. 11).

Longe dessa seara estão poucos atores em ambos os veículos. O setor empresarial aparece com alta presença tanto na Folha quanto no Nexo. Este último ainda traz universidades e fundações, órgãos voltados para o ensino e pesquisa, com destaque mediano. Os demais aparecem com pouco espaço, como os especialistas. O Nexo ainda traz membros de organizações da sociedade civil, dirigentes esportivos, jornalistas e guerrilheiros (no contexto da guerra civil em Ruanda).

Após verificar as menções a estes atores, passamos a analisar a sua presença de forma individual. Na Tabela 7 podemos verificar os atores que alcançaram o maior número de menções do seu nome próprio, assim como pelo número de matérias em que foram mencionados. A tabela completa pode ser analisada no Apêndice D.

Tabela 7 – Atores singulares por número de menção individual e por número de matérias

FOLHA			NEXO		
ATOR	MEN	MAT	ATOR	MEN	MAT
Michel Temer (Presidente)	26,4 %	47,3 %	Michel Temer (Presidente)	21%	35,4 %

Rodrigo Janot (Procurador-geral)	9,2%	16,3 %	Lula (Ex-presidente)	5,5%	10%
Lula (Ex-presidente)	3,6%	7,3%	Dilma Rousseff (Ex-presidente)	2,7%	12,5 %
Rodrigo Maia (Presidente Câmara)	3,6%	5,4%	Sérgio Moro (Juiz federal)	2,7%	7,5%
Dilma Rousseff (Ex-presidente)	3,2%	7,3%	Aécio Neves (Senador)	2,7%	7,5%
Sérgio Fachin (Ministros STF)	3,2%	7,3%	Rodrigo Maia (Presidente Câmara)	2,7%	5%
Geraldo Alckmin (Governador SP)	2,8%	3,6%	Alberto Goldman (Presidente PSDB)	2,7%	2,5%
Geddel Vieira Lima (Ex-min Sec Governo)	2,8%	3,6%	Paulo Abi-Ackel (Deputado federal)	2,2%	5%
Luiz Fux (Ministro STF)	2,4%	3,6%	Renan Calheiros (Senador)	2,2%	2,5%
Gilmar Mendes (Ministro STF)	2%	3,6%	Fernando H. Cardoso (Ex-presidente)	2,2%	2,5%
Sérgio Cabral (Ex-governador RJ)	2%	3,6%	Mike Pence (Vice-presidente EUA)	2,2%	2,5%
Jair Bolsonaro (Deputado federal)	2%	3,6%	Joesley Batista (Empresário)	2,2%	2,5%
Sérgio Zveiter (Deputado federal)	1,6%	5,4%	Moniz Bandeira (Cientista Político)	2,2%	2,5%
Eliseu Padilha (Min. Casa Civil)	1,6%	5,4%	Henrique Meirelles (Ministro da Fazenda)	2,2%	2,5%

Fonte: Elaboração própria

A partir da Tabela 7, podemos perceber que a cena de visibilidade gerada pelo noticiário nos dois jornais analisados tem espaço relevante para poucos atores. Se tomarmos como referência a classificação anterior, que considera a função pública, percebemos que as menções a atores do Poder Judiciário são principalmente da figura de Sérgio Fachin, ministro do STF relator da operação Lava Jato. Ainda aparecem com algum destaque os ministros Luiz Fux e Gilmar Mendes, que obtiveram mais destaque por suas citações, como analisamos anteriormente. No Nexo, por outro lado, temos Sérgio Moro, como principal ator do setor Judiciário. Entre os membros dos órgãos de regulação, que obtiveram destaque na Folha, o único com visibilidade relevante é o procurador-geral Rodrigo Janot, que lidera o MPF.

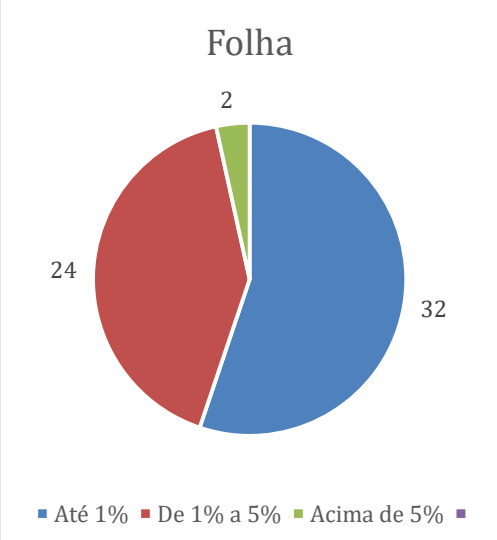
Entre os deputados federais, apenas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se destaca na Folha, Jair Bolsonaro e Sérgio Zveiter aparecem em seguida com baixa aparição, o primeiro pela campanha que trava pela Presidência da República, o segundo por ter sido escolhido relator de uma dos pedidos de investigação contra Temer e, posteriormente, retirado do posto pelo

próprio partido. No Nexo, apenas Paulo Abi-Ackel consegue algum destaque, ainda que baixo, sendo ele o deputado escolhido pelo PSDB para assumir as funções de Zveiter como relator.

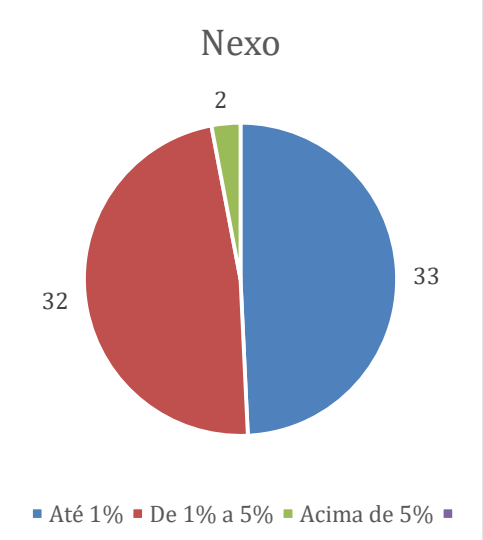
Na Folha, os políticos atualmente sem cargo são principalmente o ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo Geddel Vieira Lima, e o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. Ambos investigados por esquemas de corrupção. Entre os ex-presidentes, ganham destaque Lula e Dilma Rousseff. Fernando Henrique Cardoso se soma aos dois últimos nas matérias do Nexo. Este último também trouxe os ministros de Estado e senadores entre os mais mencionados. Apenas um ministro recebe algum destaque, no entanto: Henrique Meirelles, que está à frente de projetos polêmicos como a Reforma da Previdência e também lançou seu nome como opção à Presidência da República. Entre os senadores estão Aécio Neves, investigado por corrupção e ainda voz ativa nas discussões internas do PSDB, e Renan Calheiros, ex-presidente do Senado. Categorias como a de membros do setor empresarial e governantes estrangeiros não tem qualquer ator como detentor de cota relevante de visibilidade.

Compilados nos gráficos 1 e 2, os dados nos mostram que apenas 2 dos 58 atores presentes no noticiário da Folha obtiveram mais de 5% de menções. Por outro lado, 32 desses atores não alcançaram 1% do total. O quadro do Nexo é similar: apenas 2 dos 67 atores obtiveram mais de 5% das menções, enquanto 33 deles não chegaram a 1%.

Gráfico 1 – Atores x % de menções na Folha e Nexo



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

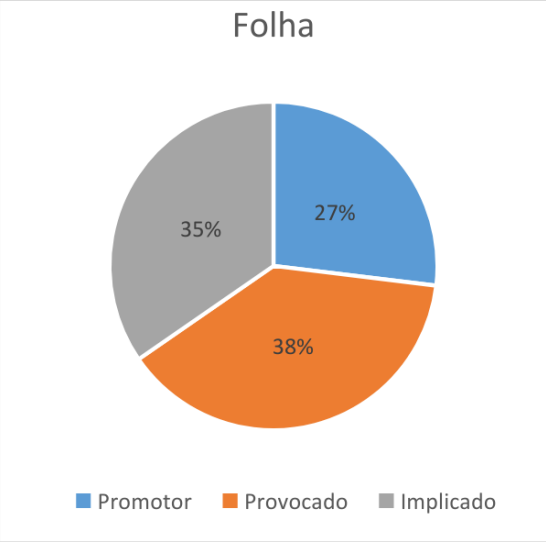
Os números mostram que a maioria dos atores que compõem as narrativas políticas aparecem apenas de forma secundária, sem uma presença efetiva no noticiário. O interesse

jornalístico gira em torno de atores específicos, que com suas ações e declarações passam pelos filtros de interesse, atendendo aos critérios de noticiabilidade. Considerando isso, passamos a analisar os atores que conquistaram números relevantes de menção na tentativa de entender sua relação com os eventos e de qualificar a compreensão desse destaque. Entre os atores singulares, quatro aparecem com alta ou média cota de visibilidade tanto na Folha quanto no Nexo. São eles: o presidente Michel Temer, os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

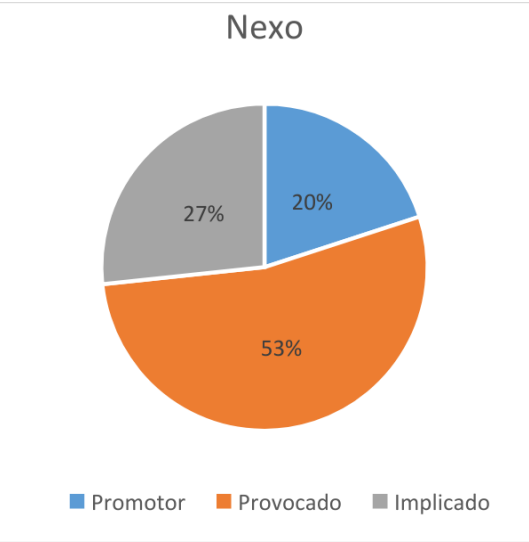
5.2.1 Michel Temer

Michel Temer aparece em um quadro de superexposição. Sozinho, ele ocupa 26,4% de todas as menções a atores feitas pela Folha, aparecendo em 47,3% dos textos analisados. No Nexo ele possui espaço menor, mas de destaque ainda muito superior ao de qualquer outro. Detém 21% das menções e aparece em 25,4% das matérias. O contexto torna esses números compreensivos. Além dos atos cotidianos da Presidência da República, acompanhados de perto pela imprensa, o presidente enfrentou, em 2017, ao menos quatro momentos específicos que redobraram sua exposição. O primeiro deles foi a delação do empresário Joesley Batista junto à PGR, denunciando supostos atos de corrupção do presidente em pleno mandato. Outros dois foram consequência do primeiro: a PGR encaminhou à Câmara Federal dois pedidos de investigação de Temer, que poderiam afastá-lo do mandato. Em meio a tudo isso, o presidente ainda teve a chapa da qual fez parte como candidato a vice nas eleições de 2014 julgada pelo TSE. Se aplicarmos aqui as categorias de Guerra (2007), podemos observar que Michel Temer aparece nos textos apresentando tipos variados de relação com os eventos, como podemos observar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – A relação de Michel Temer com os eventos



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

Como pode ser visto, os eventos geram interesse aos jornalistas tanto quando são promovidos por Temer, quanto quando o provocam, ou mesmo quando não está diretamente relacionado, mas apenas implicado (35%). As matérias que trazem Temer como promotor na Folha (27%) apresentam o personagem em papéis variados. Na aplicação de medidas de Governo, na prática de estratégias políticas para lidar com o Parlamento e na prática de estratégias de ação partidária. Também aparecem casos de pronunciamentos direcionados à população em geral ou mesmo de bastidores, onde Temer reclama da pressão que vinha sofrendo pelas crises econômica e política. Alguns exemplos podem ser vistos na Figura 8.

Figura 8 – O presidente Michel Temer como promotor dos eventos na Folha

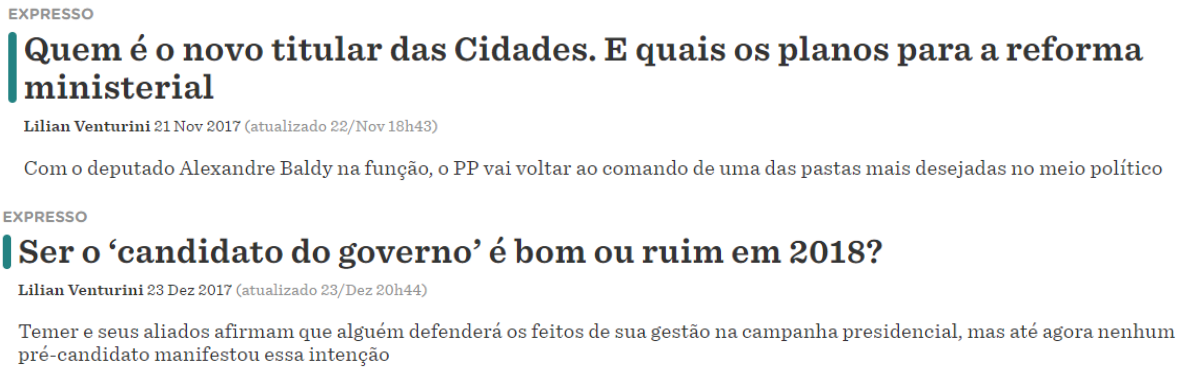
Fonte: Folha de S. Paulo

No primeiro exemplo mostrado, Temer aparece cumprindo função crassa da Presidência da República, colocando em prática ações de Governo, no caso efetuando repasses financeiros para instituições. Esse aspecto da ação presidencial, no entanto, é o que aparece com menor relevância na amostra analisada, contando com apenas dois exemplos. O segundo caso é do afrouxamento das exigências para a concessão do indulto natalino a presidiários. É interessante notar, no entanto, que nas duas matérias há fatores extras que explicam a noticiabilidade. O interesse pelo aumento nos investimentos nas Forças Armadas acontece por ocorrer em período de crise financeira. Já o caso do indulto está intimamente relacionada ao escândalo da Lava Jato, que a cobertura indica a ação de Temer como ação para beneficiar políticos presos pela operação. Não são, portanto, casos ordinários de acompanhamento da administração. Estão vinculados a temas polêmicos e de alto interesse público.

O segundo exemplo traz o presidente agindo diretamente em questões partidárias. Na ocasião, ele procurou uma ala de parlamentares que abria dissidência no PSB em busca de conquistar sua filiação ao PMDB. A ação gerou problemas com o DEM, que seria a primeira opção do grupo de parlamentares e acabaria perdendo a oportunidade de aumentar sua bancada devido à atuação do presidente, de quem era aliado. É, como já discutimos, um caso de interesse jornalístico pelo conflito e potencializado pelos seus protagonistas, os dois nomes de maior importância hierárquica da República. O maior número de textos, no entanto, traz o presidente agindo em relação às votações no Congresso. O contexto explicado inicialmente exigiu do presidente uma ação constante para garantir resultados positivos em votações na Câmara, passo a passo seguido de perto pelos jornalistas por desembocar em eventos que poderiam afastar o presidente de suas funções. As matérias nesse sentido tratam de ações do presidente para conter dissidências na base, de estratégias para derrotar pareceres desfavoráveis e de tentativas de conter os ânimos da população diante dos escândalos.

No caso do Nexo, Temer aparece como promotor em 20% dos textos em que é mencionado, o que representa três matérias. Aqui, o contexto institucional supera os demais, havendo um texto em que Temer comemora a geração de empregos, ato que serve de gancho para uma análise do momento econômico, além de outro sobre a escolha do presidente para novo ministro da Cultura, que serve de gancho para apresentação do novo titular e antecipação de planos para a reforma ministerial. O terceiro caso analisa possíveis candidatos da base aliada após declarações de Temer de que não disputaria a reeleição e que só apoiaria candidatos que defendam sua gestão. O resultado indica que o veículo também possui interesse em aspectos diversos, abordando tanto temas referentes à gestão quanto da disputa política. Os exemplos podem ser vistos na Figura 9.

Figura 9 – O presidente Michel Temer como promotor dos eventos no Nexo


EXPRESSO

Quem é o novo titular das Cidades. E quais os planos para a reforma ministerial

Lilian Venturini 21 Nov 2017 (atualizado 22/Nov 18h43)

Com o deputado Alexandre Baldy na função, o PP vai voltar ao comando de uma das pastas mais desejadas no meio político

EXPRESSO

Ser o 'candidato do governo' é bom ou ruim em 2018?

Lilian Venturini 23 Dez 2017 (atualizado 23/Dez 20h44)

Temer e seus aliados afirmam que alguém defenderá os feitos de sua gestão na campanha presidencial, mas até agora nenhum pré-candidato manifestou essa intenção

Fonte: Nexo Jornal

É como provocado pela ação de outros que o presidente Michel Temer aparece na maioria das matérias em que é mencionado. Na Folha (38%), o presidente aparece como réu em ação eleitoral, como afetado pelas ações e votações de parlamentares, tendo suas próprias ações e situação política avaliada por terceiros ou sofrendo consequências de problemas em partidos aliados. Ele ainda aparece como cabo eleitoral, tendo o apoio disputado por alguns pré-candidatos à Presidência, ou em atos de gestão, como quando recebe carta de renúncia de ministro. Alguns exemplos podem ser vistos na Figura 10.

Figura 10 – O presidente Michel Temer como provocado pelos eventos na Folha

Diretor da PF aponta dúvida sobre corrupção de Temer e critica PGR

Posse do novo diretor da PF, Fernando Segovia 6 de 8

AFP

Para aliados, impasse no PSDB e críticas do centrão ao Planalto ameaçam a governabilidade de Temer

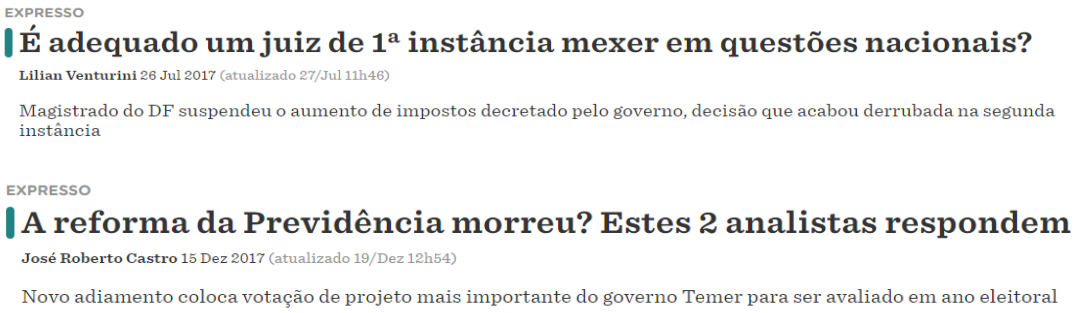
Fonte: Folha de S. Paulo

O primeiro exemplo trata de declarações do novo diretor da PF, indicado por Temer, que colocam em xeque as acusações de corrupção feitas pela PGR ao presidente. No segundo, aparece com risco de problemas de governabilidade devido ao racha no PSDB. Principal partido da base aliada, a sigla concedeu metade de seus votos na Câmara a favor do prosseguimento das denúncias feitas pela PGR contra o presidente. O ato revoltou outras legendas da base, que

exigiam a exoneração dos ministros tucanos em retaliação, e uma maior contemplação dos partidos "fiéis" com cargos e ministérios.

No Nexo, isso acontece em escala ainda maior, representando 53% do total de textos em que Temer é mencionado. Assim como na Folha, os textos abordam principalmente a relação do presidente com o Congresso durante votação das denúncias, mas também trazem abordagens sobre disputas políticas pessoais do presidente, interferências judiciais em suas decisões e relações com governos estrangeiros. A figura 11 traz alguns exemplos.

Figura 11 – O presidente Michel Temer como provocado pelos eventos no Nexo



Fonte: Nexo Jornal

No primeiro exemplo, o texto tem como gancho uma decisão de juiz de primeira instância cancelando decreto presidencial que aumenta impostos de combustíveis. O segundo traz nova ação da Câmara Federal, adiando a votação da Reforma da Previdência, o que afeta diretamente a gestão do presidente. As notícias publicadas em ambos os veículos, portanto, apontam que temas que afetam o presidente em si, seus planos e suas ações de Governo, são alvo de grande interesse jornalístico, superando os eventos promovidos pelo próprio.

Por último, analisamos a presença de Temer em matérias que aparece como implicado, ou seja, sem relação direta com o ato principal, o que acontece em 35% dos casos em que é mencionado. Aqui, na maioria das vezes, Temer aparece dentro da contextualização dos eventos. Ele é relacionado a atores que sofrem as ações, na maioria das vezes em casos jurídicos ou figura em casos onde outros atores fazem avaliações eleitorais ou de Governo. Alguns exemplos podem ser observados na Figura 12.

Figura 12 – O presidente Michel Temer como implicado pelos eventos na Folha

Janot pedirá investigação de ministros e aliados de Temer

Alan Marques - 22.jun.2016/Folhapress

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, durante reunião no Supremo Tribunal Federal

Suspenso do PMDB por votar contra Temer, relator da CCJ pede desfiliação

Pedro Ladeira -4.jul.2017/Folhapress

O deputado Sérgio Zveiter (PMDB-RJ), autor de parecer favorável à denúncia contra Temer na CCJ

Fonte: Folha de S. Paulo

No primeiro exemplo, temos um dos casos onde o presidente aparece apenas como relacionado a quem de fato sofre a ação. Nesse caso trata-se de uma escolha jornalística, que faz questão de aliar atores investigados, flagrados em atos de corrupção ou condenados a outras figuras de maior relevância política. Os atores que serão investigados pelo procurador-geral viram os ministros e aliados de Temer. No mesmo sentido, Temer é lembrado como amigo e aliado de Geddel Vieira Lima quando este tem seus bens bloqueados pela Justiça. Também é mencionado quando ligações de seus ministros para o irmão de Geddel, o deputado federal Lúcio Vieira Lima, são descobertas pela PF. No segundo exemplo temos uma ação do PMDB, que suspende o deputado federal Sérgio Zveiter da sigla. Aqui Temer aparece na contextualização já que a expulsão se dá por parecer desfavorável feito por Zveiter na Câmara contra o presidente. Ele também aparece de forma tangencial são avaliações políticas, como quando ministros avaliam apoios da base, quando atores avaliam o quadro eleitoral e especulam uma possibilidade de candidatura do presidente ou quando agentes, nesse caso do PSDB, rebatem críticas de traição a Temer.

No Nexo, o presidente está implicado em 27% dos textos em que foi mencionado. Aqui os textos se referem a votações no Senado sobre matérias enviadas pelo presidente, a posse de ministros, uma visita do vice-presidente dos Estados Unidos à América Latina que exclui o Brasil e a tentativa do ministro Henrique Meirelles de ser o candidato do Governo à Presidência. A Figura 13 traz alguns exemplos.

Figura 13 – O presidente Michel Temer como implicado pelos eventos no Nexo

EXPRESSO

A MP da regularização fundiária andou no Congresso. A quem ela beneficia?

Bruno Lupion 05 Mai 2017 (atualizado 02/Jun 16h31)

Medida foi aprovada no Senado e segue para sanção presidencial. Debate opôs governo e oposição: medida ajuda pessoas pobres, que têm acesso restrito à terra, ou os ricos que ocupam espaços irregulares?

EXPRESSO

A quem interessa o clima de radicalização política no Brasil

João Paulo Charleaux 26 Jul 2017 (atualizado 27/Jul 10h01)

Novo ministro da Cultura pede busca por 'áreas de consenso'. Mas a polarização é necessariamente ruim? Quem ganha e quem perde com isso?

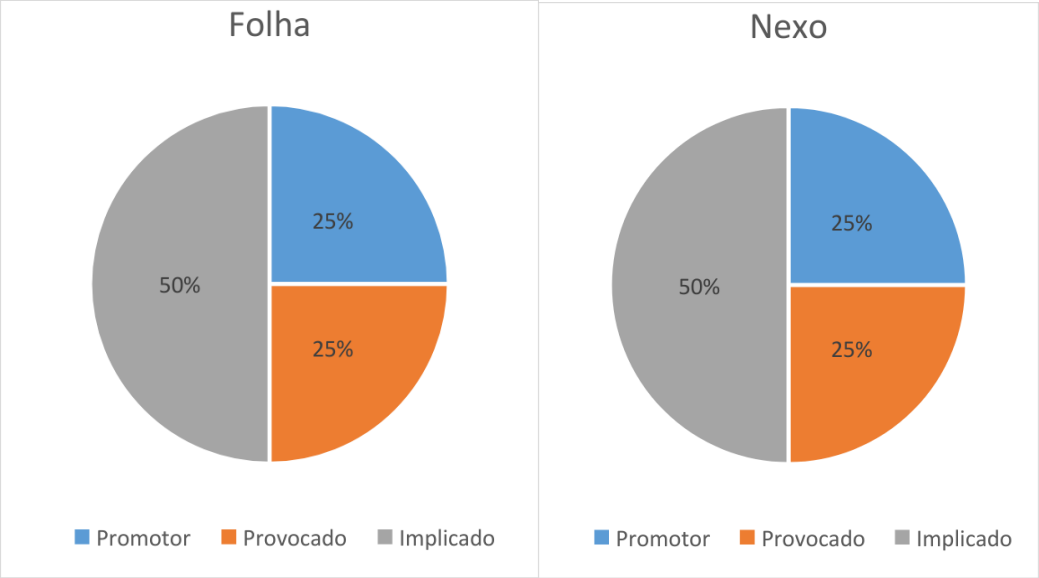
Fonte: Nexo Jornal

No primeiro caso Temer aparece por ser o editor da medidas, que foi aprovado pelo Senado, afeta diretamente a vida de pessoas e empresas que ocupam terrenos irregularmente. O presidente nesse caso, não é promotor ou provocado, mas está diretamente relacionado ao fato por ter editado a medida e por depender sele a sua posterior sanção. O segundo caso traz uma análise sobre a polarização política no país, o gancho no entanto, é uma fala dada pelo novo ministro da Cultura durante discurso de posse. No caso, Temer aparece em uma contextualização sobre as dificuldade para nomeação na pasta desde que foi empossado presidente.

5.2.2 Lula

O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva é outro ator a aparecer com destaque no noticiário de ambos os jornais analisados. Lula, no entanto, está longe das altas cotas de visibilidade obtidas por Temer. Fora da Presidência há um longo período, sua aparição no noticiário se divide entre uma nova postulação ao cargo e os escândalos de corrupção que são remetidos a ele, seu partido e seus aliados, principalmente no caso Lava Jato, mas ainda com sombras do Mensalão. Na nossa amostra, Lula ocupa 3,3% das menções na Folha, tendo aparecido em 7,3% dos 55 textos. No Nexo, aparece com 21% das menções, aparecendo em 10% das 40 matérias. No Gráfico 3, é possível verificar que posição o ex-presidente ocupa em relação aos eventos.

Gráfico 3 – A relação de Lula com os eventos



Fonte: Elaboração própria

Analisando o gráfico, percebe-se que os dois jornais apresentaram resultados idênticos no que se refere a relação de Lula com os eventos. Em ambos os caso, o ex-presidente aparece em 50% dos textos como implicado, enquanto aparece em 25% das vezes como promotor ou provocado. Na Figura 14 podemos ver exemplos de sua aparição na Folha como promotor, provocado e implicado.

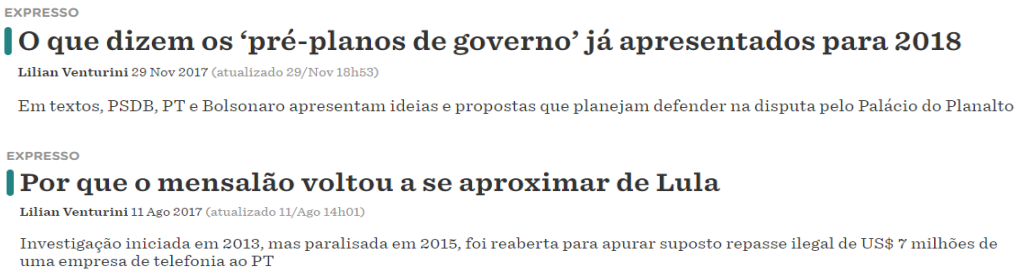
Quando aparece como implicado, Lula tem seu nome vinculado a um executivo da empreiteira OAS que prestou depoimento à Justiça. Agenor Medeiros é réu de uma ação penal movida contra Lula e o ex-presidente acaba mencionado como referência. Em outro exemplo onde aparece como implicado, o ex-presidente é mencionado por críticas que seu advogado faz à declarações feitas pelo ministro do STF Luiz Fux. As menções à Lula se devem, portanto, a um trabalho de referência que o jornalista realiza para aproximar atores desconhecidos da figuras de grande destaque. O depoimento de Medeiros não é importante apenas pelo que ele tem a dizer, mas também por ele estar próximo a um personagem como Lula. O mesmo pôde ser verificado na análise do presidente Michel Temer, onde diversos atores foram referenciados como ministros ou aliados do presidente. Essa relação pode ajudar os leitores a orientarem sua leitura e interpretação, mas também possui o efeito de vincular atores a ações, muitas vezes negativas, das quais não necessariamente fazem parte.

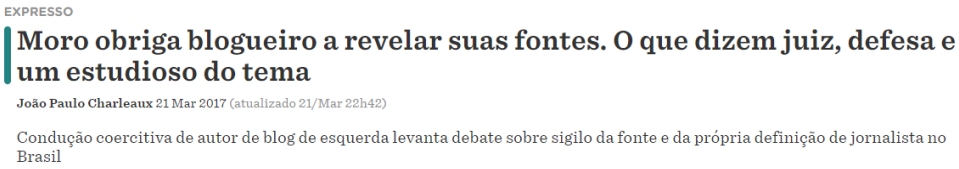
Figura 14 – Lula na Folha

Fonte: Folha de S. Paulo

No texto em que aparece como implicado, Lula tem sua candidatura assegurada pelo seu partido, o PT, que lhe garante legenda independente do resultado de seu julgamento na operação Lava Jato. O ex-presidente, portanto, é ator fundamental no texto, que contempla dois assuntos de grande interesse jornalístico, os escândalos de corrupção e a corrida presidencial. Esta última é também tema principal do texto em que Lula aparece como promotor. Em evento na Bahia, o presidente qualifica o Brasil com um palavrão, criticando a situação do país. A declaração com tendência à polêmica, onde um ex-presidente estaria diminuindo o próprio país, despertou o interesse da Folha.

Figura 15 – Lula no Nexo




EXPRESSO

Moro obriga blogueiro a revelar suas fontes. O que dizem juiz, defesa e um estudioso do tema

João Paulo Charleaux 21 Mar 2017 (atualizado 21/Mar 22h42)

Condução coercitiva de autor de blog de esquerda levanta debate sobre sigilo da fonte e da própria definição de jornalista no Brasil

Fonte: Nexo Jornal

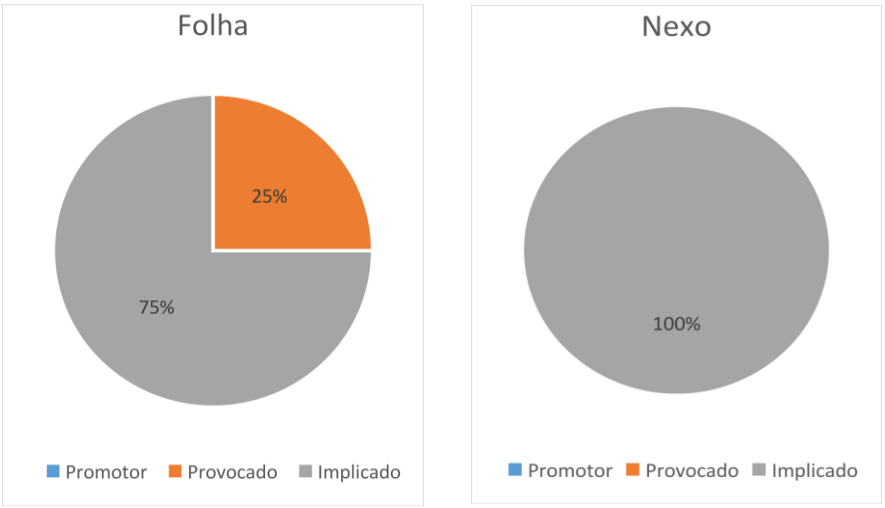
No Nexo, mudam os objetos de realidade, mas não os temas. Mais uma vez Lula está exposto pela sua candidatura e pelos escândalos nos quais está envolvido. O que se destaca é a diferença nas abordagens. Enquanto o tema eleição aparece na Folha por declaração polêmica do ex-presidente, aqui Lula aparece pelo debate programático, com o lançamento do pré-plano de governo. No segundo exemplo Lula aparece como provocado. Trata-se da reabertura de investigações do caso Mensalão, que podem trazer consequências ao ex-presidente.

O escândalo da Lava Jato também aparece com outro viés, com uma discussão sobre quebra do sigilo da fonte por parte do juiz Sérgio Moro. Nesse caso Lula aparece como implicado, já que a informação "vazada" pelo jornalista se refere à data de uma futura prisão coercitiva de Lula. O petista ainda aparece como implicado em texto que relata o envio à Corte do STF de um processo que pede a soltura de Antônio Palocci. No texto, Palocci é referenciado como ex-ministro de Lula.

5.2.3 Dilma Roussef

A ex-presidente Dilma Rousseff recebe cota de visibilidade pouco inferior à Lula. Ela aparece na mesma quantidade de textos que seu antecessor na Folha, 7,5% do total, mas apresenta menos menções: 3,2%. No Nexo, o mesmo quadro. Assim como Lula, Dilma aparece em 10% 40 das matérias, mas é menos mencionada: apenas 2,7% do total. Após o *impeachment*, Dilma esteve diretamente relacionada a poucos eventos de grande atenção midiática, sendo o principal deles o julgamento pelo TSE do processo contra a chapa que formou com o presidente Michel Temer, vitoriosa nas eleições de 2014. No Gráfico 4, veremos como se dá a presença da ex-presidente nos textos a partir de sua relação com os eventos noticiados.

Gráfico 4 – A relação de Dilma Rousseff com os eventos



Fonte: Elaboração própria

Como os gráficos mostram, Dilma Rousseff não aparece como promotora das ações em nenhum dos eventos analisados neste recorte. Na Folha, aparece 25% das vezes provocada e 75% como implicada. No Nexo, por sua vez está como implicada em 100 % das matérias em que é mencionada, não sendo centro dos eventos narrados em nenhum dos casos. Os dados explicam o número inferior de menções em comparação a Lula mesmo quando houve aparição na mesma quantidade de matérias. Enquanto promotor ou provocado pelos acontecimentos, Lula possuía maior relevância para as notícias. Os atores centrais precisam ser mencionados mais vezes para que a notícia seja transmitida ao leitor em seus principais aspectos. Enquanto implicada, no entanto, Dilma aparece mais em momentos de contextualização, tendo presença apenas tangencial. Quanto maior a relação com o fato, maior será a necessidade do jornalista mencionar o ator. Na Figura 16 podemos verificar exemplos de presença de Dilma na Folha.

No primeiro exemplo, temos o caso em que Dilma aparece como provocada. Trata-se do julgamento da chapa Dilma-Temer pelo TSE. Apesar de ter Dilma como ré na ação, a cobertura tem Temer como principal personagem por ser ele a ocupar a cadeira da Presidência durante o processo. A possibilidade de perda do cargo por Temer o transforma em principal foco de interesse jornalístico, já que Dilma havia perdido seu mandato no ano anterior.

No segundo caso, a ex-presidente aparece como implicada em um evento protagonizado pelo prefeito de São Paulo, João Doria Jr. e um popular. Na ocasião, o homem não identificado na coluna lembrou a Doria, em meio ao seu discurso de inauguração de casas populares, que as residências haviam sido construídas por Rousseff. Ao ouvir Doria dizer que “a força da mulher ninguém segura”, ele retrucou: “Força da Dilma para fazer as casas”. Dilma ainda aparece como implicada em contexto de comparação. Em uma matéria que analisa crescimento nos

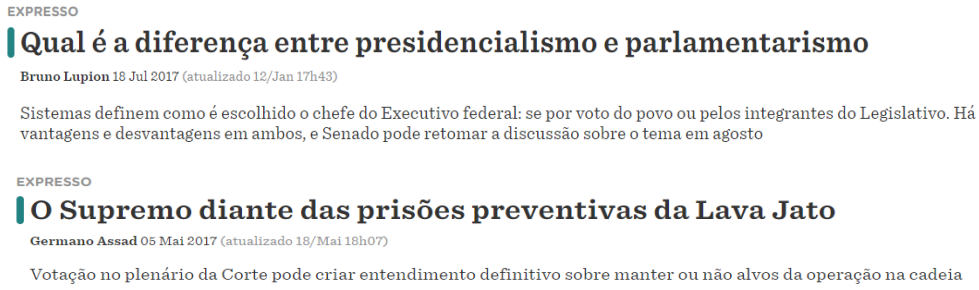
investimentos nas Forças Armadas, o repórter compara o montante com o que foi investido no governo Dilma. Há ainda um caso envolvendo o escândalo da Lava Jato, onde a marqueteira Mônica Moura delata o recebimento de caixa dois durante campanha da petista. Moura no entanto, afirma que as tratativas aconteciam por meio de Antônio Palocci, não acusando Dilma diretamente.

Figura 16 – Dilma Rousseff na Folha

Fonte: Folha de S. Paulo

No caso do Nexo, Dilma aparece como implicada em todos os textos em que é mencionada, na maioria das vezes por ter seu governo como base de comparação para a gestão de Temer ou por ser relacionada como referência na menção a outros atores. Os exemplos podem ser conferidos na Figura 17.

Figura 17 – Dilma Rousseff no Nexo



Fonte: Nexo Jornal

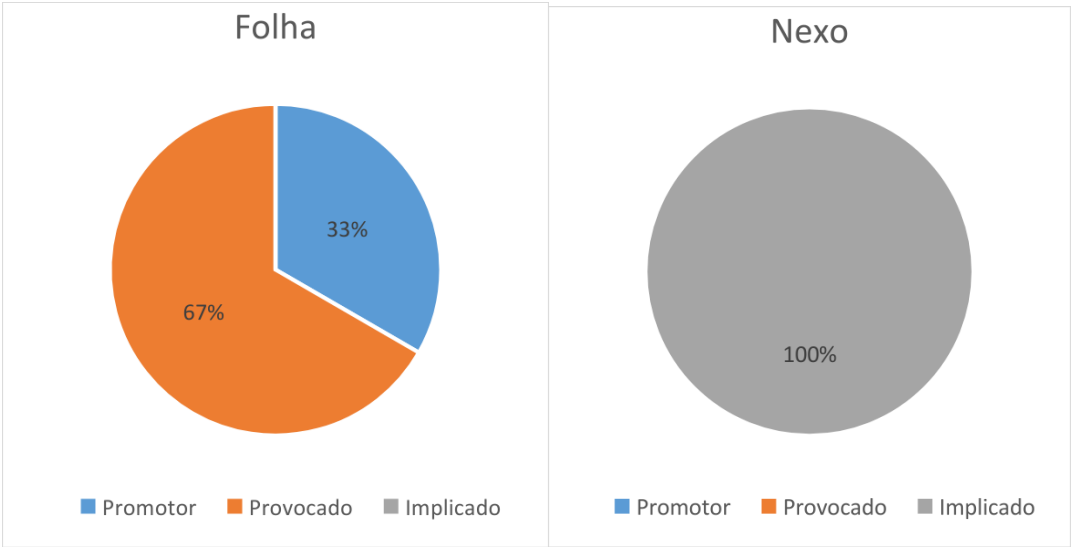
Como pode-se observar, Dilma tem pouca relação com os eventos em questão. No primeiro caso, é lembrado que foi a crise entre o Executivo e o Legislativo durante sua gestão que fez o senador José Serra retomar sua proposta de mudança do sistema de governo. No segundo caso, é lembrado que Antônio Palocci, que agora solicita ao STF sua liberdade, também ocupou o posto de ministro da Casa Civil na gestão de Rousseff. Ademais, a ex-

presidente aparece apenas pela memória do *impeachment*, que recorrentemente é apontado como marco inicial do governo Temer.

5.2.4 Rodrigo Maia

O presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, não aparece em um número considerável de Matérias, apenas 5,4% das da Folha e 5% das do Nexo, ele, no entanto, aparece com um número mediano de menções em ambos, chegando a 3,6% das menções do primeiro e a 2,7% das do último. A presença de Maia no noticiário se dá em parte pela relevância que a Câmara ganhou com as inúmeras votações decisivas para o presidente Michel Temer, entre elas as reformas trabalhista e da previdência e os pedidos de investigação vindos da PGR, estes últimos podendo elevar Maia ao cargo de Presidente em caso de derrota do peemedebista. No Gráfico 5, podemos observar a presença de Mais considerando a relação com os eventos.

Gráfico 5 – A relação de Rodrigo Maia com os eventos



Fonte: Elaboração própria

Como é possível verificar nos gráficos, a presença de Maia diverge nos dois veículos analisados. Enquanto na Folha o deputado aparece como promotor (67%) e provocado (33%), no Nexo está implicado em 100% dos textos em que é mencionado. Enquanto promotor, Maia avalia a possibilidade de se colocar em votação a denúncia contra o presidente Michel Temer. Como provocado, aparece como vítima da ação de Temer em cortejar para o PMDB deputados que iriam se filiar ao DEM ou como apoio desejado pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em sua intenção de se candidatar à presidência. Quando aparece como implicado,

Maia é citado pela possibilidade de dificultar a vida de Temer na votação da reforma da previdência. Em outro caso, aparece em foto ao lado de deputado empossado como novo ministro das Cidades.

5.2.5 Outros atores em destaque

Além dos quatro políticos analisados anteriormente, outros quatro atores conseguiram visibilidade elevada no levantamento das menções, apesar de não aparecerem nos dois veículos. Na Folha, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o ministro do STF, Rodrigo Fachin. No Nexo, ganham espaço o juiz Sérgio Moro e o senador e ocasionalmente presidente do PSDB, Aécio Neves.

Janot aparece com 9,2% do total de menções nos textos da Folha e aparece em 9 matérias analisadas, o que representa 16,3% do total. Com estes números, fica atrás apenas do presidente Michel Temer em visibilidade por menção. Das 9 matérias, 55,5% o tem como promotor da ação, enquanto 44,5% o tem como implicado. Os exemplos podem ser vistos na Figura 18.

Figura 18 – O procurador Rodrigo Janot na Folha

Fonte: Folha de S. Paulo

Como os exemplos indicam, a presença de Janot no noticiário se dá principalmente pelo seu protagonismo dentro das investigações e demais desdobramentos da operação Lava Jato. A esse tema se referem todos os textos, sempre priorizando ações que comprometam figuras públicas de alta hierarquia ou a elas relacionadas, como notícias que revelam a investigação a aliados de Temer ou a defesa de Janot para a manutenção da prisão do ex-presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha. No exemplo acima aparece preparando lista de investigação que

atingia 83 políticos com foro privilegiado. Quando aparece como implicado, a principal razão é a de contextualização ou antecipação dos fatos. A exemplo de texto em que o racha no PSDB é colocado como fator de risco para a governabilidade de Temer. No caso, o jornalista lembra a aproximação do envio de nova denúncia por Janot, o que exigiria do presidente nova demonstração de força no Congresso. No exemplo acima, outro caso de implicação do procurador, dessa vez apontando que Temer poderá contar com votos a favor na Câmara pelo simples ato de uma ala dos deputados serem desafetos do procurador.

Sérgio Fachin é outro ator que ascende devido aos escândalos da Lava Jato. O ministro do STF é o relator do caso na Corte e três das quatro matérias em que figura apontam para este tema, sendo a última referente ao inquérito do ‘quadrilhão’ do PMDB. Em 50% delas aparece como promotor, em 25% como provocado e como implicado em outros 25%. Alguns exemplos podem ser vistos na Figura 19.

Figura 19 – O ministro Sérgio Fachin na Folha

Fonte: Folha de S. Paulo

No primeiro exemplo o ministro decide pela não inclusão de Temer em processo que investiga desvio de corrupção de deputados do PMDB. Ele também aparece como promotor ao determinar o bloqueio de bens de Geddel Vieira Lima, que teve malas cheias de dinheiro encontradas em apartamento de seu uso. Como provocado aparece recebendo a lista enviada por Rodrigo Janot para investigação de políticos dentro da operação Lava Jato. Tanto Janot quanto Fachin, portanto, são peças centrais de um escândalo de corrupção de grandes proporções, acontecimento que mobiliza a opinião pública por envolver a maior parte de seus governantes e a subtração de elevadas quantias de dinheiro público. Ambos os atores entram por seu poder de movimentar esse jogo. Um promovendo a investigação e a denúncia, o outro

julgando os envolvidos. Acompanhar seus atos e decisões são, dessa forma, de elevado interesse público.

O Nexo, que apresentou baixo espaço de menção à Janot e Fachin, trouxe com destaque mediano um outro ator diretamente envolvido com o tema: o juiz de primeira instância Sérgio Moro. A diferença de abordagem é perceptível. Enquanto os dois primeiros aparecem na Folha em agindo diretamente no andamento do processo, o Nexo traz o tema sobre outra perspectiva, como pode ser visto na Figura 20. Moro aparece em três textos, 7,5% do total, além de deter 2,7% das menções. Das três matérias, 33,3% trazem o juiz como promotor e 66,6% como implicado.

Figura 20 – O juiz Sérgio Moro no Nexo

EXPRESSO

Moro obriga blogueiro a revelar suas fontes. O que dizem juiz, defesa e um estudioso do tema

João Paulo Charleaux 21 Mar 2017 (atualizado 21/Mar 22h42)

Condução coercitiva de autor de blog de esquerda levanta debate sobre sigilo da fonte e da própria definição de jornalista no Brasil

Fonte: Nexo Jornal

Neste exemplo vemos que o Nexo traz Sérgio Moro como promotor em evento que tem como foco o direito do jornalista a resguardar o sigilo da fonte. O caso está dentro dos desdobramentos da Lava Jato, já que o juiz pretende descobrir de onde o blogueiro conseguiu a informação antecipada da data da condução coercitiva de Lula, mas nesse caso extrapola a abordagem convencional de políticos sendo investigados, julgados e presos. Quando aparece como implicado, Moro é citado dentro da contextualização da prisão de José Dirceu em Matéria que tem como gancho a sua liberação. No outro caso, o ministro Sérgio Fachin leva decisões do Juiz ao Pleno do STF.

Apesar de implicado na operação Lava Jato, é pela posição partidária que Aécio Neves aparece principalmente no Nexo. Assim como Moro, ele aparece em 7,5% dos textos e detem 2,7% das menções. O senador, por outro lado, aparece 100% das vezes como implicado, nunca como personagem central dos textos. Um exemplo pode ser visto na Figura 21.

Figura 21 – Aécio Neves no Nexo

EXPRESSO

Quem é o tucano autor do relatório que rejeita a denúncia contra Temer

Lilian Venturini 18 Jul 2017 (atualizado 18/Jul 20h28)

Advogado e aliado de Aécio, Paulo Abi-Ackel fez parte da estratégia traçada pelo governo federal para tentar barrar a acusação que ameaça o futuro do peemedebista na Presidência

Fonte: Nexo Jornal

No caso, Aécio aparece relacionado ao deputado escolhido para relatar a denúncia de Janot contra Temer na Câmara. Assim como em outros casos, o político é apontado como referência para apresentar o novo personagem, que até então era desconhecido do grande público. Para o texto, Abi-Ackel é um amigo de Aécio. Nos outros dois casos, Aécio aparece como líder partidário, explicando o racha no PSDB durante votações no Congresso, ou de forma contextual, quando o jornalista lembra o fim do seu período como presidente em texto que apresenta o novo comandante da sigla, o ex-governador de São Paulo, Alberto Goldman.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho observou e analisou presença de atores sociais no jornalismo político produzido por dois websites: a Folha de S. Paulo e o Nexo Jornal. Com isso, pretendíamos

refletir sobre a distribuição de cotas de visibilidade sobre a ótica do jornalismo, considerando seus valores, suas funções, suas regras e também sua rotina produtiva. Os resultados nos mostram, primeiramente, que os atores sociais que figuram na narrativa jornalística nos sites analisados não diferem daqueles que estão presentes naquelas que são reproduzidas em outros meios noticiosos. Isso pode ser aferido quando comparamos os resultados obtidos com outros estudos de visibilidade expostos em nosso Estado da Arte, como os que estudam televisão (Gomes, 2009; MIGUEL e Biroli, 2010) e revistas semanais (MIGUEL e BIROLI, 2010). Um resumo desses resultados pode ser observado no Quadro 11.

Quadro 11 – A presença de atores no webjornalismo, telejornalismo e revistas semanais

MEIO	ATORES
Websites	Citações: Membros do Poder Judiciário, presidente da República, procurador-geral da República, prefeitos, ex-presidentes, membros de agências internacionais e cientistas políticos.
	Menções: Presidente da República, membros dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, membros de órgãos de regulação, do setor empresarial e políticos que deixaram seus cargos, principalmente ex-presidentes.
Televisão (GOMES, 2009)	Citações: Presidente e vice, senadores, ministros, deputados federais e governadores.
	Menções: Presidente e vice, senadores, ministros, deputados federais e governadores.
Televisão (MIGUEL e BIROLI, 2010)	Por número de matérias: Lula, Geraldo Alckmin, Heloísa Helena, Cristóvão Buarque, Antônio Palocci, Tarso Genro e Renan Calheiros.
Revistas (MIGUEL e BIROLI, 2010)	Por número de matérias: Lula, Geraldo Alckmin, Fernando Henrique, José Serra, José Dirceu, Antônio Palocci, Aécio Neves.

Fonte: Elaboração própria a partir de Gomes (2009) e Miguel e Biroli (2010)

Como diferencial, os veículos de web trouxeram maior presença de atores do Poder Judiciário e de órgãos de regulação, o que pode ser explicado pelo contexto de denúncias e investigações verificados durante o período de cobertura da amostra. Todos os quadros, no entanto, apontam para uma **cobertura política voltada para o oficial**, para as instituições tradicionais e para os atores em posições de poder. O estudo de Miguel e Biroli (2010) traz também enfoque elevado para atores candidatos à Presidência, já que teve como referência um período eleitoral.

Entre os atores mais destoantes neste quadro estão os membros de agências internacionais e cientistas políticos. Eles apareceram com elevado percentual de citações na amostra do Nexo Jornal, veículo que faz parte do nosso *corpus* como parte da mídia independente em contraposição à grande mídia, representada pela Folha. Nossa hipótese de que os atores políticos presentes no noticiários de um veículo independente divergiria daqueles presentes em um da grande mídia, nesse caso, se revela parcialmente verdadeira. Na comparação entre os dois jornais, pudemos perceber que **os atores citados representam, de fato, o principal diferencial** entre os dois jornais. Enquanto a Folha utiliza declarações de fontes oficiais, das principais instituições públicas, o Nexo traz a voz de especialistas, o que reforça seu interesse de promover um jornalismo contextual e analítico, além de membros de agência internacional, no caso a ONU, como vimos durante a análise, abrindo espaço para temas internacionais e de viés humanitário.

Quando nos atemos às menções, no entanto, percebemos que mídia independente e grande mídia, nesse caso, não estão muito distantes no que se refere aos atores que compõem suas narrativas. Apesar da divergência na ordem de aparição, os dois veículos trouxeram à tona os atores tradicionais, vinculados às mesmas organizações, como aferido anteriormente em outros veículos de grande mídia na televisão e nas revistas. O jornalismo do Nexo traz um diferencial em relação aos demais: a preocupação com a contextualização, com a análise, com a explicação das regras e dinâmicas do funcionamento das instituições e com a apresentação detalhada de atores que ascendem a posições importantes. Diverge na abordagem, mas não nos setores da política que cobre, tendo como ponto de partida de suas análises as questões em voga nas seara habitual.

Mas quais as razões que levam estes atores, e não outros, adentrarem à esfera de visibilidade produzida pelo jornalismo em detrimento de outros? Como vimos anteriormente, os pesquisadores em comunicação e política costumam justificar esse quadro assumindo que o jornalismo toma para si o mesmo recorte que o campo político assume como política oficial. Para Gomes (2009) o Jornal Nacional, seu objeto de estudo, adotaria um modelo institucionalista de clivagem, o que estaria indicado pela centralidade do noticiário no que acontece em Brasília, excluindo as políticas estaduais e locais e também pela reprodução das estruturas e hierarquias estabelecidas pelo campo político, assim como seus lugares de fala.

Da mesma forma, Biroli (2013) aponta a existência de "acordos fundamentais" entre jornalistas e políticos sobre o que seja a política. Estes acordos afetariam de forma mais relevante os filtros que selecionam os atores com acesso ao noticiário do que as negociações entre ambos nas rotinas de produção jornalística. A análise também aparece no trabalho de

Miguel e Biroli (2010), ao defenderam que a agenda e a concessão de voz partem da compreensão de que a política só é feita em espaços e por atores específicos.

Nosso trabalho tentou, neste sentido, trazer justificativas para a presença de atores no noticiário que considerassem de forma mais efetiva a lógica do jornalismo. Partimos, a princípio, da ideia de que é difícil compreender a fundo o motivo que leva um jornalista a citar ou mencionar um ator em determinada notícia sem compreender o contexto noticioso. Retirados do fato e classificados em categorias que consideram apenas sua origem, o quadro de atores aparece, de fato, como uma reprodução hierárquica da política. Contextualizados, no entanto, podemos perceber que isto não acontece por uma submissão do jornalismo ao que prega o campo político, mas como uma consequência das próprias regras de produção noticiosa.

O primeiro ponto está justamente na necessidade de organização do trabalho, o que leva a seleção de profissionais para realizarem a cobertura de instituições específicas, onde a política se manifesta de forma mais visível e, principalmente, de forma cotidiana. Nossos resultados mostram que o sentido de rede noticiosa (TUCHMAN, 1978) vai além da presença, influenciando tanto o veículo que possui profissionais setoristas, é o caso da Folha, quanto o que não possui repórteres sediados em Brasília, caso do Nexo. Setorializar a atenção garante mais eficiência produtiva. A lógica de produção simultânea do jornalismo digital reforça essa necessidade, e justifica a busca dos jornalistas por atores acessíveis e que representativos: presidentes de instituições, líderes de bancada.

Os próprios valores de seleção indicam para o recorte temático abordado pelo jornalismo. Este trabalho não teve a intenção de levantar a fundo os critérios de noticiabilidade utilizados por Folha e Nexo, mas a partir da análise contextual é possível perceber sua presença. Os eventos narrados são marcados pelo impacto, conflito, continuidade, acessibilidade, notoriedade, polêmica e hierarquia. A hierarquia, cuja reprodução é apontada em sentido negativo pelos estudiosos citados, é considerada pelos jornalistas por conceder autoridade ao ator, que é reconhecido como competente pela audiência e também por estar diretamente relacionada a outros critérios, como o impacto. Como demonstra a sistematização de classificações para fontes, exposta no Capítulo 2, as fontes são aquelas que possuem algo a dizer (CHAPARRO, 1996). Atores de alto grau hierárquico no Poder Executivo podem falar com autoridade sobre assuntos que vão impactar a vida de milhões de pessoas; atores com alto grau hierárquico no Poder Legislativo podem pautar, adiar, represar, inviabilizar a votação de matérias que vão interferir na vida dos cidadãos. As principais questões de interesse público do país passa pelas mãos desses atores. Como pode o jornalismo ignorá-los?

Curiosamente, a presidente do STF durante o período da pesquisa, ministra Cármem Lúcia, aparece com pouca relevância nas amostras, apesar de ocupar o cargo de maior hierarquia na Justiça. Utilizo o exemplo para indicar que a hierarquia dos atores não está lá por estar, dissociada de outros fatores. No caso do STF, é o ministro Edson Fachin que aparece com maior destaque. Fachin é o relator da Lava Jato, possui autoridade maior do que Cármem dentro desta temática e, portanto, aparece mais que ela. O jornalista busca autoridade no contexto. Fala ao jornalista quem tem relação apropriada com o ato noticiado.

O próprio conflito não aparece gratuitamente, já que a disputa pelo poder interessa à população. O conflito, portanto, também indica maior número de vendas, de assinaturas, de cliques, de compartilhamentos. Conhecer as estratégias utilizadas pelo presidente para conseguir escapar da denúncia na Câmara aponta para a ética e os princípios do governante. O desentendimento entre os presidentes da República e da Câmara apontam para possíveis dificuldades em votação que pode cassar o mandato do primeiro. O próprio esvaziamento do debate partidário, verificado pela baixa relevância de seus dirigentes nos textos, aponta para o interesse em uma política que está nas instituições públicas, a não ser quando o assunto é a corrida presidencial. Os escândalos, por sua vez, dão a saber sobre o uso do dinheiro público, sobre a administração da máquina, sobre a índole dos atores. São, sim, de interesse público, possuem valor jornalístico.

Não estamos, com tudo isso, defendendo que a cobertura feita pelos meios noticiosos é uma cobertura inevitável, que é a única cobertura possível quando se leva em consideração os valores jornalísticos, seus critérios e funções. Queremos, na verdade, dissociar o entendimento majoritário de que o jornalismo reproduz a política considerando regras já estabelecidas pelo campo político. Esse ato, no entanto, não reduz o problema de que atores com demandas políticas legítimas possuem acesso dificultado à cena pública. No nosso *corpus*, organizações não-governamentais, associações de categorias profissionais, sindicatos e organizações da sociedade civil em geral aparecem com pouca ou nenhuma menção ou citação, o que indica, na verdade que alguma coisa deve ser revista.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel. **La Construccion de la Noticia**. Barcelona, ES: Paidós, 1989.

ANDERSON, C. W.; BELL, Emily e SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista ESPM**, abril/maio/junho de 2014, p. 32-89. Disponível em: < http://www.espm.br/download/2012_revista_jornalismo/Revista_ de_Jornalismo_ESPM_5/files/assets/common/downloads/REVISTA_5.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

APÓS dar carta branca para PM matar, Bolsonaro recua e diz que é para "não morrer". **Folha de S. Paulo**, 15 dez. 2017. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1943594-apos-dar-carta-branca-para-pm-matar-bolsonaro-recua-e-diz-que-e-para-nao-morrer.shtml >. Acesso em: 20 jan. 2018.

ASP, Kent. Mediatization: Rethinking the question of media power. In: LUNDBY, Knut (Org.). **Mediatization of Communication: Handbook of Communication Science.** Berlim: DE Gruyter, 2014, pp 349-373.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, PO: edições 70, 1977.

BARRETO, Emanoel. Jornalismo e Política: a construção do poder. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. III, n. 1 – 1º semestre de 2006, pp. 11 – 22.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 1960.

BIROLI, Flávia. Limites da Política e esvaziamento de conflitos. **Revista Estudos Políticos**, n. 6, 2003⁄1, pp. 126 –143.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada.** Biblioteca online de Ciência da Comunicação, 2006. Disponível em: <http://www.bocc .ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>. Acesso em 17 nov. 2017.

COOK, Timothy. O Jornalismo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, julho-dezembro de 2011, pp. 203-247.

COSTA, Caio Túlio. Um modelo de negócio para o jornalismo digital: Como os jornais devem abraçar a tecnologia, as redes sociais e os serviços de valor adicionado. **Revista de Jornalismo ESPM**, abril/maio/junho de 2014. Disponível em: <http://www.o mercadodenoticias.com.br/wp-content/uploads/um-modelo-de-negocio-para-jornalismo-digital_caio_tulio_costa.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.

DEUZE, Mark. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. Revista Jounalism Article. Vol. 6(4), 2005, p. 442–464.

_____; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. **Dossiê Práticas Jornalísticas**, vol. 4, nº 2. Parágrafo, jul-dez 2016, p. 8-21.

DUARTE, Jorge. Pequeno guia de relacionamento com a imprensa para fontes de área pública. In: SEABRA, Roberto e Sousa, Vivaldo (orgs.). **Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo: Redação, captação e edição no jornal diário**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FIDALGO, António. **Jornalismo online segundo o modelo de Otto Groth**. Pauta Geral, Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-groth-jornalismo-online.html#note1>. Acesso em: 17 nov. 2017.

FOLHA DE S. PAULO. **Projeto editorial da Folha**. 2017. Disponível em: < http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml >. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Manual de Redação**. São Paulo: Publifolha, 2008.

_____. **Informações sobre a Editoria de Poder.** [mensagem de correio eletrônico]. Mensagem recebida por < arthurs.a@hotmail.com > em 20 jan. 2018.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica –** Tese. 336 p. Salvador, 2003.

GALTUNG, Joan e RUGE, Mary. A estrutura do noticiário estrangeiro. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1999, pp 61-73.

GOMES, Wilson. **Negociação Política e Comunicação de Massa.** Anais do XI Encontro Anual da Compós, Recife, 2003. Disponível em: < http://www.compos.org.br/ data/biblioteca_938.pdf > Acesso em: 10 nov 2016.

_____. **Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa**. São Paulo: Ed. Paulus, 2004a.

GOMES, Wilson. **Sobre a transformação da política na era da comunicação de massa.** Anais do XIII Encontro Anual da Compós, 2004b, São Bernardo. Disponível em: < http://www.compos.org.br/data/biblioteca_601.pdf >. Acesso em: 10 nov 2016.

_____. **Publicidade, visibilidade, discutibilidade: Para uma revisão do conceito de esfera pública**. Anais do XVI Encontro Anual da Compós, Curitiba – PR, 2007.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas** – São Paulo, Paulus, 2008.

_____. Audioesfera política e visibilidade pública: os atores políticos no Jornal Nacional. In: GOMES, Itânia. **Televisão e realidade** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 298. Disponível em: < http://books.scielo.org/id/b3jpx/pdf/gomes-9788523208806-11.pdf >. Acesso em: 06 mar 2016.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamento da ciência dos jornais**; tradução Liriam Sponholz – Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

GUAZINA, Liziane. **Desvendar a caixa-preta do jornalismo político**. Observatório de Imprensa, ed. 404. Disponível em: < http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/desvendar-a-caixapreta-do-jornalismo-politico/ > Acesso em: 16 mar 2016.

_____; PAULINO, Fernando. **Comunicação e Política: a cobertura das eleições de 2014 em três emissoras públicas de rádio**. Anais do XXIV Encontro Anual da Compós, 2015, Brasília. Disponível em: < http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-b52f761c-abb2-44bb-be36-8e27cd16e447_2787.pdf >. Acesso em: 28 ago 2017.

GUERRA, Josenildo. **O nascimento do jornalismo moderno: Uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística**. 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP02_guerra.pdf > Acesso em: 10 Nov. 2016.

_____. **Análise da influência e de resultados da aplicação de diferentes técnicas cognitivas de produção jornalística monitorada na cobertura do tema "violência – geral e no universo infantojuvenil.** São Cristóvão – set. 2007.

HALL, Stuart. A Produção das Notícias: O 'mugging' dos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Veja, 1999, pp 224-248.

HARCUP, Tony e O'NEILL, Deirdre. What Is News? Galtung and Ruge revisited. **Revista Journalism Studies**, dezembro, 2001, pp. 261-280.

HJARVARD, Stig. **A Midiatização da Cultura e da Sociedade**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2013.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. São Paulo. Editora: Ática, 2005.

_____. **A Reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

LIMA, Venício A. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

MAIA, Rousiley. **Política deliberativa e tipologia de esfera pública**. Anais do XV Encontro Anual da Compós, 2006, Bauru – SP. Disponível em: < http://www.compos.org.br/data/biblioteca_442.pdf >. Acesso em: 28 ago 2017.

MAIA, Rousiley. Visibilidade midiática e deliberação pública. In: GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas** – São Paulo, Paulus, 2008.

_____. Atores de sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. **Revista Lua Nova**, São Paulo-SP, N. 76: pp. 87-118, 2009.

MANTOVANI, Denise. Eleições 2010: como os enquadramentos e as vozes organizaram os limites da controvérsia do aborto. **Revista Compolítica**, n. 3, vol. 1, ed. jan-jun, ano 2013, p. 71-93.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MIGUEL, Luís Felipe. Os Meios de Comunicação e a Prática Política. **Revista Lua Nova**, nº 55-56, 2002, pp. 155-184.

_____. Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003.

_____; BIROLI, Flávia. Gênero e política no jornalismo brasileiro. **Revista Famecos**, 2008. Disponível em: < http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index. php/revistafamecos/article/view/4412/3311>. Acesso em: 25 ago 2017.

_____; BIROLI, Flávia. Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 3, 2010, pp. 695 a 735.

MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marilyn. As Notícias como Procedimento Intencional: Acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Veja, 1999, pp. 34-51.

NEXO JORNAL. **Projeto Editorial.** [mensagem de correio eletrônico]. Mensagem recebida por < arthurs.a@hotmail.com > em 18 out. 2017.

PALACIOS, M. "Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória". In: MACHADO, E.; PALACIOS, M. (Orgs.). **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador: Calandra, 2003.

PINTO, Manuel. Fontes Jornalísticas: Contributos para o mapeamento do campo**. Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação**, vol. 14 (1-2), 2000, pp. 277-294.

SCHMITZ, Aldo. **Fontes de Notícias: Ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Ed. Combook, 2011.

SCHUDSON, Michael. The objectivity norm in american journalism. **Revista Journalism Article**. Vol. 2 (2), 2001, p. 149-170.

SCHUDSON, Michael. **News and Democratic Society: Past, Present, and Future. The Institute of Advanced Studies in Culture.** Disponível em: <http://www.iascculture.org/eNews/2009_10/Schudson_LO.pdf> Acesso em: 12 Nov. 2016.

_____. **Descobrindo a notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis. Vozes. 2010.

_____. As notícias como um gênero difuso: as transformações do jornalismo na contemporaneidade. **Revista Comunicação e Cultura**, nº 12, 2011, p. 139-150.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene ; SILVA, Marcos Paulo da ; FERNANDES, Mario Luiz. (orgs.) **Critérios de noticiabilidade. Problemas conceituais e aplicações**, Florianópolis : Insular, 2013, pp. 51-70.

SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo, Espaço Público e Esfera Pública, hoje. **Revista Comunicação e Espaço Público**. Ano IX, n. 1 e 2, 2006, pp. 36 – 47.

SODRÉ, Muniz. **A antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso.** Porto, 2011. Disponível em: < http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf> Acesso em: 05 jun. 2017.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista FAMECOS**. Nº 21. Porto Alegre, agosto, 2003

STEARNS, Josh. **Acts of Journalism: Defining press freedom in the Digital Age.** Freepress.net, 2013. Disponível em: <https://www.freepress.net/sites/default/files/resources/Acts_of_Journalism_October_2013.pdf> Acesso em: 23 nov. 2017.

THOMPSON, Jhon. A nova visibilidade. **Revista Matrizes**, N. 2 abril 2008, pp. 15 – 38. São Paulo – SP.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Volume II. Florianópolis: Insular, V. II, 3 ed. rev. 2013.

TUCHUMAN, Gaye. **Making News: A study in the construction of reality**. The free press. NY. 1978.

_____. Objectividade como Ritual Estratégico: Uma Análise das Noções de Objectividade dos Jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. 2ª ed. Vega, 1999.

TUZZO, Simone e BERNARDES, Priscilla. **A Política na primeira página**. XXXIX Congresso Intercom, 2016, São Paulo. Disponível em: < http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0075-1.pdf >. Acesso em: 25 ago 2017.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

ZELIZER, Barbie. Journalists as Interpretive Communities. **Critical Studies in Mass Communication**. 10ª ed. 1993. P. 219 – 237.

APÊNDICE A – *LINKS* PARA AS MATÉRIAS ANALISADAS

NEXO – 1 PERÍODO

Título	Data	Link
O que acontece quando o eleitor acha que está 'todo mundo na lama'	5 de março	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/05/O-que-acontece-quando-o-eleitor-acha-que-est%C3%A1-%E2%80%98todo-mundo-na-lama%E2%80%99
Por que o mundo vive sua pior crise de fome em 70 anos	13 de março	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/13/Por-que-o-mundo-vive-sua-pior-crise-de-fome-em-70-anos
As suspeitas sanitárias sobre a carne brasileira, analisadas por este professor da Unicamp	21 de março	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/21/As-suspeitas-sanit%C3%A1rias-sobre-a-carne-brasileira-analisadas-por-este-professor-da-Unicamp
Moro obriga blogueiro a revelar suas fontes. O que dizem juiz, defesa e um estudioso do tema	21 de março	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/21/Moro-obriga-blogueiro-a-revelar-suas-fontes.-O-que-dizem-juiz-defesa-e-um-estudioso-do-tema
Para que servem e como funcionam os Tribunais de Contas dos Estados	29 de março	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/29/Para-que-servem-e-como-funcionam-os-Tribunais-de-Contas-dos-Estados
Quais as investidas de Renan Calheiros contra Michel Temer	29 de março	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/29/Quais-as-investidas-de-Renan-Calheiros-contra-Michel-Temer
Como senadores tentam reduzir o impacto do projeto que acaba com o foro privilegiado	6 de abril	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/06/Como-senadores-tentam-reduzir-o-impacto-do-projeto-que-acaba-com-o-foro-privilegiado
O que há de errado com os tribunais de contas	6 de abril	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/06/O-que-h%C3%A1-de-errado-com-os-tribunais-de-contas
A MP da regularização fundiária andou no Congresso. A quem ela beneficia?	5 de maio	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/05/05/A-MP-da-regulariza%C3%A7%C3%A3o-fundi%C3%A1ria-andou-no-Congresso.-A-quem-ela-beneficia
O Supremo diante das prisões preventivas da Lava Jato	5 de maio	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/05/05/O-Supremo-diante-das-pris%C3%B5es-preventivas-da-Lava-Jato
Por que a figura de José Dirceu mobiliza tantos protestos	5 de maio	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/05/05/Por-que-a-figura-de-Jos%C3%A9-Dirceu-mobiliza-tantos-protestos

NEXO – 2 PERÍODO

Título	Data	Link
Quanto os acordos da Lava Jato já devolveram aos cofres públicos	18 de julho	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/18/Quanto-os-acordos-da-Lava-Jato-j%C3%A1-devolveram-aos-cofres-p%C3%BAblicos
Temer comemora criação de vagas de emprego: qual o retrato atual da economia	18 de julho	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/18/Temer-comemora-cria%C3%A7%C3%A3o-de-vagas-de-emprego-qual-o-retrato-atual-da-economia
Quem é o tucano autor do relatório que rejeita a denúncia contra Temer	18 de julho	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/18/Quem-%C3%A9-o-tucano-autor-do-relat%C3%B3rio-que-rejeita-a-den%C3%BAncia-contra-Temer
Qual é a diferença entre presidencialismo e parlamentarismo	18 de julho	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/18/Qual-%C3%A9-a-diferen%C3%A7a-entre-presidencialismo-e-parlamentarismo
É adequado um juiz de 1ª instância mexer em questões nacionais?	26 de julho	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/26/%C3%89-adequado-um-juiz-de-1%C2%AA-inst%C3%A2ncia-mexer-em-quest%C3%B5es-nacionais
A quem interessa o clima de radicalização política no Brasil	26 de julho	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/26/A-quem-interessa-o-clima-de-radicaliza%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-no-Brasil
O papel da arte na saúde pública, segundo um grupo parlamentar britânico	26 de julho	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/07/26/O-papel-da-arte-na-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica-segundo-um-grupo-parlamentar-brit%C3%A2nico
Como fica o PSDB após o racha na votação da denúncia contra Temer	3 de agosto	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/03/Como-fica-o-PSDB-ap%C3%B3s-o-racha-na-vota%C3%A7%C3%A3o-da-den%C3%BAncia-contra-Temer
Como os aliados de Temer fizeram a ‘estabilidade’ ofuscar a ‘corrupção’	3 de agosto	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/03/Como-os-aliados-de-Temer-fizeram-a-%E2%80%98estabilidade%E2%80%99-ofuscar-a-%E2%80%98corrup%C3%A7%C3%A3o%E2%80%99
Como fica a relação entre Temer e Maia após a rejeição da denúncia	3 de agosto	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/03/Como-fica-a-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-Temer-e-Maia-ap%C3%B3s-a-rejei%C3%A7%C3%A3o-da-den%C3%BAncia

Uerj adia início das aulas indefinidamente. Como a crise chegou a esse ponto	3 de agosto	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/03/Uerj-adia-in%C3%ADcio-das-aulas-indefinidamente.-Como-a-crise-chegou-a-esse-ponto
Por que a viagem do vice dos EUA à América Latina exclui o Brasil	11 de agosto	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/11/Por-que-a-viagem-do-vice-dos-EUA-%C3%A0-Am%C3%A9rica-Latina-exclui-o-Brasil
Como a esposa de Joesley pôs em dúvida a delação do lobista da JBS	11 de agosto	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/11/Como-a-esposa-de-Joesley-p%C3%B4s-em-d%C3%BAvida-a-dela%C3%A7%C3%A3o-do-lobista-da-JBS
A tentativa de limitar o mandato dos ministros do Supremo a 10 anos	11 de agosto	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/11/A-tentativa-de-limitar-o-mandato-dos-ministros-do-Supremo-a-10-anos
Por que o mensalão voltou a se aproximar de Lula	11 de agosto	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/11/Por-que-o-mensal%C3%A3o-voltou-a-se-aproximar-de-Lula
Quais os problemas de representação na democracia brasileira	19 de agosto	https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/08/19/Quais-os-problemas-de-representa%C3%A7%C3%A3o-na-democracia-brasileira

NEXO – 3 PERÍODO

Título	Data	Link
Quem é Alberto Goldman, o presidente ‘tampão’ do PSDB	13 de novembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/13/Quem-%C3%A9-Alberto-Goldman-o-presidente-%E2%80%98tamp%C3%A3o%E2%80%99-do-PSDB
Quem foi Moniz Bandeira, ícone do pensamento nacionalista	13 de novembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/13/Quem-foi-Moniz-Bandeira-%C3%ADcone-do-pensamento-nacionalista
O que se sabe sobre o lobby britânico pelo pré-sal brasileiro	21 de novembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/21/O-que-se-sabe-sobre-o-lobby-brit%C3%A2nico-pelo-pr%C3%A9-sal-brasileiro
Quem é o novo titular das Cidades. E quais os planos para a reforma ministerial	21 de novembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/21/Quem-%C3%A9-o-novo-titular-das-Cidades.-E-quais-os-planos-para-a-reforma-ministerial
Quando falar de um neonazista normaliza seu ódio? Estes dois especialistas opinam	29 de novembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/29/Quando-falar-de-um-neonazista-normaliza-seu-%C3%B3dio-Estes-dois-especialistas-opinam
3 movimentos de Meirelles para viabilizar sua candidatura ao Planalto	29 de novembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/29/3-movimentos-de-Meirelles-para-viabilizar-sua-candidatura-ao-Planalto

O que dizem os ‘pré-planos de governo’ já apresentados para 2018	29 de novembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/29/O-que-dizem-os-%E2%80%98pr%C3%A9-planos-de-governo%E2%80%99-j%C3%A1-apresentados-para-2018
Pior que tá não fica? O Congresso antes e depois de Tiririca	7 de dezembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/07/Pior-que-t%C3%A1-n%C3%A3o-fica-O-Congresso-antes-e-depois-de-Tiririca
Como a realidade virtual pode ser usada para despertar a empatia	15 de dezembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/15/Como-a-realidade-virtual-pode-ser-usada-para-despertar-a-empatia
A reforma da Previdência morreu? Estes 2 analistas respondem	15 de dezembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/15/A-reforma-da-Previd%C3%AAncia-morreu-Estes-2-analistas-respondem
Como a Volkswagen colaborou com a ditadura, segundo relatório da própria empresa	15 de dezembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/15/Como-a-Volkswagen-colaborou-com-a-ditadura-segundo-relat%C3%B3rio-da-pr%C3%B3pria-empresa
Por que Del Nero foi afastado da presidência da CBF pela Fifa	15 de dezembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/15/Por-que-Del-Nero-foi-afastado-da-presid%C3%AAncia-da-CBF-pela-Fifa
Ser o ‘candidato do governo’ é bom ou ruim em 2018?	23 de dezembro	https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/23/Ser-o-%E2%80%98candidato-do-governo%E2%80%99-%C3%A9-bom-ou-ruim-em-2018

FOLHA DE S. PAULO – 1 PERÍODO

Título	Data	Link
Janot pedirá investigação de ministros e aliados de Temer	5 de março	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1863710-janot-pedira-investigacao-de-ministros-e-aliados-de-temer.shtml
'Fui condenado por chamar uma corrupta de corrupta', diz ex-deputado	5 de março	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1863754-fui-condenado-por-chamar-uma-corrupta-de-corrupta-diz-ex-deputado.shtml
Em meio à crise, governo Temer aumenta investimento militar em 36%	13 de março	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1865893-em-meio-a-crise-governo-temer-aumenta-em-36-investimentos-militares.shtml
Janot prepara lista para investigar políticos; veja os próximos passos	13 de março	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1865986-o-que-pode-acontecer-com-a-divulgacao-da-lista-de-janot.shtml

Sempre existiu caixa dois, diz Emílio Odebrecht à Justiça	13 de março	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1866042-sempre-existiu-caixa-dois-diz-emilio-odebrecht-a-justica.shtml
Tribunal revoga decisão e mulher de Cabral vai permanecer na prisão	21 de março	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1868178-tribunal-revoga-decisao-e-mulher-de-cabral-vai-permanecer-na-prisao.shtml
Relator da Lava Jato no Supremo recebe a lista de Janot	21 de março	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1868411-relator-da-lava-jato-no-supremo-recebe-a-lista-de-janot.shtml
Gilmar Mendes acusa Procuradoria e Polícia Federal por vazamentos	21 de março	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1868452-gilmar-mendes-acusa-procuradoria-e-policia-federal-por-vazamentos.shtml
TSE começa a julgar chapa Dilma-Temer na próxima terça-feira	29 de março	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1870606-tse-comeca-a-julgar-chapa-dilma-temer-na-proxima-terca-feira.shtml
A aliados, Temer reclama de pressão e diz não ser nem popular nem populista	29 de março	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1870483-a-aliados-temer-reclama-de-pressao-e-diz-nao-ser-nem-popular-nem-populista.shtml
Interrompido por militante, Doria, exaltado, reage: ‘Golpista é quem rouba o povo’; veja vídeo	29 de março	http://painel.blogfolha.uol.com.br/2017/03/29/interrompido-por-militante-doria-reage-a-mencao-a-dilma-golpista-e-quem-rouba-o-povo/
Alckmin avalia que Temer pode ser candidato em 2018 e atrair PSDB	6 de abril	http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/04/1873272-alckmin-avalia-que-temer-pode-ser-candidato-em-2018-e-atrair-psdb.shtml
Ex-executivo da OAS negocia delação e cita setor de 'vantagens indevidas'	5 de maio	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1881209-ex-executivo-da-oas-negocia-delacao-e-cita-propina-para-partidos.shtml
Por disputa presidencial de 2018, Bolsonaro acelera negociações para trocar PSC por ‘Muda Brasil’ (COLUNA)	5 de maio	http://painel.blogfolha.uol.com.br/2017/05/05/por-disputa-presidencial-de-2018-bolsonaro-acelera-negociacoes-para-trocar-psc-por-muda-brasil/
Como Odebrecht, operador de Cabral usava apelidos em pagamentos	5 de maio	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1881324-como-odebrecht-operador-de-cabral-usava-apelidos-em-pagamentos.shtml
Banco do Brasil revoga licitação antecipada pela Folha	13 de maio	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1883640-banco-do-brasil-revoga-licitacao-antecipada-pela-folha.shtml
Mônica diz ter recebido caixa dois de cinco formas diferentes em 2010	13 de maio	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1883766-monica-diz-ter-recebido-caixa-dois-de-cinco-formas-diferentes-em-2010.shtml
Palocci é aconselhado a desistir de habeas corpus para fechar delação	13 de maio	http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/05/1883626-palocci-e-aconselhado-a-desistir-de-habeas-corpus-para-fechar-delacao.shtml

FOLHA DE S. PAULO – 2 PERÍODO

Título	Data	Link
Enquanto houver bambu, vai flecha, diz Janot, sobre fim do mandato	2 de julho	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1897701-so-prova-satanica-selaria-em-definitivo-ligacao-entre-temer-e-loures-diz-janot.shtml
Ala anti-Janot na Câmara é trunfo de Temer para barrar denúncia	2 de julho	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1897870-ala-anti-janot-na-camara-e-trunfo-de-temer-para-barrar-denuncia.shtml
Governo prevê parecer contra Temer e monta reação na Câmara	10 de julho	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1899842-governo-preve-parecer-contra-temer-e-monta-reacao-na-camara.shtml
Relator dá parecer favorável à denúncia contra Temer; acompanhe	10 de julho	https://web.archive.org/web/20170710223456/http://aovivo.folha.uol.com.br/2017/07/10/5220-aovivo.shtml
Planalto atua para conter dissidência no próprio PMDB	18 de julho	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1902045-planalto-atua-para-conter-dissidencia-no-proprio-pmdb.shtml
Para frear Maia, Temer convida deputados do PSB para o PMDB	18 de julho	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1902150-na-tentativa-de-frear-maia-temer-convida-deputados-do-psb-para-o-pmdb.shtml
Para PSB, Temer age como chefe de partido e tenta 'salvar a própria pele'	18 de julho	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1902183-para-psb-temer-age-como-chefe-de-partido-e-tenta-salvar-a-propria-pele.shtml
A aliados, Maia prevê quorum para votação e vitória de Temer no dia 2 de agosto (coluna)	26 de julho	http://painel.blogfolha.uol.com.br/2017/07/26/a-aliados-maia-preve-quorum-para-votacao-e-vitoria-de-temer-no-dia-2-de-agosto/
Janot defende manter Cunha preso e diz que ele pode 'influenciar asseclas'	26 de julho	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1904473-janot-defende-manter-cunha-preso-e-diz-que-ele-pode-influenciar-asseclas.shtml
Temer pede pacificação e diz que decisão é vitória do estado de direito	3 de agosto	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1906683-temer-pede-pacificacao-e-diz-que-decisao-e-vitoria-do-estado-de-direito.shtml
'Não merece resposta' acusação de que PSDB traiu Temer, diz Alckmin	3 de agosto	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1906812-nao-merece-resposta-acusacao-de-que-psdb-traiu-temer-diz-alckmin.shtml
Fachin nega incluir presidente Temer em inquérito do 'quadrilhão' do PMDB	11 de agosto	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1908901-fachin-nega-incluir-presidente-em-inquerito-do-quadrilhao-do-pmdb.shtml
Especialistas rejeitam fundo eleitoral e veem 'distritão' com desconfiança	11 de agosto	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1908948-especialistas-rejeitam-fundo-eleitoral-e-veem-distritao-com-desconfianca.shtml
Suspenso do PMDB por votar contra Temer, relator da CCJ pede desfiliação	11 de agosto	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909172-suspenso-do-pmdb-por-votar-contra-temer-relator-da-ccj-pede-desfiliacao.shtml

Para aliados, impasse no PSDB e críticas do centrão ao Planalto ameaçam a governabilidade de Temer (Coluna)	19 de agosto	http://painel.blogfolha.uol.com.br/2017/08/19/para-aliados-impasse-no-psdb-e-criticas-do-centrao-ao-planalto-ameacam-a-governabilidade-de-temer/
FHC incluiu termo polêmico em peça do PSDB	19 de agosto	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1911180-fhc-incluiu-termo-polemico-em-peca-do-psdb.shtml
'País não nasceu para ser a merda que é', diz Lula na Bahia	19 de agosto	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1911324-pais-nao-nasceu-para-ser-a-merda-que-e-diz-lula-na-bahia.shtml

FOLHA DE S. PAULO – 3 PERÍODO

Título	Data	Link
'Não tem sentido candidato com denúncia concorrer', diz ministro Fux	5 de novembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1932898-nao-tem-sentido-candidato-com-denuncia-concorrer-diz-ministro-fux.shtml
Para o PT, mesmo condenado pelo TRF, Lula disputará ao menos o primeiro turno de 2018 (COLUNA)	5 de novembro	http://painel.blogfolha.uol.com.br/2017/11/05/para-o-pt-mesmo-condenado-pelo-trf-lula-disputara-ao-menos-o-primeiro-turno-de-2018/
Advogado de Lula diz que Fux desafia "direito internacional" (COLUNA)	5 de novembro	https://web.archive.org/web/20171106001525/http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/11/1933008-advogado-de-lula-diz-que-fux-desafia-direito-internacional.shtml
Presidente do TRE-SP viaja em um terço dos dias de trabalho	13 de novembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1934917-presidente-do-tre-sp-viaja-em-um-terco-dos-dias-de-trabalho.shtml
Presidente Temer 'quase' renunciou em maio, diz aliado	13 de novembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1934919-presidente-temer-quase-renunciou-em-maio-diz-aliado.shtml
Ministro das Cidades pede demissão e é primeiro tucano a deixar o governo	13 de novembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1935065-tucano-bruno-araujo-pede-demissao-do-ministerio-das-cidades.shtml
Diretor da PF aponta dúvida sobre corrupção de Temer e critica PGR	21 de novembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1936752-diretor-da-pf-aponta-duvida-sobre-corrupcao-de-temer-e-critica-pressa-da-pgr.shtml
Tribunal nega embargos, e Dirceu pode voltar a ser preso	21 de novembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1936916-tribunal-nega-embargos-e-dirceu-pode-voltar-a-ser-preso.shtml
Tribunal restabelece prisão de Picciani e mais dois deputados do RJ	21 de novembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1936956-desembargador-do-rio-anula-decisao-da-alerj-e-determina-prisao-de-deputados.shtml

Meirelles tenta atrair Temer e Maia para sua candidatura a presidente	29 de novembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1939079-meirelles-tenta-atrair-temer-e-maia-para-sua-candidatura-a-presidente.shtml
'O PSDB não está mais na base do governo', afirma ministro Padilha	29 de novembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1939158-o-psdb-nao-esta-mais-na-base-do-governo-afirma-padilha.shtml
'Sou um soldado do Brasil', diz Eike em depoimento a CPI do BNDES	29 de novembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1939256-sou-um-soldado-do-brasil-diz-eike-em-depoimento-a-cpi-do-bndes.shtml
Fachin determina bloqueio de R$ 12,8 milhões da família de Geddel	7 de dezembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1941261-fachin-determina-bloqueio-de-r-128-milhoes-da-familia-de-geddel.shtml
Ministro do STF revoga prisão domiciliar de Andrea Neves	7 de dezembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1941365-ministro-do-stf-revoga-prisao-domiciliar-de-irma-de-aecio.shtml
Lava Jato devolve R$ 654 milhões de uma vez à Petrobras	7 de dezembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1941381-lava-jato-devolve-r-654-milhoes-de-uma-vez-a-petrobras.shtml
Após dar carta branca para PM matar, Bolsonaro recua e diz que é para 'não morrer'	15 de dezembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1943594-apos-dar-carta-branca-para-pm-matar-bolsonaro-recua-e-diz-que-e-para-nao-morrer.shtml
Lava Jato e Odebrecht fazem pressão sobre delator que não admite culpa	15 de dezembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1943364-lava-jato-e-odebrecht-fazem-pressao-sobre-delator-que-nao-admite-culpa.shtml
PF vê 'estranheza' em ligação de Ministério da Justiça a irmão de Geddel	15 de dezembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1943580-pf-ve-estranheza-em-ligacao-de-ministerio-da-justica-para-irmao-de-geddel.shtml
Contrariando Lava Jato, Temer dá indulto de Natal mais generoso	23 de dezembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1945634-contrariando-lava-jato-temer-da-indulto-de-natal-mais-generoso.shtml
Indulto mais generoso foi decisão política de Temer, diz ministro da Justiça	23 de dezembro	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/12/1945693-indulto-mais-generoso-foi-decisao-politica-de-temer-diz-ministro-da-justica.shtml

APÊNDICE B – TABELA DE MATÉRIAS E MENÇÕES (VERSÃO COMPLETA)

FOLHA DE S. PAULO			NEXO JORNAL		
ATOR	MEN	MAT	ATOR	MEN	MAT
Michel Temer (Presidente)	66 26,4%	26 47,3%	Michel Temer (Presidente)	38 21%	14 35,4%
Rodrigo Janot (Procurador-geral)	23 9,2%	9 16,3%	Lula (Ex-presidente)	10 5,5%	4 10%
Lula (Ex-presidente)	9 3,6%	4 7,3%	Dilma Rousseff (Ex-presidente)	5 2,7%	4 10%
Rodrigo Maia (Presidente Câmara)	9 3,6%	3 5,4%	Sérgio Moro (Juiz federal)	5 2,7%	3 7,5%
Dilma Rousseff (Ex-presidente)	8 3,2%	4 7,3%	Aécio Neves (Senador)	5 2,7%	3 7,5%
Sérgio Fachin (Ministros STF)	8 3,2%	4 7,3%	Rodrigo Maia (Presidente Câmara)	5 2,7%	2 5%
Geraldo Alckmin (Governador SP)	7 2,8%	2 3,6%	Alberto Goldman (Presidente PSDB)	5 2,7%	1 2,5%
Geddel Vieira Lima (Ex-min Sec Governo)	7 2,8%	2 3,6%	Paulo Abi-Ackel (Deputado federal)	4 2,2%	2 5%
Luiz Fux (Ministro STF)	6 2,4%	2 3,6%	Renan Calheiros (Senador)	4 2,2%	1 2,5%
Gilmar Mendes (Ministro STF)	5 2%	2 3,6%	Fernando H. Cardoso (Ex-presidente)	4 2,2%	1 2,5%
Sérgio Cabral (Ex-governador RJ)	5 2%	2 3,6%	Mike Pence (Vice-presidente EUA)	4 2,2%	1 2,5%
Jair Bolsonaro (Deputado federal)	5 2%	2 3,6%	Joesley Batista (Empresário)	4 2,2%	1 2,5%
Sérgio Zveiter (Deputado federal)	4 1,6%	3 5,4%	Moniz Bandeira (Cientista Político)	4 2,2%	1 2,5%
Eliseu Padilha (Min. Casa Civil)	4 1,6%	3 5,4%	Henrique Meirelles (Ministro da Fazenda)	4 2,2%	1 2,5%
João Doria Jr. (Prefeito SP)	4 1,6%	2 3,6%	Geraldo Alckmin (Governador SP)	3 1,6%	2 5%
Eduardo Cunha (Ex-presid. Câmara)	4 1,6%	1 1,8%	Jorge Picciani (Presidente Alerj)	3 1,6%	1 2,5%
José Dirceu (Ex-min. Casa Civil)	4 1,6%	1 1,8%	Alexandre Baldy (Ministro Cidades)	3 1,6%	1 2,5%
Aécio Neves (Senador)	3 1,2%	3 5,4%	Tony Hovater (Cidadão americano)	3 1,6%	1 2,5%
Marcelo Odebrecht (Empresário)	3 1,2%	2 3,6%	Jair Bolsonaro (Deputado federal)	3 1,6%	1 2,5%
Antônio Palocci (Ex-min. Casa Civil)	3 1,2%	2 3,6%	Tiririca (Dep. Federal)	3 1,6%	1 2,5%
Emílio Odebrecht (Empresário)	3 1,2%	1 1,8%	Marco Polo Del Nero (Ex-presidente CBF)	3 1,6%	1 2,5%
Fernando H. Cardoso (Ex-presidente)	3 1,2%	1 1,8%	Antônio Palocci (Ex-min. Casa Civil)	2 1,1%	2 5%
Fernando Segóvia (Diretor PF)	3 1,2%	1 1,8%	José Dirceu (Ex-min. Casa Civil)	2 1,1%	2 5%
Jorge Picciani (Pres. Alerj)	3 1,2%	1 1,8%	Stephen O'Brien (Diretor ONU)	2 1,1%	2 5%
Andrea Neves (Irmã de Aécio)	3 1,2%	1 1,8%	Tasso Jereissati (Senador)	2 1,1%	2 5%
Henrique Meirelles (Ministro Fazenda)	3 1,2%	1 1,8%	Eduardo Guimarães (Blogueiro)	2 1,1%	1 2,5%
Marcelo Bretas (Juiz federal)	2 0,8%	2 3,6%	Sérgio Fachin (Ministro do STF)	2 1,1%	1 2,5%

Moreira Franco (Min. Sec. Governo)	2 0,8%	2 3,6%	Carlos Klomfahs (Advogado)	2 1,1%	1 2,5%
Lúcio Vieira Lima (Deputado federal)	2 0,8%	2 3,6%	Sérgio Sá Leitão (Ministro Cultura)	2 1,1%	1 2,5%
Fernando Chiarelli (Ex-dep. federal)	2 0,8%	1 1,8%	Nicolás Maduro (Presidente Venezuela)	2 1,1%	1 2,5%
Sérgio Moro (Juiz federal)	2 0,8%	1 1,8%	Fábio Faria (Deputado federal)	2 1,1%	1 2,5%
Adriana Ancelmo (Ex-primeira-dama RJ)	2 0,8%	1 1,8%	Cláudio Couto (Cientista político)	2 1,1%	1 2,5%
Agenor Medeiros (Func. OAS)	2 0,8%	1 1,8%	Jean De Dieu (Guerrilheiro Hutu)	2 1,1%	1 2,5%
Luiz Carlos Bezerra (Operador financeiro)	2 0,8%	1 1,8%	Sargento Patient (Exército do Congo)	2 1,1%	1 2,5%
Mônica Moura (Empresária)	2 0,8%	1 1,8%	Luiz Fux (Ministro do STF)	1 0,5%	1 2,5%
Carlos Siqueira (Presidente PSB)	2 0,8%	1 1,8%	Gilberto Carvalho (Ex-min Sec. Governo)	1 0,5%	1 2,5%
Mário Devienne Ferraz (Presid. TRE SP)	2 0,8%	1 1,8%	Marcos Josegrei (Juiz federal)	1 0,5%	1 2,5%
Bruno Araújo (Ministro Cidades)	2 0,8%	1 1,8%	Maurício Moscardi (Delegado PF)	1 0,5%	1 2,5%
Eike Batista (Empresário)	2 0,8%	1 1,8%	Fernando Haddad (Ex-prefeito de SP)	1 0,5%	1 2,5%
Dárcy Vera (Ex-prefeita Ribeirão Preto)	1 0,4%	1 1,8%	Álvaro Dias (Senador)	1 0,5%	1 2,5%
Valdemar C. Neto (Ex-deputado federal)	1 0,4%	1 1,8%	Randolfe Rodrigues (Senador)	1 0,5%	1 2,5%
Flávio Bolsonaro (Dep. federal)	1 0,4%	1 1,8%	Marco Aurélio de Melo (Ministro do STF)	1 0,5%	1 2,5%
José Renato Silva (Presid. Muda Brasil)	1 0,4%	1 1,8%	Ricardo Lewandowski (Ministro do STF)	1 0,5%	1 2,5%
João Santana (Empresário)	1 0,4%	1 1,8%	Roberto Pozzobon (Procurador MP)	1 0,5%	1 2,5%
Raquel Dodge (Procuradora-geral)	1 0,4%	1 1,8%	Deltan Dallagnol (Procurador MP)	1 0,5%	1 2,5%
Tereza Cristina (Dep. federal)	1 0,4%	1 1,8%	Júlio Noronha (Procurador MP)	1 0,5%	1 2,5%
Tasso Jereissati (Senador)	1 0,4%	1 1,8%	Roberto Lima (Procurador MP)	1 0,5%	1 2,5%
Luiz Fernando Casagrande Pereira (Professor Direito)	1 0,4%	1 1,8%	João Goulart (Ex-presidente)	1 0,5%	1 2,5%
Cristiano Zanin (Adv. Lula)	1 0,4%	1 1,8%	Tancredo Neves (Ex-presidente)	1 0,5%	1 2,5%
Paulo Melo (Dep. estadual)	1 0,4%	1 1,8%	José Serra (Senador)	1 0,5%	1 2,5%
Edson Albertassi (Dep. estadual)	1 0,4%	1 1,8%	Eunício Oliveira (Presidente Senado)	1 0,5%	1 2,5%
Marluce Vieira Lima (Mãe de Geddel)	1 0,4%	1 1,8%	Renato Borelli (Juiz federal)	1 0,5%	1 2,5%
Frederico Pacheco (Primo de Aécio)	1 0,4%	1 1,8%	Karen Pence (Segunda-dama EUA)	1 0,5%	1 2,5%
Zezé Perrela (Senador)	1 0,4%	1 1,8%	Donald Trump (Presidente EUA)	1 0,5%	1 2,5%
Mendherson de Souza (Ex-assessor Perrela)	1 0,4%	1 1,8%	Patrícia Abravanel (Apresentadora)	1 0,5%	1 2,5%
Marco A. de Melo (Minsitro STF)	1 0,4%	1 1,8%	Robinson Farias (Governador RN)	1 0,5%	1 2,5%

Paulo Sérgio Boghossian (Func. Odebrecht)	1 0,4%	1 1,8%	Ricardo Saud (Ex-func. JBS)	1 0,5%	1 2,5%
Torquato Jardim (Ministro da Justiça)	1 0,4%	1 1,8%	Cármem Lúcia (Presidente STF)	1 0,5%	1 2,5%
			Joaquim Barbosa (Ex-ministro STF)	1 0,5%	1 2,5%
			Marcos Valério (Empresário)	1 0,5%	1 2,5%
			João Doria Jr. (Prefeito SP)	1 0,5%	1 2,5%
			Greg Hands (Min. Comércio Exterior Reino Unido)	1 0,5%	1 2,5%
			Bruno Araújo (Deputado federal)	1 0,5%	1 2,5%
			Karim Bem Khelifa Foto-jornalista	1 0,5%	1 2,5%
			Carlos Marun (Min. Sec.- Governo)	1 0,5%	1 2,5%
			Christopher Kopper (Historiador)	1 0,5%	1 2,5%
			José Maria Marin (Ex-presidente CBF)	1 0,5%	1 2,5%

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE C – DADOS FOLHA DE S. PAULO

Análise – Folha de S. Paulo – 55 matérias

Período I – 18 matérias

Título	Visibilidade			Relação com o fato
	Citação direta	Citação indireta	Menção	
TÍTULO: Janot pedirá investigação de ministros e aliados de Temer LEGENDA: O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, durante reunião no Supremo Tribunal Federal O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pedirá nos próximos dias ao STF (Supremo Tribunal Federal) a abertura de inquérito para investigar pelo menos dois ministros do governo de Michel Temer, além de senadores do PMDB e do PSDB, todos citados nas delações premiadas da Odebrecht. Janot vai requerer, ainda, o desmembramento para instâncias inferiores de casos envolvendo dezenas de políticos sem foro no Supremo, mas que foram mencionados nos depoimentos.			AGENTES - Janot 4 - Temer 2	AGENTES - Promotores Janot 4 - Implicado Temer 2
TÍTULO: 'Fui condenado por chamar uma corrupta de corrupta', diz ex-deputado LEGENDA: O ex-deputado Fernando Chiarelli (PTdoB), em 2012, quando se preparava para um debate eleitoral "Fui condenado e preso por chamar uma pessoa corrupta de corrupta". O ex-deputado federal Fernando Chiarelli é um homem que tem raiva. Muita raiva. No dia 2 de agosto do ano passado, momentos antes de ter sua candidatura a prefeito de Ribeirão Preto (SP) oficializada pelo PT do B, Chiarelli foi detido por três agentes da Polícia Federal. O motivo da prisão era e é incomum, ainda mais em tempos de Lava Jato. O ex-deputado havia sido condenado a um ano e oito meses de detenção pela Justiça Eleitoral (semiaberto) porque, quatro anos antes, chamara a então prefeita da	AGENTES - Fernando Chiarelli 2 Promotor		AGENTES - Fernando Chiarelli 2 - Dárcy Vera	AGENTES - Promotores Chiarelli 2 - Implicados Dárcy Vera

cidade, Dárcy Vera (PSD) de "desonesta", entre outros termos nada lisonjeiros ("ave de mau agouro", "criatura maldita" etc).				
TÍTULO: Em meio à crise, governo Temer aumenta investimento militar em 36% LEGENDA: Blindado Urutu, usado pelo Exército, que está em processo de substituição pelo modelo Guarani O governo Michel Temer (PMDB) retomou os investimentos militares, que haviam sofrido um duro corte durante o último ano de Dilma Rousseff (PT) no poder. Em 2016, foram pagos 36% a mais do que em 2015 no setor. Sob intensa pressão institucional desde que assumiu o governo na esteira do processo de impeachment de Dilma, o peemedebista usou a tradicional arma do Orçamento para manter boas relações com os militares.			AGENTES - Temer 2 - Dilma 2	AGENTES - Promotores Temer 2 - Implicados Dilma 2
TÍTULO: Janot prepara lista para investigar políticos; veja os próximos passos LEGENDA: O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em sessão no STF O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou apresentar na terça-feira (14) 83 pedidos de abertura de inquérito para investigar políticos citados em delação da Odebrecht. Mas quais serão os desdobramentos do pedido —já popularizado como "lista de Janot"— depois que ele chegar ao STF (Supremo Tribunal Federal)? Veja abaixo como deve ser a tramitação:			AGENTES - Janot 4	AGENTES - Promotora Janot 4
TÍTULO: Sempre existiu caixa dois, diz Emílio Odebrecht à Justiça LEGENDA: Depoimento de Emílio Odebrecht para Sergio Moro. Patriarca da empreiteira Odebrecht, o executivo Emílio Odebrecht, presidente do Conselho de Administração da empresa, afirmou à Justiça nesta segunda (13) que "sempre existiu" caixa dois na construtora, para doações de campanha não oficiais. "Sempre existiu. Desde a minha época, da época do meu pai e também de Marcelo [Odebrecht]", declarou em depoimento colocado sob sigilo pelo juiz Sergio Moro. Por uma falha da Justiça Federal, o vídeo foi divulgado no sistema eletrônico por alguns minutos e foi acessado pela Folha.	AGENTES - Emílio Odebrecht Promotor	AGENTES - Emílio Odebrecht Promotor	AGENTES - Emílio Odebrecht 3 - Marcelo Odebrecht - Moro 2	AGENTES - Promotor Emílio 3 - Implicado Moro 2
TÍTULO: Tribunal revoga decisão e mulher de Cabral vai permanecer na prisão			AGENTES	AGENTES

A segunda instância da Justiça Federal do Rio revogou, na tarde desta segunda-feira (20), a decisão que colocava a advogada Adriana Ancelmo, mulher do ex-governador do Rio Sérgio Cabral, em prisão domiciliar. Na sexta-feira passada (17), o juiz da 7ª Vara Federal Criminal, Marcelo Bretas, havia convertido a prisão de preventiva para domiciliar. Adriana nem chegou a deixar o Complexo Penitenciário de Bangu, onde está presa desde dezembro passado.			- Sérgio Cabral 2 - Adriana Ancelmo 2 - Marcelo Bretas	- Provocada Adriana - Implicado Cabral - Promotor Marcelo Bretas
TÍTULO: Relator da Lava Jato no Supremo recebe a lista de Janot LEGENDA: Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF O gabinete do ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), recebe na tarde desta terça (21) os 320 pedidos feitos pela PGR (Procuradoria-Geral da Republica) com base na delação de 77 executivos e ex-executivos da Odebrecht. Entre os documentos estão os 83 pedidos de abertura de inquérito para investigar fatos relacionados a políticos com foro no STF feitos na semana passada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.			AGENTES - Janot 2 - Fachin 2 Relator	AGENTES - Promotor Janot 2 - Provocado Fachin 2
TÍTULO: Gilmar Mendes acusa Procuradoria e Polícia Federal por vazamentos LEGENDA: O ministro Gilmar Mendes durante sessão do Tribunal Superior Eleitoral O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), criticou nesta terça-feira (21) a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal por terem supostamente vazado informações das operações Lava Jato e Carne Fraca. Segundo Mendes, a divulgação de dados sob sigilo é uma "forma de chantagem implícita ou explícita". "É uma desmoralização da autoridade pública", disse.	AGENTES - Gilmar Mendes Promotor	AGENTES - Gilmar Mendes Promotor	AGENTES - Gilmar Mendes 4	AGENTE - Promotor Gilmar Mendes 4
TÍTULO: TSE começa a julgar chapa Dilma-Temer na próxima terça-feira LEGENDA: A ex-presidente Dilma Roussef e o atual presidente, Michel Temer, durante a campanha de 2014 O ministro Gilmar Mendes, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), marcou para a próxima terça-feira (4) pela manhã o início do julgamento da ação que pode cassar a chapa Dilma Rousseff-Michel Temer.			AGENTES - Dilma 3 - Temer 3 - Gilmar Mendes	

O ministro marcou quatro sessões para o julgamento na próxima semana. Ele convocou duas sessões extraordinárias – terça-feira (4) pela manhã e quarta-feira (5) à noite –, além de reservar as duas sessões semanais da corte, terça-feira (4) à noite e quinta-feira (6) pela manhã, para o caso.				
TÍTULO: A aliados, Temer reclama de pressão e diz não ser nem popular nem populista LEGENDA: O presidente Michel Temer participa de evento em Brasília Em meio às expectativas de quebra de sigilo de delações premiadas e ao julgamento de cassação da chapa presidencial, o presidente Michel Temer fez um desabafo nesta terça-feira (28) em reunião com integrantes da base aliada. Em reunião no Palácio do Planalto, o peemedebista disse que tem sofrido pressão em decisões governamentais e reconheceu que não é um presidente nem popular nem populista. Segundo a última pesquisa Datafolha, divulgada em dezembro, apenas 10% consideram a gestão federal como ótima ou boa.		AGENTE - Temer Promotor	AGENTES - Temer 3	AGENTES - Promotor Temer 3
TÍTULO: Interrompido por militante, Doria, exaltado, reage: 'Golpista é quem rouba o povo'; veja vídeo (COLUNA) "Vai procurar a sua turma lá em Curitiba". Foi assim que o prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), respondeu a um rapaz que interrompeu seu discurso para exaltar a ex-presidente Dilma Rousseff durante cerimônia de entrega de casas populares na zona sul da capital, na manhã desta quarta (29). Doria dizia que estava entregando as chaves das casas novas às mulheres das famílias contempladas. "A força da mulher ninguém segura", afirmou. Em seguida, foi interrompido por um rapaz que gritou: "Força da Dilma para fazer as casas".	AGENTE - Dória 3 (Promotor) - Popular (Provocado)		AGENTES - Dória 3 - Dilma 2 - Popular	AGENTES Promotor - Dória 3 Provocado - Popular Implicada - Dilma 2
TÍTULO: Alckmin avalia que Temer pode ser candidato em 2018 e atrair PSDB LEGENDA: O presidente Michel Temer e o governador Geraldo Alckmin Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e seu grupo mais próximo desenharam há alguns dias vários cenários para a eleição de 2018. Num deles, o presidente Michel			AGENTES - Alckmin 4 - Temer 4 - Aécio Neves	AGENTES - Promotor Alckmin 4 - Implicado Temer 4 Aécio Neves

Temer seria candidato à reeleição, criando ainda mais dificuldades para o governador impor sua candidatura em seu próprio partido, o PSDB. VOU DE VICE Temer, apesar de todo o desgaste do governo, que tem hoje aprovação muito baixa, poderia atrair para a sua candidatura o PSDB, inviabilizando Alckmin. O partido é hoje controlado por Aécio Neves, que, atingido por denúncias da Operação Lava Jato, optaria por negociar com o presidente a indicação de um vice em sua chapa.				
TÍTULO: Ex-executivo da OAS negocia delação e cita setor de 'vantagens indevidas' LEGENDA: Agenor Franklin Medeiros, que trabalhou na OAS e é réu na Lava Jato Em depoimento ao juiz Sergio Moro, nesta quinta-feira (4), o ex-executivo da OAS Agenor Franklin Medeiros, que é réu em uma ação penal contra o ex-presidente Lula, descreveu pagamentos de propina da empreiteira a três partidos políticos e a existência de uma área de "vantagens indevidas" no grupo. Antes de começar o depoimento, a defesa de Lula questionou a respeito da negociação de um acordo de delação premiada entre executivos da OAS e o Ministério Público Federal. Os procuradores confirmaram a negociação, mas disseram que o compromisso ainda não foi firmado.			AGENTE - Agenor Medeiros 2 - Lula 2	AGENTES - Promotores Agenor 2 - Implicados Lula 2
TÍTULO: Por disputa presidencial de 2018, Bolsonaro acelera negociações para trocar PSC por ‘Muda Brasil’ (COLUNA) **Porteira fechada** O deputado Jair Bolsonaro (RJ) acelerou as negociações para trocar seu partido atual, o PSC, pelo “Muda Brasil”, legenda que ainda está em processo de criação e é patrocinada pelo ex-deputado Valdemar Costa Neto, condenado no mensalão. Bolsonaro, que aparece em cenários do Datafolha na segunda colocação para a disputa presidencial de 2018, não migrará sozinho. Ele planeja levar os três filhos para a nova sigla. Lançará dois à Câmara e um, Flávio Bolsonaro, ao Senado. **Testa de ferro** José Renato da Silva, presidente do “Muda Brasil”, é quem está formalmente à frente da criação da legenda. Ele disse que, na próxima semana, entrega ao TSE as 486 mil assinaturas exigidas para que a sigla consiga logo o registro.		AGENTES - José Renato da Silva Implicado		

TÍTULO: Como Odebrecht, operador de Cabral usava apelidos em pagamentos LEGENDA: Sérgio Cabral, durante evento em seu mandato como governador do Rio Um mistério sobre o extenso esquema de corrupção na gestão Sérgio Cabral (PMDB) ainda ronda a cabeça dos investigadores da Operação Lava Jato do Rio: quem é "Cabeça de Maracanã"? Quem são os "Bad boys"? Os codinomes constam das dezenas de bilhetes e e-mails usados por Luiz Carlos Bezerra, apontado como operador financeiro do grupo, para controlar a coleta e entrega de dinheiro. Tal como a Odebrecht, ele identificava o destino de repasse de valores com apelidos. O juiz Marcelo Bretas passou cerca de 50 minutos do interrogatório do acusado o questionando sobre cada um dos apelidos. Bezerra respondeu sobre aqueles que disse lembrar.			AGENTE - Cabral 3 - Luiz Carlos Bezerra 2 - Marcelo Bretas	AGENTES - Provocado Luiz Carlos Bezerra 2 - Implicado Cabral 3 - Promotor Marcelo Bretas
TÍTULO: Banco do Brasil revoga licitação antecipada pela Folha LEGENDA: Fachada de agência Banco do Brasil, na avenida Paulista, em São Paulo O Banco do Brasil decidiu revogar em definitivo, nesta sexta (12), a licitação para a conta de publicidade da estatal, cujo resultado vazou e foi publicado antecipadamente, de maneira cifrada, pela Folha. Em comunicado, o banco afirma que investigações internas indicaram "conflito de interesse" por um dos integrantes que deu notas às agências que participaram da concorrência. Segundo comunicado emitido pela instituição financeira, "a decisão ocorreu após apurações internas de denúncias veiculadas na imprensa". "Não foi possível comprovar que tenha havido vazamento ou favorecimento", diz a nota, para em seguida afirmar que, "porém, as investigações identificaram evidências de conflito de interesse que não foi declarado previamente à comissão por um dos integrantes indicados por órgão externo para compor a subcomissão técnica".	Banco do Brasil 3 Promotora			
TÍTULO: Mônica diz ter recebido caixa dois de cinco formas diferentes em 2010 Mônica Moura, mulher do marqueteiro João Santana, relatou em sua delação cinco maneiras diferentes pelas quais recebeu pagamentos de caixa dois em 2010, na primeira campanha presidencial de Dilma Rousseff (PT).		Mônica Moura 1 Promotora	AGENTES - Mônica Moura 2 - João Santana - Dilma - Antônio Palocci	AGENTES - Promotor Mônica 2 - Implicados João

Segundo ela, a negociação do orçamento foi semelhante a das campanhas de 2006 e 2008 do PT. As conversas ocorreram entre ela e o ex-ministro Antonio Palocci, que sempre avisava sobre a necessidade de uma parte ser paga por caixa dois.				- Provocados Dilma Palocci
TÍTULO: Palocci é aconselhado a desistir de habeas corpus para fechar delação (COLUNA) O ex-ministro Antonio Palocci recebeu conselhos e recados de que, para efetivar acordo de delação premiada, seria melhor desacelerar em relação ao habeas corpus em que pede ao STF (Supremo Tribunal Federal) para ser libertado. DATA VENIA O habeas corpus divide o Supremo. Sua eventual concessão é tida como mais uma possibilidade de derrota da força-tarefa da Lava Jato no tribunal.			AGENTES - Palocci 2	AGENTES - Provocado Palocci 2

Período II – 17 matérias

Título	Visibilidade			Relação com o fato
	Citação direta	Citação indireta	Menção	
TÍTULO: Enquanto houver bambu, vai flecha, diz Janot, sobre fim do mandato LEGENDA: O procurador geral da República, Rodrigo Janot, participa do congresso da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) "Enquanto houver bambu, lá vai flecha. Até o 17 de setembro, a caneta está na minha mão." Assim Rodrigo Janot encerrou sua participação em debate no 12º Congresso da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo): garantindo que vai "continuar no ritmo" atual e aproveitar ao máximo os dois meses e meio que lhe restam no comando da Procuradoria-Geral da República. Janot decidiu não tentar um terceiro mandato. Será substituído pela opositora Raquel Dodge.	Janot Promotor	Janot Promotor	AGENTES - Janot 4 - Dodge	AGENTES - Implicada Dodge - Promotor Janot

TÍTULO: Ala anti-Janot na Câmara é trunfo de Temer para barrar denúncia LEGENDA: O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em palestra no congresso da Abraji O placar que o governo espera obter na Câmara para barrar a denúncia criminal contra Michel Temer inclui um grupo expressivo de deputados que pretende usar a votação para impor uma derrota ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Essa ala é formada por alvos da Lava Jato e deputados críticos às investigações, além de parlamentares que dizem ver um alinhamento excessivo do chefe do Ministério Público com teses da esquerda.			AGENTES - Janot 3 - Temer 2	AGENTES - Implicados Temer 2 Janot 3
TÍTULO: Governo prevê parecer contra Temer e monta reação na Câmara LEGENDA: O presidente Michel Temer Prevendo um parecer contrário ao presidente, o governo Michel Temer decidiu intensificar as articulações para tentar derrotar na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) a denúncia apresentada contra ele por corrupção passiva. Em reunião de quase cinco horas no Palácio da Alvorada na noite deste domingo (9), líderes da base governista avaliaram que o deputado Sérgio Zveiter (PMDB-RJ), relator do processo comissão, tende a apresentar nesta segunda (10) um parecer duro contra Temer.			AGENTES - Temer 4 - Sérgio Zveiter	AGENTES - Promotor Temer 4 - Provocado Zveiter
TÍTULO: Relator dá parecer favorável à denúncia contra Temer; acompanhe (COLUNA) O deputado Sérgio Zveiter (PMDB-RJ), relator da denúncia contra o presidente Michel Temer na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) na Câmara, deu nesta segunda (10) parecer favorável ao prosseguimento do caso. Frustrando a base governista, o relator entendeu haver elementos para a chamada "admissibilidade" da acusação da PGR (Procuradoria-Geral da República), segundo a qual o presidente cometeu crime de corrupção passiva. Segundo a denúncia, o peemedebista foi o destinatário final de uma mala contendo propina de R$ 500 mil e de uma promessa de outros R$ 38 milhões em vantagem indevida, ambas da empresa JBS.			AGENTES - Temer 2 - Zveiter	AGENTES - Promotor Zveiter - Provocado Temer 2
TÍTULO: Planalto atua para conter dissidência no próprio PMDB			AGENTES	AGENTES

LEGENDA: O presidente Michel Temer durante cerimônia no palácio do Planalto, em Brasília O Planalto atua para evitar dissidência expressiva na base governista, inclusive no próprio PMDB, na votação da denúncia contra o presidente Michel Temer. O comando do partido calcula que ao menos oito deputados do partido de Temer podem ficar contra o presidente quando a denúncia for a voto no plenário da Câmara, o que representa mais de 10% dos 63 deputados da bancada.			- Temer 3	- Promotores Temer 3
TÍTULO: Para frear Maia, Temer convida deputados do PSB para o PMDB LEGENDA: O presidente Michel Temer Em menos de 24 horas, o presidente Michel Temer conseguiu se indispor com dois partidos que, ao menos parcialmente, apoiam seu governo. Nesta terça-feira (18), primeiro dia do recesso parlamentar, ele abriu uma crise com DEM e PSB, mal-estar que tentou resolver até a noite, em um jantar na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A confusão começou com uma visita de Temer à líder do PSB na Câmara, Tereza Cristina (MS), para convidar os governistas da legenda a ingressar no PMDB. Foi uma tentativa de conter o avanço de Maia —seu sucessor caso seja afastado do cargo por conta da denúncia de corrupção passiva— sobre os parlamentares insatisfeitos com o comando do PSB. Maia quer conquistar estes deputados para engordar a bancada seu partido, o DEM.			AGENTES - Maia 3 - Temer 4 - Tereza Cristina	AGENTES - Promotor Temer 4 - Provocado Maia 3 - Implicada Tereza Cristina
TÍTULO: Para PSB, Temer age como chefe de partido e tenta 'salvar a própria pele' LEGENDA: Carlos Siqueira, presidente do PSB O presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, reagiu nesta terça-feira (18) ao convite feito pelo presidente Michel Temer para que dissidentes do partido ingressem no PMDB. Segundo ele, o episódio demonstra que, diante de uma crise política, o peemedebista está mais preocupado em "salvar a própria pele" do que com os problemas do país.		Carlos Siqueira 2 Promotor	AGENTES - Carlos Siqueira 2 - Temer 2	AGENTES - Promotor Carlos Siqueira 2 - Provocado Temer 2

TÍTULO: A aliados, Maia prevê quorum para votação e vitória de Temer no dia 2 de agosto (COLUNA) **Pode vir quente** Principal beneficiário da eventual queda de Michel Temer, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse a aliados que, mantidas as condições atuais, haverá quorum para votar a denúncia contra o peemedebista já no dia 2 de agosto. Maia prevê a vitória de Temer — e com relativa folga. Do lado da oposição também há o reconhecimento de que o peemedebista venceu o primeiro round da batalha. As apostas agora estão centradas na segunda denúncia a ser feita por Rodrigo Janot.			AGENTES - Maia 3 - Temer 3 - Janot	AGENTES - Promotor Maia 3 - Provocado Temer 3 - Implicado Janot
TÍTULO: Janot defende manter Cunha preso e diz que ele pode 'influenciar asseclas' LEGENDA: O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, manifestou-se nesta terça (25) pela manutenção da prisão do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) em um recurso no STF (Supremo Tribunal Federal). Para Janot, o ex-presidente da Câmara tem "personalidade voltada ao crime" e, caso seja solto, pode voltar a delinquir, fugir do país e influenciar seus "asseclas" que continuam como parlamentares. Cunha está preso desde outubro do ano passado.		Janot 2 Promotor	AGENTES - Janot 3 - Cunha 4	AGENTES - Promotor Janot 3 - Provocado Cunha 4
TÍTULO: Temer pede pacificação e diz que decisão é vitória do estado de direito LEGENDA: Presidente Temer durante pronunciamento após a plenário da Câmara barrar denúncia de corrupção O presidente Michel Temer fez na noite desta quarta-feira (2) um apelo pela conciliação nacional e disse que a decisão de barrar denúncia contra ele por corrupção passiva é "uma conquista do estado de direito". Em pronunciamento, o peemedebista afirmou que o plenário se manifestou de forma "clara", "eloquente" e "incontestável" e disse que os princípios do direito "venceram com votos acima da maioria absoluta". A base do governo barrou denúncia contra o presidente com um placar de 263 contra 227. O placar foi um pouco superior ao que era esperado pelo Palácio do Planalto, que era de 250.		Temer 3 Promotor	AGENTES - Temer 3	AGENTES - Promotor Temer 3

TÍTULO: 'Não merece resposta' acusação de que PSDB traiu Temer, diz Alckmin LEGENDA: Geraldo Alckmin, participa de cerimônia com o prefeito de São Paulo, João Doria, e o presidente Temer O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou nesta quinta-feira (3) que "não merece nem resposta" a avaliação de que o PSDB traiu o presidente Michel Temer na votação de denúncia na véspera. Segundo maior partido da base do governo, o PSDB foi a legenda aliada que deu, proporcionalmente, mais votos contrários ao presidente na quarta-feira (2). Dos 47 deputados tucanos, 21 votaram pelo prosseguimento da denúncia por corrupção passiva contra Temer.		Alckmin 2 Promotor	AGENTES - Alckmin 3 - Temer 3 - Dória	AGENTES - Promotor Alckmin 3 - Implicado Temer 3 Dória
TÍTULO: Fachin nega incluir presidente Temer em inquérito do 'quadrilhão' do PMDB LEGENDA: Ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, e o procurador-geral Rodrigo Janot O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), negou nesta quinta (10) a inclusão do presidente Michel Temer no inquérito que apura se deputados do PMDB formaram uma organização criminosa que atuou na Petrobras e na Caixa. A decisão também vale para os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência). O ministro atendeu a uma solicitação da defesa do presidente e negou pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República).			AGENTES - Fachin 3 - Temer 2 - Janot - Eliseu Padilha - Moreira Franco	AGENTES - Promotor Fachin 3 - Provocados Temer 2 Eliseu Padilha Moreira Franco - Implicado Janot
TÍTULO: Especialistas rejeitam fundo eleitoral e veem 'distritão' com desconfiança LEGENDA: O Congresso Nacional, em Brasília; novas regras eleitorais podem ser aprovadas já para 2018 Especialistas em direito eleitoral e cientistas políticos rejeitam a proposta de criação do fundo público de R$ 3,6 bilhões para financiar campanhas no Brasil, aprovado nesta semana na comissão da Câmara dos Deputados que analisa a reforma política.				

Ao mesmo tempo, a instituição do "distritão" nas eleições de 2018 e 2020 também é vista com desconfiança. O sistema substituiria o atual modelo eleitoral, em que os votos no partido podem eleger candidatos que não foram os mais bem votados.				
TÍTULO: Suspenso do PMDB por votar contra Temer, relator da CCJ pede desfiliação LEGENDA: O deputado Sérgio Zveiter (PMDB-RJ), autor de parecer favorável à denúncia contra Temer na CCJ Relator do parecer que pedia a admissibilidade da denúncia contra o presidente Michel Temer na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, o deputado Sérgio Zveiter (PMDB-RJ) apresentou nesta sexta (11) pedido de desfiliação do partido. Correligionário de Temer, ele e mais cinco parlamentares foram suspensos das atividades partidárias por 60 dias pela cúpula partidária nesta quinta (10), por votar a favor da peça do Ministério Público Federal, que acusa o presidente de corrupção passiva.			AGENTES - Temer 4 - Zveiter 2	AGENTES - Promotor Zveiter 2 - Implicado Temer 4
TÍTULO: Para aliados, impasse no PSDB e críticas do centrão ao Planalto ameaçam a governabilidade de Temer (coluna) **Quebra-cabeças** A junção dos cacos da cena política forma um retrato que inspira cuidados ao presidente Michel Temer. Se a ala que apoia o governo derrubar Tasso Jereissati da presidência do PSDB e preservar seus quatro ministros, o tucano cairá atirando — e o centrão continuará com fome de cargos. Se Temer, por sua vez, decidir sacar o partido da Esplanada, poderá contemplar os parceiros que lhe restam, mas ficará cada vez mais refém de siglas que têm o fisiologismo como gene dominante de seu DNA. **Pés de barro** Para dirigentes de grandes partidos, o cenário é movediço e aponta para uma dificuldade crescente da manutenção da governabilidade no Congresso — e isso em meio à expectativa de uma segunda denúncia de Rodrigo Janot.			AGENTES - Temer 3 - Tasso Jereissati - Janot	AGENTES - Provocado Temer 3 - Implicado Tasso Janot
Título: FHC incluiu termo polêmico em peça do PSDB LEGENDA: FHC disse que, no sistema de governo brasileiro, a relação é mediada por interesses pessoais	FHC Promotor		AGENTES - FHC 3	AGENTES - Promotor FHC 3

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso é o autor da inclusão do termo "presidencialismo de cooptação" usado no programa do PSDB que causou o mais novo capítulo do racha no partido. Indagado pela Folha, o tucano disse que viu o roteiro antes da gravação e fez "uma correção". "Como havia uma crítica ao presidencialismo de coalizão, eu corrigi, dizendo que a crítica deveria ser ao 'presidencialismo de cooptação'", afirmou.				
TÍTULO: 'País não nasceu para ser a merda que é', diz Lula na Bahia O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) descreveu, na manhã deste sábado (19), na Bahia, um cenário nebuloso para o país. "Este país tem jeito. Não nasceu para ser a merda que ele é. Este país é grande demais", declarou o ex-presidente, que pretende retornar ao cargo na eleição de 2018, em discurso a um grupo de simpatizantes na cidade de Feira de Santana (BA). O petista participa de uma caravana pelos Estados do Nordeste que deve durar 20 dias, como preparação de sua campanha no ano que vem —isso se não tiver sido impedido pela Justiça de concorrer.	Lula 2 Promotor		AGENTES - Lula 2	AGENTES - Promotor Lula 2

Período III – 20 matérias

Título	Visibilidade			Relação com o fato
	Citação direta	Citação indireta	Menção	
TÍTULO: 'Não tem sentido candidato com denúncia concorrer', diz ministro Fux LEGENDA: O ministro Luiz Fux, que presidirá o Tribunal Superior Eleitoral de fevereiro a agosto de 2018 O ministro Luiz Fux diz que a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de dar a última palavra ao Congresso em medidas cautelares contra parlamentares, como no caso do afastamento do senador Aécio Neves do mandato, já está tendo efeito "deletério" no país. Para ele, a questão ainda voltará a ser debatida na corte, já que é "sensível" e a votação foi "muito dividida".	Fux Promotor	Fux 2 Promotor	AGENTES - Fux 3 - Aécio Neves	AGENTES - Promotor Fux 3 - Implicado Aécio Neves

Segundo ele, "há uma sombra, uma nuvem" de informações que indicam que o Supremo revisará a decisão de permitir a prisão de um condenado que já foi julgado em segunda instância, o que também alimentaria o descrédito do Judiciário.				
TÍTULO: Para o PT, mesmo condenado pelo TRF, Lula disputará ao menos o primeiro turno de 2018 (COLUNA) **Até o osso** O PT está convencido de que, mesmo condenado em segunda instância, o ex-presidente Lula disputará ao menos a metade do primeiro turno da eleição de 2018. O partido vai empunhar tese segundo a qual nem um veredito desfavorável seria impeditivo para o registro da candidatura. Se o Ministério Público quiser tirá-lo do páreo, dizem aliados, terá que fazer uma caçada pública. O foco do petista é permanecer na dianteira das pesquisas para dramatizar ainda mais o movimento. **DNA** O caminho do enfrentamento político a uma decisão judicial ganhou força e se tornou unânime após parecer do professor Luiz Fernando Casagrande Pereira, entregue ao partido em outubro. O estudo foi publicado na coluna Mônica Bergamo, da Folha.			AGENTES - Lula 2 - Luiz Fernando Casagrande Pereira - Mônica Bergamo	AGENTES - Promotor PT 2 - Provocado Lula - Autorizada Luiz Fernando Casagrande Pereira - Difusor Mônica Bergamo
TÍTULO: Advogado de Lula diz que Fux desafia "direito internacional" (coluna) O advogado de Lula, Cristiano Zanin, afirma que o ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), está fazendo "prejulgamento" do ex-presidente e desafiando "o ordenamento jurídico internacional" ao afirmar não fazer "muito sentido" que um candidato denunciado à Justiça, como é o caso do petista, concorra ao cargo de presidente da República. Em entrevista à Folha, Fux disse que falava "abstratamente" sobre a situação de Lula e afirmou: "Quando o presidente [da República] tem contra si uma denúncia recebida, ele tem que ser afastado do cargo. Ora, se o presidente é afastado, não tem muito sentido que um candidato que já tem uma denúncia recebida concorra ao cargo".	Fux (provocado)	Cristiano Zanin (promotor) Fux (provocado)	AGENTES - Lula 3 - Fux 3 - Cristiano Zanin	AGENTES - Promotor Zanin - Provocado Fux 3 - Implicado Lula 3
TÍTULO: Presidente do TRE-SP viaja em um terço dos dias de trabalho LEGENDA: O presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de São Paulo, desembargador Mário Devienne Ferraz			AGENTES - Mário Devienne Ferraz 2	AGENTES - Provocado Mário Devienne Ferraz 2

O presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de São Paulo, desembargador Mário Devienne Ferraz, passou quase um terço dos dias úteis do Judiciário deste ano em viagens oficiais, que são custeadas por diárias emitidas pela corte. De janeiro até a primeira semana de novembro, foram 63 dias úteis (mais de 30%) em que ele esteve fora da capital, aponta levantamento feito pela Folha com informações do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do "Diário Oficial".				
TÍTULO: Presidente Temer 'quase' renunciou em maio, diz aliado "Não renunciarei! Repito: não renunciarei! Sei o que fiz e sei da correção dos meu atos." A fala contundente do presidente Michel Temer na tarde do dia 18 de maio escondia o fato de que o término antecipado de seu governo tinha sido seriamente discutido nas tensas horas que se seguiram à revelação de que ele havia sido gravado de forma comprometedora no porão do Palácio do Jaburu. Auxiliares confirmaram reservadamente à época que uma carta de renúncia chegou a ser redigida, mas o texto acabou nunca vindo a público. Oficialmente, ela nunca existiu. Áudio de uma sessão sigilosa da CPI da JBS obtido pela Folha revela, no entanto, um dos principais aliados de Temer afirmando ter testemunhado, dentro do gabinete presidencial, a quase renúncia.	Temer Provocado		AGENTES - Temer 2	AGENTES - Provocado Temer 2
TÍTULO: Ministro das Cidades pede demissão e é primeiro tucano a deixar o governo LEGENDA: O presidente Michel Temer e o ministro das Cidades, Bruno Araújo, que entregou carta de demissão O ministro das Cidades, o tucano Bruno Araújo, pediu demissão na tarde desta segunda-feira (13), dando início ao desembarque tucano do governo e antecipando a reforma ministerial. Ele enviou ao presidente Michel Temer sua carta de exoneração antes de cerimônia no Palácio do Planalto. Na carta, ele agradeceu a confiança de Temer e disse que não há mais na sigla apoio para que o ministro continue no cargo.		Araújo Promotor	AGENTES - Temer 3 - Bruno Araújo 2	AGENTES - Promotor Bruno Araújo 2 - Provocado Temer 3
TÍTULO: Diretor da PF aponta dúvida sobre corrupção de Temer e critica PGR		Segovia	AGENTES - Temer 2	AGENTES - Promotor

O novo diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segóvia, apontou dúvida sobre a conclusão de que houve corrupção por parte de Michel Temer no caso da JBS. Em entrevista coletiva nesta segunda-feira (20), Segóvia criticou o pouco tempo dedicado pela PGR (Procuradoria-Geral da República) à investigação do caso. Para Segóvia, há hoje um "ponto de interrogação no imaginário" da população sobre o papel do presidente no crime de corrupção atribuído pela PGR.		Promotor	- Fernando Segóvia 3	Segovia 3 - Provocado Temer 2
TÍTULO: Tribunal nega embargos, e Dirceu pode voltar a ser preso LEGENDA: O ex-ministro José Dirceu chega em sua casa, em Brasília, após ser solto, em maio O Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou, nesta terça-feira (21), embargos de declaração encaminhados pelo ex-ministro José Dirceu. Dirceu já teve a condenação na Operação Lava Jato confirmada na segunda instância e tenta reverter a sentença ainda na esfera do tribunal.			AGENTES - Dirceu 4	AGENTES - Provocado Dirceu 4
TÍTULO: Tribunal restabelece prisão de Picciani e mais dois deputados do RJ LEGENDA: Presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB) O Tribunal Regional Federal do Rio decidiu nesta terça-feira (21) o restabelecimento da prisão do presidente da Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), Jorge Picciani, e os deputados Paulo Melo e Edson Albertassi, todos do PMDB. Os juízes federais da 1ª Seção Especializada do TRF, por unanimidade, consideraram ilegais os atos da Alerj na sessão que revogou a prisão dos parlamentares, bem como restabeleceu os mandatos dos três. Cinco magistrados participaram da votação. Os três já se entregaram à Polícia Federal logo após a decisão do colegiado.			AGENTES - Picciani 3 - Paulo Melo - Edson Albertassi	AGENTES - Provocado Picciani 3 Paulo Melo Edson Albertassi
TÍTULO: Meirelles tenta atrair Temer e Maia para sua candidatura a presidente O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, fez um cálculo político estratégico nas últimas semanas e decidiu investir de forma mais incisiva em busca do apoio de Michel Temer e Rodrigo Maia à sua candidatura em 2018.			AGENTES - Meirelles 3 - Temer 3 - Maia 3	AGENTES - Promotor Meirelles 3 - Provocados Temer 3 Maia 3

Espremido pela disputa entre o PMDB do presidente da República e o DEM do chefe da Câmara —que procuram um nome para as eleições do próximo ano—, Meirelles avalia que precisa se consolidar como a opção de centro-direita aclamada por Maia, ao mesmo tempo em que faz a defesa do legado de Temer.				
TÍTULO: 'O PSDB não está mais na base do governo', afirma ministro Padilha LEGENDA: O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha (à esq.), ao lado do presidente Michel Temer O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou nesta quarta-feira (29) que o PSDB não faz mais parte da base de apoio do governo Michel Temer. Em evento no Palácio do Planalto, o peemedebista lembrou que o comando nacional do partido já anunciou sua disposição em desembarcar do campo governista.	Padilha Promotor		AGENTES - Padilha 2 - Temer 2	AGENTES - Promotor Padilha 2 - Implicado Temer 2
TÍTULO: 'Sou um soldado do Brasil', diz Eike em depoimento a CPI do BNDES Em sessão esvaziada, o empresário Eike Batista depôs à CPI do BNDES nesta quarta-feira (29), no Senado Federal, e afirmou ser um "soldado do Brasil". O dono do grupo EBX, que foi preso em janeiro e solto em abril deste ano, defendeu os empréstimos tomados junto ao BNDES por suas empresas e comparou a Lava Jato a uma revolução, mas disse sobre sua prisão que "revoluções às vezes cometem erros".	Eike Promotor	Eike 2 Promotor	AGENTES - Eike 2	AGENTES - promotor Eike 2
TÍTULO: Fachin determina bloqueio de R$ 12,8 milhões da família de Geddel LEGENDA: Ex-ministro Geddel Vieira chega escoltado por agentes da PF ao desembarcar no hangar da PF em Brasília, em 8 de setembro deste ano O ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou nesta quarta-feira (6) o bloqueio de R$ 12,8 milhões em cotas de empreendimentos imobiliários da família do ex-ministro Geddel Vieira Lima, um dos principais aliados do presidente Michel Temer, preso na Papuda, em Brasília. Geddel, seu irmão, o deputado federal Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), e a mãe deles, Marluce, foram denunciados pela PGR (Procuradoria-Geral da República) sob acusação de lavagem de dinheiro e associação criminosa.			AGENTES - Fachin 2 - Geddel 4 - Temer - Lúcio Vieira Lima - Marluce Vieira Lima	AGENTES - Promotor Fachin 2 - Provocado Geddel 4 Lúcio Vieira Lima Marluce Vieira Lima - Implicado Temer
TÍTULO: Ministro do STF revoga prisão domiciliar de Andrea Neves			AGENTES - Andrea Neves 3	AGENTES - Promotor

LEGENDA: Andrea Neves chega ao IML de Belo Horizonte para exame de corpo de delito após ser presa O ministro Marco Aurélio, do STF (Supremo Tribunal Federal), revogou nesta quinta-feira (7) a prisão domiciliar de Andrea Neves, irmã do senador Aécio Neves (PSDB-MG). A decisão atinge ainda outros dois acusados de formar esquema de corrupção com o tucano para receber R$ 2 milhões da JBS: seu primo Frederico Pacheco e o ex-assessor do senador Zezé Perrela (PMDB-MG), Mendherson de Souza. Marco Aurélio também revogou a necessidade de eles usarem tornozeleira eletrônica.			- Marco Aurélio 2 - Aécio Neves - Frederico Pacheco - Zezé Perrela - Mendherson de Souza	Marco Aurélio 2 - Provocado Andrea Neves 3 Mendherson de Souza Frederico Pacheco - Implicados Aécio Neves Zezé Perrela
TÍTULO: Lava Jato devolve R$ 654 milhões de uma vez à Petrobras O Ministério Público Federal realizou nesta quinta-feira (7) uma cerimônia de devolução de R$ 653,9 milhões para a Petrobras. Segundo a Procuradoria, esta é a maior quantia já recuperada em uma investigação criminal. A devolução foi possível por meio de acordos de colaboração e leniência da Lava Jato, como os firmados com a Odebrecht e Andrade Gutierrez.				
TÍTULO: Após dar carta branca para PM matar, Bolsonaro recua e diz que é para 'não morrer' Um dia após dizer que daria "carta branca" para a PM matar, o presidenciável e deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ), 62, recuou e disse em discurso em Manacapuru (85 km de Manaus), que a autorização será para ele "não morrer". "Eu não quero dar carta branca pro policial matar, eu quero dar carta branca pro policial não morrer. E, se para não morrer, tem de matar, que faça o seu serviço", disse.	Bolsonaro Promotor	Bolsonaro 2 Promotor	AGENTES - Bolsonaro 2	AGENTES - Promotor Bolsonaro 2
TÍTULO: Lava Jato e Odebrecht fazem pressão sobre delator que não admite culpa Ex-funcionários da Odebrecht que há um ano aceitaram colaborar com a Justiça agora relutam em admitir crimes de que são acusados pelo Ministério Público e se tornaram alvo de pressões crescentes da empresa e dos procuradores da Lava Jato.			AGENTES - Paulo Sérgio Boghossian	AGENTES - Provocado Paulo Sérgio Boghossian

Um dos delatores, Paulo Sérgio Boghossian, corre o risco de ir para a cadeia. Ex-gerente de uma obra executada para a Petrobras por um consórcio liderado pela Odebrecht, ele é acusado de corromper um ex-funcionário da estatal e se recusa a reconhecer este e outros crimes.				
TÍTULO: PF vê 'estranheza' em ligação de Ministério da Justiça a irmão de Geddel LEGENDA: O deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), irmão do ex-ministro Geddel A Polícia Federal encontrou registros de ligações de dois ministros de Michel Temer e de uma funcionária do Ministério da Justiça para o deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), irmão de Geddel Vieira Lima, no mesmo dia em que o ministro Edson Fachin assinou um mandado de busca e apreensão para serem realizadas no gabinete do parlamentar. Os telefonemas estão anotados em uma agenda do peemedebista. As ligações, realizadas no dia 11 de outubro, foram de Eliseu Padilha (Casa Civil), às 11h30, e de Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência), às 14h22.			AGENTES - Geddel 3 - Lúcio Vieira Lima 2 - Temer - Fachin - Padilha - Moreira Franco	AGENTES - Provocado Lúcio 2 Padilha Moreira Franco - Implicados Temer Geddel Fachin
TÍTULO: Contrariando Lava Jato, Temer dá indulto de Natal mais generoso LEGENDA: O presidente Michel Temer em evento em Brasília O governo publicou nesta sexta-feira (22) o decreto anual de indulto de Natal, reduzindo nos casos sem grave violência ou ameaça o tempo de cumprimento da pena para a obtenção do perdão. A decisão estabelece, entre outros pontos, o indulto a quem tenha cumprido "um quinto da pena, se não reincidentes, e um terço da pena, se reincidentes, nos crimes praticados sem grave ameaça ou violência à pessoa." No ano passado, o decreto presidencial com o perdão natalino estabelecia que teria que ser cumprido no mínimo um quarto da pena. Parte dos de colarinho branco se enquadra no abrandamento das regras.			AGENTES - Temer 2	AGENTES -Promotor Temer 2
TÍTULO: Indulto mais generoso foi decisão política de Temer, diz ministro da Justiça			AGENTES - Temer 2 - Torquato 2	AGENTES - Promotor Torquato 2 - Implicado

LEGENDA: O ministro da Justiça, Torquato Jardim, na Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado O ministro da Justiça, Torquato Jardim, disse neste sábado (23) que foi uma "posição política" do presidente Michel Temer promover um indulto de Natal mais benevolente para uma série de criminosos, inclusive políticos que estão presos por corrupção. A decisão de diminuir de um quarto para um quinto o tempo de cumprimento da pena para obtenção do perdão natalino havia sido alvo de recomendação contrária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, do Ministério Público, da força-tarefa da Lava Jato e da Transparência Internacional.				Temer 2

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE D – DADOS NEXO JORNAL

Análise – Nexo Jornal – 40 matérias

Período I – 11 matérias

Título	Visibilidade			Relação com o fato
	Citação direta	Citação indireta	Menção	
TÍTULO: O que acontece quando o eleitor acha que está 'todo mundo na lama' SUBTÍTULO: Dois cientistas políticos avaliam quais as consequências diante de um cenário marcado pela Lava Jato, que atinge lideranças dos principais partidos, e em que a maioria do eleitorado associa política à corrupção LEGENDA: ARTISTA SE COBRE DE LAMA E TAPA OS OLHOS EM FRENTE AO CONGRESSO NACIONAL As investigações da Lava Jato têm como ponto comum o envolvimento de políticos dos principais partidos em atuação no país, entre eles o PMDB, PT, PSDB e PP. Ainda em 2017, o Supremo Tribunal Federal deve dar sequência a ações que podem levar a julgamento dezenas de parlamentares e ministros, suspeitos de envolvimento com o esquema de corrupção na Petrobras. Em meio ao avanço da operação, institutos de pesquisa identificaram um aprofundamento da rejeição do brasileiro a partidos e a políticos. Em novembro de 2015, por exemplo, pela primeira vez a corrupção apareceu como o maior problema do país, para 34% dos eleitores, segundo o Datafolha. Até então, saúde liderava essa relação.				
TÍTULO: Por que o mundo vive sua pior crise de fome em 70 anos SUBTÍTULO: Alerta da ONU para mais grave momento desde sua fundação chama a atenção para a situação em países da África e do Oriente Médio. Conflitos armados agravam situação e colocam em risco 20 milhões de pessoas	AGENTES - Stephen O'Brien Implicada	AGENTES - Stephen O'Brien 2 Implicada	AGENTES - Stephen O'Brien 2	AGENTES - Implicada Stephen O'Brien 2

LEGENDA: HOMEM ARMADO CAMINHA PERTO DO VILAREJO DE NIALDHIU, NO SUDÃO DO SUL, ONDE FOME E CONFLITO ARMADO FAZEM POPULAÇÃO SOFRER Na sexta-feira (10), a ONU fez alerta de que o mundo vive a mais grave crise humanitária desde a fundação da entidade, em 1945. O diretor de assuntos humanitários das Nações Unidas, Stephen O´Brien, disse ao Conselho de Segurança, principal órgão da organização, que até julho de 2017 mais de 20 milhões de pessoas correm sério risco de morrer de fome. A crise afeta em particular as populações do Iêmen, Sudão do Sul, Somália e Nigéria, países da África e do Oriente Médio. O'Brien diz que é preciso um aporte imediato de U$ 4,4 bilhões para enfrentar o problema, de proporções inéditas. Sem esse recurso, ele afirma que o mundo assistirá a uma catástrofe. "Sem um esforço coletivo, global e coordenado, as pessoas simplesmente vão morrer de fome. Muitas vão sofrer e morrer por causa de doenças atreladas a essa situação." Nos últimos 30 anos, casos extremos como o atual foram observados menos de dez vezes - e nunca em quatro países ao mesmo tempo, como ocorre hoje.				
TÍTULO: As suspeitas sanitárias sobre a carne brasileira, analisadas por este professor da Unicamp LEGENDA: Especialista diz que informações divulgadas pela Polícia Federal e Justiça sobre ácido ascórbico, cabeça de porco e carne podre são incorretas ou incompletas A Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal na sexta-feira (17), trouxe à tona suspeitas de irregularidades praticadas por frigoríficos brasileiros, incluindo grandes empresas como JBS (dona da Friboi e Seara) e BRF (responsável pelas marcas Perdigão e Sadia). A suspeita central é de um esquema de corrupção envolvendo suborno a funcionários do Ministério da Agricultura para a venda de carnes fora dos padrões exigidos pela lei brasileira. O juiz Marcos Josegrei da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba, foi o responsável por autorizar a operação. O delegado da Polícia Federal Maurício Moscardi Grillo detalhou as investigações à imprensa e destacou práticas dos frigoríficos como a reembalagem de carne vencida, o fornecimento de falsas			AGENTES - Marcos Josegrei - Maurício Moscardi Grillo	AGENTES - Promotores Marcos Josegrei Maurício Moscardi Grillo

salsichas de peru a escolas do Paraná, o uso de cabeça de porco na fabricação de linguiça e o uso de papelão em embutidos.				
TÍTULO: Moro obriga blogueiro a revelar suas fontes. O que dizem juiz, defesa e um estudioso do tema SUBTÍTULO: Condução coercitiva de autor de blog de esquerda levanta debate sobre sigilo da fonte e da própria definição de jornalista no Brasil LEGENDA: EDUARDO GUIMARÃES, NO CENTRO, AO LADO DE LULA E HADDAD A Polícia Federal cumpriu na manhã desta terça-feira (21), em São Paulo, uma ordem de condução coercitiva e mandado de busca e apreensão contra o autor do Blog da Cidadania, Eduardo Guimarães. Ele foi levado para depor na sede da Polícia Federal na Lapa, zona oeste, às 6 horas, por ordem do juiz Sergio Moro, responsável pelos julgamentos da Operação Lava Jato em primeira instância na 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba. Moro queria saber quem vazou para o blogueiro a informação de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seria alvo de um mandado, também de condução coercitiva, no dia 4 de março de 2016.			AGENTES - Moro 3 - Eduardo Guimarães 2 - Lula 2 - Haddad	AGENTES - Promotora Moro 3 - Provocada Eduardo 2 - Implicados Lula 2 Haddad
TÍTULO: Para que servem e como funcionam os Tribunais de Contas dos Estados SUBTÍTULO: Não é a primeira vez que conselheiros de contas entram na mira investigações. Cortes foram criadas para fiscalizar uso do dinheiro público e têm poder para suspender licitações e paralisar obras LEGENDA: JORGE PICCIANI SENDO CONDUZIDO PARA DEPOR SOBRE TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO Cinco dos sete conselheiros do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Rio de Janeiro foram presos preventivamente na quarta-feira (29), por ordem do Superior Tribunal de Justiça, sob suspeita de integrarem esquema que cobrava propina de 1% sobre o valor de obras contratadas pelo governo do Estado. Obras cujos custos e execução teriam de ser fiscalizados pelo órgão em que trabalham.			AGENTES - Jorge Picciani 3	AGENTES - Provocados Picciani 3

A mesma operação também resultou na condução coercitiva do presidente da Assembleia Legislativa do Rio, Jorge Picciani. Por decisão judicial, o parlamentar foi levado à força para depor à Polícia Federal. A suspeita exata contra Picciani ainda está sob sigilo. Em função de seu cargo, ele exerce influência na escolha dos conselheiros e ajuda a aprovar as contas do Executivo.				
TÍTULO: Quais as investidas de Renan Calheiros contra Michel Temer SUBTÍTULO: Críticas preocupam o Palácio do Planalto, já que o senador pode atrapalhar a tramitação da reforma da Previdência LEGENDA: O PRESIDENTE MICHEL TEMER E O SENADOR RENAN CALHEIROS APÓS O ANÚNCIO DE UM PLANO DE ESTÍMULO ECONÔMICO Desde que deixou a presidência do Senado, em fevereiro de 2017, Renan Calheiros tem investido contra o governo do presidente Michel Temer. Os dois peemedebistas não são próximos - e em alguns momentos foram até antagonistas nas disputas internas de partido. As recorrentes críticas públicas de Renan, no entanto, têm deixado os aliados de Temer preocupados. A mais recente investida ocorreu na terça-feira (28), quando o parlamentar, que é líder do PMDB no Senado, enviou ao Palácio do Planalto, ao lado de outros oito colegas da Casa, um pedido para que o presidente não sancionasse o projeto de terceirização aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 22 de março. O presidente ainda não tomou a decisão.			AGENTES - Renan Calheiros 4 - Michel Temer 4	AGENTES - Promotor Renan 4 - Provocado Temer 4 - Implicados
TÍTULO: Como senadores tentam reduzir o impacto do projeto que acaba com o foro privilegiado SUBTÍTULO: Emendas deixam para STF decidir se autoridade deve virar ré e mantêm foro para crimes ligados ao exercício do cargo; para professor da FGV, propostas tentam desafogar Corte e ao mesmo tempo atender às preocupações de congressistas LEGENDA: PLENÁRIO DO SENADO ENVIOU PROPOSTA SOBRE FORO PARA COMISSÃO DA CASA Avança a passos lentos no Congresso uma proposta de emenda à Constituição para acabar ou reduzir o alcance do foro privilegiado, que confere a autoridades			AGENTES - Álvaro Dias - Randolfe Rodrigues	AGENTES - Promotor Álvaro Dias - Implicado Randolfe Rodrigues

públicas o direito de ser julgado diretamente por tribunais, e não por um juiz comum de primeira instância. O texto em discussão foi proposto pelo senador Álvaro Dias (PV-PR) e estava em análise do plenário, após o relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), conseguir o apoio de 41 dos 81 senadores para que o tema fosse votado com urgência. Na terça-feira (4), contudo, o projeto foi enviado de volta à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), para que seja analisado com outro texto semelhante. A proposta de Dias acaba com o foro privilegiado para todas as autoridades.				
TÍTULO: O que há de errado com os tribunais de contas SUBTÍTULO: Influência política desponta como 'vilã' na concepção do órgão, mas há outros problemas, assim como soluções para torná-lo mais eficiente, segundo este pesquisador LEGENDA: PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO A prisão preventiva de cinco dos sete conselheiros do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Rio de Janeiro em 29 de março serviu para que deputados e senadores resgatassem projetos antigos com propostas de mudanças nas regras de composição e de atuação desses órgãos de controle. A Polícia Federal levantou suspeitas de que os conselheiros, indicados para fiscalizar as contas do governo fluminense, recebiam propinas para ignorar falhas em contratos e licitações. Ou seja, eram pagos ilegalmente para deixar de fazer seu trabalho. Os cinco integrantes do TCE-RJ continuam presos. Suspeitas semelhantes já ocorreram nas cortes de contas de São Paulo, Amapá e também no TCU (Tribunal de Contas da União), responsável por fiscalizar as contas do governo federal.				
TÍTULO: A MP da regularização fundiária andou no Congresso. A quem ela beneficia? SUBTÍTULO: Medida foi aprovada no Senado e segue para sanção presidencial. Debate opôs governo e oposição: medida ajuda pessoas pobres, que têm acesso restrito à terra, ou os ricos que ocupam espaços irregulares?			AGENTES - Temer 3	AGENTES - Implicado Temer 3

LEGENDA: MULHER TOMA SOL EM TERRAÇO NA FAVELA DO CANTAGALO, NO RIO O plenário do Senado aprovou na quarta-feira (31) uma MP (medida provisória) editada pelo presidente Michel Temer para modificar as regras de regularização fundiária no país. A medida segue agora para aval de Temer, que pode sancionar o texto na íntegra ou apenas trechos dele. A regularização fundiária permite que pessoas ou empresas que ocupem uma terra sem o registro legal possam adequar sua situação — por meio da compra ou do recebimento gratuito de um documento que garanta o direito de estar naquele terreno e, em muitos casos, vendê-lo. A norma enviada por Temer ao Congresso mexe em três grandes temas: assentamentos de reforma agrária, regularização de terras nas cidades e venda de terras da União.				
TÍTULO: O Supremo diante das prisões preventivas da Lava Jato SUBTÍTULO: Votação no plenário da Corte pode criar entendimento definitivo sobre manter ou não alvos da operação na cadeia LEGENDA: MINISTROS MARCO AURÉLIO DE MELLO, RICARDO LEWANDOWSKI E LUIZ FUX Relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin remeteu ao plenário da Corte a decisão final sobre tirar ou não da cadeia Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda do governo Lula e ex-ministro da Casa Civil do governo Dilma. Palocci é acusado de corrupção no esquema da Petrobras. A medida de Fachin é uma tentativa de buscar um entendimento mais amplo do Supremo a respeito das prisões preventivas decretadas pelo juiz Sergio Moro naquela que é considerada a maior operação contra a corrupção já realizada no Brasil. Ainda não há data para que essa votação em plenário ocorra.			AGENTES - Marco Aurélio de Mello - Ricardo Lewandowski - Luiz Fux - Fachin 2 - Palocci - Lula - Dilma - Moro	AGENTES - Promotor Fachin 2 - Provocados Palocci - Implicados Lula Dilma Moro Fux Marco Aurélio Lewandowski
TÍTULO: Por que a figura de José Dirceu mobiliza tantos protestos SUBTÍTULO: Ex-ministro teve seu prédio invadido por manifestantes após ser solto pelo Supremo. Quase 12 anos depois de ser cassado, petista segue atraindo atenção de opositores			AGENTES - Dirceu 4 - Moro - Gilberto Carvalho	AGENTES - Provocado Dirceu 4 - Implicado Moro - Implicado

LEGENDA: MANIFESTANTE USA MÁSCARA DE JOSÉ DIRCEU EM PROTESTO EM BRASÍLIA O ex-ministro e ex-deputado José Dirceu foi solto em Curitiba na quarta-feira (3), mas só na noite do dia seguinte, depois de uma viagem de carro que passou também por São Paulo, chegou a seu apartamento em Brasília. Com a divulgação do endereço do petista pela imprensa, manifestantes foram à porta do prédio protestar contra o habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Acusado de ser um dos chefes do esquema de corrupção da Petrobras, o petista estava preso preventivamente desde agosto de 2015 por deterinação do juiz Sergio Moro. Ele foi recebido aos gritos de "ladrão" e manifestantes chegaram a invadir a garagem do edifício. A polícia usou spray de pimenta, que atingiu também Dirceu quando ele entrava no elevador. Depois da confusão, o ex-ministro Gilberto Carvalho disse que o companheiro de partido já pensa em se mudar do local, onde mora com a mulher e uma filha.				Gilberto Carvalho

Período II – 16 matérias

Título	Visibilidade			Relação com o fato
	Citação direta	Citação indireta	Menção	
TÍTULO: Quanto os acordos da Lava Jato já devolveram aos cofres públicos SUBTÍTULO: Acusados e empresas fazem acertos com Ministério Público e garantem o retorno de parte do dinheiro desviado em esquemas de cartel e corrupção LEGENDA: OS PROCURADORES ROBERSON POZZOBON, DELTAN DALLAGNOL, JULIO NORONHA E ROBERTO LIMA, DA FORÇA-TAREFA DA LAVA JATO A Operação Lava Jato tem como um de seus pilares de investigação as delações premiadas. Por elas, suspeitos, acusados ou mesmo condenados se comprometem a confessar seus crimes e apontar outros suspeitos. Tudo em troca de uma futura redução ou mesmo anulação de pena. Nesses acordos, fechados com o Ministério			AGENTES - Roberto Pozzobon - Deltan Dllagnol - Julio Noronha - Roberto Lima	AGENTES - Promotores Roberto Pozzobon Deltan Dllagnol Julio Noronha Roberto Lima

Público, também há, em muitos casos, o compromisso de devolver parte do dinheiro desviado. O mesmo ocorre com empresas suspeitas de participar de esquemas de cartéis e conluios para fraudar licitações. Para não sofrerem restrições comerciais, como serem proibidas de trabalhar junto ao poder público, elas admitem seus malfeitos e se comprometem a pagar determinadas quantias em troca de perdão. São os chamados acordos de leniência. Desde que foi deflagrada, em março de 2014, a Lava Jato já firmou 158 delações premiadas e 10 leniências que podem garantir a devolução de até R$ 10,3 bilhões aos cofres públicos, segundo dados atualizados em 10 de julho pelo Ministério Público Federal, responsável pelos acordos.				
TÍTULO: Temer comemora criação de vagas de emprego: qual o retrato atual da economia SUBTÍTULO: País abriu mais postos de trabalho do que fechou pelo terceiro mês seguido, graças à agropecuária. Saída da recessão, porém, é lenta, e déficit no Orçamento persiste LEGENDA: TRABALHADORES COLHEM GUARANÁ EM FAZENDA NA REGIÃO DE MANAUS O governo federal celebrou na segunda-feira (17) a divulgação dos dados mais recentes sobre o mercado de trabalho, que registraram saldo positivo de 9,8 mil novas vagas de emprego criadas em junho, terceiro mês seguido de alta. No semestre, o saldo é de 67,3 mil vagas criadas. O presidente Michel Temer divulgou um vídeo em redes sociais para comemorar o resultado do emprego e lembrar outras iniciativas de seu governo, como a recente sanção da reforma trabalhista. O peemedebista assumiu o Palácio do Planalto em maio de 2016, em meio a uma severa recessão que já vinha desde 2014, e prometeu recuperar a economia. A ideia de que a mera troca de governo após o impeachment de Dilma Rousseff provocaria um choque de confiança no empresariado — algo que estimularia os investimentos — não ocorreu, e a recessão se prolongou até junho de 2017.			AGENTES - Temer 2 - Dilma	AGENTES - Promotor Temer 2 - Implicada Dilma
TÍTULO: Quem é o tucano autor do relatório que rejeita a denúncia contra Temer			AGENTES - Temer 3	AGENTES - Promotor

SUBTÍTULO: Advogado e aliado de Aécio, Paulo Abi-Ackel fez parte da estratégia traçada pelo governo federal para tentar barrar a acusação que ameaça o futuro do peemedebista na Presidência LEGENDA: PAULO ABI-ACKEL É AUTOR DO PARECER QUE RECOMENDA REJEITAR DENÚNCIA CONTRA TEMER Nos registros da Câmara, foram quatro os discursos em plenário de Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG) em seus dez anos como deputado federal. Três deles foram breves apartes, para registrar a presença de prefeitos de cidades mineiras, seu reduto eleitoral. Na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), da qual faz parte, seu discurso mais relevante ocorreu no dia 13 de julho. Nele, leu o relatório que recomenda a rejeição de uma denúncia criminal contra o presidente Michel Temer. Abi-Ackel foi escolhido para assinar o relatório em meio a uma reviravolta a favor de Temer no caso da denúncia. O presidente foi denunciado em 26 de junho pela Procuradoria-Geral da República pelo crime de corrupção, sob acusação de receber propina para favorecer o grupo J&F, dono da JBS, maior processadora de carnes do mundo.			- Aécio - Paulo Abi-Ackel 3	Paulo Abi-Ackel 3 - Provocado Temer 3 - Implicado Aécio
TÍTULO: Qual é a diferença entre presidencialismo e parlamentarismo SUBTÍTULO: Sistemas definem como é escolhido o chefe do Executivo federal: se por voto do povo ou pelos integrantes do Legislativo. Há vantagens e desvantagens em ambos, e Senado pode retomar a discussão sobre o tema em agosto LEGENDA: JOÃO GOULART, ENTÃO PRESIDENTE, E TANCREDO NEVES, PRIMEIRO-MINISTRO, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960, QUANDO O BRASIL ADOTAVA O PARLAMENTARISMO A tentativa de reabrir o debate sobre adotar o parlamentarismo costuma ressurgir em momentos de crise política aguda, como uma possível solução que traria mais estabilidade, segundo seus defensores. Agora, um ano após o impeachment de Dilma Rousseff, o tema voltou à pauta. Na primeira semana de julho, o senador José Serra (PSDB-SP) conversou com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), sobre instalar uma comissão			AGENTES - João Goulart - Tancredo Neves - Dilma 2 - José Serra - Eunício Oliveira	AGENTES - Promotor José Serra - Provocado Eunício - Implicado Dilma 2 João Goulart Tancredo Neves

especial na Casa para discutir o tema. O peemedebista se comprometeu a criar o colegiado em agosto, segundo o jornal Folha de S.Paulo. Em julho de 2015, quando o governo Dilma tinha dificuldade de buscar um alinhamento com o Congresso, o tucano aproveitou a convenção nacional do PSDB para dizer que era necessário "abrir o debate" sobre a implementação do parlamentarismo no Brasil.				
TÍTULO: É adequado um juiz de 1ª instância mexer em questões nacionais? SUBTÍTULO: Magistrado do DF suspendeu o aumento de impostos decretado pelo governo, decisão que acabou derrubada na segunda instância LEGENDA: POSTO DE COMBUSTÍVEIS NO DISTRITO FEDERAL Um juiz de primeira instância em Brasília suspendeu um ato do presidente Michel Temer válido para todo o país. Renato Borelli, da 20ª Vara Federal, acatou na terça-feira (25) uma ação popular que pedia a anulação do aumento do PIS e da Cofins sobre os combustíveis, anunciado na quinta-feira (20). O questionamento contra a medida foi feito pelo advogado paulista Carlos Alexandre Klomfahs. Segundo Klomfahs, o aumento deveria ter sido feito por meio de um projeto de lei, a ser apreciado pelo Congresso e, se aprovado, entrar em vigor em 90 dias. O governo determinou o reajuste por meio de decreto presidencial, que prescinde de votação e vale imediatamente. O juiz acatou os argumentos do advogado.			AGENTES - Temer - Renato Borelli - Carlos Klomfahs	AGENTES - Promotor Renato Borelli Carlos Klomfahs - Provocado Temer
TÍTULO: A quem interessa o clima de radicalização política no Brasil SUBTÍTULO: Novo ministro da Cultura pede busca por 'áreas de consenso'. Mas a polarização é necessariamente ruim? Quem ganha e quem perde com isso? LEGENDA: MINISTRO DA CULTURA, SÁ LEITÃO, ABRAÇA MICHEL TEMER EM BRASÍLIA Depois de dois meses sem um titular, o cargo de ministro da Cultura foi oficialmente preenchido na terça-feira (25) pelo jornalista e documentarista Sérgio Sá Leitão. Na cerimônia de posse, em Brasília, ele fez o seguinte apelo: "Esse clima de radicalização não interessa a ninguém. Espero que sejamos pragmáticos e que possamos encontrar áreas de consenso" Sérgio Sá Leitão	Sérgio Sá Leitão Promotor		AGENTES - Sérgio Sá Leitão 2 - Temer 2 - Dilma	AGENTES - Promotor Sérgio Leitão e - Implicado Temer 2 Dilma

Ministro da Cultura, em cerimônia de posse, em Brasília, no dia 26 de julho de 2017 O apelo foi feito pelo ocupante de uma pasta que, desde o início do governo de Michel Temer, em 12 de maio de 2016, concentrou polêmicas, protestos, disputas e pedidos de demissão. A instabilidade na Cultura é apenas um dos reflexos do ambiente de disputa em torno do governo Temer como um todo, uma vez que o novo presidente assumiu após o impeachment de sua antecessora, Dilma Rousseff (PT), num processo que é classificado por muitos até hoje como um golpe.				
TÍTULO: O papel da arte na saúde pública, segundo um grupo parlamentar britânico SUBTÍTULO: Relatório defende que terapias com arte oferecem benefícios ao bem estar e saúde de uma forma que a medicina não é capaz de fazer LEGENDA: ARTISTA EM ATIVIDADE NO MANCHESTER UNIVERSITY HOSPITAL Um relatório de membros do Parlamento britânico afirma que a arte como fruição, e especialmente na forma de terapia, tem um impacto evidente sobre a saúde e o bem estar. Por isso, ela deveria ser incluída em estratégias nacionais de saúde pública. Lançado em 19 de julho de 2017, o trabalho foi elaborado pelo Grupo Suprapartidário para Artes, Saúde e Bem-estar, criado em 2014. O documento reconhece que é difícil medir cientificamente o impacto da arte sobre a saúde, mas afirma que há dados o suficiente para se estabelecer que há, sim, um efeito positivo relevante. E a um custo baixo.				
TÍTULO: Como fica o PSDB após o racha na votação da denúncia contra Temer SUBTÍTULO: Partido apoia o presidente desde o impeachment, mas se dividiu ao meio na hora de autorizar ou não o avanço da acusação de corrupção contra o governo que apoia LEGENDA: TASSO JEREISSATI (ESQ.), SENADOR E PRESIDENTE INTERINO DO PSDB, E GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DE SÃO PAULO	Aécio Neves		AGENTES - Temer 3 - Jereissati - Alckmin - Aécio 2 - Paulo Abi-Ackel	AGENTES - Provocado Temer 3 - Implicados Jereissati Alckmin Aécio 2 Paulo Abi-Ackel

O PSDB, terceiro maior partido da Câmara dos Deputados e principal fiador político de Michel Temer desde o impeachment, se dividiu ao meio na votação desta quarta-feira (2) que decidiu barrar a denúncia de corrupção passiva contra o presidente. Foram 22 deputados tucanos a favor do peemedebista, 21 contra e 4 ausentes. Diferentes líderes tucanos deram declarações no sentido de que essa divisão não é negativa e que o partido não está rachado. “Cada parlamentar votou conforme sua vontade”, disse o senador Aécio Neves, presidente afastado do PSDB e, assim como Temer, também acusado de corrupção no caso JBS. O relatório votado em plenário na quarta-feira (2), que era favorável a Temer, foi feito por um tucano, o deputado Paulo Abi-Ackel, próximo a Aécio. Ou seja, 21 deputados do PSDB votaram contra um relatório elaborado por um parlamentar do próprio partido.				
TÍTULO: Como os aliados de Temer fizeram a ‘estabilidade’ ofuscar a ‘corrupção’ SUBTÍTULO: Em discursos, deputados alinhados ao presidente usaram argumento das ‘reformas econômicas necessárias’ para impedir a análise da denúncia pelo Supremo. Dois analistas comentam o argumento LEGENDA: PAULO ABI-ACKEL (PSDB - MG), RELATOR DA DENÚNCIA CONTRA TEMER A necessidade de levar adiante o pacote de reformas econômicas promovido pelo governo foi um dos motivos mais citados por deputados que, na quarta-feira (2), votaram a favor do presidente Michel Temer e contra o prosseguimento da denúncia que o colocava como destinatário de uma mala com meio milhão de reais dada pela JBS. Com a vitória governista, o Supremo Tribunal Federal não poderá analisar a abertura de um processo penal contra o presidente pelo crime de corrupção passiva. Agora, Temer só responderá à acusação quando deixar o mandato presidencial - algo previsto para 1º de janeiro de 2019.			AGENTES - Temer 3	AGENTES - Provocado Temer 3
TÍTULO: Como fica a relação entre Temer e Maia após a rejeição da denúncia			AGENTES - Temer 6 - Maia 4	AGENTES - Provocado Temer 6

SUBTÍTULO: A exemplo do peemedebista, o presidente da Câmara diz agora que o compromisso é aprovar a reforma da Previdência. Dois professores analisam o cenário LEGENDA: TEMER E RODRIGO MAIA EM CERIMÔNIA NO PALÁCIO DO PLANALTO Michel Temer passou pela seu primeiro teste de sobrevivência com os votos de 263 deputados federais (91 a mais do que o necessário) na sessão de quarta-feira (2). Rejeitada a denúncia por corrupção passiva apresentada pela Procuradoria-Geral da República, a prioridade do presidente agora é dar sequência à reforma da Previdência, crucial para manter o apoio do mercado financeiro, de parte da base aliada e, assim, chegar até o fim do mandato em dezembro de 2018. Para o peemedebista ter sucesso nessa estratégia, o Congresso precisa aprovar a reforma com certa agilidade, ainda em 2017 ou até o começo de 2018. A questão que se coloca é que Temer, mais uma vez, vai depender da Câmara, cujo presidente, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem dado sinais de que também quer ter papel de destaque nesse processo. Maia é o primeiro na linha sucessória e assume em caso de afastamento de Temer. Trata-se de um fato que continua relevante, já que o presidente permanece ameaçado de ser novamente denunciado pela Procuradoria-Geral em razão do caso JBS. Se isso ocorrer, novamente a Câmara terá de votar seu futuro e impedir que a acusação chegue ao Supremo Tribunal Federal – instância que, após a autorização de dois terços dos deputados, pode afastar Temer do cargo caso decida abrir um processo contra ele.				- Implicado Maia 4
TÍTULO: Uerj adia início das aulas indefinidamente. Como a crise chegou a esse ponto SUBTÍTULO: Apenas 65% do orçamento previsto para a universidade foi liberado em 2016, e a contingência se repete em 2017. Servidores estão com quatro meses de pagamento atrasados LEGENDA: PROFESSORES DA UERJ EM ASSEMBLEIA EM MARÇO DE 2017 Com mais de 43 mil alunos, a Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) é a quinta maior universidade do Brasil, e uma das mais importantes do país. Ela				

tem sofrido, no entanto, com a crise financeira do estado do Rio de Janeiro. O ano letivo de 2017, atrasado para se iniciar em razão da situação que já havia impactado o ano letivo anterior, deveria começar na terça-feira (01), mas foi suspenso por tempo indeterminado. Apenas 65% do orçamento previsto para a Uerj foi liberado em 2016, e a contingência se repete em 2017. A dívida do estado com a instituição chega hoje a R$ 350 milhões, segundo informações publicadas pelo portal G1. Quando se conta com o 13º salário de 2016, os profissionais estão com quatro meses de pagamentos atrasados.				
TÍTULO: Por que a viagem do vice dos EUA à América Latina exclui o Brasil SUBTÍTULO: Mike Pence inicia giro pela região, mas não terá encontro com governo Temer. Especialista fala ao 'Nexo' sobre os significados LEGENDA: VICE-PRESIDENTE DOS EUA, MICKE PENCE, E A ESPOSA, KAREN, EM MONTENEGRO Mike Pence, vice do presidente americano, Donald Trump, inicia neste domingo (13) uma visita de seis dias a quatro países: Panamá, Colômbia, Chile e Argentina. O giro não inclui o Brasil, maior país da América do Sul. A visita de Pence ocorre num momento de agravamento da crise política na Venezuela. Nesta terça (8), um grupo de 12 países sul-americanos denunciaram o que classificam como uma "ruptura da ordem democrática" no país presidido por Nicolás Maduro. O governo venezuelano associa a crise que atravessa à ingerência americana, chamada em Caracas de "imperialista". Na versão de Maduro, a Casa Branca teria interesse em desestabilizar o país para que a oposição venezuelana ascendesse ao poder antes do fim do mandato presidencial, em 2018. "Temos muitas opções para a Venezuela, incluindo uma possível opção militar se for necessário", disse Trump nesta sexta-feira (11).	TRUMP Implicado	MADURO Implicado	AGENTES - Mike Pence 4 - Karen Pence - Temer - Donald Trump - Nicolés Maduro 2	AGENTES - Promotor Mike Pence 4 - Implicado Karen Temer Trump - Provocado Maduro 2
TÍTULO: Como a esposa de Joesley pôs em dúvida a delação do lobista da JBS SUBTÍTULO: Deputado Fábio Faria e apresentadora Patrícia Abravanel pretendem ir ao Supremo para contestar depoimento de executivo do frigorífico			AGENTES - Joesley 4 - Fábio Faria 2 - Patrícia Abravanel	AGENTES - Promotor Fábio Faria - Provocado Ricardo Saud - Implicado

LEGENDA: JOESLEY BATISTA DEIXA A SEDE DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO Uma mensagem de voz enviada por Ticiana Villas Boas, esposa de Joesley Batista, é o principal argumento do deputado Fábio Faria (PSD-RN) para tentar anular parte da delação premiada de um executivo da JBS. O deputado e seu pai, Robinson Faria (PSD), governador do Rio Grande do Norte, receberam, segundo as delações, R$ 10 milhões em propinas do grupo empresarial dos irmãos Batista. O ex-diretor de relações institucionais da JBS Ricardo Saud, lobista do frigorífico, disse à Procuradoria-Geral da República que o dinheiro foi pago para que uma empresa da J&F, grupo que controla a JBS, assumisse o controle do serviço de água e esgoto do Rio Grande do Norte.			- Ticiana Villas Boas - Robinson Farias - Ricardo Saud	Joesley Batista 4 Patrícia Abravanel Ticiana Villas Boas Robinson Farias
TÍTULO: A tentativa de limitar o mandato dos ministros do Supremo a 10 anos SUBTÍTULO: Mudança vai a votação no plenário da Câmara e divide opiniões. Limite não valeria para atuais integrantes da Corte LEGENDA: MINISTRA CÁRMEN LÚCIA PRESIDE SESSÃO NO PLENÁRIO DO STF Uma comissão especial da Câmara aprovou a criação de um limite de dez anos de mandato para os ministros do Supremo Tribunal Federal. Atualmente, quem é indicado para a corte pode ficar no cargo até completar 75 anos, quando se aposenta compulsoriamente. Para passar a valer, a mudança precisa de duas votações no plenário da Câmara e duas no plenário do Senado. O limite de mandato é um tema controverso. Entre seus apoiadores está o ex-ministro do Supremo Joaquim Barbosa, que deixou o tribunal voluntariamente após 11 anos no cargo. Ele tinha 59 anos. Muito antes, portanto, da aposentadoria compulsória.			AGENTES - Càrmem Lúcia - Joaquim Barbosa	AGENTES - Implicado Càrmem Lúcia Joaquim Barbosa
TÍTULO: Por que o mensalão voltou a se aproximar de Lula SUBTÍTULO: Investigação iniciada em 2013, mas paralisada em 2015, foi reaberta para apurar suposto repasse ilegal de US$ 7 milhões de uma empresa de telefonia ao PT LEGENDA: LULA EM LANÇAMENTO DE CAMPANHA EM DEFESA DAS EMPRESAS PÚBLICAS, EM 2016		Marcos Valério Implicado	AGENTES - Lula 4 - José Dirceu - Marcos Valério - Antônio Palocci	AGENTES - Provocado Lula 4 Antônio Palocci - Implicado José Dirceu Marcos Valério

O escândalo do mensalão veio à tona em junho de 2005. O julgamento dos réus começou em 2012 no Supremo Tribunal Federal. A antiga cúpula do PT foi presa. Nomes importantes do partido, como o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, cumpriram penas na cadeia. O caso que envolvia compra de apoio parlamentar durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva chegou próximo do ex-presidente, mas nunca o atingiu diretamente. Agora, cinco anos depois do julgamento e com Lula já condenado em primeira instância na Lava Jato, um escândalo de proporções muito maiores, o mensalão volta a se aproximar do principal líder petista. O Ministério Público Federal do Distrito Federal e a Polícia Federal reabriram um inquérito de 2013 para investigar um suposto repasse de US$ 7 milhões da Portugal Telecom para o PT. O procedimento foi aberto com base em depoimentos do publicitário Marcos Valério, condenado pelo mensalão, apontado como o operador do esquema. Segundo ele, Lula e o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci – hoje preso pela Lava Jato –, negociaram o repasse, em 2003.				
TÍTULO: Quais os problemas de representação na democracia brasileira SUBTÍTULO: Doutor em ciência política Cláudio Couto fala ao 'Nexo' sobre a desconexão entre a opinião dos cidadãos e dos políticos que, na teoria, deveriam defender seus interesses LEGENDA: MANIFESTANTES SE CONCENTRAM NO CONGRESSO NACIONAL, EM BRASÍLIA Na teoria, a democracia representativa é algo simples: "um regime no qual os cidadãos são governados e se fazem representar por políticos eleitos por eles, em eleições competitivas, limpas e plurais", como define Cláudio Couto nesta entrevista ao Nexo, concedida por e-mail no dia 18 de agosto. Porém, o doutor em ciência política e professor da FGV-SP ressalva: "a qualidade da representatividade no Brasil hoje é baixa, porque temos uma democracia seriamente comprometida pela oligarquização." Políticos desgastados por casos de corrupção estão criando "um espaço de não competição entre eles, voltado à preservação dos interesses corporativos comuns da classe política como uma categoria profissional", diz o professor.	Cláudio Couto 3 Autorizado		AGENTES - Cláudio Couto 2	AGENTES - Autorizado Cláudio Couto

Período III – 13 matérias

Título	Visibilidade			Relação com o fato
	Citação direta	Citação indireta	Menção	
TÍTULO: Quem é Alberto Goldman, o presidente 'tampão' do PSDB SUBTÍTULO: Ex-governador, autor de críticas duras ao partido e protagonista de embates com Doria, vai conduzir a eleição interna no auge da crise da legenda LEGENDA: GOLDMAN, EX-GOVERNADOR PAULISTA, VAI PRESIDIR O PSDB INTERINAMENTE O ex-governador de São Paulo Alberto Goldman será presidente nacional do PSDB por menos de um mês. Nesse curto período, ele terá a função de tentar apaziguar os ânimos de um partido que se mostra cada vez mais dividido sobre os rumos que deseja tomar para chegar forte politicamente nas eleições de 2018. Goldman ficará no comando da legenda somente até 9 de dezembro, quando os tucanos vão escolher quem vai substituir o senador Aécio Neves (MG), licenciado da função quando teve seu nome envolvido nas delações da JBS. Mesmo afastado, Aécio destituiu o senador Tasso Jereissati (CE) da presidência interina da sigla, o que abriu espaço para Goldman.			AGENTE - Alberto Goldman 5 - Dória - Aécio Neves 2 - Tasso Jereissati	AGENTE - Promotor Goldman 5 - Implicado Doria Aécio 2 Tasso
TÍTULO: Quem foi Moniz Bandeira, ícone do pensamento nacionalista SUBTÍTULO: Brasileiro foi exilado e preso político, publicou mais de 20 livros e deixou marca no estudo da história da política internacional LEGENDA: HISTORIADOR, ESCRITOR E CIENTISTA POLÍTICO BRASILEIRO MONIZ BANDEIRA, NA ALEMANHA A morte de Luiz Alberto Moniz Bandeira, na sexta-feira (10), em Heidelberg, na Alemanha, fez ressurgir o debate acerca do legado deste escritor, historiador e cientista político brasileiro para o estudo da história e das relações exteriores. Moniz Bandeira era doutor em ciência política pela USP e professor titular aposentado de política externa brasileira no Departamento de História da UnB (Universidade de Brasília), além de professor visitante de diversas universidades estrangeiras.			AGENTE - Moniz Bandeira 4	AGENTE - Promotor Moniz Bandeira

TÍTULO: O que se sabe sobre o lobby britânico pelo pré-sal brasileiro SUBTÍTULO: Autoridade do Reino Unido pediu ao governo Temer mudanças na lei para beneficiar petroleiras estrangeiras. Negociação está ligada a leilões do pré-sal LEGENDA: REPRESENTANTE DA SHELL APRESENTA OFERTA PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO EM LEILÃO DO PRÉ-SAL O ministro do Comércio Exterior do Reino Unido, Greg Hands, fez lobby em nome de empresas petroleiras britânicas para que o governo brasileiro reduzisse tributos e afrouxasse regras de licenciamento ambiental, segundo informações obtidas pelo Greeenpeace e publicadas pelo jornal The Guardian no domingo (19). O pedido de mudanças na legislação brasileira era para beneficiar empresas britânicas que atuam no Brasil, como a BP, a Premier Oil e a Shell, maior petroleira privada que atua no mercado nacional. O governo brasileiro promoveu duas mudanças na legislação que agradaram às empresas. Depois disso, Shell e BP arrematataram campos de exploração do pré-sal, em outubro de 2017.			AGENTE - Temer - Greg Hands	AGENTE - Promotor Hands - Provocado Temer
TÍTULO: Quem é o novo titular das Cidades. E quais os planos para a reforma ministerial SUBTÍTULO: Com o deputado Alexandre Baldy na função, o PP vai voltar ao comando de uma das pastas mais desejadas no meio político LEGENDA: ALEXANDRE BALDY AO LADO DE RODRIGO MAIA, NA CÂMARA Michel Temer já escolheu um dos novos ministros dentro das mudanças que planeja fazer na Esplanada até o fim de 2017. A primeira troca foi motivada pelo pedido de demissão do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) da pasta das Cidades. O lugar será ocupado pelo deputado Alexandre Baldy, que acaba de deixar o Podemos rumo ao PP. A opção pelo parlamentar goiano, confirmada sua filiação ao Partido Progressista, colocará novamente a legenda nas Cidades, um ministério bastante cobiçado pelos políticos – interesse explicado por ter entre suas responsabilidades			AGENTE - Alexandre Baldy 3 - Maia - Bruno Araujo - Temer	AGENTE - Promotor Temer - Provocado Baldy 3 - Implicados Maia Bruno Araujo

programas como o Minha Casa Minha Vida, que permite ao ministro promover ações por todo o país, incluindo o próprio reduto eleitoral e de seus aliados.				
TÍTULO: Quando falar de um neonazista normaliza seu ódio? Estes dois especialistas opinam SUBTÍTULO: Perfil controverso de jovem neonazista americano feito pelo jornal The New York Times gerou polêmica e fez jornal responder a críticas sobre 'normalização' de ideias extremistas no país LEGENDA: MEMBROS DA KKK (KLU KLUX KLAN) PARTICIPARAM DE MARCHA EM CHARLOTTESVILE, EM JULHO DE 2017 Tony Hovater é um americano comum. Vai ao mercado, é educado, discreto e sonha em ter filhos. Suas tatuagens são carregadas de referências pop inofensivas, como a torta de cereja que adorna seu braço, uma referência à série de TV “Twin Peaks”. Ele também adora rir com “Seinfeld” e costumava tocar em bandas de heavy metal. Além disso, Hovater tem quatro gatos, é casado e neonazista. No sábado (25), o jornal americano The New York Times publicou uma controversa reportagem sobre Tony Hovater, um supremacista branco associado ao grupo que marchou com suásticas em Charlottesville, no estado da Virgínia, em agosto deste ano, gritando palavras de ordem contra negros, judeus e comunistas. Na ocasião, os neonazistas entraram em conflito com um grupo contrário, resultando na morte de uma mulher por atropelamento. O motorista acusado de homicídio é do mesmo estado que Hovater.			AGENTE - Tony Hovater 3	AGENTE - Provocado Tony 3
TÍTULO: 3 movimentos de Meirelles para viabilizar sua candidatura ao Planalto SUBTÍTULO: Ministro da Fazenda aposta em recuperação da economia e busca apoio para uma eventual disputa em 2018 LEGENDA: MINISTRO DA FAZENDA E EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL, MEIRELLES É FILIADO AO PSD Faz tempo que as ambições políticas do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, extrapolam a economia. Atualmente filiado ao PSD, ele busca se tornar o candidato que defenda o governo do presidente Michel Temer durante a campanha presidencial de 2018, inclusive as reformas trabalhista e da Previdência.			AGENTE - Meirelles 4 - Temer	AGENTE - Promotor Meirelles 4 - Implicado Temer

A perspectiva de melhora da economia é o principal impulso de Meirelles para tentar viabilizar sua candidatura ao Palácio do Planalto. Mas construir uma campanha presidencial requer mais do que bons indicadores. Ainda com cerca de 2% nas pesquisas de intenção de voto, o ministro da Fazenda tem dado alguns passos para se tornar um nome competitivo. Veja abaixo três de seus movimentos:				
TÍTULO: O que dizem os 'pré-planos de governo' já apresentados para 2018 SUBTÍTULO: Em textos, PSDB, PT e Bolsonaro apresentam ideias e propostas que planejam defender na disputa pelo Palácio do Planalto LEGENDA: PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA LULA, BOLSONARO E ALCKMIN A oito meses do início oficial da campanha eleitoral de 2018, partidos e pré-candidatos estão dedicados à busca de aliados e de um discurso para atrair o eleitorado. Dentro dessa estratégia, o PSDB apresentou na terça-feira (28) documento com diretrizes de programa a ser apresentado em 2018. Elaborado pelo Instituto Teotônio Vilela, ligado ao PSDB, o texto "Gente em primeiro lugar: o Brasil que queremos" é apresentado no momento em que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, busca se consolidar como candidato da legenda à Presidência. Além desse texto, há outras iniciativas semelhantes vindas dos pré-candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto por ora, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o deputado Jair Bolsonaro (filiado ao PSC, mas que deve mudar para o PEN).			AGENTE - Bolsonaro 3 - Alckmin 2 - Lula 2	AGENTE - Promotores Bolsonaro 3 Lula 2 - Implicado Alckmin 2
TÍTULO: Pior que tá não fica? O Congresso antes e depois de Tiririca SUBTÍTULO: Deputado federal eleito pelo PR, humorista confirma decisão de abandonar a carreira política após dois mandatos nos quais fez 'pouco', segundo ele mesmo LEGENDA: TIRIRICA DISCURSA NO PLENÁRIO DA CÂMARA O deputado Francisco Everardo Oliveira Silva, o Tiririca (PR-SP), usou a tribuna do plenário pela primeira vez, na quarta-feira (6), nos quase sete anos em que		Tiririca	AGENTE - Tiririca 3	AGENTE - Promotor Tiririca 3

ocupou uma das 513 cadeiras da Câmara, para anunciar o fim da sua carreira parlamentar e falar da sua decepção com a política. Em oito minutos de fala, ele se referiu às promessas que fez nas campanhas, que o ajudaram a receber mais de um milhão de votos em 2010 e 2014. Beneficiado pelo desgaste de imagem que já atingia parte da classe política brasileira naquela época, o palhaço e cantor foi eleito e reeleito usando frases como “pior do que tá não fica” e “o que é que faz um deputado federal? Na realidade eu não sei, mas depois eu te conto”.				
TÍTULO: Como a realidade virtual pode ser usada para despertar a empatia SUBTÍTULO: Exposição de fotojornalista “transporta” pessoas para interagir com personagens de conflitos; projetos apostam na tecnologia como forma de estimular a solidariedade LEGENDA: JEAN DE DIEU (À ESQ.), GUERRILHEIRO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS PELA LIBERTAÇÃO DE RUANDA (FDLR), E O SARGENTO PATIENT, DO EXÉRCITO CONGOLÊS (À DIR.), PERSONAGENS MOSTRADOS NA EXPOSIÇÃO THE ENEMY De um lado está Jean de Dieu, guerrilheiro Hutu, etnia de Ruanda que luta contra o dominante grupo étnico Tutsi. Dieu pertence a um grupo chamado Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda (FDLR), que combate os Tutsi a partir do vizinho Congo. Do outro lado, está o sargento Patient, do exército congolês, cujo país apoia o governo Tutsi de Ruanda e, portanto, persegue o FDLR. Olhar para um conflito do ponto de vista do noticiário é uma experiência que pode ser confusa e distante. No fluxo contínuo de imagens e matérias, a sensibilidade e o interesse se dispersam. O fotojornalista belgo-tunisiano Karim Ben Khelifa, que já cobriu conflitos em países como Iêmen, Somália, Líbia e Síria, está apostando na realidade virtual como uma ferramenta que pode despertar a empatia em uma paisagem midiática saturada. Em seu projeto de imersão, quem fala não é um repórter ou porta-voz, mas dois personagens diretamente envolvidos no conflito em lados opostos.			AGENTE - Jean De Dieu2 - Sargento Patient 2 - Karim Ben Khelifa	AGENTE - Promotor Karim Ben Khelifa - Provocado Jean De Dieu2 Sargento Patient 2
TÍTULO: A reforma da Previdência morreu? Estes 2 analistas respondem			AGENTE - Temer 2 - Carlos Marun	AGENTE - Provocado Temer 2

SUBTÍTULO: Novo adiamento coloca votação de projeto mais importante do governo Temer para ser avaliado em ano eleitoral LEGENDA: PRESIDENTE TEMER DÁ POSSE AO NOVO ARTICULADOR POLÍTICO DO GOVERNO, CARLOS MARUN (PMDB-MS) Endurecer as regras de aposentadoria no Brasil para diminuir o deficit do sistema é uma medida impopular - segundo pesquisa Datafolha, rejeitada por 71% da população. Quanto mais se aproxima a eleição, portanto, maior o temor dos políticos de assumirem o ônus das mudanças. É esse raciocínio que moveu as negociações do governo ao longo de 2017. Por isso, o Palácio do Planalto tinha pressa para aprovar o pacote. O governo cedeu em alguns pontos, amenizou a reforma, mas a falta de avanço nas negociações fez com que a votação fosse seguidamente adiada. Na quinta-feira (14), o mais recente adiamento: a reforma da Previdência só será debatida na Câmara em fevereiro de 2018. A mudança é simbólica porque o governo resistia em admitir publicamente a possibilidade de não votar, pelo menos na Câmara, em 2017.				- Implicado Marun
TÍTULO: Como a Volkswagen colaborou com a ditadura, segundo relatório da própria empresa SUBTÍTULO: Montadora enviava à polícia relatórios com informações sobre funcionários envolvidos em atividades políticas. Um deles foi torturado na fábrica, segundo relatório LEGENDA: FAIXA DE PROTESTO À APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO NA FÁBRICA DA VOLKSWAGEN O historiador Chistopher Kopper apresentou na quinta-feira (14) as conclusões de um relatório sobre a troca de informações entre Volkswagen e a ditadura militar (1964-1985). A investigação foi realizada a pedido da própria empresa e apurava as circunstâncias em que relatórios internos com informações sobre atividades políticas e sindicais de funcionários foram enviadas à polícia. O caso veio à tona a partir de depoimentos prestados na Comissão Nacional da Verdade, que funcionou entre 2011 e 2014. Após a história ser noticiada e repercutir em jornais estrangeiros, acionistas e trabalhadores da Volkswagen			AGENTE - Christopher Kopper	AGENTE - Promotor Christopher Kopper

pressionaram a empresa a contratar uma pesquisa independente a fim de esclarecer as acusações.				
TÍTULO: Por que Del Nero foi afastado da presidência da CBF pela Fifa SUBTÍTULO: José Maria Marin, seu antecessor e ex-aliado político, o acusa de operar os esquemas de corrupção da entidade máxima do futebol brasileiro LEGENDA: MARCO POLO DEL NERO PARTICIPA DE COLETIVA DE IMPRENSA DA CBF A Fifa, entidade máxima do futebol mundial, suspendeu o presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), Marco Polo Del Nero, por 90 dias, prorrogáveis por mais 45, começando nesta sexta-feira (15). Com a decisão, o chefe do futebol brasileiro fica proibido de exercer qualquer atividade relacionada ao esporte no período, tanto no Brasil quanto no exterior. A decisão foi tomada pelo chefe de investigação do Comitê de Ética da entidade. Segundo a nota oficial da Fifa, que cita artigos de seu Código de Ética, a decisão pode ser tomada com base nos documentos disponíveis ao investigador, sem a necessidade de ouvir previamente o acusado.			AGENTE - Del Nero 3 - José Maria Marin	AGENTE - Provocado Del Nero 3 - Implicado Marin
TÍTULO: Ser o ‘candidato do governo’ é bom ou ruim em 2018? SUBTÍTULO: Temer e seus aliados afirmam que alguém defenderá os feitos de sua gestão na campanha presidencial, mas até agora nenhum pré-candidato manifestou essa intenção LEGENDA: TEMER, EM CERIMÔNIA OFICIAL NO PALÁCIO DO PLANALTO O presidente Michel Temer diz que não vai disputar a reeleição em 2018, mas espera ver alguém disposto a defender seu governo durante a campanha. Por ora, no entanto, não há definição sobre o “candidato do governo” na disputa. Temer tem o pior índice de popularidade já registrado por um presidente da República desde a redemocratização e foi o primeiro chefe de Executivo duas vezes denunciado por crimes comuns. Ao mesmo tempo, a economia tem dado sinais de recuperação. E Temer é filiado ao PMDB, partido com maior número de deputados e senadores.			AGENTE - Temer 5	AGENTE - Promotor Temer 5

O tamanho da bancada faz do PMDB um aliado importante durante e após as eleições. Durante porque ter a maior bancada na Câmara significa que o PMDB tem um tempo razoável no horário eleitoral, além de estrutura partidária nos estados. E depois porque, como aliado, poderá ajudar o presidente eleito a votar os projetos de interesse da nova gestão.				